

Andréa Lemos Xavier Galucio

***CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E BRASILIENSE:*
trajetórias editoriais, empresários e militância política**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Virgínia Fontes

**Niterói
2009**

Para os que acreditam que

A fraternidade dos homens não é nenhuma frase, mas sim verdade para eles, e a nobreza da humanidade nos ilumina a partir dessas figuras endurecidas pelo trabalho.

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

A/À/AO(s)

Minha orientadora e amiga Virgínia Fontes por tantas coisas, mas duas devem ser registradas: as críticas severas e a compreensão com os percalços da minha vida nesses anos.

CNPQ pela concessão de bolsa de estudos imprescindível para a realização desta pesquisa.

Secretários e secretárias do PPGH pela paciente orientação ao longo desses anos.

Professora Sônia Mendonça pelo interesse e confiança no projeto dessa pesquisa, mas principalmente pelas sugestões caríssimas para o desenvolvimento deste trabalho.

Professor Marcelo Badaró que desde a monografia é leitor crítico e incentivador das minhas pesquisas, por doar sua “coleção” Leia Livros para mim, pelos empréstimos de livros e orientações preciosas.

Professor Dênis de Moraes por ser um dos grandes incentivadores deste trabalho e pelas sugestões.

Professora Maria Lizete pela orientação sobre o Instituto Nacional do Livro durante minhas pesquisas na Biblioteca Nacional.

Vera e Bruno pela presteza no atendimento à longa pesquisa documental nos arquivos do DOPS.

Luciana Villas Boas por me receber gentilmente e permitir a pesquisa no acervo da Editora Civilização Brasileira.

Márcia pela atenção aos meus pedidos para realizar a pesquisa na Record.

Antonio Celso pela grande atenção e simpatia desde a primeira conversa sobre o acervo da editora Civilização Brasileira e sua disponibilidade diária em me atender durante meses.

Everaldo por me orientar no depósito da Record para a identificação do acervo da Editora Civilização Brasileira e nos almoços corridos no refeitório da empresa para não perdermos tempo.

Antonio Laskos por mais uma vez consentir a pesquisa nos arquivos do Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Tatiana pela dedicação em atender as necessidades da minha pesquisa nos arquivos do Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Priscila Santana por disponibilizar material da Câmara Brasileira do Livro.

Jaqueline, bibliotecária da Faculdade de Letras/UFRJ, que me permitiu fotografar nos horários especiais de atendimento, devido a greve, os editoriais do periódico Leia Livros.

Leandro Konder porque faz da entrevista uma “contação” de histórias muito agradável.

Carlos Nelson Coutinho pela entrevista amigável e “orientações” sobre o Ênio Silveira.

Maria Rita Collor Jobim Silveira por me receber abertamente, por conceder autorização para leitura de documentação de Ênio Silveira no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e disponibilizar o que tinha em seu arquivo particular com muita gentileza.

Érika Arantes, amiga e pesquisadora, porque sem sua ajuda para a finalização da pesquisa o caminho teria sido mais tortuoso e provavelmente interminável para mim.

Leila por absolutamente tudo, desde críticas ao trabalho a amizade que emociona.

Fabrina porque é amiga e leitora crítica de longa data, sempre disponível a salvar nos piores momentos.

Carol porque também é amiga e leitora e especialmente pela compreensão para ouvir constantemente minhas questões ao longo da pesquisa.

Todos os amigos queridíssimos pela compreensão com as ausências em muitos encontros, em especial, Ana Carolina, Luiz Otávio, Marcelo, Rodrigo, Nívea, Rodrigo (Digão), Lúcia, os “cariobrasas” e suas famílias.

Professoras do Jardim Michaelis que acolheram minha flor com doçura me deixando tranqüila nas horas de trabalho.

Querida família Fuks: Cristina, Valério, Gabriel, Felipe e Eduardo, sempre carinhosos e prestativos.

D. Corina (*in memoriam*) pelos abraços me desejando sorte.

Minha querida e amada família: Ivone e Edvar, Valéria, Cláudio e João, Liz e Daniel, que se esforçaram muito em momentos cruciais desta pesquisa me ajudando com compreensão.

Um agradecimento muito especial à minha mãe, Ivone, que me salvou com uma dedicação impossível de se reconhecer em outra pessoa. E ao Eduardo porque novamente me salvou com gráficos, tabelas, planilhas, etc.

Meus amores de todo dia, Eduardo e Catarina, pelo tempo que lhes roubei e por dividirem esses anos difíceis com imensa alegria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - EDITORAS COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTÓRIA.....	17
1.1. Editoras como objeto de estudo da História	17
1.2. Editoras brasileiras como objeto de estudo	26
CAPÍTULO 2 – CAMPO EDITORIAL NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS	40
2.1. Panorama do mercado editorial brasileiro antes e depois de 1964	40
2.1.1. Instauração e consolidação do mercado brasileiro de livros entre as décadas de 1930 e 1960	43
2.1.2. As novas condições do mercado editorial brasileiro entre 1964 e 1985	47
2.2. Estado e política editorial	62
2.2.1. A institucionalização da política pública para o livro brasileiro.....	66
2.2.2. A criação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e o papel-chave de Ênio Silveira	72
2.2.3. A função subsidiária do Instituto Nacional do Livro na ditadura militar.....	93
2.2.4. A busca de hegemonia no campo editorial: o papel estratégico do Sindicato Nacional dos Editores de Livros	101
CAPÍTULO 3 – A TRAJETÓRIA DA EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1932-1985).....	118
3.1. A fundação da Editora Civilização Brasileira e sua vinculação com a Companhia Editora Nacional	118

3.2. A direção de Ênio Silveira e a construção de sua linha editorial: 1951 a 1964.	125
3.3. A direção de Ênio Silveira na mira do DOPS: o período pós-64.....	132
3.3.1. A Revista Civilização Brasileira	147
3.4. O desenrolar da crise política e financeira: décadas de 1970 e 1980.....	163
CAPÍTULO 4 – A TRAJETÓRIA DA EDITORA BRASILIENSE (1943-1985)...	173
4.1. A fundação da editora e a vinculação de seus fundadores com o PCB.....	173
4.2. A editora de Caio Prado Junior: para além do PCB, a intelectualidade paulista até 1964.	176
4.3. A editora de Caio Graco Prado: 1965-1985	179
CAPÍTULO 5 – O PAPEL DO EDITOR E A CULTURA POLÍTICA PÓS-79.....	189
5.1. O papel do editor como organizador da cultura.....	189
5.2. A Editora Civilização Brasileira e a cultura política pós-79	202
5.2.1. A volta de um projeto editorial e o pecebismo de Ênio Silveira: a Coleção <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i>	203
5.2.2. Ênio Silveira no processo de democratização.....	215
5.3. A Editora Brasiliense e a cultura política pós-79.....	223
5.3.1. Diferentes caminhos de dois projetos editoriais inovadores: o jornal <i>Leia Livros</i> e a <i>Coleção Primeiros Passos</i>	223
5.3.2. Caio Graco e o processo de democratização: um empresário no PT	255
CONCLUSÃO.....	258
BIBLIOGRAFIA	264
FONTES.....	271
APÊNDICE 1- Títulos da coleção <i>Primeiros Passos</i> (por ano e em ordem alfabética) lançados entre 1980-1985.....	273

APÊNDICE 2 - Total de tiragens dos títulos da coleção <i>Primeiros Passos</i> (em ordem decrescente) entre 1980 e 1985	277
APÊNDICE 3 – Quadro de contagem dos títulos da coleção <i>Primeiros Passos</i> vinculados ao pensamento crítico	280
APÊNDICE 4 – Quadro dos títulos e autores de todos os artigos da Revista <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i> (1978-1982).....	281
APÊNDICE 5 - Quadro das editoras e editores do SNEL- gestão 1952-1954:	308
APÊNDICE 6 – Quadro de livros da Editora Civilização Brasileira apreendidos pela polícia política do Rio de Janeiro	309
APÊNDICE 7 – Quadro dos membros das editoras que compunham a diretoria e os conselhos deliberativos do SNEL, entre 1979 e 1985:	311
APÊNDICE 8 – Quadro das editoras em ordem decrescente do total de títulos lançados anualmente (1979, 1980, 1981)	312
APÊNDICE 9 – Quadro dos livros mais vendidos anualmente (1981, 1982)	313
APÊNDICE 10 – Quadro de associados da Câmara Brasileira do Livro (1948).....	314
APÊNDICE 11 – Quadro dos editores fundadores do SNEL	315
APÊNDICE 12 – Quadro dos diretores do SNEL (1952-1954).....	316

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Editoras de oposição – Ano de fundação.....	30
Tabela 2 – Participação de Rio de Janeiro e São Paulo na produção brasileira	42
Tabela 3 – Importação de livros nas línguas francesa e inglesa.....	44
Tabela 4 - Número de títulos no ano de 1955	45
Tabela 5 – Alunos matriculados	48
Tabela 6 - Distribuição das editoras por tamanho e área de atuação	49
Tabela 7 – Tiragem por ano	51
Tabela 8 – Editoras no início do regime militar – 1964.....	52
Tabela 9 - Editoras na abertura – 1981	52
Tabela 10 – Crescimento do PIB - Pós Milagre	56
Tabela 11 - Editoras no fim do regime militar – 1987.....	57
Tabela 12 - Vendas de livros ao Governo.....	59
Tabela 13 – Dezenove primeiros livros da Editora Civilização Brasileira	119
Tabela 14 - Tipos de livros editados – 1979 (distribuição percentual sobre exemplares).....	184
Tabela 15 - Tipos de livros editados – 1980 (distribuição percentual sobre exemplares).....	185
Tabela 16 - Resumo do total de tiragens da coleção Primeiros Passos por ano (1980-1985)	246
Tabela 17 - Títulos da coleção Primeiros Passos vinculados ao pensamento crítico por ano (1980-1985)	248
Tabela 18 – Membros Efetivos do SNEL	311
Tabela 19 – Editoras Associadas – Câmara Brasileira do Livro - 1948	314

RESUMO

Este trabalho analisa o papel das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense ao longo de suas trajetórias, destacando o compromisso político de suas publicações, assim como o desempenho empresarial de seus editores e suas ações políticas. Para tanto, analisa a consolidação do campo editorial brasileiro, enfatizando a atuação empresarial e a militância política dos editores.

Palavras-chave:

História editorial; política editorial; campo editorial; editora Civilização Brasileira; editora Brasiliense.

ABSTRACT

This report is about the role of Civilização Brasileira and Brasiliense publishing companies throughout their courses, emphasizing the political commitment of their publications, their business performance and their political actions. For this reason, analyses the consolidation of brazilian publisher field, emphasizing business actions and the political militancy of the publishers.

Keywords:

Publisher History; Publishing policy; publisher field.

INTRODUÇÃO

No período entre as décadas de 1960 e 1980 todo cenário político-cultural brasileiro passou por grandes alterações, incitadas a partir do golpe civil-militar imposto à sociedade brasileira em 1964. Nesse momento, marcado por reorientações na política cultural, apesar de todas as adversidades, as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense mantiveram posições de destaque na vida política e cultural do país.

O enfrentamento da censura por artistas, intelectuais e políticos; o fortalecimento de instituições estatais para o incremento da cultura e o papel crescente dos empresários dessa área são algumas das principais transformações nas políticas culturais desse período. Mesmo em um quadro de repressão política e ideológica, a indústria cultural se consolidou no bojo do processo de modernização capitalista, no qual o Estado teve “papel estratégico (...), como produtor, gestor financeiro e responsável pelos níveis globais de investimento”.¹

A indústria cultural consolidou-se expressivamente no Brasil, ao longo dos anos 60 e 70, com a criação de instituições que formularam políticas para setores específicos da cultura, tais como: Funarte, Conselho Federal de Cultura, Fundação Pró-Memória, Instituto Nacional do Cinema, Embrafilme, Instituto Nacional do Livro etc. Essas iniciativas foram analisadas por Sergio Miceli² como parte de um projeto cultural executado pelo Estado junto aos interesses privados, como um projeto de mercado e não um resultado de políticas culturais formuladas para o conjunto da sociedade.

Durante o regime ditatorial a censura incidia sobre determinadas obras teatrais, cinematográficas, musicais e editoriais, mas não sobre suas indústrias. Confirmando a

¹ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1992.*, São Paulo: Ática, 1996 (Coleção Princípios), p. 99.

² MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil.* São Paulo: Difel, 1984, p. 58.

existência de um projeto de mercado que fortaleceu o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais, concluiu Renato Ortiz: “o ato censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade da sua produção”.³

A expansão dos diversos produtos culturais nessas décadas ocorreu ao mesmo tempo em que se consolidavam grandes conglomerados que controlavam os meios de comunicação. O maior exemplo pode ser o caso dos empreendimentos de Roberto Marinho, atualmente proprietário da TV Globo, Sistema Globo de Rádio, Rio Gráfica, VASGLO (promoção de espetáculos), Telcom, Galeria Arte Global, Fundação Roberto Marinho. Na área editorial merece destaque a ascensão da família Civita, proprietária atual da Editora Abril, Distribuidora Nacional de Publicações, Centrais de Estocagem Frigorificada, Quatro Rodas Hotéis, Quatro Rodas Empreendimentos Turísticos.⁴

Em fins da década de 70 e início da década de 80 as editoras nacionais sofriam também com a concorrência das multinacionais. Excetuando-se as que possuíam recursos oriundos de investimentos em outras áreas, como a editora Abril e a Rio Gráfica⁵, a grande maioria sofria com as dificuldades para obtenção de empréstimos bancários e com os juros elevados. Segundo Hallewell, “o financiamento bancário chega à indústria editorial – quando chega – por meio de empréstimos a gráficas que têm, assim, condições de aumentar os prazos de faturamento normais (60 a 90 dias) para seus clientes editores”⁶.

Nosso estudo priorizou a análise da atividade editorial brasileira junto aos setores da esquerda intelectual e política ao longo do regime militar, no entanto, não se limitou a esse período. Procuramos estabelecer um quadro capaz de avaliar o papel das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense ao longo de suas trajetórias, desde a fundação até os anos finais do regime militar, representativos da última etapa de atuação militante de seus editores.

Uma vez que as mudanças ocorridas nas décadas de 60 e 70, no mundo do livro, foram consolidadas nos anos da abertura, nessa nova situação política datada a partir de 1979 algumas editoras faliram ou alteraram sua linha editorial para se adequarem às novas condições do mercado e continuarem existindo. As editoras Brasiliense e Civilização Brasileira foram duas editoras que passaram por esse processo de forma peculiar, e distintas entre si, devido inclusive às suas tradicionais militâncias junto a setores da esquerda

³ ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 114.

⁴ *Ibid.*, p. 134.

⁵ A editora Globo, dentro do grupo Globo, surgiu apenas em 1986, no período mencionado a Rio Gráfica foi que se beneficiou de tais facilidades.

⁶ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 692.

brasileira, identificadas na manutenção de suas linhas editoriais e em suas inserções políticas junto a partidos de esquerda ou intelectuais progressistas.

Nessa última etapa de início dos anos 80 começava um quadro político-econômico de instabilidade no qual era preciso assegurar a volta da democracia e “conciliar as demandas por aumento de salário real com a meta do combate à inflação”. Essas novas condições impunham às editoras Civilização Brasileira e Brasiliense um grande esforço para manter o funcionamento de suas empresas.

Os desdobramentos de suas práticas político-editoriais na nova conjuntura da abertura apontarão para os diferentes caminhos encontrados por cada uma delas para solucionar seus problemas econômicos no decorrer da década. A Brasiliense sairá da crise com a publicação da coleção *Primeiros Passos* em 1980, seu primeiro *boom* editorial, porém, não resolve sua crise a longo prazo. De outro lado, a Civilização Brasileira terá que vender suas ações para as editoras unificadas Difel e Bertrand em 1982, mantendo apenas a direção de Ênio Silveira.

Buscamos entender como foram construídas as condições da produção editorial da Civilização Brasileira e da Brasiliense uma vez que seus projetos editoriais representaram, ao longo de suas histórias, oposição ao projeto hegemônico de governo, mantiveram uma linha de publicação de oposição às ditaduras e ao pensamento conservador do Brasil, sendo as principais editoras de autores marxistas até os anos da abertura democrática. Procuramos compreender como essas editoras foram capazes de contribuir para instituir visões críticas do mundo em certos meios sociais.

Defendemos, ainda, para nossa análise, que não foi somente a posição no mercado de livros o que necessariamente garantiu o sucesso de projetos de editoras ou de editores, mas também as tomadas de posição no campo editorial configuram seu empreendimento como editor. A posição no mercado delimita as melhores condições materiais, mas não é fator exclusivo para explicar a posição relevante de determinadas editoras e/ou editores brasileiros em certos momentos históricos. Entendemos que ocupar as listas dos mais vendidos é também critério de classificação para identificar quem vende mais, quem produz maior volume de tiragens ou livros novos, mas nosso objetivo não é apenas seguir a lógica da produção e do mercado de livros. Por isso, para os principais objetivos da pesquisa foi necessário recuar no tempo para analisar o papel das editoras e/ou de seus editores.

Para uma abordagem comparativa dessas duas editoras nosso objetivo central foi analisar suas trajetórias visando às ações editoriais e políticas dos editores no campo editorial brasileiro. Toda a pesquisa foi realizada tendo em vista esses dois eixos centrais da tese, o papel dos editores como empresários e na militância política.

Essas editoras foram responsáveis por diversas publicações de oposição ao mesmo tempo em que seus editores tiveram papel relevante como empresários na reorganização política da abertura junto a setores da esquerda brasileira. Apesar de nossa ênfase nesse período foi necessário reconstituir a trajetória das duas editoras retomando a década de 40 para verificarmos suas posições no campo editorial brasileiro. Nesse sentido analisamos alguns aspectos do campo editorial brasileiro.

O primeiro capítulo concentrou a proposta teórico-metodológica da pesquisa a partir de estudos afins. Primeiramente, realizamos uma discussão dos estudos a respeito do tema, tendo em vista a predominância de pesquisas sobre a história do livro, ao contrário daquelas sobre a história editorial brasileira, área que tem despertado interesse das ciências humanas mais recentemente. Nos detivemos em analisar as principais obras que colaboraram para a definição de nosso referencial teórico-metodológico, assim como, priorizamos os estudos sobre editoras brasileiras pela aproximação com o nosso objeto. A partir daí, pudemos delimitar nossa proposta no conjunto dos trabalhos pertinentes à temática.

O segundo capítulo da tese trata de dois aspectos centrais de um dos eixos da pesquisa, sobre o campo editorial brasileiro, onde analisamos o mercado e a política editoriais. Trata-se de compreender a relação entre “aparelhos privados de hegemonia” e Estado em duas fases distintas delimitadas antes e depois de 1964. Mesmo apresentando uma visão genérica do desenvolvimento da produção livreira e da atuação das entidades do livro com vistas a um quadro dos espaços de atuação dos editores brasileiros, procuramos, ao longo deste capítulo, identificar os espaços de ação e posições tomadas pelos editores da Civilização Brasileira e da Brasiliense.

Com tais propósitos, passamos, então, ao mapeamento das principais mudanças na produção do livro. Após analisar um grande volume de informações necessárias para obtermos uma visão geral dessa produção, definimos duas fases da produção editorial brasileira no século XX: a primeira fase (anos 30 até 1ª metade dos anos 60) corresponde ao processo de consolidação de um sistema empresarial do livro no Brasil e a segunda fase (após segunda metade dos anos 60) quando se inaugura o processo de monopolização desse setor. A partir da leitura de uma série de livros e teses qualificamos esses dois momentos, elaborando inclusive gráficos apresentados ao longo do capítulo.

No entanto, para uma abordagem das editoras brasileiras em seu campo de atuação, não era suficiente localizá-las apenas nos aspectos gerais do desenvolvimento da produção livreira, mas também identificar a atuação empresarial de seus editores na política pública do livro. É importante destacar que, para nosso objetivo principal de comparar as trajetórias

editoriais da Civilização Brasileira e Brasiliense, exigia-se também verificar sua participação no âmbito empresarial. As entidades patronais do livro foram inauguradas na mesma década de criação das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, o que também coincide à época com a recém institucionalização de um órgão público para o livro. Procuramos articular as condicionantes daquele momento histórico para o entendimento da constituição de suas posições no campo editorial brasileiro. A história das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense se mistura com a história da formação de um sistema editorial brasileiro desde os anos 40; visamos, então, verificar em quais momentos, ao longo de suas trajetórias, de que forma, atuaram na constituição das políticas editoriais brasileiras.

Inicialmente selecionamos os Boletins do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) por haver neles, de forma resumida, o conjunto de questões identificadas pelos próprios empresários, no entanto, não encontrávamos dados a respeito da formulação dos problemas, do encaminhamento das soluções no interior do Sindicato e de seus principais representantes. Dessa forma passamos a leitura das Atas das Reuniões de Diretoria do SNEL entre 1941 e 1985. Para tal identificação das questões empresariais e por se tratar de reuniões mensais, elaboramos “fichas de identificação” que pudessem preencher, além de data, nome do presidente da reunião e assunto, dados a respeito dos setores do governo mencionados e de instituições privadas.

Analisamos nos três capítulos subseqüentes as funções dos editores, em suas empresas, na seleção e criação de obras, consagração de autores e na militância política. A análise comparativa das trajetórias dessas editoras e de seus editores são os temas dos capítulos três, quatro e cinco. O objetivo principal desses três capítulos é qualificar as ações militantes dos editores como editores, em seu campo de atuação ou a partir dele. Isso exigiu que ao longo da trajetória de cada uma das editoras fossem dados pesos diferenciados correspondentes ao histórico de ações editoriais de cada um de seus editores.

Nos capítulos três e quatro, então, são analisadas as trajetórias de cada uma das editoras, respectivamente, Civilização Brasileira e Brasiliense, onde reconstituímos o histórico, a linha editorial e as ações políticas de seus editores, visando assim resgatar seus projetos político-culturais até o começo dos anos 80.

As trajetórias dessas editoras foram selecionadas como estudo de caso porque mantiveram uma linha editorial de cunho progressista ao longo do século XX. Nossa proposta foi refletir acerca das ações dos editores tendo em vista nossa hipótese de que os projetos político-culturais dessas editoras foram projetos contra-hegemônicos que se expressavam em seu campo de atuação. O objetivo principal da pesquisa foi obter uma visão mais ampla de

como construíram seus projetos resgatando o conjunto de suas ações, principalmente, daquelas que realizaram ao longo do regime militar quando foram denominadas de editoras “esquerdistas” em tom acusatório pela polícia política e pelos legitimadores do regime.

As fontes principais utilizadas para a análise da editora Civilização Brasileira foram documentos da polícia política, material do acervo da editora e os editoriais assinados pelo editor Ênio Silveira na coleção Encontros com a Civilização Brasileira. Para a análise da editora Brasiliense foram selecionados documentos da editora, matérias de jornais e os editoriais assinados pelo editor Caio Graco Prado no periódico Leia Livros.

Ainda foram analisadas as edições de duas publicações das editoras que tiveram grande repercussão quando lançadas: a Revista Civilização Brasileira logo após o golpe de 64 e a Coleção Primeiros Passos em 1980.

Com objetivo de acompanhar toda trajetória das editoras e abordar um período pouco estudado sobre elas, destacamos o período final da ditadura civil-militar no quinto capítulo da tese, quando então suas empresas enfrentaram uma crise financeira importante, no caso da Civilização Brasileira, a maior de sua história. Abordamos o papel de seus editores em três âmbitos que os caracterizaram a partir de 1979: inseridos no contexto de mudança do papel do intelectual brasileiro; na função desses editores quando vinculados à política partidária em nova configuração e na edição de publicações que foram seus destaques na época, coleção Encontros com a Civilização Brasileira, Leia Livros e Coleção Primeiros Passos.

CAPÍTULO 1 - EDITORAS COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTÓRIA

1.1. Editoras como objeto de estudo da História

Na produção historiográfica, os estudos sobre a história do livro originaram-se dos novos temas da História Social, em especial daqueles que buscaram desenvolver uma “história total do livro”⁷ capaz de avaliar seus aspectos econômico, social, intelectual e político visando uma análise histórica da “difusão de ideologia, cultura popular e mentalidades coletivas”⁸. Desses estudos são relevantes para nossa discussão algumas questões tratadas nas pesquisas de Roger Chartier⁹ e Robert Darnton¹⁰, uma vez que tais autores realizam pesquisas relacionadas à história do livro, analisando, em especial, seus processos de produção e circulação.

Para se obter uma visão mais ampla da literatura e da história da cultura, Robert Darnton mostrou como a história dos livros está relacionada à história das comunicações, pois, para ele, a própria literatura pode ser vista como um "sistema de comunicações que se

⁷ DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 187. Segundo o autor, os estudos acadêmicos de difusão e as análises de discurso começaram em fins dos anos 60 na Europa, oriundos de duas vertentes da História Intelectual: a História Social e a Filosofia. Na França prevaleceram, no âmbito da história social (ou história sociocultural), os *estudos de difusão* e foram realizados por Henri-Jean Martin, Roger Chartier, Daniel Roche, Frederic Barbier. Diferentemente do que ocorria na Inglaterra que privilegiou a *análise do discurso*, mais voltado para Filosofia, nos trabalhos de John Pocock, Quentin Skinner, John Dunn e Richard Tuck.

⁸ Ibidem., p. 186.

⁹ Ibidem.

¹⁰ CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leituras. In: HUNT, Lyn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

estende dos autores e editores até os leitores, passando pelos tipógrafos e livreiros"¹¹. A partir de sua análise sobre a produção historiográfica francesa e inglesa, onde predominam, respectivamente, os estudos de difusão e as análises de discurso, o autor propõe retomar uma história intelectual capaz de incorporar os “pontos fortes” das duas tendências. Em seu livro *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, Darnton analisa os estudos históricos sobre a Revolução Francesa dentro dessas tendências e explicita seus pontos problemáticos.

Para ele, as análises de discurso realizadas buscaram investigar as influências das ‘idéias nas ações’, porém seus proponentes não souberam superar os obstáculos da pesquisa. O autor destaca o estudo de Keith Baker em detrimento dos estudos de François Furet e Marcel Gauchet¹². Sobre esses últimos o autor denuncia que:

consideraram que a revolução tinha alguma relação genética com o Iluminismo. Todavia, depois de levantar a ‘velha e imensa questão’ da relação entre a Revolução e o Iluminismo, François Furet a deixa de lado e, como Marcel Gauchet, afirma a existência de um ‘espaço intelectual’ numa ordem temporal que se estendeu de 1789 a 1800 e por algum motivo inexplicado derivou da filosofia do Antigo Regime¹³

Desta forma, Darnton critica nestes autores a ausência de uma formulação mais adequada, parecendo que ainda estão na esteira de Daniel Mornet¹⁴. De outro lado, Darnton observa que a análise de Keith Baker, diferentemente, relaciona o conteúdo das questões debatidas pelos revolucionários com posições filosóficas já consolidadas em períodos precedentes à revolução. Os resultados da análise dos textos políticos do Antigo Regime, na visão de Baker, teriam ficado comprometidos pelo enquadramento deles “em três ‘linguagens’ distintas e autônomas (...) discursos da vontade, da razão e da justiça”. Essa forma de agrupar os textos foi criticada, ainda, por Darnton por estar reduzindo a essas três linguagens discursivas o pensamento político do Antigo Regime.

¹¹ DARNTON. op.cit, p. 14.

¹² As obras apresentadas pelo autor foram: BAKER, Keith. *Inventing the French Revolution. Essays on French political culture in the eighteenth century*. Cambridge, 1990 e DARNTON, Robert. *An enlightened revolution?*, The New York Review of Books, XXXVIII, 17, 24 de outubro de 1991, p. 33-6; FURET, François; OZOUF, Mona (eds). *Dictionnaire critique de la révolution française*. Paris, 1988 e *Penser la révolution française*. Paris, 1978; GAUCHE, Marcel. *Droits de l’homme* apud FURET; OZOUF e *La révolution dès droits de l’homme*. Paris, 1988. apud FURET; OZOUF, p. 423-424.

¹³ DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 195.

¹⁴ Autor do início do século XIX que procurou identificar as leituras feitas pelos franceses no século XVIII para explicar as origens intelectuais da revolução francesa. MORNET, Daniel. *Lês enseignements dès bibliothèques privées (1750-1780)*. *Revue d’histoire litteraire de la France*, XVII (1910), p. 449-492 apud DARNTON, op. cit., p. 9 e 403.

Nesse caso, Darnton defendeu que faltou ao estudo de Baker incorporar certa forma de pesquisa dos textos políticos mais difundidos para então se buscar uma caracterização mais próxima da perspectiva daqueles franceses do século XVIII. Keith Baker procurou entender os resultados da difusão dos livros para a formação da opinião pública e também como essa opinião pública se refletiu na ação política, porém, o método utilizado foi de analisar a “idéia de opinião pública expressa nas obras dos philosophes”¹⁵, que nas palavras de Darnton está ligado ao entendimento de que é “suficiente estudar a idéia da coisa, não a coisa em si”¹⁶. O autor reivindica, assim, a necessidade de se dirigir a reflexão para as redes de comunicação do cotidiano que permitam entender a formação da opinião pública “tanto nos mercados e nas tabernas quanto nas sociétés de pensée”¹⁷.

Darnton analisa o sistema de comunicação que se articula em torno da circulação dos livros proibidos na França pré-revolucionária. Admite os problemas da pesquisa ao tratar da recepção da leitura e defende que a partir da sistematização das redes de comunicação é possível entrar nos estudos de difusão de forma a compensar as dificuldades dos estudos da recepção. Sua proposta pode ser vista como uma busca por uma metodologia que possa alcançar o que chama de “opinião pública”. Por um lado, abordando a recepção do leitor e, por outro, entendendo os estudos de difusão como aqueles que permitem abordar a produção e distribuição, assim como o papel dos editores, livreiros e autores.

Em estudo posterior, mas ainda com a mesma temática, intitulado *A filosofia por baixo do pano*¹⁸, o historiador se deteve na avaliação do processo de produção e circulação da “literatura ilegal” durante a revolução francesa, tendo em vista a proposta mais ampla de examinar o papel que os meios de comunicação dominantes na França tiveram sobre a revolução. O autor aprofunda a questão a respeito das práticas do comércio clandestino de livros censurados e avança em sua análise ao mostrar as dificuldades de alcançar o impacto de determinadas leituras para as situações históricas concretas. Para seguir esse objetivo, segundo ele, seria necessário analisar “o corpus de livros proibidos, examinar seus conteúdos e analisar sua recepção”¹⁹. Todavia, o autor buscou uma possibilidade de obter respostas não reducionistas para o papel do mundo impresso na revolução, por meio do estudo do processo de produção e difusão dos livros proibidos.

De um lado concluiu que, sobre a questão clássica da ‘relação do iluminismo com a

¹⁵ Ibid., p.195.

¹⁶ Ibid., p. 195-196.

¹⁷ Ibid., p. 196.

¹⁸ DARNTON, Robert. *A filosofia por baixo do pano*. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução impressa: a imprensa na França: 1775-1880*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 49-75.

¹⁹ Ibid., p. 74.

revolução’, há um problema de má formulação, pois o “mundo da palavra impressa na França do século XVIII era muito complexo para ser classificado em categorias como ‘iluminista’ e ‘revolucionário’”. De outro lado, identificou que aqueles envolvidos na produção e distribuição de tais livros criaram uma categoria denominada “livros filosóficos” para distingui-los dos demais. Ao reunir gêneros pornográficos e políticos, concluíram que a ‘filosofia’ que circulou através do comércio clandestino de livros foi totalmente diferente daquelas idéias normalmente associadas ao iluminismo.

Darnton já havia trabalhado em *O beijo de Lamourette*²⁰ sua concepção da história dos livros²¹, sinônimo de uma “história social e cultural da comunicação impressa” cujo objetivo é “entender como as idéias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento e comportamento da humanidade.”²². A interdisciplinaridade foi a marca desses estudos que buscavam acompanhar as fases do processo de produção e de recepção, ao mesmo tempo em que deveriam identificar suas relações com o sistema econômico, social, político e cultural. Todavia, as pesquisas se tornavam viáveis quando selecionavam um ponto para investigação, o que em muitos casos comprometeu a visão mais complexa do tema. Para se afastar dessa possível fragmentação dos estudos históricos sobre o livro o autor propôs a articulação dos diferentes pontos pertinentes com o conjunto do sistema de comunicações existentes, que passa pela análise dos autores, editores, impressores, fornecedores, distribuidores, livreiros e leitores junto às “influências intelectuais e publicidade, conjuntura econômica e social, sanções políticas e legais”²³.

Dentro ainda dessa perspectiva dos estudos da história do livro destacamos alguns trabalhos do historiador francês Roger Chartier, que utilizou a análise quantitativa²⁴, utilizando as listas contidas nos inventários póstumos, catálogos impressos para venda de bibliotecas e livros de contabilidade dos livreiros - e os métodos da história social dos *Annales* visando uma reflexão totalizante do problema.

²⁰ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²¹ Segundo Darnton, a história dos livros como disciplina se firmou na École Pratique des Hautes Études, disseminada a partir da publicação de: *L'apparition du Livre* de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin e *Livre et société dans la France du XVIII siècle* de um grupo ligado à VI section da École; e se difundiu pela Europa e EUA. DARNTON, op. cit, 1990, p. 110-111.

²² *Ibid.*, p. 109.

²³ Informações extraídas do modelo sugerido pelo autor em DARNTON, op. cit., 1990, p. 113.

²⁴ Segundo Robert Darnton, a história social francesa retomou o modo de trabalho da análise quantitativa baseado nas obras dos sociólogos Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Jurgens Habermas. DARNTON, op. cit. 1990, p. 186.

Em seu artigo, *Textos, impressão e leituras*, Chartier pretende em linhas gerais traçar um “projeto intelectual” e um novo “espaço de investigação” a partir de uma sociologia histórica das práticas de leitura. Com esse objetivo o autor propõe um caminho para a investigação do pesquisador: “identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada”²⁵. Para essa análise das práticas de leitura deve-se atentar para os usos dos textos, ou ainda, o historiador deve localizar os “paradigmas de leitura válidos para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados”²⁶.

Sua análise sobre a história das práticas de leitura abrange um extenso período datado entre os séculos XVI e XVIII, passando assim por alguns momentos-chave para a história do livro, tais como: a invenção da imprensa por Gutenberg no século XV, a “invenção da função autor” no século XVI, ou ainda, a nova definição do objeto livro no século XVII. As questões de fundo da reflexão de Chartier dizem respeito ao impacto/papel da circulação dos livros e/ou manuscritos do Antigo Regime para as mudanças de sociabilidade, a criação de novos pensamentos e para as mudanças ocorridas nas relações de poder.

Em suas pesquisas o autor buscou identificar as variações na leitura de textos possibilitadas pela liberdade de interpretação de seus diferentes leitores, que também se explicavam, segundo ele, pelos determinantes do formato do texto, impondo limites na maneira de se ler. Sendo assim, a produção material do texto teria influência nas formas de leitura. A partir daí Chartier afirma a relevância da produção do texto, ou ainda, para ele existe uma tensão entre a leitura e a produção do texto, o que exige estudar a:

*maneira como os textos e os impressos que lhes servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita e, por outro lado, a recolha das leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores.*²⁷

Diferentemente de Darnton que trabalha a *impressão* a partir do estudo de todo o sistema de comunicação ou do circuito do livro, Chartier trabalha os *impressos que servem de*

²⁵ CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leituras. In: HUNT, Lyn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 215.

²⁶ *Ibid.*, p. 217.

²⁷ *Ibid.*, p. 124.

suporte ao texto, mais preocupado com as influências para os leitores. Darnton realiza uma abordagem mais *totalizante*, e mesmo assim ainda reconhece os limites da disciplina.

Chartier utilizou a noção de *práticas* para realizar uma análise histórica da leitura e da produção de determinados textos, ao propor examinar as “estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ‘ser-apreendido’ constitutivo da sua identidade”²⁸. Em seu livro *A ordem dos livros* o autor mostra que

*... os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro*²⁹.

Por fim Chartier defende os estudos das atividades culturais como fenômenos sociais, de acordo com as propostas da História Social francesa. Esta teria sido responsável pela ampliação dos objetos de estudo da história, assim como evitara os problemas da história sócio-cultural - que “reduziu as diferenças sociais ao quadro da hierarquia das fortunas e das condições”³⁰. Para o autor, existem outras diferenças que devem ser consideradas, “fundadas nas pertencas sexuais, territoriais ou religiosas”³¹, mais capazes de explicar a realidade do que a oposição entre dominantes e dominados. Para ele, o exemplo clássico dessas características estaria nos estudos de cultura popular.

Nosso estudo apresenta pontos que são próprios da história do livro, como já observamos na análise dos autores acima, a destacar: o estudo da relevância de determinadas obras num contexto histórico, as formas de edição e a publicação que visa um público específico, nosso ponto de partida foi outro. No entanto, enquanto esses autores buscaram responder ao maior número de questões relativas ao universo do livro, como objeto de estudo, em nossa pesquisa a história do livro tem como objetivo colaborar para resgatar a realidade socialmente construída na qual se inserem as editoras.

Nosso ponto de partida é verificar os modos de construção de contra-hegemonia na sociedade brasileira e a resultante atuação de certos setores progressistas, em particular, aqueles identificados na atividade editorial brasileira. Para isso, selecionamos os casos de duas editoras que tiveram atuações significativas nesse sentido, as editoras Civilização

²⁸ Ibid., p. 23.

²⁹ CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 8.

³⁰ Ibid., p. 134.

³¹ Ibid., p. 134.

Brasileira e Brasiliense. Delimitamos o período entre a ditadura e a democratização no Brasil como prioritário porque as novas condições de publicação resultantes do regime militar modificaram substancialmente suas histórias nesse período, mas não nos limitamos a esse recorte cronológico, analisamos ainda períodos anteriores, como expusemos na introdução.

Dessa forma partimos de uma visão gramsciana ao entender que é na sociedade civil organizada que se constroem os projetos contra-hegemônicos das classes ou frações de classe. Os projetos editoriais serão tomados como projetos políticos de grupos privados de hegemonia que buscam, a partir de seu campo de atuação na sociedade brasileira, promover certa organicidade de frações dominadas da classe dominante, que no caso das editoras em estudo, tiveram interesses vinculados a uma determinada intelectualidade progressista brasileira. A nosso ver é dessa maneira que as editoras tornam-se objetos de estudo da história.

Buscamos compreender as estratégias de empresários – em permanente disputa por hegemonia em seu campo de atuação - que recusaram o papel de porta-vozes do regime e mantiveram suas ideologias, de matrizes marxistas ou não, em ações concretas de convencimento social por meio de suas publicações numa perspectiva contra-hegemônica.

Ao buscar compreender o mundo social no qual as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense produziram suas obras e seus projetos políticos, pretendemos contribuir ainda para um estudo do campo editorial brasileiro. Nossa metodologia é baseada na sociologia de Pierre Bourdieu que, em seus estudos sobre campo³², delimitou categorias próprias para o estudo da atividade editorial.

Para Bourdieu, o espaço editorial deve ser tratado como campo de possibilidades e nesse espaço as ações são construídas conforme a margem de liberdade possível, dada pela estrutura social. A noção de campo editorial permite delimitar, metodologicamente, o espaço no qual determinados agentes e/ou intelectuais atuaram a partir de estratégias particulares. O autor defende que para compreensão do funcionamento do campo é necessário identificar as posições tomadas pelas editoras considerando que:

... chaque maison d'edition occupe en effet, à un moment donné, une position dans le champ éditorial qui dépend de sa position dans la distribution des ressources rares (économiques, symboliques, techniques, etc.) et des pouvoirs qu'elles confèrent sur le champ; c'est cette position structurale qui oriente les 'prises de position' de ses 'responsables', leurs stratégies en matière de publication d'ouvrages....³³

³² BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

³³ “... cada editora ocupa, com efeito, em um momento dado, uma posição no campo editorial que depende de

Além da categoria de campo editorial também utilizamos como referência o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, no intuito de melhor compreender a trajetória dos agentes que se destacaram no campo editorial e que materializaram as relações entre as esferas intelectuais e políticas. A respeito do campo editorial, as questões estariam em torno da criação de bens culturais, da apropriação da cultura, assim como da relação com as organizações culturais criadas pelo Estado. A utilização da categoria conceitual *habitus* é para viabilizar o entendimento da ação dos agentes como aquela que não se limita a executores das políticas dos "aparelhos", embora essa condição não seja totalmente ausente, mas que ao mesmo tempo esta ação não seja estritamente uma ação individual.

Em suas obras, Bourdieu propõe analisar o funcionamento do campo para localizar os conflitos nas esferas de poder. Nesse sentido, não só os fatores externos, de mercado, seriam definidores das políticas editoriais e nem apenas a motivação individual, do sujeito empreendedor, mas o que determina o papel do editor e de sua editora é um conjunto de disposições socialmente adquiridas. Com estes pressupostos, Bourdieu realiza uma pesquisa substancial do campo editorial francês³⁴ e apresenta um grande volume de informações para construção das categorias pertinentes à estrutura desse campo.

Outro ponto a ser debatido tendo seus estudos como referência, é o que diz respeito ao papel do editor. Bourdieu identifica o editor como aquele que possui o poder de legitimar um intelectual ainda em ascensão, de reforçar ou alterar posições no campo e interferir nas próprias regras que estruturam esse campo. Além disso, dada a sua função no mercado intelectual, o editor ocupa ainda uma posição privilegiada na tarefa de fazer a ligação entre intelectuais e o público.

Para Bourdieu, a produção do editor ao aproximar o setor econômico do campo intelectual mostra seu compromisso com o espaço do mercado dos bens simbólicos que articula o que o autor denominou de "modos de produção cultural", a *arte pura* e a *arte comercial*. A análise do processo de constituição do agente social movido por interesses materiais mais imediatos, mas também por um estímulo ético e político configura melhor a expectativa sobre o papel do editor como aquele que materializa a tensão que o constitui. O

sua posição na distribuição de recursos escassos (econômicos, simbólicos, técnicos, etc.) e dos poderes por eles conferidos no campo; é esta posição estrutural que orienta as 'tomadas de posição' de seus responsáveis, suas estratégias em matéria de publicação de obras...". BOURDIEU, Pierre. Une révolution conservatrice dans l'édition. In *Actes de la recherche en sciences sociales*, mars, v. 126/127, 1999, p. 3-4.

³⁴ Cf: BOURDIEU, Pierre. op. cit., 1999.

editor, ao mesmo tempo em que dialoga com seu público, também se subordina às condições simbólicas e econômicas estabelecidas no mercado.

A relação do mercado editorial e dos grupos intelectuais com o aparelho do Estado são complexas e variadas, e as instituições vinculadas direta ou indiretamente ao poder político lutam pela hegemonia intelectual, tornando os projetos editoriais suportes de lutas ideológicas. Bourdieu estabelece, ainda, a relação entre o exercício desse papel e os processos de consagração que envolvem tanto o produtor quanto o comerciante da obra. Segundo ele,

o comerciante de arte é inseparavelmente aquele que explora o trabalho do artista fazendo comércio de seus produtos e aquele que, colocando-o no mercado de bens simbólicos pela exposição, publicação ou encenação, assegura ao produto da fabricação artística uma consagração tanto maior quanto mais ele próprio for consagrado. Ele contribuiu para fazer o valor do autor que ele defende pelo simples fato de levá-lo à existência conhecida e reconhecida, de assegurar sua publicação (em sua editora, na sua galeria, em seu teatro, etc.) oferecendo-lhe em garantia todo capital simbólico que acumulou, e de fazê-lo entrar assim no ciclo da consagração que lhe introduz em companhias cada vez mais escolhidas e em lugares cada vez mais raros e procurados.

O mercado editorial combina características do mercado de bens simbólicos com regras de funcionamento estritamente econômicas, mas o sucesso de uma iniciativa editorial depende tanto da pertinência de um determinado programa editorial quanto do momento cultural e político e às características do mercado consumidor existente.

Identificaremos as tomadas de posição dos agentes dessas editoras no interior de seu campo de atuação, ou ainda, em seu *microcosmo editorial*. Dessa forma, poderemos analisar as disputas próprias do campo editorial brasileiro e delimitar os possíveis espaços políticos e culturais de inserção dessas editoras, qualificando seus projetos. Como também poderemos verificar que suas posições nas estatísticas do mercado não são exclusivas para garantir sua posição (consagrada, respeitada, de poder) política e cultural, quando as categorias do próprio campo é que ditam as posições.

São raros os estudos analíticos que abordaram o tema da atividade editorial brasileira através de um mapeamento tão abrangente quanto Bourdieu o fez para o caso francês. Como veremos a seguir, os estudos sobre editoras brasileiras ainda são escassos, todavia podemos destacar alguns deles fundamentais para nossa discussão historiográfica.

1.2. Editoras brasileiras como objeto de estudo

Os estudos em História Cultural há muito tratam da história do livro no Brasil, mas poucos se detiveram numa história das editoras. Recentemente esse quadro tem mudado, embora a produção historiográfica brasileira não tenha apresentado grande volume de trabalhos que tratassem de editoras brasileiras, mas tem contribuído para a compreensão das condições de edição de livros no Brasil, numa perspectiva que se afasta das análises exclusivas de conteúdo e de recepção da leitura, abordagens predominantes nos estudos já existentes de história do livro no Brasil.

Elaboramos um mapeamento das pesquisas que tomaram as editoras brasileiras como objeto de estudo para selecionarmos aqueles pertinentes a nossa abordagem. Tais estudos resultam de pesquisas de pós-graduação ou livros elaborados por pessoas do próprio meio editorial, sendo muitos da área de comunicação. Estes trabalhos, de forma geral, têm como objetivo retomar trajetórias de editoras ou são biografias de editores³⁵.

Do conjunto dessas pesquisas selecionamos para discussão as que apresentaram maiores semelhanças com o nosso trabalho. Entre elas estão duas pesquisas que elegeram para reflexão o papel de editoras brasileiras na ditadura militar e, sobretudo, porque apresentam pontos centrais da nossa discussão sobre a ação editorial nesse período: *Consagrados e Malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*, de Luiz Renato Vieira; *Editoras*

³⁵Dentre os estudos sobre EDITORAS brasileiras podemos destacar: AMORIM, Sônia Maria de. *Em busca de um tempo perdido*: Edição de literatura traduzida pela editora Globo (1930-1950). São Paulo: Edusp, São Paulo: Com-Arte, Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1999; BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000; BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras Universitárias no Brasil*: uma crítica para a reformulação da prática. São Paulo: Edusp, São Paulo: Com-Arte; Curitiba: Edufpr, 2001; IUMATTI, Paulo Teixeira. *50 anos de Brasiliense*. São Paulo: Brasiliense, 1993; MARTINS FILHO, Plínio. *EDUSP: um projeto editorial*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001; MARIZ, Ana Sofia. *Editora Civilização Brasileira: o design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)*. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-graduação em Design, PUC, Rio de Janeiro, 2005; MORAES, Pedro de. *Fidalgos do café e livros do Brasil*: Monteiro Lobato e a criação das editoras nacionais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ, 1995; PASSIANI, Ênio. *Na trilha do Jeca*: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001; SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. *Editoras de oposição na abertura (1974-1985): negócio e política*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005; SORÁ, Gustavo. *Brasilienses*: - a casa José Olympio e a instituição do livro nacional. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998; VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos: os intelectuais e a editora civilização brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

Dentre os estudos sobre os EDITORES brasileiros podemos citar: FELIX, Moacyr (Org.). *Ênio Silveira: arquiteto das liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). São Paulo: Edusp, 1992; FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). *Jorge Zahar*. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2001, (Coleção Editando o Editor, v.5); IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Júnior, historiador e editor*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

de Oposição no Brasil no período da abertura: negócio e política (1974-1985), de Flamarion Maués Pelúcio Silva.

Primeiramente destacamos o livro *Consagrados e Malditos - Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira* de Luiz Renato Vieira no qual abordou a editora *Civilização Brasileira* e o grupo que a circunscrevia nos anos 60. Este trabalho foi pioneiro dentre aqueles que pesquisaram editoras brasileiras e um dos poucos que estudou a *Civilização Brasileira* nos anos 60 examinando sua ação política³⁶. São mais comuns estudos sobre os temas apresentados na Revista *Civilização Brasileira*, publicada pela editora logo após o golpe de 64, para uma análise de seu conteúdo progressista e de oposição ao regime devido a sua grande repercussão até 1968³⁷. O autor concentrou sua análise no momento de publicação da Revista para compreender a atuação do “grupo civilização” imediatamente após o golpe.

Alguns momentos da história política brasileira podem ser considerados de maior probabilidade para a formação de oposições ao *status quo*, como nos regimes autoritários. No caso das pesquisas sobre editoras já havíamos identificado em estudo anterior³⁸ que no período final da ditadura militar, vários livros foram lançados com intuito de criticar e aumentar a oposição ao regime ao mesmo tempo em que havia um mercado consumidor favorável a temas com essa abordagem.

Para sua análise, Vieira, baseou-se no conflito vigente no novo quadro político brasileiro, após o golpe militar de 1964, que ameaçava a legitimação da posição política de muitos intelectuais. Segundo o autor,

... as alterações ocorridas no campo político, (...) geram um aprofundamento nos padrões de legitimidade do campo intelectual. É evidente que essa autonomia é relativa e que depende diretamente do

³⁶ Com tema semelhante realizei a monografia de conclusão do curso de graduação, quando conheci o trabalho de Luiz Renato Vieira. Minha pesquisa, intitulada *Civilização Brasileira – revista e editora: uma trajetória como veículo de contra-hegemonia*, priorizou a análise do *corpus* da Revista *Civilização Brasileira* (1964-1968) vinculando-a ao papel de sua editora na resistência ao novo regime.

³⁷ Os estudos identificados sobre o conteúdo da Revista *Civilização Brasileira* são: AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968) - Projeto Cultural em Revista*. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Letras, UFRJ, 1999; CHRISTOFARO, Paulo Rubens. *Revolução, nacionalismo e democracia na RCB*. Dissertação (Mestrado em História). PUC/SP, 1996; MOTTA, Carlos Guilherme. Capítulo A *Época de Revisões Radicais e Aberturas Teóricas (1965-1969)* In: *A Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Editora Ática, 1998; MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da, *A época de ouro dos intelectuais vermelhos - uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRJ, Rio de Janeiro, 1994, PÉCAUT, Daniel. O intervalo de 1964-68. Bloqueios estruturais e hegemonia da esquerda intelectual, capítulo 3 de *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990; SILVA, Rene Marc da Costa. *A Cidadania em Revista: intelectualidade, política e a questão racial na RCB*. Dissertação (Mestrado em História). UNB, 1993.

³⁸ XAVIER, Andréa Lemos. *Civilização Brasileira - revista e editora: uma trajetória como veículo de contra-hegemonia*. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

*interesse político do Estado em permitir um certo nível de oposição intelectual.*³⁹

Para o autor, ao mesmo tempo em que o campo intelectual acreditou na possibilidade de retornar à sua posição na esfera política, deparou-se com o prolongamento da ditadura. Segundo Vieira, a intelectualidade "progressista" da época tomou a posição de contestação ao poder militar afirmando sua condição de intelectual crítico e nacionalista, opondo-se assim ao "pólo negativo na escala de legitimação intelectual"⁴⁰, que são os identificados com o poder estabelecido, os vitoriosos antinacionalistas do golpe. As limitações impostas pelo Estado tornaram "o campo intelectual (...) subordinado ao campo político, que impõe limites, critérios e condições para o seu funcionamento."⁴¹ Para o autor, a editora teria um papel de patrocinadora de importantes publicações, produtora de uma revista de grande influência, centro de articulação de muitos intelectuais cariocas e impulsionadora de um significativo e diversificado movimento político-cultural.

A análise sociológica de Vieira centra-se não só no contexto da história recente do Brasil como busca reconstituir o papel de uma intelectualidade carioca para melhor compreender "a passagem das concepções autoritárias àquelas que consideram a intervenção do povo na cena política"⁴². Nesse sentido a análise de Vieira tem pontos de aproximação com nossa pesquisa, já que se busca tratar das formas pelas quais os intelectuais contribuíram, efetivamente, para uma participação política que incorporasse os interesses de diversos setores da sociedade brasileira. Além de considerarmos os depoimentos adquiridos pelo autor em sua pesquisa, principalmente, para os anos da ditadura, investigamos a atuação do editor após o golpe, sobretudo, por meio da documentação da polícia política. Mesmo com caminhos distintos de análise sobre a mesma editora e editor, seu estudo será uma referência importante na discussão do capítulo 3, o que justifica apresentar aqui apenas algumas de suas conclusões sobre o papel do editor.

Em sua abordagem entende a função editorial como aquela que, junto com a universidade e instituições de pesquisa, assim como com determinados setores da mídia, compartilham do "poder de legitimar um intelectual em ascensão, de reforçar ou alterar posições no campo, sendo mesmo capaz de interferir de maneira privilegiada nas próprias

³⁹ VIEIRA, Luiz Renato. op. cit., p. 63.

⁴⁰ Ibid., p. 57.

⁴¹ Ibid., p. 58.

⁴² Ibid., p. 192.

regras que estruturam esse campo”⁴³. Para o autor, Ênio Silveira teve um percurso político, intelectual e empresarial, no entanto, analisou suas ações empresariais apenas na construção da linha editorial no interior da editora.

O outro estudo que selecionamos é mais recente, elaborado como dissertação de mestrado em História Econômica, intitulado *Editoras de Oposição no Brasil no período da abertura: negócio e política (1974-1985)*, defendida na USP em 2005 por Flamarion Maués P. Silva. O autor faz um mapeamento das editoras de oposição no Brasil e analisa três editoras criadas em São Paulo nos anos 70 do século XX, são elas: Livraria e Editora Ciências Humanas; Kairós Livraria e Editora; e Editora Brasil Debates.

Flamarion apresenta um breve panorama da conjuntura da época (de 1968 a 1985) para mostrar o crescimento de uma literatura política a partir da radicalização da oposição no período 1968/73, diante da intensificação da ditadura, e cujo crescimento foi progressivo até o final da década.

O autor destacou o fato do fim da censura, em 1979, ter contribuído para o fortalecimento do mercado editorial na época, tendo em vista a nova demanda por livros de política, e como verificou Sandra Reimão realmente houve um aumento das vendas de não ficção⁴⁴. Para o autor, a partir daí pode-se afirmar que ocorreu um “movimento editorial” das editoras de oposição e conclui que em meados de 70 houve:

uma revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo militar iniciado em 1964. Editoras já estabelecidas, como a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra, voltaram a atuar de forma bem mais ousada politicamente, editando livros que tratavam de temas que punham em questão a ideologia, os objetivos e/ou os procedimentos do regime de 1964 ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. (...) também surgiram novas editoras com um projeto muito parecido com este e muitas vezes criadas com objetivos políticos. Alguns exemplos são as editoras Alfa Ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Veja e Livramento, entre outras.⁴⁵

⁴³ Ibid., p. 71.

⁴⁴ O estudo de Sandra Reimão mostrou que a literatura política prevaleceu nas listas dos mais vendidos do início até fins da década de 70, cujos autores de maior destaque foram: Pedro Nava, Clarice Lispector, Osman Lins, Lígia Fagundes Telles e Raquel de Queirós, que estavam entre os seis mais vendidos entre 1973 e 1975. No final da década os mais vendidos eram livros de não-ficção, entre eles, autores como Eduardo Galeano, Kurt Mirow, Moniz Bandeira, Mario Lago, etc⁴⁴.

⁴⁵ SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*, 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005, p. 18.

O autor diferencia o conjunto das editoras de oposição entre aquelas que tinham, ou não, vinculações com organizações políticas (organizações políticas partidárias) definindo-as, respectivamente, como “editoras de oposição engajadas” e “editoras de oposição”. Apesar do autor afirmar que são editoras de oposição engajadas aquelas que “publicavam predominantemente livros de oposição e tinham envolvimento político claro, isto é, tinham vínculos com organizações políticas oposicionistas, caracterizando-se algum tipo de vinculação entre empresa e organização política”⁴⁶, observamos que foram identificadas nesta classificação todas aquelas com vínculo partidário.

Esse novo quadro de fortalecimento do mercado editorial na segunda metade dos anos 70 tornou-se favorável para que “a atividade editorial (nos anos da abertura) passou(asse) a ser uma alternativa”⁴⁷. Acreditamos que a ação editorial foi uma das alternativas para se fortalecer a luta democrática na abertura. O autor mostrou que houve um aumento de editoras de oposição “engajadas” criadas naquele contexto, mas com curto período de existência. Foram elas:

Tabela 1 – Editoras de oposição – Ano de fundação

SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO
Alfa-Ômega (1973)	Achiamé (1978)
Anita Garibaldi (1979)	Avenir (1975)
Brasil Debates (1979)	Civilização Brasileira (1932)
Brasiliense (1943)	Codecri (1972)
Ched Editorial (1980)	Graal (1977)
Ciências Humanas (1978)	Opção (1978)
Cortez (1980)	Vozes (1901)
Edições Populares (1977)	
Escrita (1980)	
Global (1973)	
Hucitec (1971)	
Kairós (1978)	

⁴⁶ Ibid., p. 55.

⁴⁷ SILVA, Flamarion, op. cit.

Livramento (1978)
Marco Zero (1980)
Palavra Editora
(1980)
Paz e Terra (1966)
Polis (1977)
Quilombo (1970)
T.A.Queiróz (1978)
Versus (1977)

Entre as 27 editoras listadas apenas as editoras Vozes, Civilização Brasileira e Brasiliense já existiam antes do golpe. Não foram criadas naquele momento, mas foram editoras com atuações de oposição também no regime militar pós 64. Portanto, essas três se caracterizam como editoras “engajadas” mas que construíram suas ações ao longo de suas existências e não apenas no processo de abertura, como as outras da lista.

Utilizando outra denominação sobre a função política de oposição das editoras no Brasil, Laurence Hallewell identificou as “editoras progressistas na república populista”⁴⁸, ainda antes de 1964. O autor identifica em sua pesquisa as seguintes editoras: Civilização Brasileira, Brasiliense, Fulgor, Tempo Brasileiro, José Álvaro e Zahar Editores.

Já para o período pós-64, Laurence Hallewell dá grande destaque para atuação da editora Civilização Brasileira e acrescenta ainda em seu quadro de “editoras de esquerda da abertura”⁴⁹ as seguintes editoras: Alfa Ômega, Global, Graal, Codecri e Edições Populares. A nosso ver o mapeamento de Flamarion é mais extenso para o período da abertura, pois inclui também essas editoras mencionadas por Hallewell, possibilitando uma visão mais realista do conjunto de editoras daquele período.

Como apontamos acima, entre as editoras criadas antes do período da ditadura militar e que atuavam na oposição ao regime, destacamos a Editora Civilização Brasileira, pois seu editor Ênio Silveira já demonstrara sua ação editorial “engajada” desde começo dos anos 60, seja com a publicação e o sucesso de Cadernos do Povo Brasileiro ou com o lançamento da Revista Civilização Brasileira. Lembramos que a partir da Anistia em 79, marco defendido pelo autor para a caracterização do espaço editorial como alternativo, diversos setores voltaram à cena política reorganizando suas ações e, no entanto, o espaço editorial, ou mesmo

⁴⁸ HALLEWELL, op. cit., p. 539-540.

⁴⁹ Ibid., p. 590 e 596.

da imprensa e dos intelectuais em geral não seria necessariamente um espaço exclusivo para ocupar uma posição alternativa. Estamos diante da reorganização de diversos setores culturais e políticos. O espaço editorial é um dos espaços possíveis de realização de projetos. A particularidade dos espaços editoriais tomados como espaços políticos de militância ou de atuação dos intelectuais de oposição e, ainda, como objeto de estudo da história ocorre, portanto, porque são canais de difusão de idéias, consagração de autores, mas também são capazes de revelar a construção histórica do papel dos intelectuais na sociedade capitalista contemporânea em que pese a reprodução ou não de projetos culturais de editores-empresários-militantes.

Nossa perspectiva de trabalho é buscar a articulação desses três elementos (editores-empresários-militantes) na ação dos editores de duas editoras “engajadas”, para usar a denominação de Flamarion, ao longo do regime militar. Dessa forma seu estudo de caso das três editoras paulistas ligadas institucionalmente a partidos políticos é de grande contribuição a nossa reflexão.

As editoras mapeadas pelo autor em sua maioria foram criadas na década de 70 e tiveram tempo de vida curto: foram fundadas em 1978 ou 1979 e sobreviveram até início dos anos 80. Foram elas: a editora Ciências Humanas, criada em 1978 por professores e alunos de pós-graduação da USP e simpatizantes do PCB; a editora Kairós, fundada em 1978 por estudantes trotskistas militantes da OSI (Organização Socialista Internacionalista) e militantes do PC do B; e a editora Brasil Debates, criada em 1979 por membros do comitê central do PC do B.

Os motivos apresentados pelo autor para a falência dessas empresas merecem algumas observações. O primeiro diz respeito ao fato do êxito da empresa estar diretamente ligado ao êxito do projeto político, portanto, no momento em que este fora derrotado a editora também não sobreviveria.

No caso das editoras em geral entendemos que o êxito de seus projetos políticos, quaisquer que sejam eles, sempre dependerá das condições materiais para manter suas empresas. Ainda assim concordamos com o fato das iniciativas editoriais que partiram de membros efetivos de partidos ou organizações políticas de esquerda terem desabado quando aquele projeto político perdera êxito. Ressaltamos, então, que nos casos dessas editoras analisadas pelo autor isto ocorreu, principalmente, porque seus projetos políticos estavam vinculados exclusivamente às ações de resistência de um contexto particular, de ditadura civil-militar, e, ainda porque, publicar livros fazia parte de uma das atividades de militância de setores em oposição.

O segundo ponto de conclusão do autor é sobre a “incapacidade administrativa” que caracterizou essas editoras, reforçando então que o lado empresarial não predominava, onde as empresas eram instrumentos de ação política e não tinham interesses econômicos. Certamente, nesses casos, as empresas foram criadas para concretizar fins políticos ou de militância política e, portanto, destacamos que elas produziram tipos diferenciados de empresários no campo editorial brasileiro. Defendemos, então, que as novas condições do mercado impostas aos editores também foram construídas por parte deles e, conseqüentemente, as editoras de oposição ficaram subordinadas no conjunto da produção editorial brasileira. Isto não ocorreu apenas pela “incapacidade administrativa” das editoras de oposição, mas dificuldades materiais das pequenas empresas em sobreviver financeiramente. Ao profissionalismo supostamente inexistente ou “amador” na visão de Flamarion acrescenta-se o fato de que no período da abertura várias editoras passaram a publicar autores de esquerda, inclusive as grandes. Esse é um fator que retirou daquelas pequenas editoras de oposição a exclusividade da divulgação de certas obras, enquanto agiram em defesa de reforçar a luta democrática, outras editoras encontraram nos mesmos autores e obras o filão de vendas. Por exemplo, o caso da Editora Abril, que teve um grande sucesso editorial com as coleções Os Pensadores e Os Economistas, publicando autores de diversas linhas de pensamento, não representava por isso uma ação política de oposição, mas entrava no mercado de livros para competir e conquistar mais leitores de seus livros.

O último aspecto de sua conclusão diz respeito à linha editorial não ter sido diversificada mantendo a publicação de livros “engajados”. Realmente a falta de uma estratégia propriamente editorial, que na época já era realizada por outras editoras, contribuiu para seu enfraquecimento comercial.

Portanto, relativizamos a conclusão do autor com relação à “incapacidade” das editoras de oposição, cuja origem para ele estaria na própria natureza do tipo de editora, gerando naquela ocasião a falência pelo fim de seus projetos políticos. Valeria uma discussão desses projetos editoriais de oposição à luz das condições materiais das pequenas editoras em geral para dessa forma afirmarmos se os limites de seu empreendimento estão mesmo na natureza de seu projeto político, o qual se desdobrou na criação da empresa de livros. Nossa suposição é de que não foi exclusivamente o contexto político do final da ditadura que abalou e retirou dessas editoras a função de publicar autores e obras relevantes do pensamento de esquerda mas o contexto econômico que reorientou o mercado de livros da abertura para as pequenas empresas de livros.

Ainda assim, seguindo a análise do autor podemos concluir que os projetos daquelas editoras tiveram sobrevida por se tratarem de imprimir uma força política de resistência, estratégica e de efeito imediato, ao contrário das editoras que tomamos para investigação. O papel empresarial, intrínseco a função do editor, não ocupa na reflexão do autor um espaço de análise porque ele teria inexistido em sua “incapacidade administrativa” pela natureza do projeto político da editora.

Quando propomos abordar as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, defendemos o estudo de duas editoras que teriam desde sua criação tais objetivos e que, não abandonando seus projetos políticos (que não se limitavam ao espaço da empresa) conseguiram se manter como empresas (também em situação não favorável) na abertura. Foram editoras que tradicionalmente mantiveram suas linhas editoriais oposição, publicando o pensamento crítico e intelectuais de esquerda no Brasil.

Para análise do papel de editoras caracterizadas por iniciativas políticas de oposição “engajadas”, empregadas por Flamarion para o conjunto das editoras mapeadas em sua pesquisa, nas quais se encontram pertinentemente as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, destacamos o papel dos editores, como empresários e militantes, por meio do estudo do campo editorial, que se justifica pelas possibilidades metodológicas de identificar características próprias do meio editorial, demarcadas em espaços exteriores ao espaço das empresas mas que se articulam a elas, ou mesmo são criados por elas.

Entre outras características das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense podemos citar que elas eram localizadas nos principais centros urbanos do país, lócus de crescimento do mercado de bens culturais; eram editoras que possuíam livrarias. O ponto principal de aproximação dessas editoras é que foram expressão de luta ao longo de sua existência e não em um momento apenas, não foram editoras de oposição “de momento”.

Entendemos que as editoras são lugares de organização material da cultura, portanto, a consolidação de seus projetos depende da articulação de seus editores no campo editorial. Não basta, entretanto, que tenham publicado um maior número de autores cuja linha de pensamento fosse de esquerda, mas a particularidade dessas editoras é que foram expressão de projetos contra-hegemônicos ao publicarem determinados textos e autores para além do volume dessas publicações “de esquerda”.

Diferentemente da ação editorial analisada por Flamarion, diretamente orientada pela ação político-partidária, em nosso trabalho, nos casos das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, defendemos que as ações de seus editores, em diferentes graus, são militantes,

porém, uma militância que não foi determinada por orientações político-partidária, apesar de seus fundadores (ou principal editor) terem sido membros do PCB.

A nosso ver, o estudo das condições de publicação das editoras oferece elementos para analisar, historicamente, o projeto político-cultural que está presente numa ação editorial. No desenvolvimento dessa pesquisa pretende-se aprofundar a análise das formas pelas quais seus editores organizaram e divulgaram seu projeto, pois eles expressaram uma ação representativa de um projeto de participação política a partir do espaço editorial, no longo processo da ditadura civil-militar.

Em nossa pesquisa a ação editorial foi reconstituída ao longo das trajetórias das editoras. Nossa proposta metodológica está baseada no conceito de campo editorial⁵⁰ de Pierre Bourdieu, como já apresentamos no item anterior. O funcionamento do chamado campo editorial brasileiro exigiria um mapeamento bem mais amplo do que nos propusemos neste trabalho. No entanto, para o recorte aqui proposto é necessário dimensionar os lugares e as formas de atuação dos editores da Civilização Brasileira e Brasiliense. Defendemos que suas ações ocorreram no espaço próprio da empresa-editora, e se desdobrou, ainda, em suas atuações nos sindicatos patronais e nos órgãos públicos.

Pretendemos mostrar como os editores das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense atuaram ao longo da existência de suas empresas na construção de seus projetos editoriais, sabendo que toda ação editorial é, pela própria natureza da condição de editor e da lógica de funcionamento deste tipo de empresa, uma ação contraditória. Por um lado, são responsáveis por escolhas criteriosas da publicação de autores e textos formando sua linha editorial conforme sua visão de mundo; e por outro, são forçadas a definir estratégias puramente comerciais para existirem.

No caso dessas editoras nossa suposição é de que o fato de privilegiarem publicações políticas ou politizantes, formando uma linha editorial crítica acima de tudo, consagrando autores de ficção e não ficção, elas expressariam projetos culturais progressistas, mesmo no interior da burguesia nacional. Porém, como membros de sindicatos, representantes dos interesses empresariais do livro, atuam em consonância com o projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro em que pese os interesses político-econômicos do setor, em um dos casos atuando inclusive como dirigente. Juntos, esses editores, formavam uma fração

⁵⁰ Como o campo editorial se constitui da ação de seus agentes que muda à medida que suas conquistas econômicas, políticas e culturais passam a ocupar posições distintas em sua dinâmica (maior ou menor capital social, cultural, econômico, simbólico), entendemos que, ao analisar a função dessas entidades, não só discutimos o papel do Estado, como já destacamos neste item, mas, ao mesmo tempo, o funcionamento de um dos espaços formadores do campo editorial brasileiro, ainda porque a história de um campo é a história da luta entre os concorrentes no interior de um campo.

dominada da classe dominante com particularidades a serem debatidas nos próximos capítulos.

Nesse sentido, buscaremos retomar as histórias de suas editoras identificando suas posições políticas progressistas como primeiro passo para análise de seus projetos político-culturais.

A noção de trajetória vem sendo utilizada no campo das ciências humanas em estudos biográficos, que buscam recuperar a história de vida e dela construir uma narrativa cronológica. Ao contrário desta perspectiva, trabalhamos com uma idéia de trajetória que busca compreender as condições históricas de atuação dos homens, não encerrando assim numa retrospectiva da vida de alguém, mas na análise histórica do conjunto das ações em torno de um agente em particular.

As trajetórias editoriais às quais nos referimos dizem respeito ao histórico das ações dos editores que criaram e deram continuidade às empresas editoriais Civilização Brasileira e Brasiliense até meados da década de 1980. Concordamos com a proposta de Pierre Bourdieu ao afirmar que a história de vida

(...) leva à construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes.(...) Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado.⁵¹

Para elaborarmos um quadro em que possamos compreender as relações objetivas existentes no universo político-cultural das editoras foi necessário identificar os lugares de atuação de seus editores assim como mostrar tais ações. A elaboração do quadro no qual identificamos as posições e mudanças de posições das editoras e/ou de seus agentes ocorreu por meio da proposta metodológica de Pierre Bourdieu em seu trabalho sobre o campo editorial francês. Respeitando as particularidades de sua produção, procuramos construir um mapeamento mais genérico que nos fornecesse subsídios para o entendimento da dinâmica do campo editorial brasileiro e, então, conferir às editoras Civilização Brasileira e Brasiliense uma análise de suas posições nas diferentes condições de publicação ao longo de suas

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, p. 81-82.

histórias. Os determinantes dessas posições foram identificados em cada caso particular, respeitando seu momento histórico.

Pierre Bourdieu qualifica esses determinantes como *determinantes das estratégias*. Para ele, o próprio nome escolhido para a empresa “explicita o lugar de uma política editorial própria”, pois nesse momento a política editorial desta empresa já está caracterizada ou definida e sua posição no campo está assim delimitada. Pretendemos identificar as principais estratégias das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense ao longo de suas histórias para analisar seu projeto editorial.

Para analisar o *habitus* dos editores e, ao mesmo tempo suas tomadas de posição no campo editorial, construímos suas trajetórias, desde a criação da empresa até a década de 1980. Segundo Bourdieu,

a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura de um campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo.⁵²

Ainda nas palavras de Bourdieu, “os lugares de decisão visíveis não são autônomos, mas são resultado da produção de uma seleção regrada pela complexidade dessa lógica”. Dessa forma é preciso compreender a visão estrutural do jogo e dos jogadores, identificar a presença de capital social e capital simbólico - que não está determinado unicamente pelo econômico, mas pelas relações complexas que contemplam aspectos financeiros (capital), comerciais (difusão) e familiares - com base nas *estratégias*. E também apreender o nível de autonomia desse espaço considerando a participação dos sócios.

Ao identificar as tomadas de posições e ações mais particulares dessas editoras poderemos analisar o sistema de relações sociais no qual elas estavam inseridas em determinado momento histórico.

Em estudo intitulado “Campo intelectual e projeto criador”, Pierre Bourdieu afirmou que os editores têm a função principal de “juízes do gosto”. As categorias próprias do campo editorial brasileiro e o seu funcionamento interno nos permitem compreender quais são as regras do interior do campo, como elas se mantiveram ordenadas ou posicionadas e como seus principais agentes se articulavam. Vale ressaltar que não há nenhuma pretensão de se fazer

⁵² BOURDIEU, op. cit., p. 71-72.

uma história do campo editorial brasileiro, mas construir uma reflexão que compreenda alguns dos múltiplos determinantes de seu funcionamento.

As trajetórias editoriais que abordamos dizem respeito às editoras que se caracterizam, *a priori*, como aquelas editoras que, pertencendo ao conjunto das editoras de oposição na abertura, apresentado por Flamarion Silva, se destacam por atuarem ao longo de suas histórias, e não apenas no momento da abertura, na criação de condições para a formulação da crítica e na politização, assim como na atuação oposicionista às ditaduras brasileiras.

Em particular, os casos das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense serão aqui demonstrados a partir da análise de suas trajetórias, para explicitar suas particularidades em diferentes momentos históricos, quando, não só após 64, incrementaram os quadros da esquerda, como ao longo do movimento pela redemocratização. É nesse sentido que procuramos delimitar nosso objeto de estudo quanto a participação de editoras e/ou editores no processo político brasileiro.

É necessário ainda compreendermos que, ao tratarmos das trajetórias dessas editoras partindo do pressuposto que são trajetórias contra-hegemônicas, definimos, *a priori*, que a oposição política que representaram era de base ideológica e não apenas estratégica. Entendemos que as editoras criadas em fins de 70 e com curto tempo de existência, mencionadas por Flamarion Silva, tiveram um perfil mais estratégico politicamente para aumentar o movimento de oposição. Não defendemos, no entanto, a existência de uma pureza na atuação das Editoras, Civilização Brasileira e Brasiliense, ao longo de suas histórias, mas entendemos que como expressão de projetos políticos-culturais elas se comprometeram em divulgar autores e textos que estimulavam o pensamento crítico, mantendo a linha editorial, e atuaram em diferentes frentes na defesa da democracia na política brasileira em toda a sua história.

É importante acrescentar que um dos objetivos é também considerar o papel do editor como produtor de livros, analisar a formação de sua linha editorial e do projeto político. Para isso buscamos compreender em linha gerais a formação da linha editorial e identificar os principais autores ou publicações para que seja possível analisar o papel desempenhado por elas no período⁵³.

⁵³ As editoras brasileiras não tinham a regularidade de organizar desde o início do funcionamento de suas empresas todos os títulos que publicavam. A Editora Civilização Brasileira tinha algumas listas elaboradas pelo próprio editor Ênio Silveira que, segundo ele, organizou entre os anos 1950 a 1970. Trabalhamos com a referência do catálogo produzido pelo Grupo Editorial Record em 1992, onde foram listados todos os livros do acervo da Editora Civilização Brasileira existentes no arquivo de sua propriedade.

Buscamos mostrar como o conceito de intelectual orgânico é apropriado para analisarmos o papel do editor tendo em vista sua função “individual” de eleger autores e textos publicáveis na construção de consciência, de hegemonia, por meio de seu papel pedagógico, educador. A discussão neste ponto está em torno do papel do intelectual orgânico.

As publicações são entendidas também como instrumentos de diálogo - no interior da classe dominante ou também entre a classe dominante e as classes subalternas - essa discussão no caso brasileiro deve considerar o analfabetismo alto e a baixa capacidade de se comprar livros. No entanto, se avaliarmos sob outro ponto de vista, de que as publicações - mesmo que circulem apenas entre frações da classe dominante leitora e compradora de livros - criam a possibilidade de novos pensamentos e podem reunir maior número de ações e projetos contra as análises que contenham princípios do pensamento conservador hegemônico. Esta seria uma função relevante dos editores nas suas escolhas editoriais com o compromisso político de setores progressistas da sociedade brasileira assumindo sua função de intelectual orgânico que representa os interesses das classes subalternas.

CAPÍTULO 2 – CAMPO EDITORIAL NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS

As trajetórias das Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense se confundiram à história da formação da atividade editorial brasileira ao longo do século XX, e seus editores, enquanto empresários do livro, assumiram nesse processo papéis diferenciados. Verificaremos, no quadro geral da consolidação do mercado de livros e da institucionalização das políticas públicas para o livro, qual o lugar ocupado por essas editoras e seus editores no campo editorial⁵⁴ brasileiro.

Para viabilizar esta análise pretendemos abordar a dinâmica de dois espaços centrais da constituição do campo editorial brasileiro ao longo do século XX: o mercado editorial, lugar da concorrência entre as empresas editoriais; e as políticas públicas para o livro, ou políticas editoriais, responsáveis pelas condições de desenvolvimento do setor. Sem a pretensão de abarcar toda a diversidade que o constitui, mas buscando uma visão geral de seu funcionamento num período extenso, destacamos duas grandes fases da formação do campo editorial brasileiro, separadas temporalmente pelo golpe civil-militar de 1964. Tanto para a análise do mercado editorial brasileiro, quanto para as políticas públicas para o livro utilizamos esse recorte temporal.

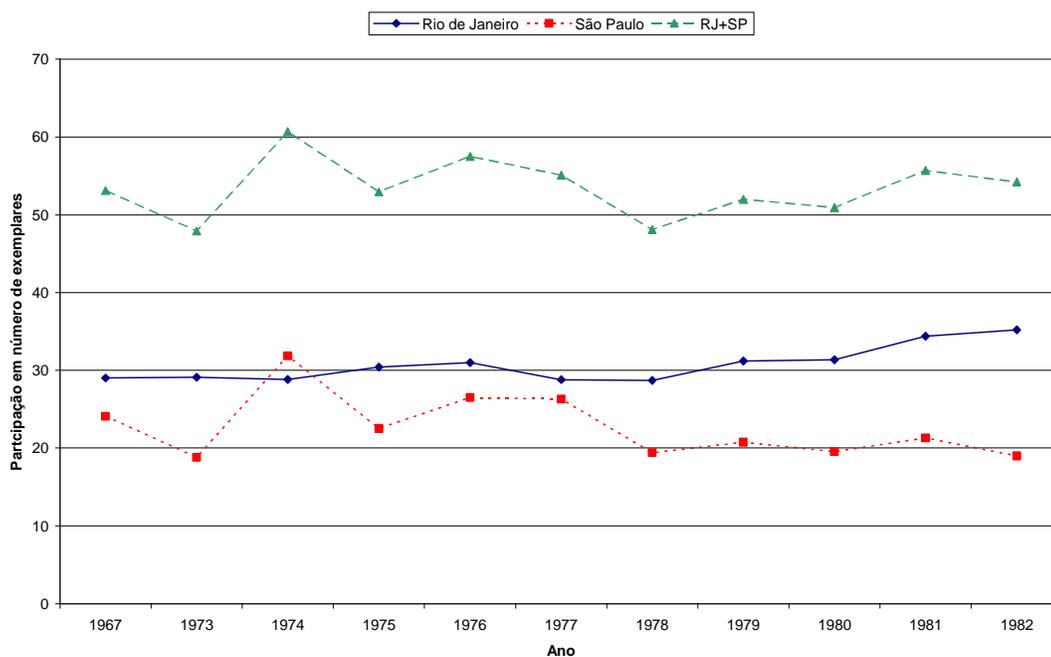
2.1. Panorama do mercado editorial brasileiro antes e depois de 1964

⁵⁴ O conceito de campo editorial de Pierre Bourdieu já foi apresentado no capítulo 1, apenas reforçamos aqui a idéia de que esses espaços que formam o campo editorial brasileiro são *locus* das relações de poder que sofrem modificações ao longo do tempo.

Para uma análise do mercado editorial brasileiro, podemos concentrar as informações na produção dos maiores centros editoriais⁵⁵ do país, Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos publicavam mais de metade dos exemplares produzidos no Brasil durante o regime militar, conforme pode ser visto na Tabela 2. Todavia, para compreendermos o processo de crescimento no qual a atividade editorial brasileira se consolidou nos anos 70, concentrando-se na região sudeste, e do qual faziam parte as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, foi necessário verificar quais eram as condições de produção de livros do momento precedente. Retomamos a fundação das editoras nacionais para caracterizar o funcionamento ainda incipiente dessa atividade que, apesar de ter início nos anos 1920, transformou-se num mercado editorial brasileiro somente entre os anos 1930 e 1950, quando então as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense foram criadas. Prosseguimos na análise do período pós-64 quando houve o grande impulso desta atividade e foram garantidas as condições de consolidação do mercado editorial durante os vinte anos de regime militar. Também foi nesse período que as editoras selecionadas conquistaram uma posição de maior destaque para a cultura brasileira, tornando-se espaços de expressão da oposição à ditadura civil-militar.

⁵⁵ A região sudeste foi favorecida pelo processo de industrialização, aumento de oferta no mercado de trabalho e aumento de consumidores, inserido ainda no quadro da consolidação do mercado de bens culturais, no qual as políticas culturais públicas tiveram papel fundamental para seus produtos: cinema, patrimônio, rádio, televisão e também livros.

Tabela 2 – Participação de Rio de Janeiro e São Paulo na produção brasileira ⁵⁶



O crescimento da atividade editorial brasileira pode ser evidenciado na situação pré-crise de 29. Até então, o volume de livros produzidos pelas editoras brasileiras era menor que o volume de livros editados e impressos no estrangeiro⁵⁷. Uma das razões para isto eram as diferentes alíquotas de imposto entre a importação de livros e a importação de papel. Na década de 10 o imposto para importação de livros era de 150 mil réis por quilo e para a importação de papel utilizado na impressão de livros era de 300 mil réis por quilo⁵⁸, portanto, a importação de livros era mais vantajosa que sua impressão. A importação de papel usado na imprensa não era taxada, o que motivava a utilização deste tipo de papel para a impressão de livros. Esta brecha foi fechada em 1926 quando o governo criou uma regra exigindo a existência de marca d'água no papel de imprensa importado. Para culminar esta maior facilidade para importação do livro impresso ao invés de edição local, durante esse período, os livros impressos em Portugal tinham a vantagem de serem importados sem imposto. No

⁵⁶ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 608.

⁵⁷ Apesar dos autores consagrados da literatura brasileira, do século XIX, ainda serem editados pela Garnier, com impressão no exterior, “com exceção (...) de pouquíssimos (...) , qualquer escritor brasileiro que quisesse ver impressa uma obra sua deveria encomendá-la diretamente aos impressores, por sua própria conta”.

HALLEWELL, op. cit., p. 311.

⁵⁸ HALLEWELL, op. cit., p. 224.

entanto, tais condições de importação foram afetadas pela crise de 29, como apresentamos a seguir.

2.1.1. Instauração e consolidação do mercado brasileiro de livros entre as décadas de 1930 e 1960

A crise de 29 provocou uma grande diminuição das exportações brasileiras. O produto mais vendido para fora do Brasil, o café, teve uma grande queda de seu valor exportado, que foi de 95 milhões de libras em 1929 para apenas 21 milhões de libras em 1931⁵⁹. Houve a queda da cotação do mil réis e o Banco do Brasil passou a ser responsável pelo controle do câmbio realizado nas importações e exportações⁶⁰. Dessa forma, o Banco do Brasil definia as condições das importações de livros e papel: seja do livro brasileiro impresso no exterior, do papel vindo de fora e utilizado para produzir o livro aqui, do próprio livro estrangeiro, mas também das máquinas e dos diversos equipamentos necessários para a produção do livro.

O quadro econômico provocava uma diminuição na capacidade de comprar bens importados, livros entre eles, conforme pode ser visto na Tabela 3. Não existem dados a respeito de todo o Brasil nesse período, os dados identificados são restritos a cidade de São Paulo, mas mostram, durante os anos de crise, um aumento na produção de livros: de 1,5 milhão de livros em 1929, antes da crise, para 2,5 milhões em 1936⁶¹.

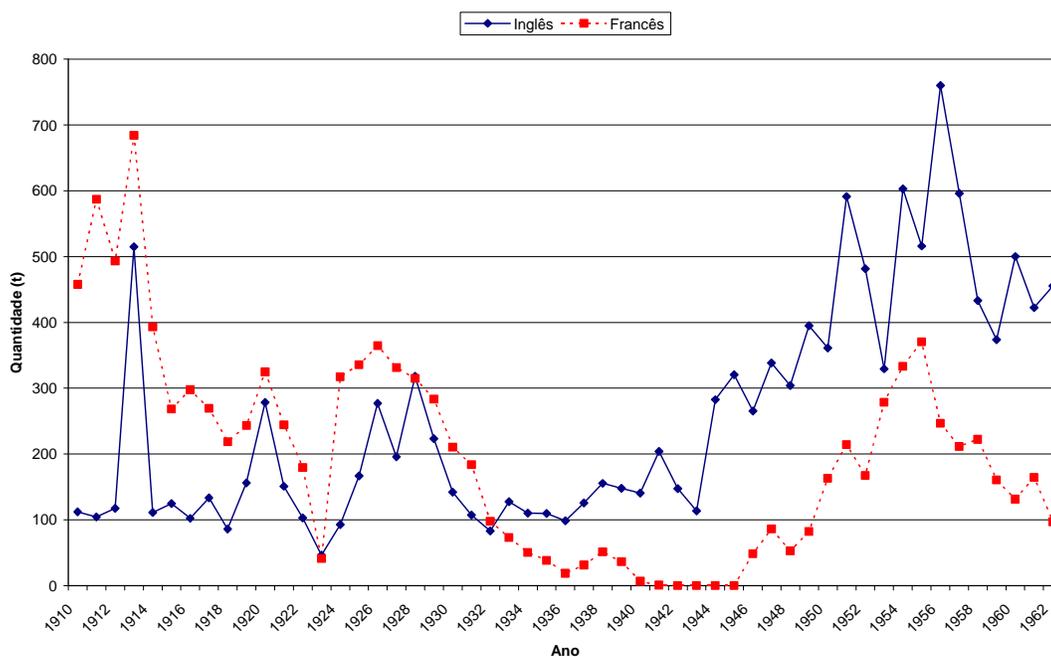
Além dessas novas concessões após a crise de 29, houve também outro momento de aumento da produção de livros no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, devido à dificuldade de fabricação e de transporte dos livros, conforme pode ser visto na Tabela 3. Foi também quando ocorreu o fim da preponderância da importação de livros em francês e o início da importação em maior volume dos livros em inglês, especialmente dos Estados Unidos, país menos afetado pela guerra.

⁵⁹ MENDONÇA, Sônia Regina de. *A industrialização Brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995, p. 38.

⁶⁰ Esse novo papel do Banco do Brasil se estenderá até 1945, quando tais funções foram transferidas para a SUMOC, porém, ainda, sob sua subordinação, funcionando como um departamento do Banco durante vinte anos. Depois disso, tais funções passaram para o Banco Central, permanecendo até hoje (KUPERMAN, Esther. *Da Sumoc ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008). Veremos também neste capítulo, quando analisarmos as políticas editoriais, alguns aspectos de sua função essencial e permanente para o mercado e a produção de livros.

⁶¹ HALLEWELL, op. cit., p. 397.

Tabela 3 – Importação de livros nas línguas francesa e inglesa⁶²



A dificuldade para importação – dos livros brasileiros impressos no exterior; dos livros estrangeiros, agora reduzidos aos de língua inglesa oriundos sobretudo dos EUA - abriu espaço para as editoras nacionais publicarem traduções de livros que anteriormente teriam sido importados. Editoras que se destacaram por fazer traduções nesse período foram Globo⁶³, José Olympio, Cia Editora Nacional/Civilização Brasileira⁶⁴ e Melhoramentos. Nesse período começou uma intensa profissionalização da atividade de tradução e, em alguns casos, os tradutores passaram até a fazer parte do quadro de funcionários da empresa⁶⁵.

Os resultados favoráveis para a produção de livros, a partir de mudanças na política econômica interna que se adequava à crise econômica mundial, podem ser demonstrados no grande volume de livros publicados. Em 1939, a produção de livros registrava o volume de 2 milhões de livros e com o crescimento do mercado a produção alcançou o número de 6,7 milhões de livros em 1946⁶⁶.

Esse crescimento ocorreu na primeira metade do século XX quando foram criadas pequenas e médias empresas editoriais, de capital nacional, cujos editores tinham um projeto

⁶² HALLEWELL, op. cit., p. 408-409 e 486-490.

⁶³ A Editora Globo não pertencia neste período ao grupo liderado por Roberto Marinho.

⁶⁴ Nessa época a editora Civilização Brasileira era uma subsidiária da CEN.

⁶⁵ A esse aumento do número de traduções também pode ser atribuído um outro fator: a intensificação da repressão político-cultural do Estado Novo, que censurava a publicação de certas obras de autores nacionais, como ocorreu com Jorge Amado e Graciliano Ramos, restringindo a edição de autores nacionais.

⁶⁶ HALLEWELL, op. cit., p. 314. Os dados referem-se apenas à cidade de São Paulo.

para seu empreendimento, que era movido por razões políticas de cunho nacionalista e/ou por razões de interesse pessoal ou familiar; e seu funcionamento e a linha editorial estavam centralizados no editor. Com esses traços gerais, as editoras existentes no Brasil, desde a criação da Monteiro Lobato & Cia e da Cia Editora Nacional, ambas de Monteiro Lobato, nos anos 20, iniciaram o destaque a autores nacionais, em contrapartida às editoras já existentes.⁶⁷

Entre os que podem ser chamados de editores pioneiros⁶⁸ dessa primeira metade do século XX destacam-se: nos anos 20, Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira; nos anos 30, Jose Olympio; nos anos 40, Jose de Barros Martins, Caio Prado Junior e Artur Neves e, nos anos 50, Ênio Silveira. O pioneirismo deles, em diferentes momentos históricos, pode ser entendido não só pela criação de editoras “nacionais” preocupadas com a divulgação de autores nacionais e temas⁶⁹ sobre a realidade brasileira, como defendeu Salgado, mas também, a nosso ver, pelo empenho para a organização empresarial do setor, iniciado nos anos 40 e que resultou em conquistas, a médio e longo prazo, para o desenvolvimento do mercado e da indústria de livros⁷⁰.

O quadro abaixo é bastante ilustrativo do grande número de editoras nacionais existentes já na metade do século XX, responsáveis pela configuração de um sistema editorial brasileiro. Mesmo apresentando posições diferenciadas no mercado, as cinco editoras pioneiras, mencionadas acima, integram a Tabela 4.

Tabela 4 - Número de títulos no ano de 1955⁷¹

(Exceto Brasiliense: 1954)

⁶⁷ Existiam editoras no Brasil desde início do século XIX, porém todas se caracterizavam, com exceção da Imprensa Régia, pelo empreendimento estrangeiro, com destaque para a tradução de obras estrangeiras, tais como Laemmert e Garnier. Em fins do século, além dessas editoras, também já existia a Francisco Alves, cujo editor de mesmo nome foi o primeiro editor brasileiro a manter uma linha editorial exclusiva de livros didáticos.

⁶⁸ Denominação dada por Gilberto Barbosa Salgado, aos primeiros editores tipicamente nacionais, ou seja, aqueles empenhados em publicar autores e temas nacionais (SALGADO, Gilberto Barbosa. *O Imaginário em Movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994).

⁶⁹ Um exemplo do empenho destes editores na publicação de temas brasileiros pode ser verificado nas seguintes coleções: *Brasiliana*, da Cia Editora Nacional de Octalles Ferreira; *Documentos Brasileiros*, da Jose Olympio; *Biblioteca Histórica*, da Martins e *Retratos do Brasil*, da Civilização Brasileira, Ênio Silveira.

⁷⁰ Essas iniciativas empresariais que garantiram resultados favoráveis para o setor livreiro serão estudadas mais adiante no item sobre Estado e políticas editoriais, ainda neste capítulo.

⁷¹ HALLEWELL, op. cit., p. 372

Posição	Editora	Número de Títulos	Posição	Editora	Número de Títulos
1	Companhia Editora Nacional	349	21	Civilização Brasileira	24
2	Melhoramentos	203	22	Científica	22
3	Francisco Alves	137	23	Forense	21
4	Editora do Brasil	100	24	Borsoi	20
5	José Olympio	83	24	Brasiliense	20
6	Saraiva	69	24	Paulinas	20
7	Progresso (Salvador)	66	27	O Cruzeiro	19
8	Pongetti	57	27	Noite	19
9	Vozes	50	27	Edameris	19
10	Globo	49	30	Vitória	18
11	Martins	47	31	Jornal do Commercio	17
12	Conquista	42	32	São José	16
13	Vecchi	41	33	Konfino	14
14	Agir	41	34	Coelho Branco	12
14	Organização Simões dos Reis	36	34	Lux	12
16	Aurora	33	36	Briguiet	11
17	Freitas Bastos	32	36	Revista dos Tribunais	11
18	Mérito	28	38	Atlas	10
19	Brasil-América	27	38	Olímpica	10
20	Difel	26			

Observa-se no quadro acima que entre as cinco primeiras editoras que mais lançaram títulos, encontram-se duas das “editoras pioneiras”: Cia Editora Nacional e Jose Olympio, e com exceção da Jose Olympio, todas as outras quatro eram especializadas em livro didático. Diferentemente das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, também pioneiras, no mercado há mais de 10 anos, porém, ocupavam os 21º e 24º lugares, respectivamente, publicando obras gerais⁷². Isso pode ser explicado pelo fato de, antes mesmo da formação no Brasil do mercado e da indústria editorial, algumas editoras já investirem na criação de livros didáticos, como a Francisco Alves. As primeiras editoras existentes no Brasil, tais como Laemmert, Garnier e a própria Francisco Alves, publicavam livros didáticos; apenas no caso da Francisco Alves era a principal área de atuação da editora, definida por seu editor como um bom negócio. Isto ocorreu devido ao início da expansão do ensino promovido pela República. Mesmo tendo sido inicialmente restrita, com relação ao total da população existente na época, uma das conseqüências da escolarização promovida pela República foi à criação de uma

⁷² As editoras Civilização Brasileira e Brasiliense foram criadas, respectivamente, em 1932 e 1943. A trajetória de cada uma delas será analisada nos capítulos 3 e 4 desta tese.

demanda para este tipo de livro. E, posteriormente, entre os anos 30 e 40, outras editoras atuaram fortemente neste mercado como a Companhia Editora Nacional, Melhoramentos e Editora do Brasil, resultando, como mostra o quadro acima, em posições destacadas no ranking da publicação de livros uma década depois.

Essas posições foram garantidas na própria concorrência do mercado e pela demanda do público escolar, pois durante toda primeira metade do século XX e até o começo dos anos 60 não houve compras de livros didáticos por órgãos do governo. Uma mudança nesse quadro só ocorreu durante o regime militar, entre 1964 e 1985, quando o mercado editorial passou por mudanças significativas oriundas das políticas econômicas empreendidas pelos governos militares, contribuindo, inclusive, para a predominância de empresas de livros didáticos entre as editoras de maior faturamento no mercado editorial brasileiro, como veremos a seguir.

2.1.2. As novas condições do mercado editorial brasileiro entre 1964 e 1985

O processo no qual houve predominância, mas não exclusividade, das editoras de livros didáticos, apontado no item anterior, se consolidou no contexto do desenvolvimento do mercado e da indústria de livros, entre 1964 e 1985. Temos o propósito de traçar aqui alguns aspectos parciais, porém relevantes, para um panorama do processo de consolidação do mercado editorial brasileiro, a condizer com um contexto geral das condições de produção de livros no Brasil, em que pese a ação estatal no regime militar, para delimitar, também nesse período, o lugar ocupado pelas editoras Civilização Brasileira e Brasiliense.

Há dois fatores responsáveis pelos resultados favoráveis à produção de livros didáticos no regime militar: o projeto de escolarização e as vendas de livros didáticos ao Ministério da Educação.

Ao longo do século XX, crescia continuamente o número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino. Para analisar o crescimento de matrículas montamos a Tabela 5 que faz uma divisão nos dados existentes em três categorias: Primário, Superior (Graduação, Mestrado e Doutorado) e a soma dos demais níveis intermediários. Para evitar que o crescimento vegetativo da população afete a análise da evolução de matrículas foram criadas colunas que mostram o número de alunos matriculados em relação à população (Prim/Popul, Interm/Popul e Sup/Popul). A análise foi elaborada em dois períodos de 9 anos: 1955 a 1964 e 1964 a 1973.

Tabela 5 – Alunos matriculados⁷³

Ano	Matrículas			População (milhões)	Prim/ Popul	Interm/ Popul	Sup/ Popul
	Primário	Intermed	Superior				
1935	2.413.594	115.909	26.887	37,15	6,5%	0,31%	0,07%
1940	3.302.830	195.208	20.017	41,11	8,0%	0,47%	0,05%
1945	3.496.664	283.615	26.757	46,22	7,6%	0,61%	0,06%
1950	5.175.887	440.356	44.100	51,98	10,0%	0,85%	0,08%
1955	6.292.599	663.804	66.072	58,46	10,8%	1,14%	0,11%
1956	7.141.284	901.589	89.586	64,12	11,1%	1,41%	0,14%
1960	7.458.002	1.177.427	95.691	69,79	10,7%	1,69%	0,14%
1961	7.798.752	1.308.044	101.581	71,81	10,9%	1,82%	0,14%
1962	8.535.823	1.464.361	109.883	73,95	11,5%	1,98%	0,15%
1963	9.299.441	1.719.589	126.066	76,16	12,2%	2,26%	0,17%
1964	10.217.324	1.892.711	144.345	78,43	13,0%	2,41%	0,18%
1965	9.923.185	2.154.430	158.136	81,30	12,2%	2,65%	0,19%
1966	10.695.392	2.383.211	181.899	83,18	12,9%	2,87%	0,22%
1967	11.263.533	2.898.962	215.386	85,66	13,1%	3,38%	0,25%
1968	11.943.506	3.205.689	282.653	88,21	13,5%	3,63%	0,32%
1969	12.294.343	3.629.375	346.824	90,84	13,5%	4,00%	0,38%
1970	12.812.029	4.086.117	430.473	93,20	13,7%	4,38%	0,46%
1971	13.623.387	4.562.126	569.230	95,99	14,2%	4,75%	0,59%
1972	14.082.098	6.276.965	699.733	98,69	14,3%	6,36%	0,71%
1973	16.932.907	3.890.736	861.184	100,10	16,9%	3,89%	0,86%
1974	17.271.599	4.634.333	1.060.806	104,24	16,6%	4,45%	1,02%
1975	17.326.762	5.230.938	1.300.965	107,15	16,2%	4,88%	1,21%

Concluimos que: no período de 1955 a 1964, o número de matrículas no primário subiu de 10,8% para 13%, um aumento de 21% do total de alunos; no nível intermediário os números foram de 1,14% para 2,41%, um aumento de 112%; no nível superior os números foram de 0,11% para 0,18%, um aumento de 63%. No período posterior, de 1964 a 1973, utilizando o mesmo raciocínio, os aumentos foram: 30% (primário), 61% (intermediário) e 367% (superior).

Comparando os aumentos relativos de matrículas nos dois períodos verificamos que para o primário o aumento foi ligeiramente maior em 1964-1973, para o intermediário o aumento foi maior em 1955-1964 e para o superior o aumento foi muito maior em 1964-1973 (367% contra 63% do período anterior). Esta é, então, uma característica das matrículas nos

⁷³ HALLEWELL, op. cit., p. 375. As categorias tiveram que ser criadas da forma apresentada, pois os dados, em alguns anos, mesclavam “ginásio” com “colegial” e em outros “colegial” com “normal”.

governos militares, na qual os dois primeiros níveis seguem uma tendência de crescimento relativo que já se apresentava na década anterior, enquanto no nível superior o crescimento foi extraordinariamente maior.

O crescimento absoluto do número de matrícula (bastante acima do crescimento vegetativo da população⁷⁴) por si só representaria um considerável aumento de demanda para os livros didáticos. De qualquer forma, em números absolutos, há um contingente crescente e quantitativamente expressivo de potenciais leitores, que se apresentava, já a partir dos anos 50, como contingente que se transferia para o ensino médio e superior.

Ainda assim, o crescimento do mercado livreiro de didáticos não se limitou a isto. A partir de 1964 o governo passou a comprar livros em volumes cada vez maiores e distribuí-los gratuitamente aos alunos das escolas públicas. O consumo desses livros pelo setor público contribuiu para o seguinte resultado:

Tabela 6 - Distribuição das editoras por tamanho e área de atuação⁷⁵

Editoras de livros	Faturamento por ano (R\$ milhões)				Total
	Até 1	de 1 a 10	De 10 a 50	mais de 50	
Didáticos	14	6		7	27
Obras gerais	148	16	11		175
Religiosos	120	15	6	-	141
CTP	138	21	8	-	167
Total					510

Entre as editoras, criadas com esse fim, ou que passaram a se especializar em livros didáticos, no período do regime militar, podemos destacar⁷⁶: no primeiro caso - Ática (1965), Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP, 1965), Moderna (1968), Scipione⁷⁷

⁷⁴ Apesar deste crescimento, o número de matrículas atingia apenas uma parcela relativamente pequena da população.

⁷⁵ LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores?* : política para a cultura / política para o livro. São Paulo: Summus, 2004. p. 110. Tabela formulada a partir do documento *Diagnóstico do mercado brasileiro*, Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional das Editoras. Lindoso não explicita o ano destas estatísticas. Porém, em outro trecho do mesmo trabalho (p. 158), Lindoso menciona que usou estatísticas do *Diagnóstico do mercado brasileiro* que eram dos anos 2000, 2001 e 2002. Imaginamos que os dados que utilizamos sejam destes mesmos anos.

⁷⁶ CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Câmara Brasileira do Livro: 50 anos*, São Paulo: Prêmio, 1997, p. 62 e HALLEWELL, op. cit., p. 381.

⁷⁷ Scipione Di Pierrô Netto abriu a editora com seu nome para lançar seus próprios livros didáticos de matemática, logo depois a vendeu para a família Fernando Dias, proprietários da editora Ática. E em 1999 a Ática vendeu a Scipione para a Abril.

(1983), e, no segundo caso, FTD (1902), Saraiva (1914), José Olympio⁷⁸ (1931), Ao Livro Técnico (1943).

O grande crescimento da demanda por livros didáticos ocorreu no chamado “milagre econômico”, entre 1969 e 1973, época de maior crescimento econômico da História do Brasil alcançando os valores de 11,7% em 1972 e 14% em 1973⁷⁹. Além do crescimento econômico, houve considerável aumento da urbanização no período: em 1970, 54% da população brasileira era urbana ao passo que em 1980 esse percentual subiu para 75%. Esse enorme crescimento também afetou a indústria editorial não agindo apenas sobre os livros didáticos, mas também sobre os livros de interesse geral. Devido a essas novas condições, que favoreceram o aumento de consumidores, já se caracterizava no Brasil um mercado editorial de consumo de massas.

Concluimos, então, que “o golpe de estado de 1964 reorientou o eixo de organização dos produtores de cultura”⁸⁰. Os anos 60, para a indústria cultural, foram de crescimento e expansão e os anos 70 seriam os anos da

*gênese de um mercado editorial de consumo de massas, propiciando (...) a explosão dos best-sellers e das brochuras. (...) e o crescimento na edição de exemplares e títulos e pela expansão no número de casas editoriais, nos principais centros urbanos (...) e também de estatísticas e instituições(...)*⁸¹

Nos governos militares o crescimento do volume de livros publicados foi grande, ultrapassando a unidade no índice de livro/habitante/ano, mesmo com o crescimento demográfico expressivo, conforme podemos ver na Tabela 7.

⁷⁸ A editora Jose Olympio foi, juntamente com a editora Abril, uma das editoras de livros do MOBREAL, em 1972, até então nunca havia publicado livros didáticos.

⁷⁹ MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente*, São Paulo: Ática, 1996, p. 55.

⁸⁰ VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos: os intelectuais e a editora civilização brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 45.

⁸¹ SALGADO, op. cit., p. 30.

Tabela 7 – Tiragem por ano ⁸²

(unidade 1.000.000)

Ano	Tiragem de livros publicados	População	Livros por habitante/ano
1960	36,3	65,7	0,6
1961	29,2	71,9	0,4
1962	66,6	74,1	0,9
1963	54,2	76,4	0,7
1964	51,9	78,8	0,7
1969	68,1	92,3	0,7
1971	80,1	95,9	0,8
1972	136,0	98,6	1,4
1973	136,0	101,4	1,3
1974	144,7	104,2	1,4
1975	137,8	107,1	1,3
1976	139,6	110,1	1,3
1977	154,9	113,2	1,4
1978	186,7	116,3	1,6
1979	140,6	119,6	1,2
1980	242,7	121,3	2,0
1981	218,8	124,1	1,8
1982	245,9	126,9	1,9
1985	161,9	135,6	1,2
1986	209,1	138,4	1,5
1987	186,5	141,6	1,3
1988	161,6	144,4	1,1

Esse crescimento durante o regime militar, também contou com as novas⁸³ editoras multinacionais que se instalaram no Brasil, sendo algumas delas ligadas a livros técnico-didáticos (nível superior), como LTC (1968) e McGraw-Hill (1970)⁸⁴. Além do investimento de capital estrangeiro pela presença das multinacionais, o próprio governo norte-americano investiu dinheiro na edição de livros no Brasil, através do USAID (*United States Agency for International Development*). A USAID foi uma agência americana criada em 1961 com objetivo de executar atividades da Aliança para o Progresso - um programa de ajuda econômica e social dos EUA – e uma delas foi “apoiar” o governo brasileiro em medidas para o livro, inclusive para fazer traduções para o português de livros-texto norte-americanos.

⁸² HALLEWELL, op. cit., p. 514, 561, 601 e REIMÃO, Sandra. *Mercado Editorial Brasileiro*. São Paulo: Com-Arte: Fapesp, 1996, p. 79.

⁸³ Na segunda metade do século XX várias editoras estrangeiras se instalaram no Brasil: Encyclopaedia Britannica (1951), Hachette (1953), Difel (1951), Grijalbo (1958).

⁸⁴ HALLEWELL, op. cit., p. 484.

O estímulo governamental por meio da compra de livros das editoras privadas, favoreceu ainda o surgimento de novas editoras, que obtiveram crescimento rápido. Conforme podemos observar abaixo na Tabela 8, com o intervalo de 17 anos, as três novas editoras surgidas sob a ditadura já entraram no ranking das 10 maiores em 1981, sendo uma de livros gerais – Nova Fronteira, - e outras duas especializadas em livros didáticos: Ática (para diferentes níveis, principalmente escolar) e McGraw-Hill (para o nível superior).

Tabela 8 – Editoras no início do regime militar – 1964⁸⁵

(não estão presentes, por deficiência de dados: Brasiliense e Editora do Brasil)

Posição	Editora	Número de Títulos	Posição	Editora	Número de Títulos
1	Nacional	406	21	São José	46
2	Freitas Bastos	314	22	Herder	45
3	Melhoramentos	310	22	Boa Leitura	45
4	Forense	173	24	Globo	40
5	Biblioteca do Exército	149	24	Minerva	40
6	Civilização Brasileira	137	26	Zahar	39
7	Ao Livro Técnico	127	27	Pongetti	37
8	Cultrix	124	27	Revista dos Tribunais	37
9	Vecchi	122	29	Edart	34
10	José Olympio	115	30	Edameris	32
11	Saraiva	110	31	Acadêmica	30
12	Pensamento	88	32	Aguilar	28
13	Record	79	33	Biblos	27
14	O Cruzeiro	72	34	José Álvaro	22
15	Francisco Alves	68	34	Vozes	22
16	Difel	67	36	Brasil-América	20
17	Martins	64	37	Mestre Jou	17
18	Vitória	61	38	Trabalhistas	14
19	Agir	60	39	Jackson	11
20	Editora do Autor	50			

Tabela 9 - Editoras na abertura – 1981⁸⁶

Posição	Editora	Número de Títulos

⁸⁵ HALLEWELL, op. cit., p. 536.

⁸⁶ HALLEWELL, op. cit., p. 658.

1	Distribuidora Record	502
2	Brasiliense	415
3	Vozes	414
4	Melhoramentos	234
5	Paulinas	190
6	Nova Fronteira	188
7	Saraiva	145
8	McGraw-Hill do Brasil	136
9	Zahar	122
10	Atica	118
11	José Olympio	113
12	Global	112
13	Nobel	110
15	Ed. da UnB	101
16	Francisco Alves	91
17	Salesiana	89
18	EPU	84
19	Hemus	83
19	LTC	83
21	Atlas	82
21	Civilização Brasileira	82

Tomando essas tabelas como referência, identificamos as editoras que nesse intervalo de tempo mudaram significativamente de posição, foram elas: Cia Editora Nacional, Freitas Bastos, Forense, Biblioteca do Exército, Civilização Brasileira, Ao Livro Técnico, Cultrix e Vecchi porque além de perderem posição de destaque, entre as “dez mais” em 1964, em alguns casos, até faliram e deixaram de existir em 1981. Esse foi o caso da Nacional, foi adquirida em 1980 pelo IBEP. Ao contrário do que ocorreu com a Record, Vozes, Saraiva e Zahar que ocupavam, respectivamente, o 13º, 34º, 11º e 26º lugar em 1964 e apresentaram um forte crescimento passando, então, a integrar a lista das “dez mais”, em 1981. Apenas duas editoras não apresentaram grandes mudanças quanto ao lugar ocupado nas listas, foram elas, Melhoramentos e José Olympio, ambas desceram apenas uma posição.

Certamente, o caso mais expressivo de crescimento no mercado foi o da Record, que aumentou consideravelmente o número de títulos publicados, de 79 para 502, um salto de 535%. Esse pode ser o grande exemplo, ainda não estudado, de uma empresa cultural, diversificada, já existente antes de 1964, e largamente favorecida pela política econômica do regime militar. Ainda entre aquelas que tiveram posições de destaque, mas foram criadas após

64, destacamos o caso da editora estrangeira McGraw Hill⁸⁷ e das nacionais Ática, que em 1981 encerrava a 10º posição em títulos lançados, e o 5º lugar da editora Paulinas.

O caso da Ática é bastante representativo desse grande impulso da atividade editorial, que imprimiu as condições para que as editoras de livros didáticos fossem as únicas de grande porte, tornando essas editoras economicamente hegemônicas no campo editorial, protagonistas, posteriormente, do processo de concentração do setor a partir dos anos 90⁸⁸, ao contrário das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense.

Começava nesses anos da década de 80 um processo mais geral de transformação da organização das editoras brasileiras, que tiveram em suas origens um modelo de empresas capitalistas de “cunho familiar, centralizadas em torno de um líder (...) figura carismática ao redor da qual a empresa se consolidou e se expandiu nos campos empresarial e cultural brasileiros” para iniciar então “uma nova racionalidade que privilegiava o sentido das mercadorias ao priorizar setores de divulgação e comercialização, em detrimento de departamentos responsáveis por decisões eminentemente culturais ou especificamente editoriais”, como foi o caso da Ática.⁸⁹

Esse processo ocorre no bojo das transformações de consolidação do capitalismo no Brasil, em que pese um projeto associativo entre capital estrangeiro e nacional, como verificou René Dreifuss. Mesmo em níveis diferenciados, no caso das editoras, tais mudanças tiveram expressivo peso para o conjunto da produção cultural brasileira. Ainda pautados no caso da Ática, lembramos que, em 1999, esta editora foi comprada pela Abril e Vivendi (grande grupo de comunicação da França), nesta compra cada grupo ficou com metade do negócio. Posteriormente (2005), a Ática passou a ser só da Abril.

Se voltamos para os casos das editoras que são nosso objeto de estudo, podemos afirmar que ambas foram “vítimas” desse processo. A editora Civilização Brasileira tornou-se subsidiária de uma grande empresa, reduzida a um selo da Record. A Brasiliense manteve certa autonomia, porém, ao custo de diversos problemas financeiros, comuns em todas as pequenas editoras brasileiras por enfrentarem com grande desvantagem a concorrência no mercado.

⁸⁷ McGraw Hill criada em 1909, nos EUA, veio para o Brasil em 1970.

⁸⁸ Podemos afirmar que esses foram os casos também da Saraiva, Record, Abril, só para citar aqueles que envolvem editoras nacionais que nas décadas seguintes se autodenominarão “grupos editoriais”. Tais como: Grupo Abril, que além de atuar em diferentes tipos de mercado comprou a Scipione em 1999; o Grupo Saraiva, que entre 1998 e 2003 comprou 5 editoras de didáticos; o Grupo Editorial Record que desde 1996 vem adquirindo diversas editoras, tradicionais ou não, do mercado brasileiro, tais como: Civilização Brasileira, José Olympio, Bertrand Brasil, Best Seller, Nova Era, Difel, Rosa dos Tempos.

⁸⁹ BORELLI, Silvia H. S. Ática: história editorial, mercado local e internacional de bens simbólicos. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. *Anais...*, p. 3.

Apesar de haver crescimento das condições gerais da produção de livros no Brasil entre as décadas de 60 e 80, verificamos que nem todas as editoras sobreviveram nas novas condições e as constantes mudanças de posições foram inevitáveis para as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense.

O caso da ECB é bastante emblemático, porque ocupava um lugar muito expressivo quanto ao número de títulos lançados. Exibia o 6º lugar entre as editoras que mais publicaram, em 1964, mostrando os resultados de pouco mais de 10 anos do empreendimento de Ênio Silveira, como veremos no capítulo três. Quando em 1981 sua posição caiu para o 21º lugar, isso sinaliza uma situação que será permanente nos anos seguintes, demonstrando a situação desta editora como uma empresa em processo de falência. Os principais motivos que a levaram, em fins da década de 80, a desaparecer da lista de editoras que mais publicavam, além daqueles da concorrência no mercado serão melhor analisados no capítulo três, mas adiantamos que estavam ligados à constituição interna da empresa e as posições políticas do editor Ênio Silveira.

A Brasiliense passou por essas mudanças de posição de outro modo. Apesar de não haver dados para o ano de 1964, verificamos que, em 1981, esta editora ocupava o segundo lugar e em fins da década de 80, o 7º lugar no número de títulos publicados. No início dos anos 80 a Brasiliense viveu uma particularidade, que será melhor analisada no capítulo 4, mas para efeitos de identificar as mudanças de sua posição no mercado de livros, ao contrário da ECB, ela teve seu auge no mercado justamente nos anos 80, década de falência de muitas editoras. Foi na década de 80 que a Brasiliense lançou coleções temáticas de grande sucesso pelo formato e conteúdo adequado à época, um filão editorial. Ao contrário de muitas editoras de porte semelhante ou menor, que também promoviam autores e títulos para o debate da conjuntura da abertura, sejam aquelas formadas pelos partidos do início da década ou a própria Civilização Brasileira, a estratégia da Brasiliense superou na época outras editoras que tinham propósitos semelhantes.

Essas mudanças no mercado não devem ser confundidas com desfavorecimento do desenvolvimento da indústria editorial, nem da produção de livros. O início dos anos 80 caracterizou-se pelas oscilações econômicas do período pós-milagre. No final dos anos 70, fase pós “milagre econômico”, ainda houve um crescimento da economia que teria garantido o último impulso respeitável para o setor, nos anos do regime militar, conforme vemos na Tabela 10. Com estas condições a indústria editorial manteve um relevante período de crescimento.

Tabela 10 – Crescimento do PIB - Pós Milagre

Ano	Crescimento Real PIB
1976	10
1977	5
1978	5
1979	7
1980	9

A elevação dos juros básicos norte-americanos ocorrida em 1979 provocou atração dos capitais para aquele país e, com isto, a fuga do capital de alguns países, dentre eles o Brasil. A partir de 1981 os credores estrangeiros no Brasil deixaram de conceder novos empréstimos para que o principal da dívida externa fosse “rolado”. Com isto o país precisou de moeda forte para o pagamento destas dívidas. Várias medidas foram tomadas para aumentar o superávit comercial e obter moeda forte. Estas medidas colocaram o país em uma recessão com alta inflação, chegando a provocar, em alguns anos, a queda do PIB em termos reais.

A indústria editorial também sofreu consequências no denominado “período da crise da dívida”. Esta situação de alta inflação e de baixíssimo crescimento provocou, por exemplo, a saída de editoras multinacionais do país, como afirmou Hallewell:

Realmente, as casas nacionais mostraram-se muito mais adequadas do que as estrangeiras para lutar contra tais dificuldades e, no começo da década de 1980, quase todas as editoras multinacionais abandonaram o campo, vendendo ou fechando suas sucursais⁹⁰.

O desdobramento disso foi que só restaram no Brasil em 1990 - além das editoras portuguesas, como Bertrand Brasil e Edições 70 - as seguintes multinacionais: Enciclopédia Britânica, Mérito, Difel e Campus⁹¹.

Além da queda de vendas do livro tradicional, que afetava todas as editoras, diferentes setores do mercado editorial também tiveram diminuição de vendas, como das vendas em domicílio e em fascículos⁹². Nesse último caso os números são mais significativos, segundo

⁹⁰ HALLEWELL, op. cit., p. 736.

⁹¹ HALLEWELL, op. cit., p. 736. No entanto, algumas dessas editoras que permaneceram no Brasil passaram por modificações de sócios. Foi o caso da editora Campus, que passou a pertencer à holandesa Elsevier (com 60%) e ao argentino Cláudio M. Rothmuller (com 40%).

⁹² No início dos anos 80 as vendas em fascículos foram inauguradas pela editora Abril, cuja estratégia de venda também foi inédita, através das bancas de jornal.

Hallewell, “descendo de 4.709.465 exemplares vendidos em 1982 para 2.656.408 em 1990, e apenas 999.485 em 1996”⁹³. Entretanto, se o mercado de livros passava por uma diminuição em suas vendas, o mesmo não acontecia com a produção industrial do setor livreiro, pois foi também nesse período que ocorreu o deslocamento das empresas gráficas do Rio para SP devido a mudanças relevantes no cenário produtivo. De fato a elaboração gráfica e editorial passou a ser mais sofisticada e isso criou um novo padrão de oferta, acarretando, então, numa revolução tecnológica da atividade gráfico-editorial no país.

*A grande transformação da década de 1980 foi operada sobretudo por empresas paulistas, o que consolidou a perda de hegemonia do parque gráfico do Rio de Janeiro. Esse processo se inicia em fins da década de 1960 (quando empresas como a AGGS e a Primor deixam de ser referência nacional na atividade gráfico-editorial), se afirma na década de 1970 (quando São Paulo incorpora de modo intenso inovações tecnológicas e inicia uma articulação com editoras emergentes) e, finalmente, se consolida nas décadas de 1980 e 1990, consagrando a hegemonia paulista no segmento gráfico-editorial brasileiro.*⁹⁴

No decorrer de tal deslocamento na década de 70 do setor gráfico para São Paulo novas gráficas também foram criadas, como foi o caso da ABIGRAF em 1968. A essa concentração de gráficas em São Paulo acrescenta-se a diminuição do número de editoras que possuíam suas próprias gráficas. Em fins da década de 80 poucas editoras ainda produziam seus livros em suas próprias gráficas, em geral, só as editoras de didáticos eram as que tinham condições de unir as duas funções em seu grande empreendimento.

Em fins da década de 1980, o ranking das editoras, apresentado abaixo, revela mais uma vez o deslocamento das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense na dinâmica do mercado de livros.

Tabela 11 - Editoras no fim do regime militar – 1987⁹⁵

Posição	Editoras	Número de Títulos
1	Record	820
2	Paulinas	512
3	Círculo do Livro	480

⁹³ HALLEWELL, op. cit., p. 736.

⁹⁴ EARP, Fábio Sá. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005, p. 37 e 38.

⁹⁵ HALLEWELL, op. cit., p. 737.

Posição	Editoras	Número de Títulos
4	Ática	440
5	Saraiva	438
6	Vozes	417
7	Brasiliense	405
8	Globo	345
9	FTD	319
10	Editora do Brasil	307
11	Atlas	264
12	Loyola	256
13	Atual	253
14	Pensamento	242
15	Melhoramentos	217
16	Global	196
17	Scipione	181
18	Nobel	175
19	Scortecci	136
20	Forense	135
21	Revista dos Tribunais	123
22	Edicon	121
23	L&PM	118
24	Santuário	114
25	Martins Fontes	110
26	EPU	107
27	Vigília	102
28	Sinodal (RS)	99
29	LTC	97
30	Hemus	96
31	José Olympio	94

Em relação à tabela de 1981, a Brasiliense caiu para o 7º lugar e a Civilização Brasileira não apareceu mais porque já havia sido subordinada à Record. O volume da produção por editora apresentado na tabela acima demonstra que houve aumento dos títulos lançados, o que será inconstante nos próximos anos. Uma explicação se encontra no plano cruzado com seu congelamento de preços que produziu um crescimento da produção, por exemplo, nos anos de 1986 e 1987, porém seu efeito não foi duradouro.

O volume da produção entre 1980-82 foi o maior do período que vai de 1964 até 1985, apesar da propagada crise econômica do início dos anos 80. Mesmo sabendo que nos anos 60 houve grande aumento da produção e do consumo de livros, e essa foi uma constante até fins da década de 70, o auge foi alcançado em 1980. A tabela livro por habitante mostra esse auge

em 1980 quando a escala era de 2 livros por habitante. No entanto, na primeira metade da década há uma crescente diminuição das vendas de livros em geral, incentivando a saída da maioria daquelas multinacionais, que retornarão nos anos 90, numa outra lógica do mercado editorial.

Paralelamente a esse quadro há um crescente aumento do volume das compras governamentais, conforme pode ser verificado na Tabela 12, na qual se compara as compras governamentais em relação às demais. Chega-se até ao extremo do ano de 2002 quando foram vendidos mais livros ao governo do que ao resto dos compradores.

Tabela 12 - Vendas de livros ao Governo⁹⁶

Ano	Vendas ao Mercado	Vendas ao Governo	Governo/Mercado
1995	244	130	0,53
1996	296	92	0,31
1997	258	90	0,35
1998	296	114	0,39
1999	226	64	0,28
2000	201	133	0,66
2001	183	117	0,64
2002	158	162	1,03
2003	145	111	0,77

Com volumes de tal ordem, mesmo praticando margens menores, as editoras de livro didático mantiveram-se as únicas de grande porte. Fazendo a distribuição das editoras por suas áreas de atuação e pelo seu faturamento, conforme mostra a tabela 12, percebe-se a concentração das editoras de didáticos como as de maior faturamento.

As editoras de obras gerais correspondem ao maior número de casas editoriais do conjunto das editoras brasileiras, mas se posicionam no nível mais baixo da escala de faturamento, conforme apresentamos na Tabela 7. Já as editoras de livros didáticos são em menor número de casas editoriais e com o maior faturamento, que alcança o maior nível na escala de faturamento, acima de 50 milhões, conforme Tabela 6. A partir dos critérios dessa tabela podemos posicionar as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense como casas editoriais de pequeno ou médio porte com faturamento considerado baixo. No entanto, não

⁹⁶ EARP, op. cit., p. 33.

podemos generalizar esta característica das editoras devido às mudanças de critérios ocorridas ao longo dos anos e de acordo com o mercado de cada época. A título de exemplo, atualmente, o critério de faturamento é estabelecido anualmente pelo Ministério da Indústria e Comércio; estudos em administração classificam pelo número de funcionários, mas dadas as condições de produção, estes números podem variar.

As editoras Civilização Brasileira e Brasiliense não publicavam livros didáticos, e sim predominantemente obras gerais. Como a característica (formato e tamanho) das empresas desse tipo de livro no Brasil correspondia a pequenas ou médias empresas, verificamos que as editoras em questão poderiam se enquadrar entre médias empresas ao longo da ditadura civil-militar. Essa qualificação não é muito fácil de se fazer devido aos diferentes critérios que podem ser utilizados. Como verificou Flamarion em seu detalhado estudo da organização de três pequenas empresas, as editoras Brasil Debates, Ciências Humanas e Kairós, já mencionadas no capítulo 1, podem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos para a definição do tamanho de uma empresa. No primeiro caso é geralmente considerada a “forma de organização e de produção da empresa, envolvendo questões administrativas, de mão-de-obra e de limitações de capital” e no aspecto quantitativo, embora sejam considerados o faturamento e o capital investido, “o principal parâmetro é o número de empregados da empresa”. O autor acrescenta ainda que é comum se considerar uma pequena empresa aquela que apresenta um quadro de funcionários de no máximo 9 integrantes⁹⁷.

As editoras Civilização Brasileira e Brasiliense certamente começaram como pequenas empresas mas ao longo de suas trajetórias, e na maior parte do tempo, constituíram-se nos moldes das médias ou até grandes empresas, se considerássemos os momentos de seus elevados números de lançamentos e a repercussão de suas publicações.

As pequenas e médias empresas em geral passaram a responder ao longo dos anos 80 por um mercado que funcionava quase que paralelamente ao de didáticos ou das grandes empresas editoriais e gráficas. Elas chegaram aos anos 90 como editoras sobreviventes da redistribuição no campo, pois, em geral, passaram a ocupar a posição de editoras subsidiárias dos grandes grupos ou se mantiveram tentando atingir um grau de profissionalização exigido, por sua vez, pelo novo modelo que sustentou as grandes editoras. As conseqüências das novas “necessidades”, impostas pela dinâmica que vem se configurando desde os anos do regime

⁹⁷ GONÇALVES, Antonio e KOPROWSKI, Sido Otto. Pequena empresa no Brasil. São Paulo: Edusp/Imesp, 1995, p.33-38. In: SILVA, Flamarion Maués P. *Editoras de Oposição no período da abertura (1974-1985):* negócio e política. Dissertação (Mestrado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005, p. 224.

militar, se desdobraram nos anos 90 na pluralidade das atividades dos chamados conglomerados de mídia, como afirmou Muniz:

“A integração de empresas editoriais a grandes conglomerados de mídia, bem como os processos de inovação e convergência tecnológica que explodiram a partir dos anos 1980, são fatores que nos levam a considerar as problemáticas contemporâneas da editoração fundamentalmente como questões de comunicação. Hoje, é impossível pensar na dinâmica do setor editorial, em todo o mundo, sem levar em conta os movimentos que aproximam capital financeiro e capital produtivo, e a produção de conteúdos em diversas mídias, de modo integrado ou ao menos interconectado. Embora alguns autores destaquem a baixa rentabilidade das editoras em comparação com as empresas audiovisuais, por exemplo, o fato é que os grandes conglomerados midiáticos do mundo (Bertelsmann, Disney, Mondadori, TimeWarner, Planeta, Viacom, entre outras) possuem seus “braços editoriais”.”⁹⁸

Os grupos do capital multinacional ou associado, base do desenvolvimento capitalista brasileiro na ditadura civil-militar, longamente apontado por René Dreifuss, estavam representados no campo editorial pelas editoras de didáticos, que foram protagonistas desse processo hegemônico que instaurou um perfil profissionalizante típico das grandes empresas de comunicação. Disputando a hegemonia do mercado com as grandes empresas de didáticos, mas por meio de seus projetos, inseridos num processo internacionalizante das políticas culturais, é que foram criados os grupos editoriais, com ou sem a participação das editoras de didáticos. No entanto, as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense não ocupavam esse lugar, pelo contrário, estavam longe de serem empresas cujo projeto se inseria na perspectiva de empresas com tal perfil.

Na trajetória da editora Civilização Brasileira veremos que ela acabou sendo vítima desse quadro dos anos 80, apesar das tentativas de seu editor de manter a empresa, mas a sociedade com a Difel/Bertrand levou a editora à posição de subsidiária da Record, quando esta comprou a Difel/Bertrand em 1996. No entanto, o funcionamento de Civilização Brasileira e Brasiliense estará marcado por todas essas mudanças e condições de concorrência dadas em cada conjuntura. Apesar de verificarmos tal funcionamento em cada caso particular nos próximos capítulos, trataremos ainda neste capítulo da elaboração das políticas editoriais que foram condicionantes fundamentais na operacionalidade da dinâmica do mercado editorial apresentado até o momento.

⁹⁸ MUNIZ JUNIOR, José de Souza. Movimentos recentes das editoras de livros e a situação dos trabalhadores do setor. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. *Anais...*, 2008, p. 2.

2.2. Estado e política editorial

No Brasil, os projetos culturais do Estado já foram abordados como “projetos de mercado”⁹⁹, traduzindo-se como aqueles que foram formulados junto aos interesses privados. Entende-se, assim, que os interesses empresariais brasileiros foram privilegiados no projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, inclusive no campo da cultura, em detrimento de projetos populares. Propomos verificar, neste item, se é possível compartilhar desta perspectiva de análise para o caso da política pública para o livro brasileiro, ou política editorial brasileira, e de que forma isso ocorreu. Nos estudos que abordam as políticas públicas para o livro, essa relação está demonstrada de alguma forma em análises que abordam o INL, principalmente, e naquelas que tratam das comissões ou dos grupos técnicos: Grupo de Estudos da Indústria do Livro (GEIL), Grupo de Estudos da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG) e Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), órgãos públicos responsáveis por medidas de grande impacto sobre a produção e o mercado de livros durante o regime militar.

Em nossa abordagem, além de reconhecermos o papel desses órgãos, procuramos estender esse quadro dos espaços de formulação e decisão das políticas editoriais visando localizar a possível atuação dos editores da Civilização Brasileira e Brasiliense. Descartamos, entretanto, a identificação e análise de todos os órgãos existentes para o livro nos vinte anos de regime militar, o que inviabilizaria a pesquisa no tempo exigido, e procuramos, além de conferir a atuação daqueles órgãos já mencionados, analisar o desempenho de um dos setores do empresariado do livro, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Realizamos tal análise percorrendo o histórico do sindicato desde sua criação, mas enfatizando os momentos de sua maior participação, para identificar sua intervenção nos espaços de decisão das políticas editoriais, ademais o período de existência do SNEL coincide com o longo período das trajetórias das editoras que nos interessa acompanhar.

Partimos da necessidade de compreender COMO os órgãos governamentais, que atendem a questão do livro, e as entidades, que representam tais interesses empresariais, formularam essas políticas e QUAL o grau e o TIPO de participação desses empresários em

⁹⁹ Sergio Miceli e Renato Ortiz já demonstraram em suas análises essa relação, como apontamos na introdução.

sua elaboração, a destacar aqueles que representam as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense.

Sabemos que as discussões em torno da política editorial envolvem de forma mais ampla as áreas de políticas educacionais e culturais, cujos temas se estendem do debate de políticas de incentivo à leitura e expansão da escolarização à discussão dos projetos e organismos que financiam e promovem a cultura em geral. A título de exemplo, a adoção pelas escolas do livro didático e a sua compra passam pelo projeto do governo de alfabetização e escolarização, assim como, para o caso dos produtores de livros, a organização de feiras, exposições e premiações de livros ocorre a partir de suas iniciativas privadas, com as quais buscam a divulgação de seus projetos para a cultura¹⁰⁰. Há também questões de outra ordem que remetem às políticas editoriais. As reivindicações políticas e salariais dos trabalhadores administrativos ou técnicos de editoras, gráficas e distribuidoras de livros, que extrapolam a identidade corporativa e apresentam resultados políticos significativos para a luta das condições de vida dos trabalhadores em geral, e também a questão dos direitos autorais, até hoje tema recorrente nos Congressos de livreiros. A amplitude da temática foi tal, que se apresentou, para o caso do livro, um grande leque de setores e projetos passíveis de investigação.

Muitas dessas questões foram debatidas no âmbito da sociedade civil por entidades sindicais, patronais ou de trabalhadores, criadas, em sua maioria, a partir dos anos 40. Para destacar algumas delas, citamos: Sindicato Nacional dos Editores de Livros (1941), Câmara Brasileira do Livro (1946), Associação Internacional de Editores (existente desde 1899), etc. E entre as associações de gráficas, livrarias, autores e tradutores: Federação dos Fabricantes de Papel¹⁰¹ (1932), Sociedade Brasileira de Escritores¹⁰² (1942), Federação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas (1954), Associação Nacional de Autores (1963),

¹⁰⁰ Embora não tenha sido nosso objetivo, um estudo do crescimento e organização das feiras de livros no Brasil pode trazer elementos importantes para o entendimento do campo editorial brasileiro. A disposição dos stands de cada editora, sua apresentação, divulgação, catálogo, reuniões que ocorrem no evento, contatos entre editores, gráficas, distribuidores revelam diversos aspectos da racionalidade das editoras no interior do campo.

¹⁰¹ Em 1944 passa a denominar-se Associação Nacional dos Fabricantes de Papel. Desde 1997 “com objetivo de fortalecer a representação dos interesses” da indústria brasileira de papel e celulose foram reunidas duas associações, Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC) e Associação Brasileira dos Exportadores de Celulose (ABECCEL), que fundaram a atual Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA. Vale ressaltar que isso ocorreu um ano depois do segmento editorial representar o 2º melhor faturamento desse tipo de indústria, perdendo apenas para o setor de embalagens. Em números de 1996 o segmento editorial obteve faturamento de 1.300 milhões de dólares e o de embalagens 1.310 milhões de dólares. Essas informações foram obtidas no site www.bracelpa.org.br

¹⁰² A Sociedade dos Escritores Brasileiros foi fundada em 1942, entre outros, por Sergio Buarque de Holanda e Mário de Andrade, e teve grande desempenho na oposição a ditadura varguista. Em 1958 passará a ser denominada União Brasileira de Escritores.

Associação Brasileira das Indústrias Gráficas (1965), Associação Nacional de Livrarias (1978).

No entanto, não pretendemos uma análise sistemática e exaustiva das políticas editoriais brasileiras, mas uma abordagem do papel das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, para o qual defendemos a importância de dimensionar suas funções empresariais no quadro da formulação das políticas editoriais brasileiras. Sendo assim, do conjunto dos setores que abrangem a área editorial, escolhemos para análise o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), que expressa questões centrais das políticas editoriais, amplamente debatidas pelos empresários do livro desde os anos 40.

Selecionamos como objeto de estudo esse sindicato, mas também o órgão público responsável pelas políticas editoriais no Brasil, o Instituto Nacional do Livro, ainda, de acordo com nossa opção teórico-metodológica que defende uma abordagem sobre o papel do Estado na vertente gramsciana. Entendemos o SNEL como aparelho privado de hegemonia que atua na sociedade civil buscando ocupar espaços na sociedade política e o INL como um órgão do poder executivo que produziu uma “fala autorizada sobre o livro”. Decerto tal “fala” expressa a resultante de interesses sociais diversos e diferenciados, que se apagam sob uma pretensa e genérica “causa do livro”. A função de cada um deles foi analisada com objetivo de dimensionar a inserção dos empresários na sociedade política para identificar o grau de sua participação na formulação das políticas públicas do livro e, conseqüentemente, identificar a atuação das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense nesse contexto.

O sentido teórico dessa abordagem tem origem na própria condição histórica dessas editoras. Como “empresas culturais”¹⁰³ que compartilham do desenvolvimento nacional no Brasil dos anos 1940, época em que foram criadas, caracterizado pela substituição de importações e, no caso das editoras, marcadas pelo processo, ainda incipiente, de formação do seu mercado, como vimos no item anterior, as editoras se organizaram em sindicatos em busca da institucionalização de sua atuação nesse processo, no interior da sociedade civil.

Ao se questionar sobre as formas de organização da dominação, Gramsci não só as articulou às formas de exploração como buscou o lugar da contra-hegemonia na sociedade capitalista. Uma das contribuições do pensador italiano para nossa abordagem se deve a

¹⁰³ É importante destacar que mesmo nos referindo àqueles que “produzem” cultura, no âmbito privado, entre os anos 1930 e 1960, como empresários da cultura, ou proprietários de “empresas culturais”, esta definição não corresponde totalmente às condições reais, dado que as empresas ainda não estavam plenamente estruturadas na racionalidade capitalista, o que só ocorrerá a partir dos anos 1960. Entretanto, utilizamos empresa cultural para os anos 40 seguindo a visão de Nelson Werneck Sodré para o caso da imprensa brasileira, que num quadro da indústria cultural ainda incipiente, mas desde a década de 20, era “mal estruturada mas era uma empresa”. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

análise da abrangência dos projetos da sociedade civil, quando analisa o alcance de tais projetos: se eles estão no âmbito estatal ou nacional dos interesses econômico-corporativos, e se alcançaram o patamar ético-político no qual os interesses se convertem e se apresentam como de “todos”, apresentariam uma visão política mais ampla e possibilitando a hegemonia.

Para Gramsci a concepção de Estado amplo permite entender o Estado não só pelos instrumentos de coerção mas também pelos de consenso, na sociedade política e na sociedade civil. Mas, em especial, para ele, é na sociedade civil que se encontram os aparelhos privados de hegemonia que materializam a produção do consenso de determinado projeto e determinada fração de classe, seja em oposição ou não ao projeto predominante no Estado estrito.

Nesta pesquisa, diferentemente de Gramsci, não buscamos uma explicação internacionalista e totalizante das formas de dominação do conjunto da sociedade capitalista, mas procuramos, a partir da maneira de organização das editoras na sociedade capitalista brasileira do século XX, analisar o papel de uma de suas entidades associativas empresariais, identificada, na perspectiva gramsciana, como aparelho privado de hegemonia. Por entender que os aparelhos privados de hegemonia expressam os diferentes interesses corporativos que imprimem a disputa hegemônica entre os projetos políticos para a sociedade, a análise das condições de formulação das políticas editoriais passa pelas condições de organização e representatividade dos empresários do livro no âmbito corporativo-estatal. Segundo Gramsci, a direção hegemônica é resultante das disputas entre as frações da classe dominante quando a direção de uma delas se impõe. É, portanto, através da organização dos aparelhos privados de hegemonia, no interior da sociedade civil, que se educa o consenso e que se direcionam as disputas no interior das classes dominantes. Tomando a centralidade do papel dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade capitalista é que selecionamos um de seus representantes, o SNEL, visando uma abordagem histórica das editoras.

Apresentamos acima os motivos para identificar o SNEL e o INL como espaços relevantes de formulação das políticas editoriais, ocupando lugares distintos no campo editorial brasileiro do século XX. Importa compreender como o empresariado do livro se organizou por meio dessa entidade e quais foram suas principais intervenções nas políticas editoriais. Neste caso a existência de um órgão público para o livro e/ou as iniciativas editoriais governamentais, como as comissões já mencionadas, terão enfoque privilegiado na interlocução de questões comuns a todos os editores. Isso implica, a nosso ver, em esclarecer que as fontes selecionadas não encerram o mapeamento das políticas editoriais, mas são centrais para o entendimento da articulação de alguns de seus lugares de decisão. Abordamos

um período extenso do SNEL, desde a sua criação até a década de 1980, para verificar como as questões foram formuladas e desenvolvidas por seus agentes, e extrair o grau de atuação dos editores das Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense no processo de constituição das políticas editoriais brasileiras.

Não é sem propósito que nosso recorte cronológico para esse extenso período se inicie na instauração da ditadura varguista e vá até o fim da ditadura civil-militar. Muitos estudos das políticas culturais no Brasil ratificaram a forte presença do Estado nas questões culturais e na sua institucionalização em tais períodos. Nesse sentido, procuramos entender a atuação do INL para verificar de que forma e até onde as políticas públicas para o livro estiveram concentradas em suas funções institucionais. Ao mesmo tempo, abordamos um sindicato empresarial, SNEL, de longa atuação no cenário político-cultural e co-responsável pela configuração do sistema empresarial do livro no Brasil até hoje.

2.2.1. A institucionalização da política pública para o livro brasileiro.

O Instituto Nacional do Livro (INL)¹⁰⁴ foi criado pelo ministro da Educação e Saúde (MES), Gustavo Capanema, no primeiro governo Vargas (1937-1945), no âmbito de sua política de ampliação da intervenção do Estado na área da cultura¹⁰⁵.

Sua criação pode ser analisada como parte do projeto nacionalista Estado-novista, mas também pela

...necessidade de capacitar os homens ao aprendizado desse mesmo ideário, uma vez que no Brasil dos anos 30 ainda tínhamos um sério problema no que toca ao índice de indivíduos alfabetizados. Isto significava o comprometimento da recepção da mensagem nacionalista. Nesse sentido, o INL enquadra-se em um projeto mais amplo: o da preocupação do Estado (através do MES), com a educação básica¹⁰⁶.

¹⁰⁴ O INL foi criado pelo Decreto-Lei número 93 de 21/12/1937 vinculado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) sob a direção de Augusto Meyer e ficou subordinado a ele desde sua criação até 1953. Neste ano o Ministério foi desmembrado em Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Instituto passou, então, para os quadros do MEC.

¹⁰⁵ Como o nacionalismo do período Vargas se estende até 1954 com o projeto de expansão do intervencionismo estatal na economia, isso repercute também no âmbito da produção e política cultural. Até então, para a produção de livros, por exemplo, não havia estrutura de imposto favorável, diferentemente de outros setores da cultura que já recebiam incentivos fiscais ao seu desenvolvimento. Não é o caso aqui de discutir as implicações desses incentivos culturais do governo Vargas, mas apenas afirmar que o conteúdo principal desta discussão gira em torno do controle estatal sobre a produção e do uso da censura.

¹⁰⁶ SERRANO, Gisela de Amorim. Uma política para o livro: o INL e as relações editoriais durante o Estado Novo (1937-1945). In: II Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil, 2003, Campinas. *Anais...*, Campinas, 2003.

Originado da transformação do Instituto Cairu (1935), cujo objetivo era organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, essas também serão as funções prioritárias do INL, em sua inauguração, reunidas na Seção Enciclopédia e Dicionário, sob a chefia do poeta Américo Facó. Ao velho organograma foram incluídas mais duas seções: a Seção de Publicações, sob a chefia do historiador Sergio Buarque de Holanda e a Seção de Bibliotecas responsável pela organização de bibliotecas públicas.

Na Seção de publicações, cumpria-se a meta de publicar “todo tipo de obras raras ou importantes”¹⁰⁷ adequadas à cultura luso-brasileira mas que não fossem de interesse comercial para as editoras; na Seção de Biblioteca, objetivava-se desenvolver as bibliotecas públicas com apoio aos municípios para criação de suas bibliotecas e doando livros para seus acervos; na Seção Enciclopédia e Dicionário pretendia-se organizar um registro de todas as obras escritas sobre o Brasil e elaborar um Dicionário português mas abrigado.

Um dos objetivos da seção Dicionário e Enciclopédia era formar um registro de obras escritas sobre o Brasil, ou seja, uma Bibliografia Nacional. Apesar das mudanças de nome e da descontinuidade da publicação geradas pela falta de financiamento ou gerenciamento, a Bibliografia foi lançada em 1938 e sobreviveu até 1972. Ao longo de sua existência apresentou as seguintes denominações e periodicidade: *Bibliografia Brasileira (anual, 1938-1955)*, *Bibliografia Brasileira Corrente (trimestral, 1956-s/dt, seção da Revista do Livro*¹⁰⁸; *Bibliografia Brasileira (1962-1967, retorno da primeira)*; *Bibliografia Brasileira Mensal (1967-1972)*. O último número, publicado no ano de 1972, como *Boletim Bibliográfico (Brasileiro)*, foi elaborado pela Biblioteca Nacional. Gustavo Sorá considera que suas dificuldades de publicação foram aprofundadas pela aparição no setor privado de outras publicações com os mesmos fins¹⁰⁹, tais como: o *Anuário Brasileiro de Literatura*, de Pongetti e a *Bibliografia Nacional*, de Antônio Simões dos Reis. Essas publicações foram elaboradas no bojo de mudanças da produção editorial no Brasil, que acabara de passar nos anos 30 pelo seu primeiro crescimento significativo, tendo em vista a consolidação das editoras brasileiras, como vimos no item anterior.

¹⁰⁷ HALLEWELL, op. cit., p. 393.

¹⁰⁸ Esta revista, com outro perfil, estava prevista desde a criação do INL. A Revista do Livro, publicada entre 1956 e 1970 caracterizava-se por apresentar tanto as ações do INL para o livro quanto as medidas do governo, decretos-lei, instituídos; mostrava coleções e títulos publicados. A revista foi também um instrumento de controle sobre os títulos publicados até a criação do DIP, que assumiu a função de censura. A Revista dividia-se em seções que tratavam das iniciativas e discussões em relação ao livro, como: “INL: crônica”; “Livro e Cultura”; “Resenha”, etc.

A partir de 1967 a Bibliografia Brasileira do INL passa a ser mensal e é encerrada em 1972 quando a tarefa passa a ser da Biblioteca Nacional, o INL deixa então de ter uma publicação própria das obras brasileiras.

¹⁰⁹ SORÁ, op. cit., p. 268.

O apoio à formação educacional foi um dos principais objetivos do INL, se considerarmos seu desempenho na criação de bibliotecas públicas e doação de livros. Em uma publicação comemorativa de 50 anos do INL, foi ressaltado como resultado de seu trabalho, ao longo de sua história, o grande número de bibliotecas públicas inauguradas com seu auxílio e o volume de livros distribuídos.

Em 1938, um ano após sua criação, já haviam sido distribuídos 15.909 livros às bibliotecas¹¹⁰ e em 1941 houve um significativo aumento das bibliotecas alcançando o número de 778 bibliotecas públicas no país. Em dez anos esse número já havia subido para 7.000¹¹¹.

Apesar de só iniciar suas publicações em 1939, a Seção de Publicações teve papel relevante na história do Instituto por definir um projeto editorial pautado na expansão da ideologia nacionalista reivindicada pelo projeto cultural do Estado. O Instituto manteve sua proposta editorial, mas com outra perspectiva, até a data de extinção desta seção, em 1971.

A função editorial, no entanto, é que nos interessa destacar na história do Instituto. Para Ricardo Oiticica, autor da tese *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasílica dos rejeitados*, durante a época de criação do Instituto, o Estado Novo, por meio do INL, entrava “no mérito da questão editorial, combinando as formas mais consagradas do livro: o Dicionário, a Enciclopédia e a Antologia.”¹¹²

Embora o autor defenda que o INL tenha alcançado sua função editorial, ou a melhor expressão dela, com essas três publicações, entendemos que o Instituto marcou, ainda, uma posição muito relevante para o mercado e a indústria de livros ao deixar de atuar em alguns setores. Primeiro porque não competia com as editoras privadas, publicando livros não concorrentes, e isto está claro em seus objetivos; em segundo lugar, porque seus diretores não integraram comissões que tratavam da política econômica do livro, como veremos melhor no próximo item. Tais características não davam ao INL uma posição insignificante. Apesar de ser um órgão público exclusivo para o livro o INL estabeleceu uma pauta própria, distinta daquela traçada pelo DIP que com ele disputava as funções editoriais públicas, como veremos a seguir.

¹¹⁰ INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987: 50 anos de publicações*. Brasília, INL, 1987, p. 9.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 10.

¹¹² OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia Brasílica dos Rejeitados*, 1997. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Letras, Rio de Janeiro: PUC, 1997, p. 112.

Segundo Oiticica, “o INL era a expressão genérica da interpretação estadonovista para a ideologia republicana...”¹¹³. O autor procura explicitar essa idéia contrapondo as funções do INL às do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Enquanto esse teve a função do controle ideológico do Estado, o INL

...chegava a divergir de instâncias superiores, como quando Augusto Meyer invoca as atribuições da Seção de Publicações para negar-se a atender um livro encaminhado através do presidente Vargas, ou quando vê negado o seu projeto de criação da Revista do INL, sob o argumento ministerial de que contrariava as mesmas atribuições do INL. Um relatório do Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia demonstra claramente a existência de uma divisão no interior das atividades do governo, ao afirmar, de modo genérico, que “ a indústria do livro, sob todos os aspectos, não poderia deixar de figurar no primeiro plano entre os inquéritos político-econômicos e sociais que estamos procedendo”, e ao especificar que havia uma ‘descrença geral sobre a utilidade do Instituto do Livro’¹¹⁴. Fundando-se em argumentos de editores e livreiros consultados, quase unânimes em apontar apenas os problemas econômicos do livro (impostos, taxas cambiais, preço do papel), o Serviço de Divulgação procurava reduzir a questão ao item ‘c’ do decreto do INL – ‘promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país (...) -, concluindo que para tanto não era necessário o aparato burocrático do INL, mas capital para a matéria-prima e um parque industrial para a impressão. (...) A comparação entre a atividade editorial dos órgãos de divulgação – o Serviço de Divulgação e o DIP – e do INL resulta desfavorável a este órgão, que durante o Estado Novo publicou apenas 33 títulos, alguns com vários tomos, outros simples manuais. As coleções e os livros publicados pela Seção de Publicações do INL, de 1939 a 1945, entre obras propostas por ela e pelas duas outras seções(...)¹¹⁵.

Essa visão do Serviço de Divulgação de desenvolver predominantemente a área da produção era o centro das discussões sobre a necessidade da existência de dois órgãos acumulando a mesma função, ele próprio e o INL. No entanto, malgrado as críticas originadas daquele Serviço, ele acabou sendo extinto. Apesar da manutenção do INL, criou-se nesse momento outro órgão público que atuaria fortemente no controle de publicações, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Para Oiticica, mantinha-se a dualidade e, ainda, mais acentuada, entre órgãos públicos dirigidos ao sistema do livro no Brasil.

As poucas publicações do INL durante o Estado Novo, mencionadas na citação acima, podem também ser entendidas como indícios dos problemas na direção do Instituto e/ou dos

¹¹³ Ibid. p. 120.

¹¹⁴ SILVA, Suely Braga da. O INL e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, Inst. Inform. em Ciência e Tecnologia, 1992. In: OITICICA, op. cit., p. 121.

¹¹⁵ OITICICA, op. cit., p. 121-122.

seus reais objetivos naquele momento. Ao longo do mandato como diretor, desde a criação em 1937 até 1954, Augusto Meyer¹¹⁶ recebeu críticas de Mario de Andrade a respeito de sua atuação. Nas palavras desse idealizador da Enciclopédia ele foi “um admirável espírito literário sem a menor energia prática, sem a menor autoridade, sem a menor visão técnica”¹¹⁷.

Deve-se reconhecer que não só a direção era ocupada por um intelectual, mas todas as chefias do Instituto foram preenchidas por intelectuais que se enquadravam no contexto de atuação dos “literatos do Estado Novo (que) tentavam compatibilizar o exercício institucional com o ficcional”¹¹⁸. São eles, ainda, protagonistas (símbolos) do projeto de nação e criação de identidades nacionais promovidas, então, pelo Estado.

Na Seção de Publicações que Sergio Buarque de Holanda chefiou foi dada “... ênfase na publicação de obras monumentais sobre o Estado e a Igreja contra uma residual (mas significativa) participação de narrativas com que a cultura popular conta a sua história”. Da participação de Mario de Andrade¹¹⁹ no projeto enciclopédico do Estado Novo junto ao INL Oiticica acrescenta que sua proposta era atingir “desde o ‘leitor mediano’, com o verbete-monografia, até os ‘homens cultos’, como de expansão, em uma obra de caráter misto...”¹²⁰. Apesar do projeto de elaboração durar anos a Enciclopédia idealizada por Mario de Andrade nunca foi publicada na íntegra¹²¹. A atuação de Mario de Andrade e Sergio Buarque de Holanda durou até 1941 e 1944, respectivamente, e apesar de acumularem no INL funções de intelectual e funcionários do estado, essa dubiedade de seus papéis não os impediu que se comprometessem no início dos anos 40 na oposição à ditadura varguista. Pelo contrário, como já vimos, o espaço do INL era mais fluido nesse sentido quando seus dirigentes até se negavam a atender pedidos do presidente Vargas. Foi através da Associação Brasileira de Escritores, fundada por Sergio Buarque de Holanda¹²², que esses intelectuais manifestaram sua oposição, mesmo ainda ocupando funções no Instituto.

¹¹⁶ Direção de Augusto Meyer no INL: 1937-1954 e 1961-67.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 113.

¹¹⁸ OITICICA, op. cit., p. 112.

¹¹⁹ Contrato rescindido em 08/04/1941.

¹²⁰ ANDRADE, Mário. Enciclopédia Brasileira (anteprojeto da). In: OITICICA, OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras*: Academia Brasileira dos Rejeitados, 1997. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Letras, Rio de Janeiro: PUC, 1997, p. 129.

¹²¹ Alguns planos para publicação da Enciclopédia foram elaborados, no entanto, apenas o último plano, de 1961, foi executado: foram publicados 3 volumes na Biblioteca de Obras Subsidiárias, série Assuntos Brasileiros (1962-63) e 2 volumes na Biblioteca Universitária – geografia e geologia (1971-1972). INL. op. cit., p. 126. Essa seção Enciclopédia foi extinta em 1971.

¹²² Segundo Oiticica, Sergio Buarque de Holanda mudara sua visão política após viagem aos EUA: “Se chegou da Europa no início dos anos 30 recusando o comunismo e ensaiando o fascismo, voltará dos EUA para fundar a Associação Brasileira de Escritores, presidindo-a no ano em que ela se tornou, com a organização do I Congresso Brasileiro de Escritores, uma das mais combativas instituições de oposição ao Estado Novo”. OITICICA, op. cit., p. 117.

Durante a década de 50 também foram diretores do INL, Adonias Filho (1954-1955) e José Renato Pereira (1956). A partir de 1955, o Instituto começou a elaborar a publicação oficial do órgão, a Revista do Livro, cujo primeiro número foi lançado em 1956, traduzindo-se como

*mais uma manifestação dos altos propósitos do governo em contribuir para o aprimoramento da cultura nacional. Demonstra o empenho do INL em cumprir suas tarefas específicas, com o apoio e a plena confiança do Ministério da Educação e Cultura. A revista será mais um veículo de difusão e um campo aberto ao debate de idéias, sugestões e planos que visem o desenvolvimento cultural do nosso povo*¹²³.

Na seção “Noticiário” da Revista do Livro de 1956, onde são apresentadas informações sobre iniciativas do INL destacam-se aquelas de incentivo às bibliotecas públicas, quando explicitam o modelo de convênio com prefeituras do país.

A Revista do Livro apresentava também discussões sobre temas e obras publicadas pela seção de publicações, porém não há debate sobre políticas editoriais, mas sobre livros, autores e gêneros literários. Era mais uma revista de cultura que promovia temas e autores nacionais, porém não discutia as condições da produção do livro no Brasil. A Revista do Livro teve a função de criar uma imagem de nação através da literatura. Segundo Oiticica, “a utilização da literatura como função de reforço”¹²⁴ é o que se evidencia nesta publicação.

Pelo estudo realizado sobre essa etapa do INL entre os anos 1937 e 1945, verificamos que suas iniciativas foram limitadas, mas, ainda assim, dirigidas ao incremento da produção livreira, se considerarmos o crescente número de bibliotecas públicas e o aumento de seus acervos devido às medidas oriundas da expansão do Estado intervencionista. Como também foi o projeto de Mario de Andrade para a Enciclopédia, limitado por falta de recursos mas com objetivos, citado por Oiticica, de atingir

*...populações ‘irregularíssimas em sua cultura’- os Vários Mundos. A consultoria técnica prestada, no entanto, aponta não para o reforço mas para a inversão de expectativa: entendendo o conhecimento humano como ‘coisa móvel e de avanço diário’ e a multivalência como ‘a primeira definição da Enciclopédia Brasileira’, Mario de Andrade pretendia assegurar para ela o papel de instrumento permanente da diversidade cultural em suas sucessivas reedições*¹²⁵.

¹²³ SALGADO, Clóvis. Apresentação. In: *Revista do Livro*. Rio de Janeiro: INL, 1956. Números 1-2, junho de 1956, p. 1.

¹²⁴ OITICICA, op. cit., p. 118.

¹²⁵ OITICICA, op. cit., p. 137.

Ainda assim, por meio do INL, o Estado formalizava um projeto cultural para o livro que, no caso desse órgão, se revelava também pelo engrandecimento da literatura nacional por meio de autores já consagrados, formalizando uma lista de autores nacionais.

Desde fins dos anos 40 as condições se tornavam mais favoráveis no que dependia do Estado para a produção de livros, visto que em 1948 houve uma redução no valor das tarifas postais para os livros escolares, facilitando sua distribuição e em 1950 diversos governos estaduais estabeleceram a isenção do IVC (Imposto sobre Vendas e Consignações) para a venda de livros. Essas conquistas são significativas se compararmos com as condições de produção duas décadas antes, conforme vimos no item anterior, quando na década de 20 a estrutura de impostos favorecia a importação de livros ao invés de sua publicação no Brasil. O INL como instituição cultural pública deteve-se em alguns projetos de incentivo ao mercado de livros, que correspondiam por sua vez a um projeto de educação, como no caso dos livros escolares e para bibliotecas, mas ainda atendendo a uma lógica de mercado e produção.

Entre os diretores do INL até os anos 1950 não se encontravam editores, mas escritores que também ocupavam postos em outros institutos. No caso de Augusto Meyer, que atuou por quase todo esse período, também integrava o Conselho Federal de Cultura a Academia Brasileira de Letras.

Neste item, concluímos que as funções do Instituto estavam inseridas no contexto próprio de construção de projetos que reivindicavam um determinado nacionalismo em prol de instalar a modernização brasileira. O INL cumpriu esse papel, atendendo às suas especificidades, foi um órgão de formulação de projetos culturais para o livro brasileiro por quase quatro décadas.¹²⁶

2.2.2. A criação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e o papel-chave de Ênio Silveira

A criação da Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais¹²⁷, em 18/11/1940, no Rio de Janeiro, marca o início da organização dos

¹²⁶ INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. op. cit., p. 5.

¹²⁷ Nos anos 40, a associação passou a denominar-se Sindicato e, a partir de 1959, Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

empresários do livro. Seu objetivo principal desde sua fundação era discutir o problema do papel e reforçar a luta dos empresários do livro para a constituição do mercado de livros.

Entre os editores fundadores do SNEL havia os que se tornaram reconhecidos nomes¹²⁸ da história do mercado editorial brasileiro: José Olympio, Rogério Pongetti, Antonio Bertrand e Themistocles Marcondes Ferreira, para mencionar alguns deles.

A fundação do Sindicato com tais integrantes representava o empenho dos editores para consolidar a categoria valendo-se da participação de editoras nacionais e com a colaboração de editores já renomados no meio cultural. Todos eram proprietários das suas empresas, formadas com capital próprio (familiar ou de particulares), e punham seus nomes e sobrenomes para denominá-las, quando não utilizavam “fórmulas nacionalistas”. Essas fórmulas nacionalistas, segundo Gustavo Sorá, eram

*...próprias das editoras brasileiras pioneiras e as de consolidação do mercado (...) traziam ou trazem em suas designações o nome do heróico fundador ou fórmulas nacionalistas. Civilização Brasileira, Jose Olympio, Brasiliense, Martins, Paz e Terra, Jorge Zahar carregam nos nomes a nação ou o editor carismático, histórias de compromissos e projetos de intervenção nos destinos do Brasil.*¹²⁹

A importância de Octalles Marcondes Ferreira para o Sindicato, por exemplo, fora registrada em Ata da entidade. Na Ata da reunião do SNEL de 25/08/41, o jornalista e editor Zélio Valverde “...requereu que se inserisse em ata um voto de congratulações pela presença na sessão do Sr. Octalles Marcondes Ferreira, Companhia Editora Nacional e figura de realce nos meios editoriais do país. Aprovado”.¹³⁰

Apesar da recém fundação do Sindicato, os empresários do livro nos anos 40 ocupavam uma posição periférica na hierarquia dos produtores da cultura – se compararmos às condições pouco mais estruturadas dos empresários do rádio¹³¹ e da imprensa escrita de

¹²⁸ A lista completa está apresentada no Apêndice 11.

¹²⁹ SORÁ, Gustavo. Tempo e distâncias na produção editorial de literatura. In: *Maná – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 151-181, 1997.

¹³⁰ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 25/08/1941, p. 14. Arquivo SNEL.

¹³¹ No caso do rádio, durante a década de 40, segundo Lia Calabre, “as emissoras já haviam se tornado empresas altamente lucrativas e o rádio passava a ocupar um lugar especial no cotidiano da sociedade brasileira. É neste ...período que surgem programas e personagens que marcam época e que ainda hoje servem de fonte de inspiração a produção televisiva. É o tempo do Repórter Esso, dos concursos para Rainha do Rádio, dos programas de auditório e das famosas radionovelas. Os anos 50 são considerados a época de ouro do rádio brasileiro. A partir da década de 1960, frente ao avanço da televisão, as emissoras radiofônicas se viram obrigadas a alterar continuamente o tipo de programação veiculada, fazendo surgir um novo rádio, distante do modelo que tanto sucesso obteve nos anos 1940 e 1950.”. CALABRE, Lia. *O Historiador e o Rádio: Relações*

grande circulação. Sua atuação ganhará mais organicidade a partir dos anos 50, com a ampliação do consumo de produtos culturais em geral. Na década de 1940, como vimos a própria criação do Instituto Nacional do Livro, inaugurava uma nova fase para a configuração do campo editorial brasileiro. Desde então, o livro ganhava um novo status, passando a figurar na lista de veículos culturais tão importante quanto os outros produtos culturais ao representarem também um projeto de cultura em âmbito nacional. Entretanto, tais mudanças se davam no quadro das transformações econômicas, decorrentes da industrialização, e a posterior urbanização, ampliação do ensino público proporcionando as condições de formação do mercado editorial, o que também deve ser relacionado à organização dos editores no SNEL. A fim de organizar-se para defender seus interesses, os editores teriam conseguido participar da formulação das políticas públicas porque já possuíam um espaço no mercado.

A presença de editores na defesa direta de seus interesses na esfera pública passa a existir em meados dos anos 1950. Em linhas gerais, se reivindicava maior atenção do poder público para o setor, expresso nas palavras de Geir Campos, secretário do SNEL, quando afirmou que “... até no regime do liberalismo econômico e político o livro acaba tornando-se um problema de Estado, no bom sentido...”¹³². As mudanças necessárias para garantir a presença estatal nas questões do livro poderiam ocorrer “sem interferir praticamente com o regime liberal”¹³³. O autor reivindicava um compromisso maior do governo/Estado com o setor livreiro, posto que não alteraria em nada o projeto de desenvolvimento econômico em processo no Brasil, apenas faltava, em sua visão, adequação dos órgãos estatais.

Suas críticas apontavam para “falta de compromisso” dos órgãos estatais existentes para o livro naqueles anos no Brasil, como o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Comissão Nacional do Livro Didático. Geir Campos destacou que esses seriam os órgãos públicos capazes de minimizar o “problema do livro” e proporcionar maiores realizações na “afirmação de uma cultura nacional”¹³⁴ e, no entanto, apresentavam atuações limitadas. Esta sua avaliação corresponde à ausência de apoio do Estado caracterizado pelo tipo de capitalismo tardio¹³⁵ que se implantava no Brasil nos anos 50, período em que foi secretário

em Questão. In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005, Rio de Janeiro, RJ. p.2. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0682-1.pdf> >. Acesso em 05/01/2009.

¹³² CAMPOS, Geir. Cartas aos livreiros do Brasil. 1960. In: BRAGANÇA, Aníbal; LIZETE, Maria. (orgs). *13 ensaios A profissão do poeta: 13 pequenos ensaios e depoimentos em homenagem a Geir Campos & Carta aos livreiros do Brasil*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002. O poeta Geir Campos fora secretário do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) em meados dos anos 50, convidado por Ênio Silveira, seu presidente na época, quando escreveu uma síntese sobre os problemas do livro no Brasil.

¹³³ *Ibidem*, p. 20.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ Segundo René Dreifuss, “...um tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na

do SNEL, e corresponde às reivindicações mais gerais do setor livreiro. Nessa década os empresários do livro conquistavam espaços de atuação no interior do Estado brasileiro, em particular, em comissões responsáveis pela ampliação das políticas públicas para a área do livro.

Na medida em que analisarmos o funcionamento do SNEL, apresentaremos a elaboração das políticas públicas direcionadas para a produção do livro, mencionadas nas Atas, destacando as condições em que foram formuladas e como os editores lhes deram organicidade.

As questões reivindicadas pelos editores na ocasião de sua fundação tornaram-se, na década seguinte, políticas amplamente discutidas pelo setor, em âmbito nacional, mesmo representado em sua maioria, como vimos no item 1, pelas editoras da região sudeste. Privilegiamos, assim, a leitura das Atas de reuniões da diretoria do SNEL a partir dos anos 50, atentos à particularidade desse momento, que representava nas palavras de Renato Ortiz:

*... um hiato entre os objetivos empresariais e a incapacidade de eles se realizarem plenamente. A idéia de precariedade exprime esta lacuna. O lado objetivo da sociedade nos indica a realidade concreta das empresas de cultura; as agências de publicidade, rádio, jornal, televisão, cinema; dados que apontam para a emergência de uma sociedade urbano-industrial e que introduzem, nos anos 40, um grau diferenciado de modernização. Mas as dificuldades financeiras, tecnológicas e materiais impõem uma resistência ao desenvolvimento desse mundo moderno*¹³⁶

Diante de um processo ainda incipiente de produção e consumo do rádio, do teatro, do cinema e da televisão, os empresários do livro, ou os proprietários de casas editoriais de capital, originalmente, de cunho familiar, buscavam reconhecimento da “necessidade de se dar ao livro uma melhor situação que o torne(tornasse) acessível ao consumo em grande escala”¹³⁷. As Atas de reuniões da diretoria do SNEL mostram como o empresariado pressionava setores do governo, mesmo não se dirigindo, prioritariamente, ao INL, devido às características já apresentadas desse instituto, mas em contato direto com os órgãos responsáveis pelo funcionamento do sistema editorial brasileiro. No decorrer dos anos 50,

indústria e integração com o sistema bancário”. DREIFUSS, René. *1964 - A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 485.

¹³⁶ ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 94.

¹³⁷ Ata de reunião da Diretoria do SNEL de 16/10/1953. Esta afirmação foi dirigida ao presidente do Banco do Brasil como estratégia para contornar a situação desfavorável para o setor após a instituição de um novo sistema para regular o comércio exterior, que por sua vez, frustrou as medidas adotadas pelo sindicato em relação as importações. A questão do câmbio e da importação de livros eram, portanto, prioritárias para o funcionamento do setor.

principalmente durante o governo JK, o empresariado do livro começava, então, a adquirir uma nova posição como produtores de bens culturais. Sua inserção nas políticas públicas do livro dependia de uma atuação dinâmica que correspondesse aos diferentes espaços em que essa política era construída e isso foi sendo conquistado nos anos 50.

Desde princípios da década, aumentava o número de empresas nacionais associadas ao SNEL, como mostra o quadro¹³⁸ abaixo:

Quadro de diretores do SNEL, entre 1952-1954:

Diretoria:

José Olympio Pereira Filho

(Livraria José Olympio Editora)

Ênio Silveira (Cia Editora Nacional)

Sabbatino Antônio Maffer (W.M. Jackson Editora)

Cândido Guinle de Paula Machado (Editora Agir)

Cristiano Bianchini (Cia Melhoramentos S.P.)

Joaquim de Oliveira Antunes (Livraria H. Antunes)

Henrique Álvares da Cunha (Livraria Acadêmica)

Conselho Fiscal:

Rogério Pongetti (Irmãos Pongetti Editores)

Ivo Vianna de Azevedo (Editora Paulo de Azevedo)

Oscar Mano (Editora Minerva)

No período iniciado em 1952 e até o golpe de 1964 as reuniões da diretoria do SNEL foram mensais. Do conjunto das 144 Atas das reuniões ocorridas nesse período que foram consultadas, extraímos os pontos discutidos com mais frequência nas reuniões e identificamos

¹³⁸ No Apêndice 12 apresentamos o quadro completo.

parcerias criadas com os setores públicos, tanto do Executivo como do Legislativo, na busca de criar condições para sua participação na elaboração das políticas editoriais brasileiras.

Um dos assuntos mais recorrentes nas reuniões dizia respeito à importação de livros e papel e, em segundo lugar, diversos assuntos estiveram em pauta nas reuniões, tais como: direitos autorais; editoras estrangeiras; criação de comissões internas sobre assuntos específicos e participação em comissões do governo. Nossos objetivos com a análise do conteúdo das Atas foi de verificar a relação SNEL-sociedade política, mostrando a adoção de políticas públicas que favoreciam os empresários do livro. Assim, poderemos dimensionar o grau de articulação que promoveram com todos os setores públicos do livro; além disso, procuramos mostrar o papel do editor Ênio Silveira como presidente do SNEL articulando os interesses dos empresários nesse período¹³⁹.

Com relação à importação de livros e papel, principal e mais freqüente questão apontada nas reuniões, observamos que as “dificuldades” apresentadas pelos empresários foram discutidas e encaminhadas ao Banco do Brasil, Fiban e Sumoc¹⁴⁰ – setores centrais da formulação e direção das políticas econômicas do país. Entre os assuntos de pauta das reuniões os editores debatiam, respectivamente, com os representantes de tais órgãos sobre: a necessidade de “liberdade” de crédito, regulamentação da distribuição de cotas de câmbio; estabelecimento do ágio sobre os preços e da taxa de câmbio.

Os livros e papéis importados passaram a integrar, em 1954, a lista de mercadorias da Relação das Importações Isentas de Licença Prévia. Esta medida foi comemorada entre os editores-diretores do SNEL como resultado de suas atuações, e afirmaram que assim agiam em “prol da cultura nacional”¹⁴¹. Os empresários se autoproclamaram empreendedores de projeto nacional.

No mesmo ano, o Banco do Brasil concedeu “ampla liberdade de importação de livros”, porém, para os editores ainda havia dificuldades na importação de papel geradas pela FIBAN, por liberar quantidade insuficiente. A FIBAN também regulamentava as cotas de câmbio e um dos critérios era deferir apenas “pedidos de cotas de câmbio para importação de livros se

¹³⁹ É importante observar que não é nosso propósito analisar o conjunto das políticas econômicas dirigidas à produção e ao comércio de livros desse período até porque teríamos que acompanhar processos diferenciados desde o fim do segundo governo Vargas, quanto o governo JK e até o governo Jânio Quadros. Apenas fizemos algumas referências breves para marcar os diferentes momentos desse período até 1964, mas com o intuito de apontar a relação dos empresários com os órgãos públicos.

¹⁴⁰ A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) era um departamento do Banco do Brasil que controlava a taxa de câmbio até 1965, quando essas funções passaram para o Banco Central e a SUMOC foi extinta. KUPERMAN, Esther. *Da Sumoc ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 203.

¹⁴¹ Ata da Reunião da Diretoria do SNEL de 01/01/1954. Arquivo SNEL.

as transferências se destinarem a editores estrangeiros”. Continuaram, assim, as críticas à “burocracia” do Banco do Brasil que “atrapalha a importação de livros” por contrariar, por exemplo, a proposta de distribuição de cotas do SNEL. Nesta reunião de 25/05/54 decidiram tratar diretamente com o Banco do Brasil sobre o assunto. Um exemplo das dificuldades apresentadas por eles junto ao Banco do Brasil é referente à questão da importação. A editora Hachette argumentou que a medida para importação de livros ainda não contentava a necessidade das empresas, pois ela própria tivera que diminuir seu volume de importação de livros.

Muitas “dificuldades”, mas também “vitórias”, assim definidas pelos empresários, como ocorreu em uma das “negociações” com a SUMOC. Diante de um aumento de ágio para importação de livros, decretado pela SUMOC, em setembro de 1954, os editores se opuseram junto ao órgão, por meio de memorial, e obtiveram resposta positiva da SUMOC, que retornou com nova resolução. O texto dizia manter “o preço das mercadorias pelo valor anterior correspondente aquelas mercadorias que chegaram até 30 de agosto”. Uma minoria de editores defendia pressionar mais, mas a maioria, “do outro lado”, referido em Ata como “grupo do Ênio”, considerava “vitoriosa a resposta da SUMOC”¹⁴².

Em 1955 houve uma ampla articulação dos empresários contra medidas da FIBAN¹⁴³, que determinara novo ágio para importação. O SNEL procurou tratar imediatamente do assunto com autoridades do Banco do Brasil, ministros da Fazenda e Educação para impedir tais medidas. Nesse mesmo ano, a FIBAN determinou que “os álbuns de reprodução de quadros que tiverem texto serão considerados livros para efeitos de empréstimos ou tx/cotas de câmbio”. O SNEL mais uma vez comemorou uma sua “vitória”.

Em reunião de 1957, quando Ênio Silveira era presidente do SNEL, houve mais uma “vitória da classe”, como afirmavam, sobre o projeto de lei que tramitava em relação às tarifas aduaneiras, resultando em agradecimentos aos parlamentares envolvidos, como segue abaixo:

Referiu-se o Sr. Ênio Silveira, em seguida, à campanha difícil e trabalhosa que, através deste seu sindicato, os editores e livreiros tiveram que mover junto às autoridades federais, sobretudo no setor legislativo, no sentido de evitar que fosse aprovado em sua redação inicial – altamente danosa para a indústria e comércio do livro – o projeto de lei n. 3244 a que dispõe sobre as novas tarifas aduaneiras; e o sr. Presidente congratulou-se então com os presentes e com a classe em geral por não terem sido infrutíferos os

¹⁴² Ata da reunião de 23/09/54. Arquivo SNEL.

¹⁴³ Fiscalização Bancária. Era um órgão do Banco do Brasil com função equivalente à parte das atribuições realizadas pelo Banco Central de hoje.

*esforços dos que mais de perto se ocuparam da questão,(..). A propósito, o sr. Carlos Ribeiro pediu a palavra a fim de propor o envio de um ofício de agradecimento às seguintes personalidades, que melhor compreenderam e defenderam no Parlamento os elevados interesses da cultura brasileira e tiveram brilhante atuação em combater os itens do projeto de nova lei de tarifa das alfândegas que lhe eram prejudiciais: Deputados Federais Ulisses Guimarães, Daniel Faraco, Clóvis Pestana, Newton Carneiro, Abgvar Bastos, Vieira de Mello, Carlos Lacerda, Batista Ramos, Broca Filho, Horácio Lafer, Hernani Sátiro, Chagas Freitas, Odilon Braga, Ruy Santos; Senadores Lino de Matos, Alencastro Guimarães; Vereador paulista Ítalo Fittipaldi. Tal proposta do Sr. Carlos Ribeiro foi imediatamente discutida e aprovada, tendo o sr. Presidente dado à Secretária administrativa deste órgão de classe a incumbência de providenciar a remessa dos referidos ofícios,(...).*¹⁴⁴

Esses parlamentares tornam-se assim “representantes”, ainda que eventuais, dos interesses dos empresários na sociedade política. Esse pode ser considerado um novo momento para a política editorial, que coincide com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando houve a priorização da produção industrial e dentro dela a indústria editorial também foi beneficiada como um dos setores visados do Plano de Metas. Entre os benefícios para a produção do livro destacam-se: o aumento da concessão de licenças para importação de equipamento gráfico; isenção de impostos para a indústria editorial, exceto o Imposto de Renda; e subsídio ao papel importado. É interessante ressaltar que, apesar desses incentivos, a indústria do livro representava um percentual muito pequeno de toda a indústria e comércio do país, mas apesar disto foram criadas regras específicas para beneficiar o setor. Segundo Hallewell, “todas as editoras, livrarias e outras empresas do setor reunidas somavam apenas 1% do capital total investido em atividades não-agrícolas da economia”¹⁴⁵.

A título de exemplo do maior desempenho do SNEL nessa fase, destacamos o ano de 1957, não só pelos resultados favoráveis às condições de produção do livro brasileiro mas pelo crescente engajamento dos seus editores junto aos setores públicos. Apresentamos a seguir outros conteúdos representativos das reuniões do ano de 1957.

(...) relatou o presidente Ênio Silveira o andamento do projeto de lei de reforma das tarifas aduaneiras, ora em estudos nas comissões especializadas da Câmara dos Deputados, bem como a atuação vigilante dos diretores deste sindicato(...) em contato pessoal permanente com vários parlamentares, chegando a funcionar como assessores potenciais das

¹⁴⁴ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 16 de agosto de 1957. Arquivo SNEL.

¹⁴⁵ HALLEWELL, op. cit., p. 534.

comissões legislativas, além de atuação individual junto a líderes de bancadas, chefes de partidos políticos, e deputados de prestígio, angariando apoio e simpatia para a causa do livro, visivelmente ameaçado pela nova lei em sua produção e comércio.

(...) adianta, por fim, que as reivindicações dos editores e livreiros nacionais têm sido geralmente bem compreendidas e aceitas pelos parlamentares consultados, sendo de esperar-se um tratamento simpático e benéfico para o livro no texto final da nova lei, especialmente devido às emendas e sub-emendas apresentadas pelos deputados Broca Filho e Abguar Bastos¹⁴⁶, entre outros. O presidente solicita, então, que todos os associados e diretores que tiverem relações ou laços de família com representantes do povo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que façam o possível para utilizar essas boas relações no sentido de obter desses parlamentares efetivo apoio à classe editorial e livreira, apelo esse a que todos respondem com assentimento e boa vontade. (...) Alguns dos associados presentes formulam agradecimentos pela pronta e eficaz atuação da Diretoria, mas o presidente Ênio Silveira declara nada haver a agradecer, por ser essa a missão dos diretores dos órgãos de classe.(...)¹⁴⁷

Esse tipo de atuação dos empresários em setores do Legislativo e Executivo mostra que as “dificuldades” apresentadas pelo SNEL no decorrer dos anos 50 não só já vinham sendo minimizadas, como não havia embates, mas a necessidade de maior participação através de uma relação política que lhes garantisse a dinâmica de seus negócios.

Em Ata de 04/07/1957

O Presidente deu conhecimento ao plenário da situação do projeto de lei tarifária ora em tramitação nas Comissões Técnicas e em vias de ir a plenário da Câmara dos Deputados, comunicando também numerosas e profícuas providências tomadas por este órgão de classe, através de seu Presidente e de alguns diretores (Carlos Ribeiro, Athos Pereira, Jorge Zahar, Ivo de Azevedo) no sentido de conquistar as simpatias dos parlamentares e das autoridades competentes, a fim de que a indústria e o comércio do livro não se vissem prejudicados ao aprovar-se a nova lei de tarifas; disse ainda o presidente que algumas emendas foram apresentadas e aceitas, através dos deputados Broca Filho e Abguar Bastos, colocando melhor os editores e livreiros em face da nova lei em projeto. Quanto à discussão e votação da referida lei, o sr. Ênio Silveira pediu a todos que se interessem junto a amigos e conhecidos de cada um, na Câmara e no

¹⁴⁶ Broca Filho foi deputado pelo Partido Social Progressista (PSP) em toda década de 50 até 1967 quando passou para Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Abguar Bastos foi deputado federal pelo Pará em 1934 (PTB) e por São Paulo em 1955, fundou a Frente Parlamentar Nacionalista, cujo primeiro manifesto, de sua autoria, leu da tribuna no início de junho de 1956. Lançou, na Amazônia, o Manifesto Flaminaçu (em tupi, “grande chama”), ponto de partida de uma corrente literária renovadora, que acabou por integrar o movimento modernista. Participou da fundação da Associação Brasileira de Escritores, hoje, União Brasileira de Escritores, das quais foi presidente.

¹⁴⁷ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 29 de maio de 1957. Arquivo SNEL.

*Poder Executivo, para dar uma boa cobertura às reivindicações da classe quando aquela lei baixasse a plenário.*¹⁴⁸

Outra reivindicação, por exemplo, foi que a taxa de câmbio estivesse com o mesmo valor tinha dois anos antes.

Uma das estratégias de solução as dificuldades quanto às cotas para importação foi criar uma comissão para integrar a FIBAN. Os empresários sugeriram que “a distribuição de cotas seja previamente estudada por comissão integrada por representantes do SNEL”¹⁴⁹, e o fazem em carta oficiada a FIBAN. E, no mesmo ano, foram consultados pelo Banco do Brasil, obtendo algumas vantagens, da seguinte maneira: “a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil sugere que o SNEL faça levantamento geral das necessidades dos associados no que diz respeito a importação de máquinas para confecção de livros”¹⁵⁰. Dessa forma, a partir de estudo prévio os empresários podiam ter garantias de retorno da política econômica vigente.

Ao longo de 1963 e início de 64 continuaram as reclamações quanto às restrições impostas pela SUMOC na importação de papel e/ou queixas quanto à política de câmbio do Banco do Brasil. Em dezembro de 1963, quando o Ministro da Fazenda afirmou, em carta destinada ao SNEL, ter “simpatia e compreensão relativamente aos problemas do livro”, os editores, após debaterem o assunto em reunião, concluíram que havia “contradição entre seus termos e as recentes decisões da SUMOC”¹⁵¹.

Ao mesmo tempo em que são feitas críticas também são oficializados agradecimentos ao Ministro da Fazenda, a Fiban e a Sumoc sempre que alguma medida instituída por esses órgãos tivesse favorecido o setor livreiro. Em um desses ofícios, sobre recentes medidas implementadas, os agradecimentos se estenderam a várias áreas sobre as quais tiveram efeito: “importação de papel, equipamentos, peça e sobressalentes e direitos autorais que favorecem a classe”¹⁵².

Vale notar que já se está no governo de Jânio Quadros (31/01 a 25/08/61), quando houve uma, pelo menos aparente regressão de tais medidas, pois terminou o subsídio ao papel importado sendo que a importação deste tinha que ser feita pelo câmbio livre, cujas cotações eram piores.

¹⁴⁸ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 04 de julho de 1957. Arquivo SNEL.

¹⁴⁹ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 11/08/1960. Arquivo SNEL.

¹⁵⁰ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 20/10/1960. Arquivo SNEL.

¹⁵¹ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 13/02/1963. Arquivo SNEL.

¹⁵² Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 22/08/1963. Arquivo SNEL.

Os outros temas abordados nas reuniões diziam respeito a: direitos autorais; editoras estrangeiras; “estado-editor”; comissões. Em sua maioria esses temas foram tratados em comissões específicas criadas nas reuniões da diretoria para que pudessem aprofundá-los com intuito de sistematizar suas necessidades e estratégias.

Em princípios dos anos 50, os editores receberam pela primeira vez convite para integrar comissões executivas no governo. Em 1954 foram solicitados, pelo Presidente da República, nomes de editores para integrar o Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Livro a serem encaminhados ao Ministro da Educação. Apesar do convite ser formalmente dirigido ao SNEL, esse sindicato comunicou a CBL da necessidade de eleger nomes para tal Conselho, entretanto, houve divergências entre as duas entidades sobre a decisão da indicação¹⁵³.

A questão dos direitos autorais aparecia em pauta quando havia algum projeto de lei tramitando na Câmara de Deputados. O encaminhamento para debater a proposta do projeto de lei variava entre criar uma comissão para isso, e se fosse o caso ela mesma definiria possíveis alterações, ou contratar advogado especialista no assunto, que estudasse e/ou elaborasse emenda ao projeto que tramitasse no Congresso.¹⁵⁴

Em 1959, houve um novo debate com o MEC, mas sobre um tema mais crítico, que dizia respeito à publicação de livros por esse Ministério. Os empresários criticaram a “concorrência desleal” (assim entendida por eles) promovida pelo Ministério, porque os livros que editava eram “vendidos no comércio a preços inferiores aos estipulados pelos livreiros e editores”. Essa crítica ao INL foi enunciada pelos empresários nesses anos e tornou-se grande polêmica dez anos depois, como veremos na análise do próximo item.

Em consequência dessa preocupação dos empresários com relação aos livros publicados pelo MEC, em 01/09/60, Ênio Silveira sugeriu que fosse verificado junto ao INL como ocorriam as compras de livros que fazia das editoras privadas para melhor apurar os efeitos dessa função do INL no mercado.

Os empresários no SNEL, organizados sob a presidência de Ênio Silveira¹⁵⁵, atribuíam falta de “fidelidade” do governo para com as suas causas. O SNEL deveria atuar de forma a garantir que os órgãos públicos mantivessem seu papel de “apoio” ao mercado, mas não deveriam competir. A inaceitabilidade de novos concorrentes corresponde a uma determinada

¹⁵³ Não foi possível encontrar em atas de reuniões posteriores se (ou como) essa divergência foi resolvida.

¹⁵⁴ Conforme Ata de reunião da Diretoria do SNEL 17/09/59, o contrato de advogado para gerir causas de direitos autorais iniciou em 1959.

¹⁵⁵ Ênio Silveira participou ativamente de comissões, internas como externas ao SNEL com grande desempenho nas pressões no interior da sociedade política visando os interesses dos empresários.

visão de desenvolvimento nacional bem aos moldes do que se tornava hegemônico naquele momento histórico – um projeto de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista que consolidava um papel de controle da burguesia industrial sobre a intervenção do Estado nos meios de produção. Nesse sentido, o SNEL tem papel relevante como mais um canal de expressão dos interesses da burguesia industrial nacional.

Para não se criar uma visão maniqueísta da relação entre INL e SNEL é importante mostrar que, também em 1963, o SNEL fez campanha em favor do INL, direcionada para o Ministro da Fazenda, diante da possibilidade anunciada deste Instituto ter suas dotações orçamentárias reduzidas em 45%. É interessante notar que o SNEL fez a defesa de um órgão estatal, como foi neste caso do INL, ao mesmo tempo em que solicitava mais atenção do setor público, por exemplo, para as questões do livro didático. Isso exigia do SNEL, segundo Ênio Silveira, por exemplo, “ficar atento para evitar a intromissão do Estado na indústria do livro didático”¹⁵⁶.

Em 1963 elaboraram até protesto contra “invasão estatal no âmbito da iniciativa privada”, acrescentando a “falta de vontade das autoridades monetárias e cambiais perante as reivindicações do SNEL quanto ao pagamento de direitos autorais e importação de livros”.¹⁵⁷ Entretanto, desde 1959, integravam comissões do Executivo. Como foi o caso do editor Paula Machado, vice-presidente do SNEL, eleito pelos empresários em reunião nesse sindicato, e nomeado pelo Presidente da República, para representar os editores no Grupo de Estudos da Indústria do Livro e Problemas do Escritor. Esse grupo, pertencente a estrutura do MEC, decidia questões relativas ao papel, crédito de financiamento e isenção de imposto de renda.

Outra questão presente nas Atas foi a divulgação de livros e ampliação de vendas, tema recorrente nas reuniões, a partir de 1960, quando Ênio Silveira mostrava uma sua visão empreendedora sobre o assunto. Identificamos entre algumas de suas sugestões a necessidade apontada de “dinamização do livreiro do interior” pois mesmo onde há “casas de importância local faltam obras de vulto para o bom êxito comercial de uma livraria”¹⁵⁸. Assim como sugeriu também, para a melhora das condições de difusão do livro, ampliar a propaganda de livros com apoio da rede ferroviária para veicular anúncios de livros em vagão de trem. Sua idéia era ainda fazer uma campanha que levasse o livro “a todas as camadas da população”¹⁵⁹. Mais uma vez criou-se uma comissão, dirigida por Ênio Silveira, para estudar o projeto.

¹⁵⁶ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 02/05/1963. Arquivo SNEL.

¹⁵⁷ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 17/10/1963. Arquivo SNEL.

¹⁵⁸ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 31/05/1960. Arquivo SNEL.

¹⁵⁹ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 06/10/1960. Arquivo SNEL.

Ao contrário de hoje, a propaganda nessa época era difícil de se conseguir por não ser ainda uma estratégia generalizada. Mas corresponde ainda hoje a um aspecto de diferenciação no mercado, entre aquelas que podem ou não financiar o alto custo de propagandas. Era e ainda é uma marca de prestígio nos meios de comunicação, em proporções distintas, o que evidentemente favorecia umas editoras em detrimento de outras.

Entretanto, a questão da divulgação não se limitou aos livros. Em 1963, o SNEL promoveu grande mobilização para a divulgação de um memorial que os editores elaboraram sobre os “Problemas e percalços do livro no Brasil” dirigido ao Presidente da República. Para que houvesse grande repercussão fizeram propaganda em muitos jornais da imprensa carioca (JB, O Dia, A notícia, O cruzeiro, Jornal do Comércio, Correio da manhã, etc), UBL, ABL e ainda em programa de TV. Em debate promovido pelo SNEL, ainda sobre o memorial, participaram membros do INL (o diretor, Geraldo Pereira Caldas; a jornalista Eneida Moraes; e os cronistas Valdemar Cavalcanti, Santos Moraes, Homero Sena) com a finalidade de atrair o setor público e a opinião pública para seus interesses.

Outra questão relevante que começava a aparecer nas reuniões eram as ligações com editoras estrangeiras. Em 1955 criou-se uma comissão para tratar da questão de editores europeus que buscavam se associar a editores brasileiros. Em fins de 1960, por exemplo, o editor espanhol Santiago Saluat foi convidado pelo presidente do SNEL a presidir uma sessão de reunião da diretoria para que pudesse apresentar resultados do Congresso de editores ocorrido em Barcelona. Em 1963 foi comunicado em reunião o interesse de uma editora de Bucareste em traduzir e publicar autores brasileiros. Também neste ano o SNEL recebeu visita do vice-presidente para a América Latina da Franklin Publications Inc. que tinha programa piloto elaborado pela Franklin para a indústria editorial da Argentina. O visitante lamentava não haver essa entrada no Brasil.

Os desdobramentos desses três casos não foram explicitados nas Atas, mas podemos mostrar sobre esse último caso, pelo menos, que a referida editora norte-americana teve livros distribuídos no Brasil através do Centro de Bibliotecnia – um centro criado pelo grupo que dirigia as atividades editoriais do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)¹⁶⁰, do qual fazia parte Raquel de Queiroz e Augusto Frederico Schmidt - que além de publicar livros infantis distribuía livros do projeto Franklin Books Programs promovido por esta editora. A

¹⁶⁰ O IPES foi fundado por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo durante o período imediatamente posterior à chegada de João Goulart à Presidência. O IPES trabalhava com pesquisas e estatísticas para coleta de informações para elaborar filmes publicitários, documentários e panfletos contra o governo de João Goulart e seus aliados (PAULA, Christiane Jalles de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. In: *A Trajetória Política de João Goulart*. Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/abertura/abertura.asp. Acesso em 15/06/2009).

presença desta empresa estrangeira, em particular, não parou aí, criou também um Centro de Biblioteconomia para o Desenvolvimento junto ao Instituto Roberto Simonsen da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, alcançando, assim a “entrada”, no Brasil, reivindicada poucos anos antes na reunião do SNEL.¹⁶¹

O conteúdo das Atas tem nos mostrado a relação SNEL-sociedade política, revelando os setores públicos pressionados pelo SNEL, assim como o grau de articulação que promoveram com todos esses órgãos. Nos apresentou também como o editor Ênio Silveira foi um grande organizador dos interesses empresariais do livro desse período.

Os setores públicos responsáveis pelo funcionamento das políticas editoriais, destacados pelos empresários nas reuniões de diretoria do SNEL, entre 1952 e 1964, foram:

1. o Ministério da Fazenda, quando o assunto dizia respeito às tarifas e orçamentos do INL.

2. Ministério da Educação, quando debatiam sobre a formação das comissões em seus quadros, tais como: INL, GEIL, FENAME, GEIPAG, PRODELIVRO, USAID.

3. Câmara dos Deputados, quando identificavam os rumos dos projetos de deputados para a causa do livro.

4. SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), quando tratavam da taxa de importações e exportações.

5. Banco do Brasil, quando discutiam a taxa de câmbio e/ou a importação de livros e máquinas, assim como na definição dos preços mínimos dos livros para diversas moedas.

6. FIBAN (Fiscalização Bancária), quando tratavam da importação de papel, do ágio sobre sua comercialização e regulação das cotas de câmbio.

É na gestão do editor Ênio Silveira que ocorre um significativo impulso da articulação dos empresários com o governo, a nosso ver, devido as pressões realizadas sob seu gerenciamento, favorecidas então pelas condições oferecidas na política econômica dos anos 50. O papel que o editor Ênio Silveira imprimiu para influir nas políticas editoriais, formuladas a época, permitiu que o SNEL se tornasse um espaço privilegiado e co-autor das novas condições de funcionamento do campo editorial, promovidas por sua atuação positiva na sociedade política.

¹⁶¹ HALLEWELL, op. cit., p. 552.

Quanto ao editor Ênio Silveira tais conquistas proporcionaram a tomada de uma nova posição como empresário no campo editorial, conquistada ao longo desses anos. A respeitabilidade que adquiriu de seus pares foi garantida, portanto, por seu engajamento no projeto de desenvolvimento industrial desse setor de bens de culturais, fundamental para garantir as condições de produção do livro brasileiro, inserido por sua vez, no tipo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que se implantava no Brasil. O capital simbólico extraído de sua atuação no SNEL, entre 52 e 64, como presidente ou diretor, forneceu, ainda, condições para o editor da Civilização Brasileira manter suas ações político-editoriais no interior de sua empresa quando se instaurou o golpe de 64. Veremos no capítulo três como esse intelectual e organizador político conseguiu defender sua visão político-ideológica contra o regime militar por meio de suas publicações e ações políticas e, ainda trataremos do SNEL no pós 64.

O editor Ênio Silveira integrou o SNEL inicialmente como representante da Cia Editora Nacional, em 1952, ocupando cargos na diretoria. Assumiu funções de direção ao longo dos anos 50 até início de 1960: como presidente entre 1954-56, quando já era o editor da Civilização Brasileira, e também entre 1956-58. Ocupou cargos na direção entre 1960-62 e foi membro do conselho fiscal entre 1962-1964¹⁶². Ao longo de dez anos, estas gestões constituíram-se na fase de sua maior participação nesse sindicato patronal. Por isso destacamos para conclusão deste item algumas das intervenções de Ênio Silveira junto ao SNEL e, portanto, para a política editorial brasileira.

Além do problema econômico com o aumento do custo do papel importado para as empresas editoras a situação também poderia se complicar para os empresários, ainda antes do golpe de 64, com a censura sobre livros realizada pelo Ministério da Justiça. No entanto, a questão da censura como obstáculo não foi consensual entre os empresários. Dentre alguns debates observados nas reuniões da diretoria do SNEL, destacamos um de 1962, quando Ênio Silveira se manifestou em nome de sua empresa exigindo uma posição do sindicato.

Em carta remetida pela editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira expôs a necessidade do posicionamento do SNEL contra às declarações do Ministro da Justiça sobre a apreensão do livro “A Guerra das Guerrilhas”, de Ernesto Guevara. Os motivos para protestar contra o ato, segundo o editor, se deviam ao fato de tal proibição indicar o “reinício de uma censura à

¹⁶² Ênio Silveira não compunha os quadros do SNEL no período de fundação. Apenas na década de 50, que ele terá importante atuação quando já era editor da Civilização Brasileira. Contudo, antes de ingressar no SNEL Ênio Silveira ocupou cargos na Câmara Brasileira do Livro. Quando ainda era da Cia Editora Nacional foi vice-presidente, na gestão 1948-50, e na gestão seguinte, entre 1950-53, quando já estava na editora Civilização Brasileira foi primeiro secretário na CBL.

liberdade da palavra impressa, de um atentado às liberdades democráticas asseguradas pela Constituição Federal”¹⁶³. Ênio Silveira ressaltava o dever do SNEL, da seguinte maneira:

1. Envio de um ofício ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, no qual se proteste em termos vigorosos, porém corteses, contra a apreensão de livros por motivos ideológicos. 2. Como alternativa, o S.N.E.L. poderá associar-se a outros órgãos de classe, tais como a União Brasileira de Escritores, o Sindicato dos jornalistas, etc., a fim de enviarem um ofício ao Sr. Ministro, nos termos sugeridos acima, assinado apenas pelos presidentes das entidades participantes do movimento.

O editor defendeu a estratégia de ampliar o compromisso da categoria para que não fosse iniciativa exclusiva do SNEL e argumentou em oposição ao Ministro nos seguintes termos:

Não procedem as declarações do Exmo. Sr. Ministro de que a apreensão do livro “A Guerra das Guerrilhas”, de Ernesto Guevara, se deu por motivos de ordem técnica, já que a citada obra teria caráter subversivo. Ora, subversivo é tudo aquilo que, em casos específicos e diretos, advoga ou promove a violenta alteração da ordem vigente. O referido livro não se refere especificamente ao nosso País e, se trata de guerrilhas, outros livros estrangeiros sobre o mesmo assunto podem ser encontrados em nossas principais livrarias e constituem, mesmo, fontes de estudo inclusive para as Forças Armadas nacionais. Assim sendo, claro está que o motivo real da apreensão foi de natureza claramente política, isto é, ideológica¹⁶⁴.

Para o editor o perigo estava nas consequências de omissão diante do ocorrido. Em nome da editora Civilização Brasileira afirmou que “o começo de uma arbitrariedade equivalerá de pronto à arbitrariedade completa se não forem tomadas, por quem de direito e no devido tempo, medidas de defesa ou de contra ataque”¹⁶⁵.

A carta do editor Ênio Silveira suscitou grande discussão entre os membros da diretoria do SNEL, trazendo à tona divergências de posições quanto à legitimidade da apreensão de livros declarada pelo Ministro da Justiça. Essa carta do editor Ênio Silveira no interior do Sindicato, mostra sua posição, anterior ao golpe, na contestação às medidas impostas arbitrariamente, na defesa da liberdade de publicar e, principalmente, neste caso, como empresário que promove o debate e a crítica ideológica (à esquerda). Na reunião subsequente àquela apresentada acima, foi reaberta a discussão a fim de se chegar a um acordo quanto à

¹⁶³ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 15/02/1962. Arquivo SNEL.

¹⁶⁴ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 15/02/1962. Arquivo SNEL.

¹⁶⁵ Ibidem.

posição que a editora Civilização Brasileira sugeria ao SNEL assumir perante a decisão do Ministro da Justiça.

Ênio Silveira voltou a argumentar esclarecendo que o livro de Guevara foi divulgado nos Estados Unidos pela *Monthly Review* “sem que ninguém se lembrasse de proibir e apreender”¹⁶⁶. O editor defendia que o que estava em jogo era uma questão de princípio, “... o direito de editar sem medo e sem censura prévia. É um perigo ser privilégio da autoridade governamental a fixação do critério do livro subversivo ou não”¹⁶⁷. Mesmo assim as opiniões contrárias predominavam com relação ao assunto. O editor Afonso Duarte, por exemplo, afirmava que o “protesto dos editores é inócuo e inoperante”, pois o “remédio legal” para aqueles que se sentirem prejudicados com o ato do Ministro era recorrer ao mandado de segurança. E acrescentou ainda que uma das conseqüências possíveis do protesto seria uma maior propaganda do livro de Guevara, o que em sua visão favoreceria as vendas da editora que o publicou.

Ênio Silveira insistiu na abrangência da causa declarando que “o recurso legal é individual e o que está em causa é a liberdade de editar, direito político, para cuja defesa, ante a ameaça, cabe o protesto da classe que seria um ato de dignidade democrática”¹⁶⁸.

No entanto, as opiniões contrárias já eram quase unanimidade. O editor Décio Guimarães de Abreu declarou que houve uma “violação de um princípio e não a sua extinção”, para ele a extinção poderia até ocorrer mais tarde, “se os adeptos de Guevara se assenhoreassem do Brasil”. Em outro sentido também se opôs o editor Jacques Visnevski, contrário a idéia de “violação de um princípio” por parte do Ministro, pois “a Constituição permite a sua intervenção nesses casos”. Também o editor Ivo de Azevedo não considerou um “ato de violência”, e acrescenta que mesmo se este fosse o caso “só a justiça poderá julgar o ato ministerial”.

O argumento final do editor Ênio Silveira diante de tantas opiniões contrárias foi no sentido de questionar o que era subversivo, pois sabendo que “a Constituição permite a proibição de tudo que é subversivo”, para o editor, o perigo estava em “estabelecer o critério de julgamento do que é e do que não é subversivo.” E concluiu que o livro em questão não era subversivo.

A polêmica foi resolvida no voto e diante desses depoimentos estava claro que Ênio Silveira, apesar de ainda insistir que o Sindicato devesse protestar, e antes do pronunciamento

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Ibidem.

da justiça, para alertar a própria justiça e a opinião pública, ele foi voto vencido. Apenas um editor votou a seu favor, Sebastião de Oliveira Hersen, que se declarou

...inteiramente de acordo com os pontos de vista do Sr. Ênio Silveira. Os editores, diz ele, devem ter consciência do seu trabalho social e devem lembrar-se das leis do Estado Novo. Os que praticam arbitrariedades jogam esses casos para a justiça com o objeto de “cozinhar em água fria”. O Brasil não pode ser reduzido à condição de Portugal e não devemos permitir que se restrinja o direito de editar.

Um outro editor que se manifestou contrariamente, mas apenas contra a apreensão de livros, foi Alberto Mathias, e entendeu que a editora que publicou o livro, a Editora Futuro, é que teria sido beneficiada pela propaganda em torno do livro de Guevara, entretanto, defendia que “o sindicato não deve se envolver em polêmicas com autoridades”. Ênio Silveira insistiu que se tratava de defender um princípio básico, que não podia ficar sujeito às portarias ministeriais.

Após a votação verificou-se o seguinte resultado:

votaram NÃO, isto é no sentido de que o sindicato não deve manifestar-se, os srs. Ruggero Pongetti, Décio Guimarães de Abreu, Delmam Bonato, Gabriel Athos Pereira, Eudes Queiróz, Erich Eichmer, Carlos Ribeiro, Jacques Visnewski, Corrêa de Lima, Ivo de Azevedo e Alberto de Abreu Mathias; votaram SIM, os srs. Ênio Silveira e Sebastião de Oliveira Hersen.

Os editores reforçaram sua oposição à visão de Ênio Silveira. O editor Gabriel Athos Pereira leu alguns artigos do estatuto do sindicato para argumentar que o SNEL tem “agido só em defesa dos interesses econômicos da classe. Se se tratava de um protesto político fugiu às finalidades do sindicato”. E finalizou o editor Eudes Queiroz afirmando que “não poderia ser outra a deliberação do sindicato, num momento que todos sentem a existência de tantos fogos de agitação espalhados por todo o País, como Ligas Camponesas, etc”¹⁶⁹.

Ao final da reunião, além de Ênio Silveira, também pediu para constar em ata suas declarações de voto, Sebastião Hersen, único que votou com ele. Sua declaração reivindicava:

“Voto a favor do protesto contra a apreensão dos livros de: Che Guevara, “Guerra de Guerrilhas” e “Minha Luta”, de Adolfo Hitler, cujo nome pronuncio com asco, por uma questão de princípio. Estão bem vivas em minha memória as arbitrariedades cometidas contra editores brasileiros na triste Era do DIP, do Estado Novo, e não desejo absolutamente em retrocesso desse tipo, ou de qualquer outro, ao meu País. Votaria pelo protesto mesmo

¹⁶⁹ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 20/02/1962 . Arquivo SNEL.

que estivesse convencido da legalidade do ato do Sr. Ministro. Sou dos que crêem que a omissão, por medo de represálias de qualquer tipo significa perda voluntária de liberdade, favorece o arbítrio, cria o clima favorável aos regimes de exceção. É sobre as passividades dos homens que se julgam livres mas não exercem o direito dessa liberdade em prol da coletividade que os tiranos fundam os seus reinos. Não creio na desvantagem de lutar por princípios de ordem moral. Os de ordem material, puramente material, esses sim, me envergonhariam”¹⁷⁰.

A posição política da grande maioria da diretoria do SNEL de omitir-se quanto à censura aos livros mencionados não é contraditória ao histórico de suas ações. Mas podemos afirmar que a decisão do SNEL revela um deslocamento da posição de Ênio Silveira no quadro do sindicato, e, portanto, no interior do campo editorial, e o princípio de seu afastamento político com relação a sua participação naquele sindicato¹⁷¹.

Contudo, mesmo se afastando da diretoria desse sindicato, a partir do golpe de 1964, como veremos no próximo capítulo, Ênio Silveira expressou, ainda, sua visão política e ideológica na condução da linha editorial da editora Civilização Brasileira, mantendo a crítica e oposição ao regime imposto. E mais do que isso, podemos concluir o papel-chave do editor Ênio Silveira na condução dos interesses empresariais do livro no governo e, portanto, para as políticas editoriais brasileiras. Dessa forma, o editor se consagrou, se distinguiu de seus pares; assumiu uma nova posição no campo editorial com capital simbólico, cultural, social, adquirido nessa etapa de sua trajetória quando figurava os quadros do SNEL.

Acreditamos que nossa análise, a partir dos temas mais abordados nas Atas, deixa entrever, como um dos pontos importantes da constituição das políticas editoriais brasileiras, as disputas existentes entre as diversas frações empresariais do livro. Diante da pouca recorrência, nas reuniões do SNEL, da presença de outros setores empresariais, concluímos, por exemplo, que entre os anos 50 e 60: a Câmara Brasileira do Livro participou de pouquíssimos encontros para tratar de questões sobre determinação de preços mínimos para livros em diversas moedas; e a Associação da Indústria Gráfica começou a ser convidada para as reuniões somente a partir de 1960. Isso não desqualifica a participação dessas outras associações para o conjunto do desenvolvimento do setor livreiro, apenas revela que até esse

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ No entanto, isso não afastará Ênio Silveira para sempre de participar das políticas editoriais brasileiras. Como veremos adiante, o editor voltará a ser convidado a integrar comissões no governo a partir de 1978/79 e continuará atuando até meados da década de 1980. O editor não perdeu o capital simbólico adquirido até este momento.

momento, início dos anos 60, pelo menos nesses dois casos não havia entre eles um projeto comum. Ainda assim, sabemos que essa aproximação se intensificará no regime militar, como analisaremos mais adiante, quando supomos que já estará mais evidente que seus projetos são intercambiáveis, posto que visam o fortalecimento de seus interesses na nova conjuntura da ditadura civil-militar, dessa forma sua união será inevitável.

Pode ser o caso de se acrescentar o fato da capital ainda estar no Rio de Janeiro, o que favoreceria o contato direto com parlamentares pelos diretores do SNEL em detrimento dos de São Paulo, quadro que se redefinirá em fins de 70, com a capital já em Brasília, e em São Paulo se iniciará um processo de concentração do parque gráfico industrial. Mas esse aspecto não seria o único a justificar certo afastamento entre o setor livreiro e o industrial.

Há, ainda, mais uma justificativa sobre o papel mais secundário da CBL na formulação das políticas editoriais. Verificamos na análise das Atas que a CBL não recebia, diretamente dos Ministérios, na frequência que ocorria com o SNEL, os convites para integrar comissões ou para outras reuniões; pois muitas vezes o SNEL cumpriu o papel de informar a CBL dos projetos e medidas do governo através de telegramas e memorandos encaminhados. Apesar de concluirmos que há, no conjunto dos empresários de livros, um papel relevante dos editores, membros do SNEL, na formulação das políticas editoriais, neste período, sabemos também que alguns editores ocupavam as duas entidades simultaneamente, como foi o caso do próprio Ênio Silveira quando ainda estava na CEN, mas também dos editores da Melhoramentos, Freitas Bastos, W.M.Jackson, Livraria Jose Olympio, CEN, Agir¹⁷², o que pode minimizar o caráter secundário de sua participação. Em busca de uma melhor caracterização para não simplificar a análise de seus papéis destacamos um exemplo, ainda com base nas Atas, da relação entre essas entidades quando chegaram a se reunir no SNEL.

Um dos exemplos de aproximação dessas entidades associativas, neste caso requerida formalmente pelo SNEL, ocorreu com a finalidade de organizar prêmios, feiras ou concurso de escritores. Entendemos que os empresários do livro buscavam ampliar sua atuação, não só na esfera política-econômica, mas também cultural. Em reunião conjunta, em agosto de 1959, para tratar de assuntos dessa ordem, dessa vez como iniciativa da CBL, propôs a criação, entre editores e livreiros de livros didáticos, de uma bolsa de estudos a professores. Nesse

¹⁷² Desse quadro, das editoras fundadoras do SNEL, no Rio de Janeiro, com interseção aquelas fundadoras da CBL, em São Paulo, notamos que a editora Brasiliense, apesar de compor o quadro de fundação da CBL ela não aparece na lista em 1948. Provavelmente isso ocorreu por um curto período por coincidir com a prisão de seu editor Caio Prado Junior. Já a Civilização Brasileira se mantém nos quadros das duas entidades.

mesmo ano criaram uma comissão mista responsável pela criação de Prêmios oferecidos pelas duas entidades e para a qual Ênio Silveira foi eleito membro.

Já com relação ao estreitamento de relações com setores da indústria de papel, a primeira iniciativa clara do SNEL ocorreu em 1960, “por interessar muito a classe”¹⁷³, quando em reunião decidiram encaminhar cartas aos membros da Associação dos Fabricantes de Papel – que responderam, no mesmo ano, em total acordo com a proposta de aumentar seu relacionamento.

Podemos afirmar que o conjunto da atividade editorial brasileira se desenvolveu mais por acordos políticos que envolvessem os setores empresariais, identificados, principalmente, no papel do SNEL, neste período, com a sociedade política do que por embates que caracterizasse oposição entre seus projetos para o desenvolvimento da produção do livro no Brasil. Era mais uma questão de conciliar os interesses do que combatê-los, mas adequá-los aos objetivos de ampliar o papel da burguesia nacional nesse processo.

Como o tema central desse estudo diz respeito a uma abordagem sobre as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, apresentamos abaixo a presença do editor Caio Prado Junior e/ou de sua editora, nesse período, no SNEL.

O editor Caio Prado Junior e, mais tarde, Caio Graco Prado, seu filho e sucessor na editora Brasiliense, nunca ocuparam cargos de direção no SNEL, nem na diretoria. A adesão dos editores Ênio Silveira e Caio Prado Junior às entidades de classe, ocorreu preferencialmente nos estados de origem de suas empresas. Ênio, inicialmente, fundou a CBL, quando ainda era funcionário da Cia Editora Nacional em São Paulo e, quando dirigiu a editora Civilização Brasileira no Rio de Janeiro filiou-se e assumiu funções no SNEL. A Brasiliense foi uma das editoras fundadoras da CBL em São Paulo, e Caio Prado Junior assumiu poucas funções quando passou a representar sua editora, antes desempenhadas por um de seus sócios, Artur Neves (como conselheiro fiscal, 1941-1950). Caio Prado Junior chegou a ser conselheiro administrativo na CBL, em 1955. A presença de Caio Prado Junior na CBL, a nosso ver, é expressivamente menor que a do Ênio Silveira no SNEL.

Nesse sentido, podemos afirmar que entre os editores Ênio Silveira e Caio Prado Junior o primeiro teve uma atuação de organização do setor empresarial de maior relevância, enquanto Caio Prado Junior figurava mais com o capital simbólico adquirido como intelectual consagrado e deputado pelo PCB, não teve atuação relevante nas intervenções da política editorial como Ênio Silveira. O nome do editor Caio Prado Junior deve ser menos relacionado

¹⁷³ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 07/07/1960 . Arquivo SNEL.

à condição de empresário e na constituição do sistema empresarial do livro do que a política *strito sensu*, seu fazer política se repercutia diretamente na sua atuação no partido político.

As editoras Civilização Brasileira e Brasiliense foram empresas fundadoras dos sindicatos de suas categorias, CBL e SNEL, porém seus principais editores, respectivamente, Ênio Silveira e Caio Prado Junior assumiram funções diferenciadas com graus de participação quase opostos. Entretanto, suas editoras mantinham a filiação nos dois sindicatos: a editora Brasiliense no SNEL abrange o período de 1941 até 1975 (retornando na década de 80) e na CBL, de 1946 até 1975. A filiação da editora Civilização Brasileira no SNEL ocorreu desde 1941 e na CBL em 1946, foi uma das empresas fundadoras da CBL com a participação de um dos sócios, o editor Getulio Costa¹⁷⁴.

2.2.3. A função subsidiária do Instituto Nacional do Livro na ditadura militar

Os estudos¹⁷⁵ sobre as políticas públicas para a cultura apontam que elas foram criadas, implementadas ou recriadas no primeiro governo Vargas (1930-45) e nos governos militares (1964-1984). Chega-se a defender que tais políticas não foram necessariamente responsáveis pelo conjunto do desenvolvimento de alguns setores da cultura, como foi o caso da área editorial, tomada como um dos setores da produção de bens culturais que apresentou uma “*dinâmica mais autônoma em relação ao Estado*”¹⁷⁶. Entendemos que apesar de não ter havido políticas públicas diretas para a organização e constituição de um setor de bens culturais, seja o do livro, da música ou de artes plásticas, como defende Felipe Lindoso, também não houve ampliação das condições materiais de produção sem os incentivos fiscais gerados por uma política pública que garantiu, por exemplo, a formação da indústria editorial e/ou renovação do parque gráfico nacional nos anos 60 e 70 como temos analisado.

¹⁷⁴ A informação que obtivemos no material da CBL é de que o sócio da Civilização Brasileira que compunha a entidade em sua fundação foi Roberto Costa. No entanto, verificamos que não havia nenhum Roberto, mas Getulio Costa.

¹⁷⁵ Destacamos alguns estudos que trataram das políticas culturais no Brasil, cujos autores são: Artur Jose Poerner, Lia Calabre, Sergio Miceli, Felipe Lindoso cujos estudos estão relacionados na Bibliografia deste trabalho.

¹⁷⁶ LINDOSO, op. cit., p. 35.

Já observamos na análise sobre sua primeira fase que o INL¹⁷⁷ não teve uma atuação central no sentido da produção, mas foi um dos braços do Estado em seu projeto mais amplo de desenvolvimento que beneficiou a estruturação do sistema empresarial do livro brasileiro.

O período de maior peso da atuação do INL, ao longo de sua história, deve ser delimitado entre as décadas de 60 e 70 coincidindo com a elaboração, no governo Médici (1969-1974), do Plano de Ação Cultural (PAC), que financiou diversos eventos culturais e marcou, segundo Lia Calabre¹⁷⁸, a retomada da ação do Estado no campo da cultura. A principal incidência desse plano para as mudanças ocorridas no INL diz respeito às reformulações em sua estrutura, quando ampliou suas atividades incorporando a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED). Destaca-se daí sua iniciativa de fomentar uma política de subsídios – quando iniciou o financiamento de parte das tiragens de livros literários, técnicos, didáticos e para-didáticos gerando aumento da produção de livros que atendia, em sua maioria, as escolas primárias e técnicas. Entretanto, essa política de subsídios, além de se dirigir para as editoras de livros didáticos também se estendeu para editoras de outro tipo com o apoio às publicações de diversos livros de ficção e romance. Para ainda reforçar o apoio governamental à atividade editorial por meio dessa iniciativa do INL, “no decorrer de 1970, o INL produziu uma centena de co-edições, todas numa tiragem de cinco mil exemplares ou mais, distribuídas entre trinta e três editoras.”¹⁷⁹ Entre elas identificamos co-edições com as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense, como veremos adiante.

Através dos pareceres de tais co-edições observa-se uma concentração do papel do INL nesta função, com a qual “o Estado praticamente renuncia à iniciativa editorial e subsidia o setor privado, reservando-se o poder de veto.”¹⁸⁰ A função do parecerista já existia na história do Instituto, o que mudava era o volume de solicitações feitas por editoras e a maior aceitação de seus pedidos em comparação àqueles advindos diretamente dos autores. Diferentemente dos períodos anteriores, na década de 70, os pedidos de co-edição feitos por autores diretamente ao INL, eram arquivados em pasta etiquetada da seguinte maneira: “*sem editora*, para providências ou arquivamento”¹⁸¹.

Um dos pareceristas que atuou nessas duas etapas (antes e após a política de subsídios) das co-edições do INL foi Américo Jacobina Lacombe e entre os pareceristas do período da

¹⁷⁷ O INL permaneceu no MEC de 1953 até 1987, quando foi integrado com a Biblioteca Nacional (BN) à Fundação Pró Leitura, nos quadros do recém-criado Ministério da Cultura (MinC, 1985).

¹⁷⁸ CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

¹⁷⁹ HALLEWELL, op. cit., p. 567.

¹⁸⁰ OITICICA, op. cit., p. 142.

¹⁸¹ OITICICA, op. cit., p. 142-143.

ditadura, exclusivamente, destacavam-se: o escritor Octavio de Faria, Adonias Filho e o poeta Marcos Konder Reis, que formavam, segundo Oiticica,

*a Santíssima Trindade da Comissão de Leitura e Seleção que indicava os aprovados e rejeitados do programa de co-edições do INL, ad referendum da sua diretora, que também levava em conta o parecer técnico-financeiro do Chefe da Seção de Publicações.*¹⁸²

Para o autor a relevância deles estaria reafirmada “pelo teor, pela freqüência de seus pareceres e por sua reputação literária...”. De acordo com as características apontadas por Oiticica a respeito desses três literatos, apesar do autor não destacá-las, observamos que tinham em comum suas origens familiares na oligarquia agrária brasileira, pois todos eram filhos de proprietários de terras. Descendentes de uma elite agrária que formou seus filhos nas escolas católicas não era de se estranhar que Octavio de Farias fosse “líder da corrente autoritária da reação católica”, apadrinhado de Adonias Filho, também católico e proprietário da editora Ocidente. Além de diretor do INL, ocupou cargos em outras instituições, como Conselho Federal de Cultura, Academia Brasileira de Letras, Museu da Imagem e do Som e Biblioteca Nacional.

A pesquisa de Ricardo Oiticica mostra o ponto principal do papel do Instituto, durante o regime militar, caracterizando-o como “um banco de subsídios (as propostas aprovadas) e um banco de réus (as propostas censuradas)”¹⁸³, com a implantação do sistema de co-edições, pela portaria nº35 de 11/03/1970 criado por Jarbas Passarinho, então ministro do MEC.

Mesmo que as iniciativas estatais, fora do INL, tenham garantido a consolidação da indústria nacional de papel, ações como estas do INL contribuíram para o funcionamento do mercado editorial brasileiro. Os benefícios do milagre podem ser identificados na definição de critérios para as co-edições.

Os critérios para se manter os subsídios na forma de co-edições definiam-se pelo:

- a) controle da qualidade intrínseca da obra e da apresentação gráfica do livro distribuído às bibliotecas;
- b) redução do preço de capa, em decorrência do aumento da tiragem e da participação do INL nos custos da edição;
- c) proteção aos direitos autorais dos autores co-editados;
- d) atenção especial às obras de autores brasileiros.”

¹⁸² OITICICA, op. cit., p. 146.

¹⁸³ OITICICA, op. cit..

Em 1974, juntamente com o aumento dos preços do papel decorrente da crise do petróleo de 1973, diversas editoras passaram por sucessivos problemas no mercado editorial. Dessa maneira o apoio financeiro do INL tornou-se ainda mais importante para o empreendimento das editoras.

O milagre econômico¹⁸⁴ foi responsável, entre 1970 e 1973, pelo recorde de 30 milhões de livros distribuídos e mil títulos co-editados pelo INL, os critérios adotados favoreciam a concentração do setor livreiro. A crise do “milagre” será responsável, inclusive, por mudanças de objetivos de projetos do INL, adequando-os às novas condições do mercado mas também às novas limitações do instituto. Segundo Oiticica, isso ocorreu de forma progressiva, quando a inflação

“...desvela a face perversa do milagre, o INL, sem poder manter o preço fixo do livro na quarta capa das co-edições, restringe a exigência a 20% da parte comercializável da tiragem e aos exemplares que lhe cabiam, para extingui-la em seguida. Onde se lia ‘Este preço só se tornou possível devido à participação do INL/MEC, que, em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem e conseqüente redução do custo industrial’, leia-se , a partir de 1979, ‘Este livro foi editado em convenio com o INL/MEC, que reservou uma parte da tiragem para distribuição em sua rede de bibliotecas em todo território nacional’, e, a partir de 1983, ‘Este livro foi editado em regime de co-edição com o INL e passará a integrar os acervos de todas as bibliotecas públicas, estaduais e municipais, que recebem do INL assistência técnica e bibliográfica, por efeito de convênios por ele firmados com Prefeituras municipais e secretarias de estado, em todo território nacional’”¹⁸⁵.

Para o autor o Estado “entrava nas editoras mas saía do mercado”¹⁸⁶ ao subsidiar o monopólio privado do livro. A edição direta por parte do INL resultou em apenas 264 obras durante seus 33 anos de existência. Oiticica defende que as mudanças na legislação, decorrentes do milagre econômico, para o sistema de co-edições também tiveram o propósito de “comprar do setor privado (...) as informações sobre o sistema literário brasileiro” e dessa forma adquiria um controle próprio das publicações, gerando, inclusive, dúvidas entre autores e editores sobre tal apoio. Muitas vezes, nos pareceres o veto por motivos ideológicos

¹⁸⁴ O crescimento econômico brasileiro no chamado segundo “milagre econômico” apresentou uma taxa anual de 9% a 11%, mas não garantiu sucesso para todas as empresas da indústria editorial. Houve também restrição ao crédito bancário que era importante para as editoras, uma vez que, muitas vezes, como foi o caso da *Civilização Brasileira* e *Brasiliense*, elas não contavam com capital de giro suficiente para as importações de papel.

¹⁸⁵ OITICICA, op. cit..

¹⁸⁶ OITICICA, op. cit., p. 152-153.

aparecia sob a justificativa formal e criteriosa do instituto, estabelecendo um novo patamar de relação com as editoras privadas no regime militar.

Apresentamos a seguir um caso exemplar desse novo quadro das condições de publicação ao qual estavam submetidas as editoras e os autores mas, principalmente, as editoras que solicitavam diretamente o financiamento do INL:

“Enquanto Sergio Sant’Anna lembra ‘ter discutido com seu editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, para que não pleiteasse o convênio com o governo’, um outro escritor vetado à época – João Ubaldo Ribeiro – confirma: ‘Quem submeteu o livro ao governo da ditadura não fui eu, deve ter sido o editor’¹⁸⁷.

Esse primeiro caso explicita a particularidade do momento quando o editor é que solicita a co-edição. A posição de Sergio Sant’Anna como autor anuncia a responsabilidade do editor e não do autor sobre a questão, expressão ainda da complexidade da situação no regime autoritário. Aparece justamente a dubiedade, característica da função do editor, de conciliar a consagração do autor e sua real condição de publicá-lo. Nesse sentido, “se pleitear a co-edição é cooptação, não tentar o subsídio é suicídio – lógica perversa que aproximou ditadores e editores, mesmo os mais críticos”¹⁸⁸.

O editor Ênio Silveira é exemplo significativo. Segundo Oiticica,

o editor submetia-se ao juízo – reconhecendo, assim, a autoridade – de um regime criminoso. O perito que o assina – o assessor cultural Ronaldo Menegaz – está consciente da sua tarefa de alertar para o perigo de o INL patrocinar uma obra atentatória ao Estado, perigo que de resto, na vigência do terror, o concerne: Uma estadia no inferno, de Rimbaud, em tradução de Ivo Barroso. (...) o perito reserva o seguinte juízo sobre a proposta da editora Civilização Brasileira:

‘O problema maior, porém, está no prefácio de Tristão de Athayde, do qual transcrevo parte: ‘A Saison en Enfer ficou sendo, desde então, o maior grito poético do mundo moderno. Grito solitário. Grito inconfundível. Grito sem eco aparente. Ou por ventura, com algum eco vindouro em pleno século XXI, que lance aos céus do futuro o mesmo clamor de desespero pela morte do que hoje está nascendo, nos horizontes da agonia do mundo burguês, como sendo a aurora de um mundo proletário, que Karl Marx anunciou para o futuro’. Referindo-se ao editor, diz Tristão de Athayde: ‘Ênio Silveira, o mais perseguido e o mais perseverante de nossos editores’. Temo que tais palavras possam trazer problemas para o INL, mas, por outro lado, seria inconveniente sugerir a retirada do prefácio (...).’

No entanto, o perito não criticou a obra, mas a referência ao seu editor. Na opinião de Oiticica entre “a censura parcial, que se tornaria pública, e a censura total, que poderia ser atribuída ao fato de que traduções não eram prioritárias, o perito prefere não interferir no

¹⁸⁷ OITICICA, op. cit., p. 154.

¹⁸⁸ OITICICA, op. cit., p. 154.

corpo da obra”. Em seu parecer final, Ronaldo Menegaz afirma: “Desse modo, julgo mais conveniente não se co-editar (sic) a obra do que se recomendar que se retire ou se modifique o prefácio.”¹⁸⁹

Porém, a censura do INL incidia também sobre o autor, como foi o caso de um livro do Leandro Konder sobre Camões, vetado por Adonias Filho, de forma que “onde começa o julgamento estético e termina o julgamento político é fronteira nem sempre facilmente determinável. O engajamento do intelectual, embora não necessariamente expresso, pode servir de *parti pris* a um parecer que, alegando visar a obra, procura atingir o autor...”¹⁹⁰

No decorrer da década de 70, as co-edições foram mesmo a principal ação do INL e, a partir de 1976, foram limitadas à “cultura”¹⁹¹, deslocando aquelas publicações do campo educacional antes passíveis de co-edições pelo INL para serem realizadas por um órgão exclusivo para isso, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). De forma geral, a política do INL se definiu principalmente pelos subsídios na forma de co-edições e apoio às bibliotecas públicas.

A política do governo era, então, de criar e também manter órgãos específicos do livro, pois além do Instituto Nacional do Livro havia também a FENAME, como mencionamos, ainda que também promovesse co-edições de livros didáticos junto às editoras privadas. Isso explica que o alto índice de aprovação dado pelos pareceristas aos livros da Ática, por exemplo, corrobora o projeto político-cultural de maior apoio aos didáticos, assim como cria-se um espaço para difundir sua ideologia e do Estado "ocupar" assim o espaço das escolas.

Em fins da década de 1970 e até seu deslocamento de ministério em 1985, quando sai do MEC e passa a integrar os quadros do Ministério da Cultura (MinC), o INL gradativamente teve suas funções reduzidas.

Esse momento coincide com as mudanças na formulação de projetos culturais no bojo do processo pós-Anistia com a reorganização da sociedade civil e em particular com a entrada no mercado das editoras universitárias.

*...o ‘esvaziamento’ do INL nos últimos anos se explica, a rigor, pelas resistências cada vez mais orquestradas que os editores particulares e suas entidades corporativas oferecem diante de qualquer ameaça de uma eventual ampliação da presença governamental na indústria do livro*¹⁹².

¹⁸⁹ OITICICA, op. cit., p. 153-154.

¹⁹⁰ OITICICA, op. cit., p. 158.

¹⁹¹ HALLEWELL, op. cit., p. 568.

¹⁹² MICELI, op. cit., p. 64.

O sistema de co-edições do INL estabelecido em 1970 se manteve no período da abertura, entre 1979 e 1985, quando houve um novo critério de seleção identificado em seu catálogo¹⁹³. A prioridade, em fins do regime militar, era a co-publicação de textos *literários*. Esse critério de co-edição¹⁹⁴ foi definido, em 1979, da seguinte maneira:

obedecer necessariamente aos seguintes percentuais: 65% para estudos brasileiros, 20% para romance, novela e conto; 15% para poesia e teatro".¹⁹⁵ *Ele deveria garantir a "diminuição do risco do investimento, adquirindo, no mínimo, 50% da edição, além de adiantar ao editor, mediante a apresentação das provas de páginas, 40% do valor do investimento*".¹⁹⁶

A seleção das obras a serem co-editadas passava pela avaliação de pareceristas que em sua maioria aprovava publicações de literatura infantil principalmente aquelas produzidas pelas editoras *Abril* e pela recém-criada *Ática*. Portanto, apesar da ênfase em literatura não provocou o desvafoecimento das editoras que eram fortes em livros didáticos.

O diretor do INL durante a abertura, quando se instauraram novos regulamentos para o INL, era Herberto Sales, que durante a gestão do então ministro da educação Eduardo Portela¹⁹⁷ buscou defender em seu discurso as diferenças dos propósitos do Instituto em sua administração daqueles do momento de sua criação em 1937. Para ele era

preciso deixar bem claro que essa atividade (...) não tem nenhum caráter paternalista. Ao contrário é uma atividade nitidamente cultural (...), que se

¹⁹³ Outros exemplos de co-edições realizadas por instâncias do poder público, nos anos 70 e 80, foram assinaladas por Laurence Hallewell, "outras entidades culturais e científicas brasileiras desenvolveram (...) esquemas de estímulo à publicação de livros, quase sempre na forma de co-edições. Entre elas podemos citar: O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Fundação Cultural do Estado da Bahia, A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, nesse caso, quase sempre na forma de subvenção a autores para o preparo de originais); a Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG), e a Eletrobrás". HALLEWELL, op. cit., p. 569.

¹⁹⁴ É importante observar que o sistema de co-edições não era promovido apenas pelo INL, embora fosse apenas sua a iniciativa de distribuição gratuita às bibliotecas públicas para diversas regiões do país. A EDUSP desde 1963 já iniciara esta atividade, da seguinte forma: "qualquer autor ou editor que deseje apoio na comercialização de um livro sobre qualquer assunto especializado de possível interesse para a Universidade é estimulado a submetê-lo à Comissão Editorial da EDUSP, composta de cinco membros ...". HALLEWELL, op. cit., p. 471.

¹⁹⁵ ANDRADE, Olímpio de Souza. *O Livro brasileiro desde 1920*. Brasília: Cátedra/MEC, 1978. p. 113.

¹⁹⁶ SALES, Herberto. *Aspectos da política governamental do livro no Brasil*. Brasília: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1980, p. 5.

¹⁹⁷ HALLEWELL, op. cit., p.316. Hallewell acrescentou, ainda, que "Eduardo Portela, (...) iria simbolizar a abertura ao tornar-se, em 1979, um liberal ministro da educação do governo Figueiredo, mas a oposição de seus colegas mais conservadores de ministério forçou-o a renunciar quando se mostrou incapaz de enfrentar com firmeza uma greve nacional de professores universitários, em dezembro de 1980.". *Ibidem*. p. 450.

*caracteriza como uma prestação de serviços no sentido da recuperação e preservação da bibliografia básica nacional.*¹⁹⁸

Essa atividade "nitidamente cultural" que se preocupava primordialmente com a "bibliografia básica nacional" não era, certamente, uma iniciativa exclusivamente cultural, mas política e econômica e que favorecia determinados empresários do livro ao apoiar algumas linhas editoriais em detrimento de outras. Apesar de constatarmos que a editora *Abril*¹⁹⁹ foi largamente apoiada pelo Instituto, não podemos deixar de mencionar que as editoras *Civilização Brasileira* e *Brasiliense*, mesmo em proporções diferenciadas também foram contempladas pela política de co-edição. A primeira teve 181 livros avulsos e 92 livros de coleções co-editados e a segunda editora teve 46 livros avulsos co-editados²⁰⁰.

No período da abertura o INL apresentou como principais atividades, na direção de Herberto Sales, a ampliação das bibliotecas públicas e a continuidade do sistema de co-edições, que passou a depender, nos anos 80, da aprovação de um Conselho Consultivo²⁰¹, formado com membros da Fundação Pró-Memória, do Conselho Federal de Cultura e da Academia Brasileira de Letras. Os acadêmicos da Academia Brasileira de Letras tiveram obras co-editadas pelo INL e alguns tiveram funções no INL. O INL apresentou "*mais apoio à iniciativa privada do que o estímulo à leitura*"²⁰².

Para Oiticica, ocorreu uma inversão dos princípios entre 1937 (política editorial própria) e 1973 (política de subsídios). Para Oiticica há uma "relação inversamente proporcional"²⁰³ que deslocou "a ênfase da ação do INL de produtor para a de subsidiador de cultura, conservando-se, contudo, mecanismos de controle do produto final"²⁰⁴.

Após a extinção da Seção da Enciclopédia e Dicionário e da Seção de Publicação e Assessoria Cultural cria-se no Rio de Janeiro a Seção Cultural. Esta seção passou a ser responsável pelo conjunto de livros publicados pelo programa. Entre 1971 e 1986, o INL co-editou, no programa do livro cultural, segundo Oiticica, mais de 2 mil títulos, entre eles livros de destacadas coleções de estudos brasileiros. Tais como: *Brasiliana* (Companhia Editora Nacional), com maior número (70 títulos), *Documentos Brasileiros* (Jose Olympio), *Retratos*

¹⁹⁸ SALES, op. cit., p. 5.

¹⁹⁹ A editora Abril tinha vendas diversificadas, estratégias comerciais pioneiras, como venda em bancas de jornal e o sucesso das revistas.

²⁰⁰ INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987: 50 anos de publicações*. Brasília: INL, 1987.

²⁰¹ HALLEWELL, op. cit. p. 394.

²⁰² OITICICA, op. cit., p. 7.

²⁰³ OITICICA, op. cit., p. 3.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 3.

do Brasil (Civilização Brasileira), Memórias Brasileiras (Melhoramentos), Dimensões do Brasil (Vozes / Francisco Alves), entre outras.

Concluimos que depois do ápice de suas atribuições nos anos 70 houve uma diminuição gradativa das funções do INL até sua extinção em 1990. Isso ocorreu de forma inversamente proporcional à consolidação do setor privado. Na estrutura do MinC, o INL e a BN passaram a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura, pela Lei n.º 7.624, de 5 de novembro de 1987. Quando o Pró-Leitura foi extinto pela Lei n.º 8.029, de 12 de Abril de 1990 as competências, atribuições e acervo do INL foram transferidos para a Fundação Biblioteca Nacional, em seu Departamento Nacional do Livro. O departamento deixou de existir quando suas atribuições foram distribuídas para a Câmara Setorial do Livro e Leitura, ainda no interior da Biblioteca Nacional.

Durante todo o período do regime militar o volume médio de co-edições foi de 1000 títulos aprovados. O maior número de vetos ocorreu na gestão de Maria Alice Barroso (1974-1984) quando foram reprovadas 377 propostas. Em sua gestão houve também o aumento do número de consultores pareceristas²⁰⁵.

Oiticica constata que o sistema de co-edições instituído no regime militar, não previsto na criação do Instituto em 1937, teria modificado sua forma de atuação, já que isso ocorreu ao mesmo tempo em que foram extintas a seção de publicações e a seção da Enciclopédia e Dicionário. Concordamos com Oiticica na ênfase dada ao sistema de co-edições tendo em vista a crescente centralidade dessa política nas funções do Instituto Nacional do Livro, não só nos anos 70, mas também na década seguinte.

Dentre outras características da história do Instituto, essa alteração de subordinação nos quadros da administração pública, em 1985, revelava uma possível mudança de seu papel político que já vinha ocorrendo nos anos 70. Apesar da transferência para o MinC - o “primopobre” da administração pública, segundo Felipe Lindoso²⁰⁶, se comparado aos recursos recebidos pelo MEC - entendemos que as alterações na execução das políticas do livro contribuem para explicitar os resultados das ações do INL, que se traduzem no estímulo estatal para o fortalecimento do setor empresarial, como analisaremos a seguir.

2.2.4. A busca de hegemonia no campo editorial: o papel estratégico do Sindicato Nacional

²⁰⁵ OITICICA, op. cit., p. 146.

²⁰⁶ LINDOSO, op. cit., p. 20.

dos Editores de Livros

Dando continuidade a nossa proposta de identificar a participação dos editores das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense na definição das políticas editoriais brasileiras, tendo em vista o papel do Estado, no sentido gramsciano, como já expusemos, retornamos ao estudo do SNEL, porém no período 1964-1985, para o qual foram lidas 168 Atas das Reuniões de Diretoria do SNEL.

Já vimos acima que havia um princípio comum entre os empresários nos anos anteriores ao golpe de 64 para além do interesse imediato. A atuação política do SNEL mostra a adesão aos pressupostos golpistas, que pode ser vista e maneira bem simplificada na afirmação do seu presidente, Gabriel Athos Pereira, e do editor Eudes Queiroz, em Ata de dois anos antes do golpe. Afirmaram, respectivamente que:

“...o sindicato tem agido só em defesa dos interesses econômicos da classe. Se se tratava de um protesto político fugiu às finalidades do sindicato” e “...que não poderia ser outra a deliberação do sindicato, num momento que todos sentem a existência de tantos fogos de agitação espalhados por todo o País, como Ligas Camponesas, etc”²⁰⁷

A censura foi tratada como uma questão de ordem política que não deveria interessar ao sindicato, como já vimos. Ao longo dos anos 60 e 70 a censura continua não aparecendo como um problema na pauta das reuniões de diretoria do SNEL.

O ponto debatido com prioridade nas reuniões foi o problema do papel, que já contava com uma indústria nacional, mas ainda ajustava-se à concorrência do papel importado. Em reunião de janeiro de 1964²⁰⁸, Ênio Silveira se pronunciou com a finalidade de estabelecer um acordo dos editores com a indústria nacional de papel²⁰⁹ frente às restrições existentes à sua importação, agravadas na época pelas medidas da SUMOC. Em resposta a essa situação o presidente da Associação dos Fabricantes de Papel e Celulose, presente na reunião, afirmou

²⁰⁷ Ata de reunião da diretoria do SNEL de 20/02/1962. Arquivo SNEL.

²⁰⁸ Ata de reunião da diretoria do SNEL de 14 de janeiro de 1964. Arquivo SNEL. O presidente era Gabriel Athos Pereira, irmão do editor Jose Olympio.

²⁰⁹ Apesar de não ser o objeto de estudo principal deste trabalho, sabemos que o setor central para consolidação da indústria editorial brasileira e que tem o desempenho empresarial mais lucrativo é o setor de fabricantes de papel e celulose. Estes sim são representantes da institucionalização das corporações financeiras ligadas ao livro. No entanto sua abordagem exigiria outra pesquisa, que enfatizasse uma visão totalizante do processo industrial do livro no Brasil. A título de informação a associação que representava seus grupos em 1964 era a Associação Nacional dos Fabricantes de Papel. Em 1968 mudou de nome para Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose e, em 1997, Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA). A CBL teve aproximação com esse setor em função de seu Programa Nacional de Papel e Celulose, que adquiriu medidas que aumentaram a capacidade produtiva desse setor da indústria nacional que chegou ao final dos anos 70 com condições de suprir a demanda do mercado interno a ainda exportar parte de sua produção.

que a indústria nacional crescia e tinha condições de abastecer o mercado brasileiro. Ênio Silveira justificou as causas da intensa procura por papel estrangeiro em detrimento da indústria nacional assinalando a questão do preço, da qualidade e da quantidade.

Vale ressaltar que no governo Jânio Quadros já havia sido instituído, pelo próprio presidente, um grupo de trabalho para tratar da questão do programa nacional de incentivo ao livro, o que propiciara uma abertura para as mudanças requeridas pelos editores e industriais. A maneira de buscarem espaços comuns de participação foi concretizada na criação de um Comitê, que reunisse interesses de produtores de livros e industriais do papel²¹⁰.

Essa proposta fazia parte do conjunto das ações de pressão do sindicato patronal no interior da sociedade política identificadas nas Atas, desde o início dos anos 60, que priorizava as medidas sobre a produção de papel mas também do livro didático. Tal atuação empresarial resultou, enfim, na criação ou reorientação de duas comissões, subordinadas ao MEC, com representantes do setor privado e com resultados consideráveis para tratar desses dois assuntos centrais, foram elas: o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL) e a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED²¹¹).

Essas comissões tiveram grande expressão política, em 1966, ano de intensa articulação do setor empresarial na sociedade política, em conjunto agora com a indústria de papel. Houve, também considerável aumento das comissões de livro nos órgãos públicos. Essa maior participação nas decisões das políticas editoriais impulsionou a retomada das reuniões mensais da diretoria do SNEL – que apresentaram grandes intervalos²¹² entre 1964 e 1965.

O GEIL, criado em 1965, foi assunto de reunião pela primeira vez em agosto de 1966 quando os diretores discutiam as funções desta comissão na questão da reforma tributária e da exportação de livros, chamando atenção para a necessidade de fornecerem “os elementos indispensáveis”²¹³ ao referido grupo. Neste mesmo mês receberam determinação de prazo, de uma outra comissão fora do MEC, porém ligada ao GEIL, para o envio de sugestões de ordem

²¹⁰ Essas são alegações do setor livreiro desde os anos 40 e 50 sobre os altos gastos com os impostos na aquisição de máquinas e papel. PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998, p. 148.

²¹¹ Houve outra COLTED (Comissão Nacional do Livro Didático) anterior a esta, criada no governo Vargas, em 1938, com a função de elaborar e publicar os livros didáticos para as escolas públicas. Esta COLTED, criada em 1966 é outra, denominada Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático assumiu a função de executar o Programa Nacional do Livro Didático cujo objetivo era criar os mecanismos adequados para adquirir livros das editoras privadas.

²¹² Em 1964 a última reunião da diretoria do SNEL registrada em ata ocorreu em fevereiro e só voltando a ter registro de reunião, em ata, em 1965, mas mesmo assim, a partir daí, foram escassas.

²¹³ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 19/08/1966. Arquivo SNEL.

econômica - a Comissão Nacional de Estímulo a Estabilização de Preços (CONEP)²¹⁴, que tratava do controle dos preços e, portanto, dos preços dos livros. Três meses depois o SNEL já respondia ao pedido feito diretamente pelo Ministro da Educação, Moniz de Aragão, de encaminhar sugestões para “melhorar o funcionamento” do GEIL. A sugestão apresentada pelo SNEL se referia justamente às questões ligadas ao preço, já em discussão junto a CONEP, ao propor uma nova “estrutura e formação dos custos de um livro”²¹⁵. Apesar de não constar em Ata o conteúdo desta proposta, o SNEL foi informado da aceitação dos critérios que apresentou a CONEP. Diante desse desempenho, a CONEP atribuiu ao SNEL uma função fiscalizadora: de assumir a “responsabilidade do visto nos pedidos das empresas editoras de livros relativamente à atualização de preços”²¹⁶.

Isso mostra como a CONEP e/ou GEIL foram espaços privilegiados de decisões das políticas editoriais e se estruturavam com a participação do SNEL. Ao assumir funções de decisão no âmbito da formulação das políticas editoriais²¹⁷, o SNEL ocupava uma posição estratégica e consolidada em relação ao período anterior.

Ao longo dos anos 60 existiram iniciativas com relação à política do livro didático que não estavam atreladas diretamente ao INL, mas tiveram repercussão na época e contaram com relevante participação dos empresários do livro, inclusive do SNEL. A principal delas ocorreu em 1966, como já mencionamos, quando foi criada a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED²¹⁸) - órgão do governo para atuar na área do livro na execução de políticas de co-edições de livros técnicos e didáticos, criado, portanto, fora do âmbito do INL, e subordinada

²¹⁴ A CONEP foi criada em 23/02/1965 subordinada a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e estava “autorizada a conceder estímulos de caráter fiscal e creditício a empresas que se comprometessem a manter estáveis, ou só aumentar com autorização prévia, os preços de seus produtos”. Disponível em www.seae.fazenda.gov.br/conheca_seae/historico. Acesso em: 05/01/2009.

²¹⁵ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 24/11/1966 . Arquivo SNEL.

²¹⁶ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 24/11/1966 . Arquivo SNEL.

²¹⁷ Apesar do importante papel do GEIPAG entre 1966 e 1971, ele não aparece nas atas. Mas achamos importante ressaltar suas funções para apontar a participação dos empresários da indústria gráfica. Esses grupos também integraram as esferas de decisão política com o propósito de solucionar os “problemas” da produção do livro e foram co-responsáveis pela ampliação do parque gráfico nacional nesse período. Segundo Laurence Hallewell, a modernização dos processos gráficos ocorrera graças à isenção de taxas alfandegárias a importação de máquinas destinadas à produção de livros, que fora conquistada pelo GEIPAG. As empresas gráficas foram beneficiadas de tal forma que com essas novas condições investiram na produção nacional de equipamentos gráficos. Um dos resultados foi a implementação do sistema offset para a impressão de livros, eliminando progressivamente a técnica da tipografia. Hallewell identificou que no mesmo ano das isenções já foram obtidos resultados consideráveis, pois, em 1966, “...52,9% dos livros publicados por empresas filiadas ao SNEL, no Rio de Janeiro e em São Paulo, eram impressos em offset, apenas 13% em tipografia e 10% em rotogravura”. HALLEWELL, op. cit., p. 555.

²¹⁸ Em 1971 a COLTED foi extinta quando suas funções foram absorvidas pelo Instituto Nacional do Livro. Até hoje existe o programa, mas com outra denominação - plano de aquisição de livros didáticos do MEC - seguindo a formulação definida em 1985. Felipe Lindoso afirma que, na época, o programa sofreu grande redução. Segundo o autor, o programa do livro didático passou por transformações em 1985 quando era operado pela FAE (Fundo de Assistência ao Estudante), do MEC, que distribuía livros, merenda, material escolar.

diretamente ao MEC. Uma das ações dessa Comissão foi criar o Programa Nacional do Livro Didático.

Nesse quadro de conquistas de novas posições políticas no setor público, os empresários estendiam suas ações também ao Presidente da República. Logo após o golpe civil-militar, em 1964, ocorreu uma audiência com o presidente Castelo Branco para se tratar de problemas da indústria do livro. Nessa reunião, além dos dirigentes do SNEL²¹⁹ também estavam presentes membros da CBL, integrando as discussões em torno da “política nacional do livro” e da reestruturação dos programas de compra e distribuição de material didático por intermédio da Fundação Nacional Material Escolar (FENAME).

Em decorrência do incremento geral da produção de livros e dos incentivos governamentais ao livro didático, as discussões no SNEL giravam, ainda, em torno de outros dois pontos: da frequência com que livros brasileiros ainda eram produzidos no exterior e da gratuidade do livro didático.

O presidente do SNEL, Candido Guinle de Paula Machado, na Ata de 22/12/1966, criticou o texto dos telegramas enviados a diversos órgãos (Ministro da Educação e Cultura, Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado, líderes da Arena e do MDB e ao deputado Ítalo Fittipaldi) pelo SNEL a propósito da emenda constitucional que garantia a gratuidade do livro didático, pois a seu ver esta iniciativa contra a gratuidade poderia atrapalhar suas ações na COLTED. Dada a importância política dos setores envolvidos nesta causa e como medida de cautela para que não houvesse atritos que atrapalhassem a influente participação do SNEL até então, o presidente do sindicato defendia a necessidade do SNEL não opinar sobre a questão.

Um dos motivos de preocupação do presidente em não abalar a posição já conquistada se deve, entre outros, ao fato dos empresários do SNEL terem participado do projeto MEC/United States Agency for International Development²²⁰ (USAID), dois meses antes. Em

²¹⁹ O sindicato também se reestruturava com mudanças em seus estatutos para se adequarem às novas condições. O SNEL nesse período era presidido por Gabriel Athos Pereira e em 1966 promoveu a reforma do estatuto. Para isso formou-se uma comissão, na qual integrava Propício Machado Alves, Décio Guimarães de Abreu e Afonso Duarte Faveret, que “vinha estudando o assunto para propor modificações, supressões e acréscimos em vários dispositivos do estatuto, visando a modernizá-lo e a adequá-lo ao crescimento da instituição. Submetida à votação, a proposta de alteração foi aprovada por unanimidade pelos 107 associados presentes (de um total de 139 em condições de votar)”. O Sindicato já contava com um número de editoras significativo.

²²⁰ Segundo Laurence Hallewell, “Essa ajuda, parte de um programa internacional iniciado em 1950, apresentava-se sob diversas formas. (...) fornecia, normalmente, o texto original, ou pelo menos orientava sua seleção. Comumente ficava a seu cargo a obtenção dos direitos de tradução e, muitas vezes, pagava parcial ou integralmente os direitos dos autores norte-americanos. Muitas vezes localizava ou recomendava um tradutor, ou até mesmo fornecia a tradução. Frequentemente, financiava a publicidade necessária. Podia, até mesmo, colaborar nos custos diretos de produção. De âmbito mundial, esse programa, durante seus primeiros quinze

Outubro de 1966 o presidente do SNEL convocou reunião com membros da COLTED e USAID para mostrar o texto da minuta de convênio elaborada pelo SNEL visando o “estímulo à produção de livros-texto, de forma a capacitar a indústria editorial ao atendimento das necessidades educacionais nos diferentes níveis escolares”²²¹.

Em Ata de novembro de 1966 receberam do diretor do Departamento Nacional de Educação cópia da minuta de convênio entre MEC, Ministério do Planejamento, SNEL, USAID sob o título “Programa Nacional do Livro de Texto” para que o SNEL formulasse suas sugestões. Um mês depois, em Ata de 22/12/66 foi apresentado pelo editor Propício Alves, membro do sindicato, informe de que a USAID estava elaborando programa para financiamento da importação de livros.

Em Ata de 08 de maio de 1968 o presidente do sindicato foi convidado a participar de reunião com Edson Franco, secretário geral do MEC e Presidente da COLTED e com Alice Palmer e Marilda Alves, da USAID com objetivo de “examinar os passos” que deverão ser dados pela Colted na organização das Comissões Estaduais do Livro Técnico e Didático (CELTED). A posição enfatizada pelo SNEL foi da necessidade da orçamentação escolar para o livro, bem como assegurar ao professorado o direito de escolha dos livros. Decidiu-se que será constituída uma comissão nacional para avaliar os livros indicados pelos professores.²²²

Entre as editoras que ofereceram apoio às atividades do IPES estão a AGIR, Paulo de Azevedo (Francisco Alves), Globo, Kosmos, LTB, Monterrey, Nacional, Jose Olympio, Vecchi, Cruzeiro, Saraiva, GRD²²³.

O amparo do Estado tão reivindicado pelos empresários do livro apareceu, ainda, em outros documentos²²⁴ da época. Em linhas gerais, todos defendem a mesma visão:

*Indústria em fase de constituição, sujeita a uma série de peculiares oscilações internas e externas, o Livro brasileiro necessita urgentemente do amparo do Estado que, assim procedendo, poderá transformar esse comércio frágil e embrionário numa indústria próspera financeiramente e saudável culturalmente (...)*²²⁵.

anos, deu suporte a nove mil edições (em todo o mundo), com a tiragem média de dez mil exemplares cada uma”. HALLEWELL, op. cit., p. 524.

²²¹ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 04/10/1966. Arquivo SNEL.

²²² Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 08 de maio de 1968. Arquivo SNEL.

²²³ HALLEWELL, op. cit., p. 552.

²²⁴ Estatutos do INL, CBL e SNEL; boletins do SNEL; seção sobre livros em periódicos de grande circulação, como caderno Folhetim e mais da Folha de São Paulo; ou em revistas específicas da área, como a Revista do Livro; periódico sobre livros formulados pela editora Brasiliense, Leia Livros.

²²⁵ Seção “Livro e Cultura” da Revista do Livro, nº 33, Rio de Janeiro: INL.

Podemos afirmar que o sentido de “próspera financeiramente” significava dizer que a indústria precisava de investimentos estatais ou estrangeiros e “saudável culturalmente” se traduzia para os empresários em comércio de livros favorável e aceitável desde que nem o Estado e nem as empresas estrangeiras atuassem como concorrentes.

Em Ata de 07 de fevereiro de 1968 evidencia-se mais uma vez a relação direta dos empresários com setores da presidência da república quando da tentativa de aprovar projeto na Câmara dos Deputados. Em audiência com o deputado Rondon Pacheco, Ministro para Assuntos da Casa Civil da Presidência da República, os membros do SNEL, Paulino Saraiva e o Presidente do SNEL (representando a classe e trazendo a manifestação da CBL e de entidades culturais rejeitando o veto presidencial) formularam apelo no sentido de que o Presidente da República considerasse questão aberta a apreciação pelo Congresso Nacional de seu veto ao Projeto de autoria do Deputado Ítalo Fittipaldi, que instituía o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais. Dois meses depois esta causa foi ganha com a rejeição pelo Congresso do veto presidencial ao mencionado projeto²²⁶.

Em Ata de 15/05/68 o SNEL enfatizou a necessidade da orçamentação escolar para o livro e defendeu assegurar ao professorado o direito de escolha dos livros. Para isso decidiram criar uma comissão nacional para avaliar os livros indicados pelos professores. Ou melhor, eles propunham fazer uma espécie de “fiscalização” da escolha realizada pelos professores.

Podemos afirmar que nos anos pós-golpe de 64 e até a década de 70 a política editorial passou por mudanças devido a maior participação dos empresários, mas também por causa das novas funções assumidas pelos órgãos públicos. Segundo Ortiz,

*Talvez pudéssemos dizer que o Estado militar tem uma atuação mais abrangente, uma vez que a política cultural de Capanema tinha limites impostos pelo próprio desenvolvimento da sociedade brasileira. Porém, o que diferencia esses dois momentos é que em 64 o regime militar se insere dentro de um quadro econômico distinto. A relação que se estabelece, portanto, entre ele e os grupos empresariais é diferente, eu diria, mais orgânica, pois somente a partir da década de 60 esses grupos podem se assumir como portadores de um capitalismo que aos poucos se desprende de sua incipiência.*²²⁷

Nos anos do milagre essas características se intensificam, como veremos adiante.

A última reunião da diretoria do SNEL da década de 60 ocorreu em julho de 1968 e só depois de um grande intervalo, até abril de 1970, voltaram a ocorrer. Esta quase ausência total

²²⁶ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 24 de abril de 1968. Arquivo SNEL.

²²⁷ ORTIZ, op. cit., p. 117.

de reuniões, com duas ou três no ano, quando havia alguma, ocorreu até maio de 1975, conforme os registros nas Atas.

Esse intervalo coincide com os anos do milagre econômico. Houve uma efetiva consolidação da indústria editorial, que não afastou os empresários da sociedade política, mas tornou-se desnecessário o debate constante sobre as estratégias do SNEL frente às suas causas.

Em uma das poucas Atas de 1973 podem ser observados dois aspectos que mostram que a permanente pressão dos empresários na sociedade política continuava a ocorrer. Foi registrada reunião direta com o secretário-geral do Ministério da Fazenda, José Flávio Pécora, e permanecia o impulso do sindicato para o desenvolvimento da produção nacional de papel. À luz do quadro econômico sobre a produção de papel afirmavam em reunião:

*A autoridade recebeu com atenção as ponderações que lhe foram oferecidas e deliberou encaminhar o assunto ao Conselho Interministerial de Preços. Mostrou-se receptivo às sugestões sobre recuperação do ICM e IPI em favor dos fabricantes, bem como sobre a exportação de celulose e papel. Mas deixou claro que o governo não estaria disposto a conceder incentivos à venda do papel no mercado interno como se exportado fosse*²²⁸.

Não havia interesse em equiparar o preço do papel para exportação ao do papel de venda para o mercado interno. O setor de papel e celulose foi beneficiado nos anos do “milagre econômico” com “fortes estímulos financeiros governamentais para produzir em larga escala visando garantir a auto-suficiência e o mercado exterior”²²⁹ e depois de lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no governo Geisel, foi lançado o Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC) com os seguintes objetivos: “...tornar o Brasil auto-suficiente na produção de papel e, além de garantir o suprimento do mercado interno de celulose, gerar excedentes em escala para exportação”²³⁰. A meta do II PND para economia brasileira era “promover a substituição do carro-chefe da acumulação – o setor de bens

²²⁸ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 28/12/1973 . Arquivo SNEL.

²²⁹ ROCHA, Georges Souto. *Problemas políticos, sócio-econômicos e ambientais de grandes projetos energo-intensivos: o caso da indústria de celulose e papel no extremo sul da Bahia*. In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. 2002, Indaiatuba, SP, p. 5. Disponível em: <http://www.neppe.cefetba.br/problemas_politicos_socio_economicos_e_ambientais_de_grandes_projetos_energo_intensivos_o_caso_da_industria_de_papel_e_celulose_no_extremo_sul_da_bahia.pdf>. Acesso em 05/01/2009.

²³⁰ ROCHA, Georges Souto. op. cit., p. 5.

duráveis – por um outro – o setor de bens de produção. O agente desta reorientação seria a empresa produtiva estatal”²³¹.

Em 1975 ocorreu o primeiro Congresso de Editores e Livreiros, em Brasília. Em Ata de maio desse ano ficou evidente os motivos da escolha da capital para a realização do Congresso: o SNEL fez a entrega oficial do trabalho que desenvolvia para elaboração do anteprojeto da Lei do Livro. No mês seguinte sugeria ao MEC que se formasse uma comissão mista para exame do ante-projeto e em setembro, três meses depois, já ocorreu audiência no MEC com diretores do SNEL para tratar do assunto, porém, desta vez com a presença de membros da CBL²³².

Como observamos, as décadas de 60 e 70 foram de consolidação da expressão política dos empresários do livro nas conquistas de seus interesses no interior da sociedade política. No entanto, a partir de meados da década de 70, verificamos que as reuniões regulares começavam a ser substituídas por telegramas. Essa diminuição de reuniões pessoais dos empresários com membros dos órgãos públicos do livro, ainda na ditadura militar, a nosso ver, indica mais uma estabilidade do setor, que agora já se consolidou, em termos produtivos e políticos, e cujos empreendimentos estão contemplados pelo *status quo* vigente, do que algum tipo de derrota política de seus interesses. E isso será permanente nas políticas culturais ao longo do regime militar. Nos lembra bem René Dreifuss que, no período entre 1973 e 1985 manteve-se, no Brasil, uma

*...média anual de renúncia fiscal – um eufemismo para as isenções, subsídios e outros benefícios para o setor empresarial – da ordem de 11 bilhões de dólares, totalizando perdas de receita, no período, de 153 bilhões de dólares – isto é, quase uma vez e meia a fantasiosa dívida externa, da qual o Brasil ‘pagou’ 80 bilhões de dólares, entre 1979 e 1986, enquanto, no mesmo período, ela aumentava de 55 bilhões para 111 bilhões de dólares.*²³³

A partir de 1979, as pressões dos empresários, atingiam outros setores públicos. Até o momento identificamos que os editores integravam comissões nos seguintes órgãos públicos, ao longo do regime militar: Instituto Nacional do Livro (INL), Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), United State (USAID),

²³¹ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 86.

²³² É a partir de meados de 1975 que editores da CBL começaram a integrar as reuniões do SNEL criando até uma diretoria operacional comum.

²³³ Com base nos dados de Ivan Martins e Maria Luiza Abbot, JB,03/04/88, relatório reservado, 01/07.06.87. In: DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 35.

Plano Nacional Cultura (PNC), Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), Projeto de Desenvolvimento do Livro (PRODELIVRO); Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).²³⁴ A partir de 1979 passam a ocupar também o Conselho Federal de Cultura que ofereceu uma vaga para editor. Por decisão conjunta do SNEL e CBL foi indicado Jose Olympio Pereira Filho.²³⁵ No MEC discutia-se a criação da EMBRALIVRO, um projeto semelhante a EMBRAFILME, mas que não vingou, principalmente por críticas severas dos editores manifestadas, por exemplo, nas palavras de Paulo Rocco denunciando que viria a ser mais “uma força estatizante”.²³⁶ Entre os diversos contatos em Brasília destacam-se: Censura Federal, INL, UNB, ECT, Divisões de Cooperação Intelectual e de Feiras e Turismo do Itamaraty.

No MEC eram discutidos os seguintes pontos: regularização do comércio do livro didático, estruturação da rede nacional de bibliotecas, “desaceleração do processo de estatização que ocorre por via oblíqua, através dos programas de co-edição, com suas distorções e disciplinarização da entrada de capital estrangeiro”.²³⁷

Ao mesmo tempo em que estabelecia novos contatos, a categoria admitia certo “enfraquecimento” em seu interior. Em 1979 os próprios empresários defendiam haver uma “desunião da classe”. Em ata de 20 de dezembro o presidente do SNEL afirmou que entre os problemas momentâneos dos empresários do livro o que mais o preocupava era a “desunião da classe”²³⁸ e referiu-se à dois casos particulares: 1) a polêmica entre o Sr. Thomaz de Aquino Queiróz e a Srta. Mária Cláudia de Campos Cezar, que, segundo ele, havia sido documentada nas páginas do Leia Livros; e 2) a saída da editora Brasiliense da CBL, justamente por divergências explícitas entre Caio Graco Prado e Mario Fitipaldi, verificadas nos Boletins do SNEL.

Essas divergências internas explicitadas pelos membros do SNEL nas Atas foram verificadas ao longo do período 1979-85. A título de exemplo, em 1984, o editor Sergio Lacerda constatava que alguns problemas que ocorriam na época eram “resultantes do não entendimento completo entre as entidades, mas deve ser esquecido para o bem da classe”²³⁹. Nesta Ata, em particular, o assunto em questão dizia respeito à notícia da possível liberação pelo Programa do Livro Didático Ensino Fundamental (PLIDEF), da FAE, uma verba extra,

²³⁴ Com exceção do CNPq, subordinado à Secretaria de Planejamento, diretamente ligada a presidência da república, todas as comissões eram provenientes dos órgãos do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

²³⁵ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 10/04/1979 . Arquivo SNEL.

²³⁶ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 05/06/1979 . Arquivo SNEL.

²³⁷ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 05/06/1979 . Arquivo SNEL.

²³⁸ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 20/12/1979 . Arquivo SNEL.

²³⁹ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 26/06/1984 . Arquivo SNEL.

no 2º semestre de 1984 para compra de mais 12 milhões de livros. O comunicado teria sido feito apenas ao grupo que tratava de livro didático no interior da CBL e não se estendeu aos outros membros, fato que gerou problemas internos na própria CBL. Mas houve outro entre SNEL e CBL, ainda sobre o PLIDEF, quando a CBL enviou para o governador Leonel Brizola telegrama com denúncias sobre o programa de co-edição do PLIDEF no Rio, que, por equívoco administrativo, a CBL havia passado em nome também do SNEL sem consulta à diretoria desta entidade, o que motivou o encaminhamento de telegrama do SNEL ao chefe de governo do Estado e à Ministra da Educação Esther Ferraz desautorizando a inclusão do nome do SNEL. A CBL enviou outro telegrama ao governo e ministra assumindo a responsabilidade. Para concluir esse fato a questão principal dos editores era de que “o Estado deveria deixar de interferir nesse tipo de atividade para que o mesmo fosse regido por uma economia de mercado”²⁴⁰.

Vejamos agora como foi recebido pelo SNEL um dos projetos polêmicos do período pós-79, o Programa de Desenvolvimento e Preservação do Livro (PRODELIVRO²⁴¹), criado pelo FENAME, previsto para funcionar como um “núcleo de desenvolvimento do livro”. O presidente do SNEL defendia que deviam ser tomadas “precauções, apesar da certeza das boas intenções da FENAME”, e que os editores haviam passado quinze anos “só ouvindo” e agora “não podiam se furtar ao chamado para o diálogo”.²⁴²

É importante observar que esse não era um caso de esquizofrenia, mas a aparente “passividade” do setor, explicitada na afirmação acima, era mais uma forma de chamar a atenção para o grau de intervenção deles nos novos espaços das políticas editoriais para que os interesses dos empresários não ficassem prejudicados. O PRODELIVRO foi assunto ainda de várias Atas até 1981, como exemplificaremos a seguir.

Em 1980 foram realizadas reuniões no MEC com editores do SNEL a convite daquele órgão para discutir o PRODELIVRO. Nas Atas não está explícito o conteúdo das reuniões, mas em Abril daquele ano foi constituído um Conselho Consultivo cuja função seria de aprovar cada projeto do programa. Os integrantes do Conselho deveriam ser representantes do FENAME, INL, Núcleo de Desenvolvimento do Livro, Núcleo de Patologia do Livro, SNEL²⁴³, CBL, ANL, Sindicato dos Escritores e Associação Brasileira de papel e Celulose. Esses seriam os setores determinantes no funcionamento do PRODELIVRO; note-se a

²⁴⁰ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 26/06/1984 . Arquivo SNEL.

²⁴¹ O PRODELIVRO foi criado dentro do FENAME (MEC) pela Portaria n.1234 de 18/12/79.

²⁴² Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 28/11/1979 . Arquivo SNEL.

²⁴³ Entre os membros do SNEL foi indicado para compor este Conselho, o editor Mario Fitipaldi.

presença da CBL e da Associação de Papel, pouco presentes no MEC até então. A posição do SNEL diante desse projeto se manifestou, nas palavras do editor Ênio Silveira, a favor de “lutar por dentro, educando o PRODELIVRO”²⁴⁴.

Ao contrário das polêmicas com o PRODELIVRO, as co-edições promovidas pelo INL foram muito elogiadas nas reuniões do SNEL, que a destacavam como “o melhor exemplo” de atuação de órgãos governamentais no setor, uma vez que fazia co-edições, apresentadas no item anterior, “em bases justas ou simplesmente compra para distribuição a bibliotecas, sem jamais comercializar”²⁴⁵.

Ao longo desses anos os editores reivindicaram também maior “autonomia” no mercado editorial com muitas críticas à política editorial “do governo”, como se estivessem ausentes de suas decisões. Já analisamos essa questão em estudo anterior quando identificamos esse debate nos Boletins do SNEL²⁴⁶. Os dois pontos de embate foram: o primeiro, quanto às garantias que o setor privado exigia do governo, com o argumento da necessidade de obter maior “autonomia” e, o segundo, em relação ao funcionamento do sistema de co-edições do Instituto Nacional do Livro de grande importância na época para as editoras.

Os empresários do livro defendiam a *liberdade* de publicar, reclamavam da *intervenção* crescente da área estatal sobre a área editorial, ou ainda, da “presença do Estado-editor concorrente da iniciativa privada”²⁴⁷, reclamando que ele criava um espaço competitivo junto à empresa privada com seus livros a preços mais acessíveis. Eles sugeriam que o Estado atuasse apenas “como co-editor, (associando-se) ao capital privado para absorver parte dos investimentos de projetos editoriais especiais”²⁴⁸. O que realmente preocupava o setor era o amparo dado pelo governo às editoras universitárias e o projeto do Ministério da Educação com o PRODELIVRO, como vimos.

O caso mais significativo da situação das editoras universitárias era o da editora da Universidade de Brasília (UnB) e foi amplamente abordado nos *Boletins*, pois gerou vários depoimentos motivados pela situação “privilegiada” que os empresários julgavam estar ocorrendo. A editora da UNB foi criticada, principalmente, pela “aquisição de copyrights, no

²⁴⁴ Ênio Silveira em Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 21/01/1981 . Arquivo SNEL.

²⁴⁵ Ata de Reunião da Diretoria do SNEL de 18/02/1981 . Arquivo SNEL.

²⁴⁶ XAVIER, Andréa Lemos. *A produção da Coleção Primeiros Passos: um projeto político-cultural da editora Brasiliense*. Dissertação (mestrado em História Social da Cultura). Departamento de História, PUC, Rio de Janeiro, 2003.

²⁴⁷ FITIPALDI, Mario. Mensagem do Presidente (2). *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1981, p. 2.

²⁴⁸ *Ibidem*.

país e no exterior”²⁴⁹ e porque publicava na mesma linha editorial de editoras privadas tornando-se assim concorrente com mais “vantagens” que as outras editoras no mercado. Sugeriam, ainda, que a UNB mudasse seu funcionamento, pois “ao invés de competir com as editoras privadas usando o dinheiro dos impostos, deveriam, a exemplo da USP, dedicar-se exclusivamente a uma política de co-edições”²⁵⁰.

Os editores reivindicavam, de forma geral, naqueles anos de abertura democrática o “diálogo entre classes produtoras e poder público...”²⁵¹, numa avaliação aparentemente contraditória com o que já mostramos desse diálogo. O depoimento do presidente do SNEL na época, Mario Fitipaldi, é esclarecedor:

*Para editores e livreiros a palavra de ordem continua sendo a de união em torno das entidades de classe e de apoio e confiança na palavra de nosso digno Presidente da República, João Figueiredo, cujos pronunciamentos a respeito da abertura democrática e do apoio à iniciativa privada têm sido veementes e incisivos. Defecções ou atitudes isoladas, neste momento de crucial importância, só podem prejudicar o bom combate que vem sendo por nós travado.*²⁵²

Mario Fitipaldi revela que se tratava de reforçar essa união diante da nova conjuntura política. Essa manutenção está explícita em suas palavras ao destacar união e confiança sem manifestar qualquer dissidência àquele projeto de governo.

No bojo dessas críticas, Sérgio Lacerda, presidente da editora Nova Fronteira e autor constante dos *Boletins*, também se opunha à política do governo de apoio às editoras universitárias, reafirmando o teor da reivindicação do setor naquele momento. Os empresários pressionavam a fim de manter suas condições de produção, suas posições no mercado editorial, mas sem a concorrência dos editores universitários ou de estatais, e obtiveram, naqueles anos, resultados favoráveis.

Outro exemplo significativo foi o depoimento de Roger Karman, vice-presidente do setor de livros e educação da Editora Abril. Em 1982, ele afirmou que se devia

unir o empresário ao intelectual, deixando de lado posturas ultrapassadas, consubstanciadas em frases do tipo ‘o livro é a pedra angular do saber’ ou ‘a livraria é um templo’ para lançar-se ao desafio de ampliar mercados,

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ XAVIER, Andréa Lemos. *A produção da Coleção Primeiros Passos: um projeto político-cultural da editora Brasiliense*. Dissertação (mestrado em História Social da Cultura). Departamento de História, PUC, Rio de Janeiro, 2003.

²⁵¹ FITIPALDI, Mario. Mensagem do Presidente (2). *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1981, p. 2.

²⁵² Ibidem.

*criar estímulos a leituras através de instrumentos de marketing adequados.*²⁵³

Essa união sugerida entre "empresário e intelectual" entende o intelectual como categoria que deve estar inserida no projeto de empresários do livro, formando, inclusive, o grupo que buscaria melhores condições de mercado associadas à função lucrativa de sua empresa, mas também com relação às formas de propaganda de incentivo à leitura. Para Karman os intelectuais deveriam se adequar mais às regras do mercado e se desvincular do compromisso estrito com o saber.

O editor da Brasiliense na época, Caio Graco Prado afirmou que "não há(havia) uma crise de livros, mas de editores".²⁵⁴ Para ele, um dos problemas para o mercado editorial no momento da abertura democrática foi o fato das editoras publicarem, simultaneamente, títulos semelhantes, com temas que, havia pouco, estavam proibidos pelo regime militar. E como a abertura coincidiu com a crise econômica ao "despejaram sobre o leitor uma quantidade enorme de livros semelhantes os editores saturaram o mercado rapidamente".²⁵⁵

Apesar dos Boletins apresentarem com muita ênfase a tentativa de obter maior autonomia no mercado de livros verificamos que essa não era exatamente a sua questão. O que havia por detrás dela era justamente a exclusividade de apoio aos seus interesses, para que o INL ou qualquer órgão estatal e mesmo editoras de universidades públicas mantivessem apenas o papel de co-editoras; o Estado como "agenciador do capital privado" não poderia fornecedor subsídios para livros de editoras estatais.

Para eles, as medidas do governo deveriam ser favoráveis às estratégias de mercado, inclusive não trazendo para si a clientela das editoras em geral, pois o público leitor/consumidor da classe média, naqueles anos, era em larga escala estudantes universitários. Os empresários do livro conseguiram estabelecer novos regulamentos para a produção de livros no país, principalmente, se considerarmos nesse momento as estratégias comuns dos setores do livro.

A participação dos dirigentes da CBL se modificou, em especial, nos anos da abertura, entre 1979 e 1985²⁵⁶. Nesse momento não há mais a exigência de se estabelecer metas comuns, em busca da formação de consenso entre os setores do livro, como houve com

²⁵³ Roger Karman (segundo AFFONSO, Maria Eugênia. O crescimento (desordenado) do livro. *Boletim Informativo do SNEL*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1982, p. 2).

²⁵⁴ Caio Graco (segundo AFFONSO, Maria Eugênia. O crescimento (desordenado) do livro. *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1982, p. 2).

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ O presidente durante todo esse período foi Mario Fittipaldi, editor da Editora das Américas.

a questão do papel e do livro didático, mas uma outra forma de atuação que se concretizava ao nos anos 80 no aumento progressivo das comissões especiais de trabalho, com características mais operacionais, técnicas, com capacidade de reunir estrategistas. Isso ocorre a partir de 1981 com resultados significativos ainda em 1986, quando das negociações com a FAE sobre os ajustes na produção e distribuição dos livros didáticos. Naquele momento,

*a transição recoloca a questão do poder e da formulação de diretrizes como 'briga em campo aberto', obrigando o empresariado a buscar novas formas de participação na formulação de diretrizes, e agora bastante diversas dos costumeiros 'contatos de primeiro grau' com ministros e burocratas do alto escalão.*²⁵⁷

A partir de 1979 o SNEL passou, ainda, a realizar análises estatísticas do setor, vislumbrando um quadro mais real da produção de livros no Brasil. Quando do período da transição seu objetivo foi de reunir:

*..., através de seu Conselho Técnico Editorial, ...elementos para desencadear movimento nacional em defesa do setor, um dos mais fortes empregadores. A comercialização, a distribuição, a redução dos custos e o conseqüente alargamento do mercado, são alguns dos principais itens de estudos no Conselho Técnico, preocupado também em definir uma linha de comportamento político para as relações do setor com o governo, em particular com o Ministro da Educação, Rubem Ludwig.*²⁵⁸

A responsabilidade do Conselho Técnico era de elaborar um projeto mais empresarial, que estivesse adequado aos interesses editoriais privados mas também aproximado da política do governo. Por isso ainda buscava definir a "linha de comportamento político" não definida em 1981 mas que já se manifestava como negadora de qualquer filiação político-partidária²⁵⁹, deixando em aberto sua perspectiva política de aproximação com o governo. Em realidade era uma nova forma, mas sempre com a perspectiva de adaptação política, de manter seus interesses econômicos, seja nas condições do regime autoritário ou qualquer regime político que os mantivesse com os subsídios que favorecessem a sua expansão.

Durante o regime militar houve um aumento de empresas culturais favorecendo a concentração e a consolidação do mercado de bens simbólicos, assim como a diversificação

²⁵⁷ DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 43.

²⁵⁸ Boletim do SNEL, 1979.

²⁵⁹ FITIPALDI, Mario. *Boletim do SNEL*, v.1, n.1, 1981.

dos produtos oferecidos. Esse novo quadro incidiu no papel dos editores brasileiros, que se caracterizavam no começo do regime por proprietários em sua origem motivados por interesses familiares que buscavam o status de empresas para suas antigas casas editoriais. Entretanto, entre eles, aqueles que adquiriram a função de “agitadores culturais”, passaram no início dos anos 80 a exercer um papel editorial menos movido por suas paixões e mais adequado às novas condições do editor profissional que nas décadas seguintes se adequará ao perfil do “editor executivo” em detrimento do “editor carismático”.

Na maior parte das vezes o que se encontrou nas Atas foram discussões das propostas de formulação da política editorial e de algumas questões internas. Nossa investigação consistiu em verificar como as políticas editoriais foram formuladas (a partir das orientações do SNEL: como se organizavam, quais eram os debates firmados e com quais setores) e menos em discutir seus resultados, tarefa importante mas que foge aos propósitos deste trabalho. O aprofundamento de cada questão sairia dos nossos objetivos, mas consideramos relevante uma futura discussão para aprofundar o conteúdo dessas Atas. Apesar dos indícios para muitas questões atuais da política editorial (fixação do preço mínimo ou a relação com editores estrangeiros) nos detivemos num panorama geral da forma com que o SNEL configurou-se como um espaço co-formulador das políticas editoriais e no tipo de papel dos editores da Civilização Brasileira e Brasiliense neste Sindicato. No caso da primeira editora, seu editor Ênio Silveira atuou no Sindicato como agente organizador das políticas editoriais e no segundo caso apenas a editora era filiada do Sindicato.

É importante ressaltar que Ênio Silveira voltou a ter participação nas políticas editoriais no início dos anos 80, conforme observamos nas Atas.

A presidente do SNEL, Regina Pinto Zingoni, Ênio Silveira e Aloísio Magalhães se reuniram para discutir o problema da coordenação de posições das entidades de classe perante os órgãos governamentais, em 09/09/81. Um ano depois, em Ata de 16/08/82, foram enviadas sugestões ao ministro da educação, Rubens Ludwig, por meio de Ênio Silveira para que fosse recomendado às instituições de ensino oficiais e particulares que adquiram para suas bibliotecas pelo menos um exemplar de cada livro e ainda que destinem percentual fixo de seu orçamento para isso.

O projeto que se consolidou, então, para as políticas editoriais, a partir da análise das Atas do SNEL, ocorreu com participação dos empresários que buscavam hegemonia no campo editorial. Para uma análise mais profunda seria necessário ainda identificar os embates com outros setores da área do livro, como por exemplo, Câmara Brasileira do Livro e Associações de gráficas. Extraímos dessa reflexão, entretanto, como o SNEL foi um espaço

privilegiado na explicitação das principais questões do setor e, portanto, na formulação das políticas editoriais brasileiras resultantes desse processo de acordos políticos.

CAPÍTULO 3 – A TRAJETÓRIA DA EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1932-1985)

Nosso objetivo principal ao retomar a longa trajetória da Editora desde sua fundação é analisar a construção do seu projeto editorial à luz das ações de seu editor.

A Editora Civilização Brasileira (ECB) foi criada no ano de 1932, mas só a partir da década de 50 começou a formar um centro de intelectuais progressistas. Podemos distinguir a trajetória da editora em três fases: a primeira, que abrange o período compreendido entre sua fundação e a vinculação com a Companhia Editora Nacional (CEN); a segunda, que abrange o período, das décadas de 1950 e 1960, compreendido entre o início da direção de Ênio Silveira e o que podemos considerar como o auge da editora; e a terceira, que tem início nos anos 1970 quando a editora entra em processo de falência e segue até a década seguinte quando é incorporada a outras editoras.

3.1. A fundação da Editora Civilização Brasileira e sua vinculação com a Companhia Editora Nacional

As informações sobre a data de criação e os fundadores da editora são um pouco controversas. O próprio Ênio Silveira - editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira desde os anos 50 - mostrou em depoimentos e entrevistas ter dúvidas a esse respeito. Em uma dessas entrevistas afirmou que a Editora

*...foi fundada em 1932, pelo poeta Ribeiro Couto, pelo escritor integralista Gustavo Barroso e por um cidadão chamado...- agora não me lembro se era Manuel, ou não sei que lá, Costa -, esqueci o nome, um que era livreiro no Rio de Janeiro.*²⁶⁰

²⁶⁰ FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). *Ênio Silveira*. São Paulo: Edusp, 1992, (Coleção Editando o Editor), p. 47

O nome de quem o editor não se lembrava no momento da entrevista era de Getúlio Costa, um livreiro no Rio de Janeiro que mais tarde, em 1939, fundou outra editora denominada Getúlio Costa Editora.

A controvérsia sobre a data de criação e os sócios fundadores tem origem na escassez de fontes que contenham tais informações devido as constantes mudanças de prédio do depósito da ECB ao longo de sua existência, dificultando a reorganização do material e possibilitando perdas significativas. Como verificamos no acervo da ECB, ocorreram pelo menos três mudanças de depósito e duas mudanças de sede da editora.

A partir da análise dos documentos contábeis da ECB conferimos que o ano de 1932 coincide com a data de inscrição da empresa na Junta Comercial que ocorreu em 15 de dezembro daquele ano. Nesse mesmo ano Octalles Marcondes Ferreira (sócio de Monteiro Lobato na Cia Editora Nacional) tornou-se acionista comprando as ações de Ribeiro Couto, diplomata e poeta editado pela CEN.²⁶¹

Não há comprovação da data de fundação para o ano de 1929, mas certamente seus fundadores estavam organizados antes de 1932, pois conforme o catálogo de publicações da ECB seus primeiros lançamentos teriam ocorrido em 1930. Constam, nos arquivos da Editora, dezenove livros publicados nessa fase inicial: um livro com data de edição de 1930 e dezoito livros editados ou reeditados em 1931.

Nessa primeira fase, ainda como iniciativa de um pequeno grupo formado por Gustavo Barroso, Getulio Costa e Ribeiro Couto, foram publicados, então, dezenove livros. A única obra lançada em 1930 foi *A Aventura de outubro e a invasão de São Paulo* de Renato Jardim, uma reedição; e os dezoito livros publicados em 1931, estão apresentados no quadro abaixo, entre os quais, doze eram lançamentos e seis eram reedições.

Tabela 13 – Dezenove primeiros livros da Editora Civilização Brasileira

AVENTURA DE OUTUBRO (A) E A INVASAO DE SAO PAULO	RENATO JARDIM	1930
AVENTURAS DE DOM QUIXOTE	MIGUEL DE SERVANTES E SAAVEDRA	1931
BATERIA, FOGO	AFFONSO DE CARVALHO	1931
CARTAS DE AMOR	BERTHA DANGENNES	1931
DICIONARIO DO FUTEBOL ASSOCIACAO	GUY GAY	1931
FORMOSURA DA ALMA (A) – VOL. 1	HENRIQUE PERES ESCRICH	1931
FORMOSURA DA ALMA (A) – VOL. 2	HENRIQUE PERES ESCRICH	1931

²⁶¹ HALLEWELL, op. cit. na p. 355: “em 1932 Octalles adquiriu a Civilização Brasileira, fundada em 1929 por Getulio M Costa, Ribeiro Couto e Gustavo Barroso”. Porém não fica claro se foi parte das ações ou toda empresa. Em depoimento - publicado em FERREIRA, op. cit., p. 48 - Ênio Silveira afirmou que, primeiramente, Octalles comprou as ações do Ribeiro Couto e somente em 1937 o irmão do Octalles, Fenício Marcondes Ferreira, comprou as ações de Gustavo Barroso e os dois irmãos tornaram-se nesse momento os únicos acionistas da empresa.

GUARANY (O)	JOSE MARTINIANO DE ALENCAR	1931
LAIS	MENOTTI DEL PICCHIA	1931
MANUAL DA DOCEIRA FAMILIAR	PASSIFLORA	1931
ORTOGRAFIA OFICIAL (A)	GUSTAVO BARROSO (JOAO DO NORTE)	1931
ORTOGRAFIA OFICIAL (A)	NEWTON LIMA E C. OLIVEIRA	1931
PAIS DAS PEDRAS VERDES	RAYMUNDO MORAES	1931
PLANICIE AMAZONICA (NA)	RAYMUNDO MORAES	1931
SEMINARISTA (O)	BERNARDO GUIMARAES	1931
TERRAS SEM DONO	ALDO DELFINO	1931
TRES SEMANAS DE AMOR	ELINOR GLYN	1931
TRONCO DE ESCRAVOS	MARIA LACERDA DE MOURA	1931
VIDA DOS CAMPOS	EURICO SANTOS	1931

A obra mais conhecida publicada por seus fundadores foi o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*²⁶², organizado por Gustavo Barroso, da seguinte maneira:

*... a origem de tudo foi um dicionário português que foi abrigado e ampliado com brasileirismos por Gustavo Barroso e outras pessoas, outros escritores que ele contratou na hora para isso. (...) [Na época do Octalles] O Aurélio começou a ser então o coordenador da revisão, das sucessivas revisões que teve o dicionário.*²⁶³

A criação da Editora Civilização Brasileira pode ser entendida no quadro de aumento das casas editoriais nacionais que ocorria desde a década de 1920, e que, neste caso em particular, tiveram “o propósito de agitar o meio cultural brasileiro, que estava aquela época muito preso à vida editorial portuguesa”.²⁶⁴

De qualquer modo, aqueles fundadores da Editora Civilização Brasileira permaneceram com o negócio por um curto período, pois em 1932 iniciaram a venda da editora e da livraria para Octalles Marcondes Ferreira, e gradativamente para seu irmão, o banqueiro Fenício Marcondes Ferreira. A partir de então a Editora Civilização Brasileira tornou-se filial da Cia Editora Nacional (CEN).

Nessa nova gestão da empresa, enquanto a CEN investiu em coleções, publicou o livro *URSS, um Mundo Novo* de Caio Prado Júnior e abriu uma filial da ECB em Lisboa, a qual funcionou entre 1932 e 1944, a ECB alcançava o total de 57 títulos publicados e 329 mil

²⁶² No catálogo da Editora consta apenas a edição de 1944, quando o editor já era Octalles M. Ferreira, mas é conhecido que o Dicionário foi publicado em 1938 (KRIEGER, Maria da Graça, et. al. Século XX, Cenário dos Dicionários Fundadores da Lexicografia Brasileira: Relações com a Identidade do Português do Brasil. In: *Alfa – Revista de Linguística*. São Paulo, v. 50, n. 2, p. 180, 2006).

²⁶³ Ênio Silveira em depoimento publicado em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p.50.

²⁶⁴ Ênio Silveira em depoimento publicado em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit.

exemplares produzidos no final da década de 30²⁶⁵. Apesar de se caracterizar como uma pequena empresa diante da CEN, que nessa época já chegara a dois milhões de exemplares produzidos, pode-se dizer que a ECB foi um importante espaço de distribuição dos livros de sua matriz no Rio de Janeiro. Elas mantiveram uma relação de reciprocidade quanto à distribuição de seus livros no Rio de Janeiro e em São Paulo até o começo dos anos 60, pouco depois da separação formal entre as duas empresas.

Nos anos posteriores a 1932 e até 1950, período da direção de Octalles Ferreira, foram publicados 407 títulos, incluindo lançamentos e reedições.

Nesse período de quase vinte anos da direção de Octalles, a ECB caracterizou-se como uma editora de livros de ficção. Predominava a literatura estrangeira diante dos poucos romances nacionais, como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e de alguns autores nacionais, entre eles obras de seus primeiros proprietários, Gustavo Barroso e Hildebrando de Lima, além de Plínio Salgado, Alceu Amoroso Lima, Nina Rodrigues, Gandhi, Alexandre Dumas Dostoievsky, Tolstoi, Manuel Bandeira e Joaquim Nabuco. Segundo Sergio Miceli,

“As três maiores editoras – pela ordem, Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, Editora Globo e Livraria José Olympio Editora – constituem os principais investidores na publicação de obras de ficção, nacionais e estrangeiras, embora cada uma delas aplique seus recursos segundo estratégias distintas. A Companhia Editora Nacional concentra seus investimentos na produção dos gêneros de maior rentabilidade no mercado (a saber, ficção e didáticos)...”²⁶⁶

Nesse período em que a Editora Civilização Brasileira existiu como filial da Cia Editora Nacional ela se caracterizou, principalmente, por publicar livros para o público adulto, enquanto a Companhia Editora Nacional dedicou-se quase exclusivamente à produção de livros didáticos e literatura infantil. Foi com os recursos do sucesso editorial obtido pela publicação de livros didáticos da CEN que seus proprietários, Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato, puderam manter a ECB no Rio de Janeiro.

Em 1943 a Cia Editora Nacional contratou Ênio Silveira, na época ainda estudante de sociologia, indicado por Monteiro Lobato, para trabalhar na editora, que em pouco tempo ocupou a vaga de Artur Neves²⁶⁷ - principal auxiliar de Octalles Marcondes Ferreira, que saiu

²⁶⁵ HALLEWELL, op. cit., p. 355.

²⁶⁶ MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 89.

²⁶⁷ Artur Neves (1916-1971), militante do PCB, interessou-se pela produção de coleções de livros vendidas a prestações, estratégia já realizada pela W.M.Jackson Company e por não ter havido espaço na CEN para esse tipo de venda, implementou essa idéia na nova editora que fundou com Monteiro Lobato e Caio Prado Junior, a

da empresa para fundar com Monteiro Lobato²⁶⁸ e Caio Prado Júnior a Editora Brasiliense. Nessa mesma época também deixava a CEN o grupo de professores que formulava os projetos dos livros didáticos em função da fundação por parte desses profissionais de sua própria editora: a Editora do Brasil. Mesmo diante dessas mudanças de pessoal, a CEN manteve seu enfoque na produção de livros didáticos e coleções, e nessa época a coleção de grande destaque foi a Brasiliana, que como vimos foi a coleção mais co-editada pelo INL.

Ênio Silveira estudava na Escola Livre de Sociologia e Política e trabalhava como revisor de provas no jornal Folha de São Paulo quando conseguiu o emprego na CEN por meio da amiga Leonor Aguiar, que o apresentara a Monteiro Lobato. O contrato ocorreu também, segundo Ênio Silveira, devido à aproximação que Lobato teve com seu avô, Valdomiro Silveira. Além de seu avô ter sido editado por Monteiro Lobato, que o considerou o "precursor da literatura regional brasileira"²⁶⁹ também foi Secretário da Educação, da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo, deputado estadual e membro da Academia Paulista de Letras. Ênio Silveira nasceu no ano de 1925, em uma tradicional família, na capital paulista, filho do advogado Meroveu Silveira e de América Nogueira Silveira. Seu tio-avô Alarico Silveira foi Secretário da Presidência de Washington Luis e Ministro do Superior Tribunal Militar. Sua prima Dinah Silveira de Queiroz foi uma importante romancista com duas reconhecidas obras "Floradas na Serra" e "A Muralha". O ambiente intelectual em que o editor formou-se foi bastante influenciado por sua família. Além de sua origem familiar ter-lhe garantido esse primeiro grande contato no mundo editorial com Monteiro Lobato, Ênio Silveira defendeu em depoimento que teve uma formação cultural orientada, principalmente, por seu avô que o incentivou a leitura na infância.

“É evidente que eu sou produto de minha grei. Desde a minha tenra idade eu vivi num ambiente altamente cultural. (...) Assim, quando eu cheguei à idade da leitura, quando comecei a ler livros, meus presentes de aniversário eram livros. Quando eu cresci um pouco e comecei a estudar outras línguas, meu avô me deu a assinatura de um jornal e de uma revista francesa. Em casa, nossas discussões eram sempre voltadas para a coisa cultural. Eu sou um produto da minha família”²⁷⁰

Brasiliense. Abordaremos esta editora no próximo capítulo. Neves permaneceu na Brasiliense até 1962, quando trabalhou na fundação da UNB. (HALLEWELL, op. cit., p. 368).

²⁶⁸ Quando Lobato propôs sua saída da Nacional para fundar a Brasiliense, o sócio Octalles lembrou que ele não tinha mais o direito patrimonial dos seus livros que passara para Nacional em tempos de crise.

²⁶⁹ Depoimento de Ênio Silveira sobre seu encontro com Monteiro Lobato (FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 23).

²⁷⁰ VIEIRA, op. cit., p. 75-76.

Ênio Silveira começou na CEN escrevendo orelhas de livros²⁷¹ e no decorrer dos anos em que esteve nesta empresa especializou-se em editoração na Universidade de Columbia/EUA; trabalhou como estagiário na Editora Alfred Knopf²⁷² – uma editora norte-americana que publicava grandes autores norte-americanos e também escritores uruguaios, argentinos, chilenos e brasileiros, tais como: Gilberto Freire, Jorge Amado, Ernesto Sábato. Nessa época teve contato com o Partido Comunista Americano e conviveu com dois escritores comunistas que tiveram grande influência na sua formação política, Richard Wright e Howard Fast²⁷³. O próprio Ênio Silveira afirmou que sua “...práxis política foi muito treinada no Partido Comunista norte-americano...”²⁷⁴. No entanto, antes disso já se considerava um simpatizante das idéias socialistas. Ainda em suas palavras,

“Ligado à esquerda desde os tempos universitários, é curioso notar que esses contatos com a área socialista haviam amadurecido e intensificado em Nova York, onde meus amigos mais próximos, judeus e negros como os escritores Howard Fast, Richard Wright, Langston Hughes e o compositor Marc Blitzstein, eram comunistas. E assim iniciei a publicação de numerosos autores nacionais e estrangeiros ligados a essa corrente ideológica, como Roger Garaudy, Antonio Gramsci, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Ruy Faço e dezenas de outros. Fazia-o sem qualquer sectarismo, porém, pois sempre entendi que posições estreitas e dogmáticas eram antagônicas ao verdadeiro socialismo e ao espírito democrático que, em numerosos textos de apresentação dos livros que lançava, eu fazia questão de promover”²⁷⁵

Na época em trabalhava na CEN o editor não havia se filiado ao Partido, mas há registro de que viveu confrontos em diversos momentos com a visão política de Octalles Marcondes Ferreira, seu patrão, mas apesar disso Ênio Silveira manteve seu emprego por cumprir as exigências estabelecidas por Octalles, conforme descrevemos abaixo:

Ênio, tenho informações de que você tem ligações com a esquerda. Quero lhe dizer que não sou de esquerda, até pessoalmente sou contra a esquerda, mas respeito o seu direito de ser, com uma condição: a editora não tem uma linha política, e eu queria que você assumisse comigo o compromisso

²⁷¹ Algumas delas foram publicadas em FELIX, Moacyr (Org.). *Ênio Silveira: arquiteto das liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

²⁷² Alfred A. Knopf, editor americano, amigo de Octalles M. Ferreira com quem Ênio Silveira foi fazer estágio e aprendeu técnicas de divulgação do livro.

²⁷³ Esses dois americanos eram escritores romancistas militantes políticos em movimentos contra o racismo, Richard Wright (1908-1960) e Howard Fast (1914-2003), este último escreveu o famoso *Spartacus*, livro publicado em 1951 que Stanley Kubrick transformou em filme dez anos depois.

²⁷⁴ Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 40.

²⁷⁵ Depoimento de Ênio Silveira em VIEIRA, p. 81-82.

*de em nenhum momento tentar, direta ou indiretamente, interferir politicamente na editora.*²⁷⁶

Nesse período, quando ainda não era proprietário, Ênio Silveira assumia sua ligação com setores à esquerda fora da empresa. Ênio Silveira foi redator do jornal *Notícias de Hoje*, órgão de imprensa “com forte influência de comunistas entre os editores”²⁷⁷, sucessor do jornal *Hoje*, que existiu apenas durante os anos da legalidade do PCB, tendo sido criado em 1945 e interrompido em 1947.

Apesar de sua aproximação com o PCB verificamos que não houve uma participação mais orgânica do Ênio na estrutura do partido. Como veremos ao longo do capítulo, ele não integrou nenhum comitê do partido, sua participação “não foi aquela de um militante típico dos anos 50 ou 60”²⁷⁸, entretanto, devemos reconhecer que as idéias socialistas no Brasil tiveram sua entrada não só via partido comunista, mas também pela ECB, o que nos leva a afirmar que Ênio Silveira em seu papel de editor teve influência dessa perspectiva teórica quando fazia suas escolhas de textos e autores, mas não com presença nas reuniões do partido.

Alguns intelectuais militantes do PCB nos anos 60, como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, afirmaram não haver mesmo essa presença do Ênio nos encontros de membros do partido, tomando decisões etc Leandro acrescenta ter conhecido Ênio em 1964, após o golpe, quando era membro do comitê cultural, porque seu pai Valério Konder, também membro do partidão, “circulava com ele”²⁷⁹ e Carlos Nelson que a relação do Ênio com o partido “não era muito orgânica”, pois nas reuniões do comitê cultural, por exemplo, que seria o espaço do Ênio no partido ele nunca esteve presente.

Mesmo assim, lembra Carlos Heitor Cony que Ênio foi “o único sujeito da história que comprou briga absurda com o Partido Comunista para ser comunista e entrar no partido – que, diga-se de passagem, não o merecia”²⁸⁰. O próprio editor teria afirmado que era um “simpatizante ativo”, ou ainda,

“Em outras palavras, eu freqüentava as reuniões comunistas, de pessoas de esquerda em geral, mas onde havia notórios comunistas. A coisa foi avançando e eu, me convencendo da necessidade de um engajamento político, acabei, nos anos da guerra, ingressando no Partido. E foi desde então, até a última assembléia, quando ele deixou de ter o nome Partido Comunista Brasileiro

²⁷⁶ Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 31.

²⁷⁷ Informação baseada no quadro da imprensa comunista publicado em VINHAS, Moises. *O Partidão: a luta por um partido de massas*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 173 e 257-261.

²⁷⁸ VIEIRA, op. cit., p. 80.

²⁷⁹ Leandro Konder em entrevista a autora em 2007.

²⁸⁰ Depoimento de Carlos Heitor Cony em VIEIRA, op. cit., p. 81.

para adotar o nome que tem hoje, Partido Popular Socialista. Eu deixei porque eu disse que isso é uma contrafação, isso não é nem carne nem peixe, e eu não estou nisto”²⁸¹.

Ainda na CEN, logo nos primeiros anos de trabalho, Ênio Silveira tivera contato com diversos intelectuais nacionais e internacionais, como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Aroldo de Azevedo, Frank Tannenbau, e assim foi para ele “um celeiro de grandes talentos que [foi] absorvendo, por contato pessoal, por exposição à seriedade do trabalho. Foi a minha universidade aberta, a Editora Nacional”.²⁸²

Pouco tempo depois de ter ingressado na Cia Editora Nacional e antes de ir para os EUA casou-se com a filha de Octalles M. Ferreira, Cleo Marcondes Ferreira, com quem teve três filhos. Enquanto estava na CEN, Ênio Silveira ingressou nos sindicatos patronais do livro, como já abordamos no capítulo dois, inclusive, ocupando cargos de direção, privilegiando uma sua participação no SNEL quando assumiu a direção da ECB no Rio de Janeiro. Isso é bastante significativo para compreendermos como o editor construiu sua relevância intelectual no mundo editorial e no decorrer da exposição poderemos analisar seus desdobramentos para o conjunto de suas ações, principalmente, no momento do regime militar.

3.2. A direção de Ênio Silveira e a construção de sua linha editorial: 1951 a 1964

*Mas por que você publicou este livro, eu não queria que publicasse este livro, é um livro muito marxista.
Octalles Marcondes Ferreira*

A direção de Ênio Silveira começou em 1951, quando foi convidado por Octalles M. Ferreira para assumir a editora no Rio de Janeiro. Como editor da ECB durante 34 anos Ênio Silveira se caracterizou por construir a linha editorial em consonância com a atuação militante que realizava junto a setores progressistas da sociedade brasileira.

Essa fase inicial do funcionamento da Editora, quando começou a atuação do editor até princípios dos anos 60, ficou marcada pela consolidação da linha editorial da ECB e pelas

²⁸¹ Depoimento de Ênio Silveira em VIEIRA, Luiz Renato, op. cit., p. 81.

²⁸² Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 30.

novas posições alcançadas pela empresa no mercado editorial e na vida cultural e política do país.

A análise da construção da linha editorial da ECB depende não só dos fatores de sua trajetória como também da análise dos autores e de suas publicações para caracterizar suas escolhas editoriais. Na formação de qualquer linha editorial há uma correlação entre essas escolhas editoriais e o projeto político-cultural construído pela editora. A função que o editor exerceu, ou seja, a direção que ele imprimiu em todas as suas ações não se separa de suas escolhas editoriais, pois está diretamente ligada à sua visão de mundo.

A periodização que criamos para explicar a trajetória da ECB tem o objetivo de melhor caracterizar os diferentes momentos históricos de seu percurso. Seguindo essa periodização, reconstituímos simultaneamente alguns de seus principais autores e obras enfatizando as fases em que a ECB foi gerida por Ênio Silveira.

O Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, lançado pelos fundadores da ECB, foi uma das publicações, já existente no catálogo, que Ênio Silveira manteve ao assumir a Editora. O sucesso editorial desse dicionário se manteve garantido pelas vendas na época, o dicionário passou a contar com as revisões de Aurélio Buarque de Holanda. Podemos considerá-lo um livro de estréia da editora sob a direção de Ênio Silveira, não por ser o primeiro lançamento, mas porque foi o seu primeiro livro de sucesso.

Nesse período de estréia da direção de Ênio Silveira, o catálogo da Editora Civilização Brasileira se caracterizou ainda pelo predomínio de autores estrangeiros em relação aos autores nacionais. O período entre 1951 e 1963, marca o projeto inicial da direção de Ênio Silveira que será reorientado com o golpe de 64, pois a partir de então haverá grandes mudanças na trajetória da ECB, como veremos.

A partir da análise do catálogo contabilizamos o total de 544 títulos publicados nesta fase da trajetória da editora, entre 1951 e 1963. Apesar de não haver predomínio de autores nacionais sobre os estrangeiros, neste início, já aparecia em seu catálogo autores nacionais consagrados, como também estreantes, que terão sucesso por meio dessa editora. Entre eles podemos destacar dois autores, um nacional e um estrangeiro que são lançados por Ênio e integram o catálogo da editora ao longo de sua direção: Carlos Heitor Cony que estréia na Civilização e as obras de Hemingway trazidas para o Brasil pelo editor.

Conforme os quadros acima apresentados podemos ratificar a afirmação de Ênio Silveira sobre sua estréia como editor: "...comecei dando guarida e divulgação a livros de pensadores

marxistas ou não marxistas, mas a todos aqueles que repensassem criativamente o processo social, político e econômico brasileiro...”²⁸³

É importante destacar que mesmo sendo membro do PCB, o editor Ênio Silveira sempre defendeu nunca ter subordinado a ECB ao Partido, porém, existiam vínculos ideológicos e políticos que, a nosso ver, determinaram algumas escolhas do editor em função da visão de mundo que defendia e que queria divulgar. A editora não era subordinada ao Partido, não era uma editora do Partido – a editora do PCB era a Editorial Vitória, dirigida por José Gutman, Ramiro Luchesi e Severino Mello.

No entanto, o editor não dispensava expressar sua visão crítica sobre o Partido. Uma delas dizia respeito à visão do PCB sobre Stalin. Segundo Ênio Silveira o Partido adotou uma

*...visão errada, uma leitura errada do Stalin. Mas o Stalin influenciou muito a sua visão do mundo, as suas limitações, as suas jogadas, que foram copiadas. O partido aqui era uma cópia em papel carbono, nós não tínhamos nenhuma das qualidades do Stalin, todo ser humano tem qualidades e defeitos, mas tínhamos todos os seus defeitos da máquina partidária.*²⁸⁴

Ao publicar autores trotskistas, por exemplo, membros do Partido criticavam Ênio Silveira colocando em dúvida sua posição política e ele respondia que “no que estava fazendo prestava um enorme serviço ao partido”²⁸⁵. O editor não aceitava limitar suas publicações em função das visões predominantes no Partido. Ao publicar autores e textos cuja ideologia havia sido negada no interior do PCB, o editor defendia a publicação de autores ou obras que pudessem colaborar para a formulação da crítica. Em suas palavras:

*... a editora era uma editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária. Porque eu não queria de maneira nenhuma ser submetido a limitações e restrições partidárias que me poderiam tolher todo este desejo de contribuir para o arejamento dos espíritos no Brasil. O fato de nós termos contribuído tão marcadamente, sobretudo com a coleção Retratos do Brasil, foi gerando entretanto violentas antipatias, em várias áreas políticas e, sobretudo, militares.*²⁸⁶

²⁸³ Dados extraídos de FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 54 e 56

²⁸⁴ Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 58.

²⁸⁵ Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 61.

²⁸⁶ Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 62. Em fins dos anos 50 a editora já se desligava da CEN não só pela mudança de propriedade, mas também por meio de seu projeto editorial. E é a construção desse projeto que buscamos compreender.

A coleção Retratos do Brasil, uma das coleções criadas por Ênio “ligadas aos temas do momento dos anos 60, como ideologia, consciência nacional, realidade”²⁸⁷, publicava a cada volume o livro de um autor. Segundo Ênio Silveira ela foi criada em 1960 com o propósito de “abordar problemas da atualidade brasileira, estudos políticos, sociológicos e econômicos da realidade de nosso cotidiano e não das teias de aranha do passado”²⁸⁸ fazendo referência às coleções já existentes na época e publicadas pelas editoras CEN (Brasileira), Jose Olympio (Documentos Brasileiros) e Martins (Biblioteca Histórica Brasileira).

A respeito ainda das “violentas antipatias” mencionadas por Ênio, verificamos no acervo da Polícia Política do Rio de Janeiro diversos documentos que revelam o tipo de acusação que a editora e seu editor sofreram e podemos afirmar que as investigações da polícia a respeito do editor e de sua editora iniciaram muito antes de 1964. Uma breve afirmação na imprensa ainda em 1953 inaugurou o registro do editor na polícia:

*Em 30/12/1953, segundo publicação d'A Imprensa Popular, de hoje, vem de conceder uma entrevista à reportagem do matutino em causa, à propósito do reatamento de nossas Relações Comerciais com a Rússia, afirmando: ... 'É necessário o intercambio cultural do Brasil com a Rússia'...*²⁸⁹

Ênio Silveira defendia a necessidade de haver essa aproximação com a Rússia por meio de intercâmbio cultural, inclusive em reuniões do SNEL, como já demonstramos no capítulo 2. Apesar dessa observação ter sido feita ainda nos anos 50, identificamos a realização desse intercâmbio somente nos anos 70 quando Ênio Silveira integrou o Conselho Consultivo do Instituto Cultural Brasil-URSS²⁹⁰. Em toda documentação da polícia política após 1964 reaparece essa frase do editor como mais um exemplo de sua antiga vinculação com o comunismo.

Além da seleção das obras e autores já mencionados nessa fase da ECB, a empresa se destacou no mercado pelo conjunto de inovações relativas ao livro como objeto (bem de consumo), criando novos canais de divulgação. Devido aos estudos sobre editoração nos EUA Ênio Silveira inaugurou na ECB um novo tipo de apresentação dos livros que repercutiu em todo mercado editorial ao valorizar a ilustração nas capas dos livros, pois segundo ele aqui no

²⁸⁷ PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 109.

²⁸⁸ Depoimento de Ênio Silveira em VIEIRA, op. cit, p.141.

²⁸⁹ Informações da Seção de Atividades Antidemocráticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara de 27 de maio de 1965. Fundo Polícia Política: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

²⁹⁰ Documento APERJ, Fundo policia política.

Brasil e ampliou os meios de divulgação do livro, principalmente, com a propaganda em *out-door*.

Esse novo tratamento do livro como objeto mais atrativo e acessível, lançado pela ECB, repercutiu como modelo adotado por todas as editoras. O desenho gráfico dos livros da ECB era elaborado por Eugênio Hirsch que trabalhou na ECB durante 20 anos. Alguns estudos já se debruçaram sobre o papel inovador da ECB quanto as ilustrações nas capas e o seu projeto gráfico, principalmente aquele de Hirsch que defendia que “as capas não devem agradar, elas devem agredir”²⁹¹. O editor defendia dessacralizar o livro como objeto, buscava uma “visão não elitista do livro” que do seu ponto de vista servia como estratégia para aumentar o gosto pelo livro.

A implementação dessas inovações colaboraram para que a editora saísse do 21º lugar em número de títulos publicados, em 1955, para uma média de 20 livros por mês, ou mais de um livro por dia útil, em 1960. Nesses cinco anos a editora cresceu rapidamente e publicava autores de diferentes correntes ideológicas.

Esse crescimento da editora ocorreu na mesma época em que Ênio Silveira vendeu sua casa em São Paulo e, então, comprou todas as ações de Octalles Marcondes Ferreira, tornando-se único proprietário da ECB. O interesse do editor em se tornar único proprietário ligava-se também a razões de cunho ideológico, pois Ênio Silveira e Octalles M. Ferreira tinham freqüentes discussões sobre as publicações da ECB. Frequentemente o editor da CEN, maior acionista da ECB na época, questionava os lançamentos da ECB, como podemos verificar: “Mas por que você publicou este livro, eu não queria que publicasse este livro, é um livro muito marxista”²⁹².

Mais do que sua escolha por autores marxistas, Ênio Silveira afirmava que em seu papel de editor defendia a diversidade ideológica das publicações e o caráter transformador do livro. Em suas palavras:

...Para alcançar a eliminação desses empecilhos [miséria, fome, doenças, incultura], púnhamos (e ainda pomos) muita fé na eficiência dessa arma branca, silenciosa e paciente, que é o livro. A despeito da externa perseguição que em todas as épocas e sociedades sempre lhe movem as forças do obscurantismo e da prepotência, ele é instrumento capaz de revolver o mundo e levar os homens a repensá-lo criadoramente. Convencidos disso, agimos. MSB [Mario da Silva Brito] e eu fomos dos que primeiro acreditaram na necessidade de institucionalizar a atividade editorial brasileira, a fim de que encerrasse a fase artesanal em que, com

²⁹¹ Depoimento de Ênio Silveira em VIEIRA, Luiz Renato. Op.cit., p. 138.

²⁹² Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 55.

*raras exceções, ainda se encontrava encaminhando-se para o desempenho, em nível da indústria sofisticada e dinâmica, das tarefas sociais que tem diante de si, como desafio constante...*²⁹³.

A esse respeito podemos afirmar com base na pesquisa apresentada que o editor não só obteve resultados quanto às escolhas dos títulos e autores, mas também o fez como empresário nos sindicatos. Como já analisamos no capítulo dois, a participação do editor no SNEL efetivamente gerou resultados favoráveis à consolidação da categoria e, portanto, às políticas editoriais no Brasil. Ênio Silveira assume sua condição de empresário com o diferencial de agir com consciência política sobre as mazelas do capitalismo e defende seu papel de editor como aquele que produz livros com a perspectiva da transformação social.

As obras de grande sucesso da editora no início dos anos 1960 foram: O Velho e o Mar, de Hemingway, lançado com tiragem de 20 mil exemplares²⁹⁴, Antonio Gramsci, Adam Schaf, Roger Garaudy, etc. Foi nessa fase que o editor iniciou a publicação de jovens autores marxistas nacionais, mas, sobretudo, estrangeiros.

Do conjunto das publicações anteriores ao golpe de 1964 podemos destacar *Cadernos do Povo Brasileiro*, periódico que chegou a vender 100 mil exemplares em duas tiragens sucessivas, que tinha impresso em suas capas a seguinte frase exigida por Ênio Silveira: “Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se”²⁹⁵. Os *Cadernos do Povo Brasileiro* tiveram grande sucesso de vendas abordando questões como imperialismo, nacionalismo, igreja popular, reforma agrária, socialismo e revolução. Os *Cadernos* eram vendidos em bancas de jornal e livrarias a preços baixos, essa publicação, existente desde 1962, sofreu censura da polícia e deixou de circular em junho de 1964, com o primeiro Ato Institucional. Seu curto período de existência, segundo Luiz Renato Vieira²⁹⁶, motivou os intelectuais a criar uma nova publicação com outra perspectiva, mas que mantivesse o conteúdo político de *Cadernos do Povo*. Em seu lugar criou-se a *Revista Civilização Brasileira*, aprofundando os temas abordados nos *Cadernos*, com uma nova dimensão de análise.

A idéia de fazer uma revista cultural se deu, segundo Ênio Silveira, pela necessidade de

...abordar de uma maneira mais sistemática uma série de outros assuntos e em profundidade também. Não apenas de uma maneira

²⁹³ BRITO, Mario da Silva. Ênio Silveira, MSB: Poeta Apesar de tudo. In: Poemário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. In: HALLEWELL, op. cit., p. 539-540.

²⁹⁴ Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit., p. 54, 55.

²⁹⁵ PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998, p. 128.

²⁹⁶ VIEIRA, Luiz Renato. op. cit.

*ligeira, embora séria, como já fazíamos, que se destinava ao público de massa, mas de uma maneira mais profunda que suscitaria o debate de idéias em ambientes que nos interessavam muito, o ambiente político e o ambiente universitário*²⁹⁷.

A publicação de cem mil exemplares dos Cadernos e dos trinta mil da RCB devia-se também as várias técnicas de editoração e de publicidade empreendidas pela editora, com base no aprendizado de Ênio nos EUA, durante os anos de 1946 e 1948, como já mencionamos. Podem ser apresentadas como exemplos destas técnicas de editoração usadas na RCB: a colocação de principais assuntos na capa da revista com títulos que instigavam a leitura do artigo; outra técnica foi a veiculação de anúncios na RCB de outras publicações da editora apresentadas na capa traseira, contracapa e em algumas páginas do interior da revista.

Mesmo com algumas obras de grande sucesso, a ECB não chegou a ultrapassar o 6º lugar²⁹⁸ no quadro de número de títulos publicados, mas já era alvo de duras críticas.

Prosseguiremos com a análise das ações promovidas pela ECB que, a nosso ver, mostram que em torno dela foi construído um projeto político-cultural mais amplo a partir de sua função de publicar livros e divulgar autores, ao longo de sua história. É o conjunto das ações do editor que procuramos delinear.

Apesar de Ênio Silveira não criticar em seus depoimentos as ações do Octalles M. Ferreira em relação a ECB, as linhas editoriais de suas empresas eram divergentes, assim como eram opostas as visões políticas de seus editores. Enquanto Ênio Silveira estava contra o golpe civil militar, Octalles M. Ferreira nada criticava. Dessa forma, as relações comerciais que mantiveram ao longo dos anos 50 foram interrompidas no início dos anos 1960. Um bom exemplo é o caso da distribuição dos livros da CEN pela ECB. A CEN sofreu ameaças de várias ordens religiosas proprietárias de redes escolares que adotavam seus livros didáticos e afirmavam deixar de comprá-los devido a sua ligação com a ECB, a “editora esquerdista”²⁹⁹. Ênio Silveira solucionou o problema propondo não ser mais o representante da CEN no Rio de Janeiro. Isso ocorreu antes do golpe e a ECB com isso perdeu 40% de sua receita estável, pois além de representar as áreas do Rio de Janeiro para venda dos livros da CEN também era responsável pela distribuição para Espírito Santo e Bahia.

Ainda a respeito das críticas recebidas pelo editor e sua editora antes mesmo do golpe, já destacamos no capítulo 2 uma polêmica no interior do SNEL, suscitada por Ênio Silveira

²⁹⁷ Ênio Silveira em entrevista ao sociólogo Luiz Renato Vieira, em 22/05/1992; em VIEIRA, Luiz Renato. op. cit.

²⁹⁸ HALLEWELL, op. cit. p. 381.

²⁹⁹ Depoimento de Ênio Silveira em FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit.

quanto à censura do Ministro da Justiça sobre algumas publicações em 1962. A falta de apoio da maioria do Sindicato ao editor demonstrava o isolamento de sua visão política no interior daquele sindicato patronal de editores, que aumentará progressivamente.

Outra ação de resistência conhecida pela grande repercussão na época, da qual Ênio Silveira também participou, foi quando o editor integrou o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) como um de seus articuladores.

Papel de destaque coube também ao CTI, entidade de massa que contava com a participação de Jorge Amado, Astrojildo Pereira, Caio Prado Junior, Oduvaldo Vianna Filho, Alberto Passos Guimarães, Leandro Konder, Paulo Francis, Di Cavalcanti, Oscar Niemeyer, Ênio Silveira, Nelson Werneck Sodré, Moacyr Félix, Alex Viany, Luis Werneck Vianna, Dias Gomes, Carlos Nelson Coutinho, Ferreira Gullar, Henrique Miranda, Aristides Saldanha, Osny Duarte Pereira, Isnard Texeira e outros.³⁰⁰

O CTI reuniu cerca de 400 intelectuais e artistas em defesa da liberdade, ainda em 1963, no momento em que os militares já ameaçavam intervir no governo de João Goulart. Ênio Silveira organizou com Oscar Niemeyer, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira e Moacyr Felix este manifesto pela democracia e garantia dos direitos constitucionais. O CTI deveria funcionar como um organismo representativo de intelectuais que não possuíam espaço de articulação segundo suas aspirações e reivindicações.

3.3. A direção de Ênio Silveira na mira do DOPS: o período pós-64.

Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê.
Lema da Civilização Brasileira

Ênio, você é um suicida.
Jorge Zahar³⁰¹

Os livros da Civilização Brasileira não representavam uma influência cultural qualquer aos seus leitores, mas era aquela que contribuiria para uma visão crítica sobre o golpe, uma ameaça do ponto de vista da polícia política. Os agentes da polícia retiraram os livros “subversivos” de circulação apreendendo-os à força nas livrarias quando não na própria editora. A faixa colocada na frente da editora em maio de 1964 por Ênio Silveira onde se lia

³⁰⁰ VINHAS, op. cit., p. 239.

³⁰¹ Segundo Leandro Konder em entrevista a autora em 2007.

“a poesia é a arma do povo contra a tirania”³⁰² sintetiza bem o papel do editor contra o golpe, assim como a afirmação de Jorge Zahar sobre o risco financeiro de suas escolhas editoriais ideológicas.

A formação do CTI³⁰³, assim como do Instituto Brasil-Cuba, também serão alvos dos militares. A partir de 1964, diante da deposição do presidente João Goulart, a ECB foi crescentemente sendo atacada política e financeiramente, assim como seu editor. Devido este ser um momento de inflexão na trajetória da editora, além de prosseguirmos com o histórico da empresa e de suas publicações, buscamos também resgatar a visão da polícia política sobre a atuação do editor³⁰⁴.

Durante o regime militar, em torno da ECB se intensificaram as críticas à política brasileira e as ações de resistência às arbitrariedades do regime. O papel político-cultural da editora ocorreu junto às dificuldades de manter suas publicações em função da censura, perseguição política ou pela falta de recursos financeiros. Formou-se em torno da editora uma frente de oposição. A respeito dessa fase da editora destacou-se que:

...no plano cultural, os militantes comunistas imprimiram à sua atividade algumas das melhores características do PCB. (...). No Rio de Janeiro, um dos principais pólos aglutinadores da intelectualidade após o golpe foi a Revista Civilização Brasileira, que exerceu profunda e duradoura influência. Dirigida por Ênio Silveira, da Editora Civilização Brasileira, e secretariada por Moacyr Felix, a Revista Civilização Brasileira agregou o que havia de melhor da intelectualidade brasileira da época.³⁰⁵

Apesar da Revista não representar o PCB, nela continha artigos afinados com as discussões que ocorriam no interior do Partido na época. É possível que essa visão das qualidades do PCB serem expressas na Revista também se justifique pela maior presença de autores cariocas que marcariam uma afinidade de parte da intelectualidade carioca com o PCB do Rio, como observou Carlos Guilherme Motta em sua análise da revista, apresentada mais adiante.

Portanto, entre as publicações da editora do pós-64 destaca-se o projeto da Revista Civilização Brasileira, cujo lançamento em 1965 partiu de uma relevante iniciativa editorial de Ênio Silveira e Moacyr Felix após o periódico *Cadernos do Povo Brasileiro*, como já

³⁰² VIEIRA, op. cit. p. 147.

³⁰³ O Comando dos Trabalhadores Intelectuais congregou nomes da cultura nacional, como Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Ênio Silveira e Jorge Amado.

³⁰⁴ Para este último objetivo foi lida toda documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro acessível a respeito de “Ênio Silveira” e “Editora Civilização Brasileira” assim como o prontuário do editor, disponibilizado mediante autorização da família.

³⁰⁵ VINHAS, op. cit., p. 238-239.

vimos, ter sido apreendido e proibido de circular em meados de 1964. O Inquérito Policial Militar sobre este periódico foi o único entre os IPM's sofridos pelo editor no qual foi considerado crime e por isso o editor foi ajuizado.

Alguns meses após o golpe não houve apenas a proibição da circulação desse periódico, mas também seus diretores, Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto³⁰⁶, foram investigados pela polícia a respeito do conteúdo dos Cadernos e devido a suspeita de promoverem “reuniões políticas” com autores na editora, após o horário comercial. Conforme documento da Polícia Política, quando da investigação constatou-se que

*...nesse local, Rua 7 de setembro, 97, [Ênio Silveira] é procurado, segundo diz, por autores e clientes, que o fazem após o horário comercial e de normal expediente, para que não sejam prejudicados os interesses da firma, que só podem obter atendimento durante o dia. Não há, assim, o desenvolvimento propriamente dito, de reuniões políticas e sim de encontros, para deliberação de assuntos da própria editora.*³⁰⁷

Segundo o documento, Álvaro Vieira Pinto confirmou as informações dadas por Ênio Silveira e acrescentou que “efetivamente o procura após o horário normal de expediente, participando de círculo de autores e intelectuais, sendo geralmente a literatura o assunto abordado.”³⁰⁸

No entanto, eram nesses encontros de editores e autores que se discutiam os artigos da RCB e a situação política do país. Mais tarde, inclusive, em função da importância desses encontros Ênio Silveira e Moacyr Felix dão à publicação sucessiva da RCB o nome de Encontros com a Civilização Brasileira. Nessa fase pós-golpe de 1964 a editora teve crescentemente publicações apreendidas e censuradas e em especial no ano de 1969 teve um grande número de livros apreendidos, como veremos.

Foi num ambiente de perseguição e acusações ao seu editor que a ECB funcionou como espaço de oposição e Ênio Silveira foi preso. Na contracapa de seu Prontuário há a observação: “Atenção: os direitos políticos do prontuariado foram suspensos pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme publicação em diário oficial de: 11/5/65.”³⁰⁹

Ênio Silveira ficou preso durante uma semana, entre 26 de maio e 04 de junho de 1965. Em função da prisão e da suspensão de seus direitos políticos deixou a direção da

³⁰⁶ Álvaro Vieira Pinto era o coordenador do periódico e Ênio Silveira o editor.

³⁰⁷ Pedido de Busca n. 518 de 20 de julho de 1964. Fundo Polícia Política: DOPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Assinado pelo chefe da seção de busca, Antonio Sellitti Rangel, encaminhado ao chefe do Serviço de Operações (SO), Manoel A. Rodrigues.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Prontuário Ênio Silveira. APERJ

editora em novembro de 1965, quando foi constituída nova diretoria. Assim como deixou seu cargo no SNEL, como vimos no capítulo 2.

Entre as publicações apreendidas também apareceu, com grande destaque nos documentos da polícia, *Os dez mandamentos*, livro organizado por Carlos Heitor Cony, lançado em 1965, que teve, inclusive, co-edição do INL e 200 exemplares distribuídos em bibliotecas públicas³¹⁰.

No decorrer de toda essa primeira fase do regime militar, a perseguição a ECB se constituiu de inúmeras suspeitas quanto às publicações, mas também sobre outras ações do editor. A título de exemplo, em investigação realizada pela Polícia Política, datada de 27/05/1965, suspeitou-se ainda que:

*O editor Ênio Silveira, da Livraria Civilização Brasileira, propôs aos esquerdistas desempregados ou que desejam 'bicos' trabalharem como vendedores de livros didáticos para a juventude, cabendo a cada vendedor uma comissão de 30% (mais alto do que as habituais no ramo). Tais livros devem conter uma propaganda marxista sutil e velada.*³¹¹

Apesar dessa suspeita a verificação constatou que:

*(...) Com relação ao livro didático carece de fundamento...(...) Não foi possível apurar se de fato Ênio Silveira estaria dando a comissão de 30% aos esquerdistas desempregados (...)*³¹²

Acrescenta-se à conclusão da investigação o fato de

*Ênio Silveira acusado pelo Cel. Gerson Pina encarregado do IPM sobre o ISEB de ter sido o autor do manifesto lançado pelo Sr. Miguel Arraes e escondido em sua residência o ex-governador de Pernambuco*³¹³

Para qualquer vestígio de suspeita, mesmo infundada, realizava-se uma longa investigação a respeito do funcionamento da ECB e de suas publicações marxistas, o que mostra o grau de violência da perseguição ao editor.

Mesmo diante das dificuldades apresentadas, ainda em 1966, a ECB, junto com o Teatro Santa Rosa, foram espaços de promoção de debates, quando ocorreu um ciclo de debates sobre temas de literatura e teatro chamado “Encontro com a Civilização”. Do ponto de vista da polícia política, o nome do referido ciclo apresentava um duplo sentido:

³¹⁰ No acervo da editora localizamos várias cartas dos autores deste livro respondendo a proposta de Ênio Silveira de reeditar o livro em 1970. Analisamos tais cartas no próximo item.

³¹¹ Documento arquivo DOPS 54.

³¹² Idem, folha 1

³¹³ Idem, folha 2

“propaganda da Editora e principalmente alusão à *selvageria intelectual* existente após abril de 1964.”³¹⁴ Destaca-se ainda que para a polícia qualquer intuito de politização incitado no debate promovido pela ECB era interpretado como “comunização”, cujo sentido acusatório estava sempre associado à “selvageria”. Essas idéias expressam bem o grau de opressão do regime contra o qual Ênio Silveira lutou insistentemente por meio de seu papel como editor-militante.

Em 31 de janeiro de 1966 Ênio Silveira prestou depoimento ao delegado Manoel Villarinho. O editor teve que prestar esclarecimentos principalmente sobre o semanário Reunião e Cadernos do Povo Brasileiro. Iniciou seu depoimento com informações burocráticas sobre o semanário, como segue:

Que o declarante foi um dos Diretores da Editora Civilização Brasileira Sociedade Anônima desde o ano de mil novecentos e cinqüenta e dois até o mês de dezembro último, aproximadamente, quando, então, renunciou aquele cargo; que a referida Empresa era responsável pelo lançamento, na Praça, não só do Rio de Janeiro como em todo Brasil, do Semanário “REUNIAO”; que o semanário “REUNIAO” foi publicado depois da Revolução de trinta e um de março e a sua publicação foi suspensa logo após a promulgação do Ato Institucional numero dois; que esta resolução foi tomada espontaneamente pelos Diretores da Empresa; que o declarante deseja esclarecer que não houve nenhuma imposição de qualquer autoridade constituída que intercedesse junto a Editora para a Suspensão da publicação do Semanário “REUNIAO”;

Mas ao final desse trecho o declarante Ênio Silveira expôs uma das soluções, bastante comuns na época contra prejuízos no lançamento do que poderia ser apreendido, a censura prévia, largamente utilizada na imprensa, mas também por alguns editores. Jorge Zahar foi um deles, por combinar com a embaixada americana o que publicaria³¹⁵. O depoimento prossegue com informações sobre os poucos números publicados do Semanário

que foram publicados apenas três números do semanário “REUNIAO”, sendo a primeira no dia vinte de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco; a segunda do dia vinte e sete de outubro de mil nove e sessenta e cinco e a terceira do dia três de novembro do mesmo ano; que o declarante deseja esclarecer que, por ser pratica usual na publicação de revistas semanais, as datas figurando no cabeçalho da revista, correspondem, sempre, a uma semana posterior aquela em que foi efetivamente impresso o número; que, assim sendo, o terceiro e último numero de “REUNIAO”,

³¹⁴ Informe n. 238 do Centro de Informações da Marinha de 31 de agosto de 1966. Título: “Encontro com a Civilização realizado no Teatro Jovem”. Fundo Polícia Política: DOPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

³¹⁵ Leandro Konder em entrevista a autora em 2007.

tendo a data de três de novembro, foi efetivamente impresso na madrugada de vinte e seis para vinte e sete de outubro, conforme poderá ser testemunhado pela Oficina Impressora, que era a do “JORNAL DOS SPORTS”, situada a rua Tenente Possolo e também pela firma distribuidora, que era Imprensa Limitada com sede na rua do Senado, número cento e noventa e dois – A; que o depoente deseja precisar que o terceiro e último número do mencionado semanário foi distribuído as bancas de jornais na manhã do dia vinte e sete de outubro, horas antes de ser promulgado o Ato Institucional número dois;

Mesmo a respeito de uma publicação de duração curta, a polícia intercedia impedindo sua continuidade. Ênio Silveira assume toda responsabilidade de qualquer aspecto da Revista, como segue,

que o declarante nas três publicações do Semanário “REUNIAO” escrevia o artigo de abertura intitulado “CARTA DO EDITOR”; que esses três artigos o fez com a finalidade de apresentar a publicação, de abordar assuntos que, pelo seu interesse ou oportunidade, representavam como que um resumo da revista, não sendo nem tendo jamais sido de sua intenção promover ou incitar qualquer movimento agressivo em matéria de Polícia;

O propósito de Ênio Silveira nos editoriais da revista é apresentado como um projeto exclusivamente dele. O editor assume totalmente a responsabilidade na seleção dos assuntos de “seu interesse” abordados na revista, parecendo antecipar uma possível acusação da polícia ao Partido Comunista,

que, se havia por vezes opinião crítica a respeito de fatos ou pessoas, a mesma era de inteira e exclusiva responsabilidade do depoente, não servindo a qualquer movimento, corrente ou Partido Político;

Ênio Silveira ainda faz uma defesa pessoal pelo direito à cidadania e informa que como editor continua publicando duas outras revistas

que o depoente se julgava plenamente amparado pela Constituição Federal, uma vez que o artigo cento e quarenta e um ainda não fora modificado; que a Editora da qual fazia parte o declarante tem como atividade predominante o lançamento de livros, sendo mesmo uma das maiores do País; que, além de livros, a Editora lança, também duas publicações periódicas que são: “REVISTA CIVILIZACAO BRASILEIRA, publicada bimestralmente e POLITICA EXTERNA E INDEPENDENTE, publicada trimestralmente, cujas publicações continuam a serem editadas normalmente,

Apesar da referência às duas publicações elas não foram mais comentadas no depoimento. O editor continua a prestar informações do semanário, expondo, entre outras, a tiragem de 40 mil exemplares do Reuniao. Esse alto volume de exemplares e sua ampla

distribuição para vários estados traduzia-se para polícia em necessidade de controle, inclusive, a respeito de detalhes de sua produção e de seus gestores:

que o semanário “REUNIAO” possuía sua redação na Avenida Rio Branco, 156, salas 1318 e 1319, nesta cidade e a respectiva confecção era nas Oficinas do JORNAL DOS SPORTS; que a Editora não mantinha nenhuma Agência nesse citado endereço, pois nas ditas salas funcionava apenas a redação do semanário “REUNIAO”; QUE A TIRAGEM do semanário era de 40 mil exemplares e sua distribuição em todo o território nacional, feita pela já citada distribuidora Imprensa; que não tem estoques do referido semanário nem na redação respectiva, nem na distribuidora, nem em qu, digo, nem com qualquer dos diretores da Editora; que o declarante deseja esclarecer que a inexistência de estoques do semanário se deve, em boa parte, a apreensão de exemplares feita em todo o País por autoridades policiais ou militares; que o declarante era Diretor Geral da Publicação e o Diretor Responsável como se vê no expediente era o jornalista PAULO FRANCIS; que na Secretaria se encontrava o senhor THIAGO MELLO, na redação, apenas como colaboradores e não como funcionários, os jornalistas ANA ARRUDA E FERNANDO PESSOA PEREIRA; que CARLOS HEITOR CONY era apenas colaborador; que JOAQUIM IGNACIO CARDOSO exercia função de natureza administrativa no referido semanário; que os recursos para a Impressão e preparo não Editorial do semanário “REUNIAO” vinham da própria Empresa que o editava , isto é, EDITORA CIVILIZACAO BRASILEIRA SOCIEDADE ANONIMA;

Outro periódico mencionado em seu depoimento, mas não produzido por sua Editora, foi o jornal Classe Operária. Ênio Silveira é apontado como assinante. Além da referência neste depoimento constam nos arquivos do DOPS muitas referências a esse Jornal justamente pelo teor militante de cunho popular, de reivindicações dos trabalhadores que esse continha, sobre o qual a polícia agia com repressão.

que o declarante não se recorda plenamente se foi ou não assinante do jornal “CLASSE OPERARIA”; que o declarante durante seis anos consecutivos foi presidente do Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, que hoje tem o nome de Sindicato Nacional dos Editores de Livros, órgão esse que é patronal e que no momento se encontra em pleno funcionamento; que o declarante, no ano de mil novecentos e sessenta e dois, realmente assinou o manifesto dos intelectuais, o qual versava sobre a não intervenção nos negócios internos de um país por qualquer outro; que , ainda hoje, tem o depoente o mesmo pensamento sobre o assunto;

A resposta do editor foi taxativa e, portanto, nada mais discorreu sobre o Jornal. A polícia investigava todas as ações de Ênio Silveira, seja confirmando sua atuação como empresário no SNEL ou como militante no Manifesto dos Intelectuais. O final do depoimento

trata da segunda publicação investigada, os Cadernos do Povo, e das declarações do editor em defesa própria:

*que sobre a publicação dos CADERNOS DO POVO, esclarece o declarante que se tratava de uma coleção de pequenos livros, em formato de bolso, editado pela Civilização Brasileira dirigida pelo depoente e pelo professor ALVARO VIEIRA PINTO; que a citada coleção não é mais publicada desde abril de mil novecentos e sessenta e quatro; que foi a Editora Civilização Brasileira objeto de um Inquérito Policial Militar, tendo como pretexto a publicação da referida série; que a denúncia resultante desse processo não foi acolhida pelo Juiz da Segunda Vara Criminal do Estado da Guanabara e, tendo o promotor recorrido dessa decisão, o caso teve encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal onde, por decisão unânime, dos senhores Ministros, foi mantido o despacho do juiz; que o depoente deseja declarar, ainda, que está hoje, como sempre esteve, com a consciência absolutamente tranqüila de não haver cometido ou tentado cometer qualquer crime contra a sua Pátria; que, se suas opiniões pessoais, mesmo estando em desacordo com as opiniões de autoridade, constituídas, julga o declarante não constituírem crime as mesmas; que a edição do semanário “REUNIAO” representava apenas o desejo do depoente de contribuir para um amplo, livre e democrático debate de idéias; que o declarante já respondeu vários Inquéritos Policiais Militares, após o movimento revolucionário de marco de mil novecentos e sessenta e quatro, dos quais somente foi ajuizado o que se referia a edição dos CADERNOS DO POVO
E mais não disse. E nada mais havendo, mandou a autoridade encerrar o presente que, lido e achado conforme, assina com o declarante. Eu, _____, escrivão o datilografei e subscrevi _____ consta assinatura de alguém e do Ênio.³¹⁶*

Ao final do depoimento Ênio Silveira explicitou sua visão contrária à ditadura, em defesa da liberdade de pensar e publicar. Isso é muito relevante para entendermos o papel de oposição que o editor desempenhou em todas as suas ações, sempre militando, inclusive em seu depoimento à polícia.

Foi em 1966, mesmo ano do depoimento, que começaram as dificuldades de crédito e, conseqüentemente, a ECB pediu concordata e só conseguiu saldar parte de suas dívidas e sair da concordata em função da expressiva venda de 50 mil exemplares do *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* para a Companhia Editora Nacional com desconto de 60%. A compra por parte da CEN ocorreu já no momento em que as duas editoras haviam se desligado. O vínculo que ainda permaneceu e que também pode explicar a “ajuda” de Octalles M. Ferreira era familiar: Ênio Silveira era seu genro. Mas a isso se acrescenta o fato de Octalles M.

³¹⁶ Depoimento de Ênio Silveira ao delegado Manoel Villarinho em 31 de janeiro de 1966 no DOPS do Estado da Guanabara. Prontuário Ênio Silveira: APERJ.

Ferreira ser um editor com predomínio de uma visão empresarial, que mantinha os interesses comerciais da CEN, que continuava sendo uma grande editora, mesmo com o aparecimento de outras editoras de livros didáticos, ela manteve seu prestígio e um grande número de vendas pelo menos até ser comprada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1970, ano também de falecimento de seu proprietário, Octalles Marcondes Ferreira.

A ECB participava das feiras de livros expondo autores marxistas, em 1967, e foi comparada com outras editoras de mesmo perfil pela polícia política, da seguinte maneira, quando inspecionaram uma feira de livros:

... duas barracas chamam atenção dos interessados em obras de cunho marxista: a de n. 15, pertencente à Editora Civilização Brasileira,....,que expõe livros pertencentes à Editora Vitória (cujas obras foram arrecadadas durante a Revolução por deturpar fatos históricos, tendo sua sede interdita); “O Canto do Calabouço”; obras completas sobre a Revolução Russa; Vida de Lênin, Trotsky, Stalin, etc. A outra barraca, pertencente à Editora Zahar, também expõe ao público livros de sociologia, traduzidos de escritores soviéticos, além de outros autores brasileiros que tiveram seus direitos políticos suspensos.³¹⁷

Como sabemos a editora Vitória era a editora do PCB e evidentemente fazia sua exposição das publicações de autores marxistas. Já a editora Zahar não tinha uma ligação político partidária e nem seu editor tinha o perfil “esquerdista” que a polícia julgava ser daquelas duas. No entanto, publicou autores marxistas.

Mesmo sabendo que outras editoras também publicaram autores e títulos progressistas, de esquerda ou marxistas é importante reafirmar que não analisamos exclusivamente editoras que tenham livros publicados nessa linha, mas que essa linha estivesse dentro de um projeto político cultural mais amplo da própria editora ou que se expressasse a partir dela. Como grande exemplo das editoras que também publicaram autores marxistas destacamos esse caso da Zahar Editores que desde sua fundação em 1956 centrou sua publicação na área de ciências sociais. O próprio Jorge Zahar³¹⁸, fundador e editor da empresa, afirmou em depoimento:

A Zahar Editores se manteve fiel a seu projeto de fazer livros de ciências sociais. Eu considero psicologia e psicanálise também como ciências sociais. É óbvio que procurei sempre publicar autores marxistas, quando se tratava de ciência política, mas sempre autores ocidentais e não autores soviéticos. (...) Acho que fui o editor que mais publicou livros marxistas

³¹⁷ Informe n 57 de 14 de dezembro de 1967. Fundo Policia Política: APERJ.

³¹⁸ Jorge Zahar foi também membro do Conselho Fiscal da Editora Civilização Brasileira S/A.

*estrangeiros. (...) e aí prevalecia também uma razão de mercado. Esses livros tinham mais mercado que os livros antimarxistas.³¹⁹(...)
Não cheguei a militar no Partido Comunista. Posso até dizer que militei, mas somente no sentido de vender jornal. Vender a Tribuna Popular na rua, isso eu fiz, mas nunca ingressei no partido, nunca fui membro do partido, nunca freqüentei uma célula do partido.³²⁰*

Embora Ênio Silveira também não tenha uma aparição no Partido Comunista, por exemplo, como teve Caio Prado Junior que foi deputado pelo Partido, mas apenas uma filiação, podemos afirmar, a partir de nossa pesquisa, que ele teve reconhecidamente uma militância de viés comunista em outras iniciativas políticas. A partir disso, torna-se mais evidente a busca realizada pela polícia política para encontrar todos os vínculos “suspeitos” da ECB com outras entidades e não apenas junto a partidos e editoras.

Segundo informações da polícia política de setembro de 1967, havia uma relação da ECB com uma entidade de Montevideú, ISAL (Iglesia y Sociedad en America Latina), sobre a qual afirmam:

... constitui elemento ativo do processo de infiltração comunista pela frente religiosa, aproveitando-se de um lado do movimento ecumênico de união dos diferentes credos e, de outro das crescentes preocupações dos meios cristãos (católicos e protestantes) com os problemas sócio-econômicos atuais. Uma das formas pelas quais é desenvolvido tal processo de infiltração de artigos e monografias que, sob a capa de estudos sociológicos, filosóficos e econômicos, procura na realidade criar clima de aceitação e absorção de idéias esquerdistas (marxistas) por grupos capazes de influir na vida política de seus países. Para tanto a ISAL publica diversos livros e a revista ‘Cristianismo y Sociedad’, mantendo, além disso, sistemas de cooperação com diversas editoras latino-americanas que seguem diretrizes análogas às suas. No Brasil, no caso, esse vínculo se faz através das entidades epígrafadas. (...).³²¹

A editora Civilização Brasileira era uma dessas entidades da lista investigada pela polícia. A partir de 1968, com o AI-5, as perseguições à editora se tornaram constantes, tais como: ataques à livraria, censura, apreensão de livros, prisão do editor.

Verificamos o total de 63 livros da ECB, listados no Apêndice 6, apreendidos pela polícia política na documentação do DOPS. Entre eles alguns autores tiveram mais de uma obra apreendida, foram os casos de: Carlos Heitor Cony (2), Isaac Deutscher (4), Elói Dutra

³¹⁹ FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). *Jorge Zahar*. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2001. (Coleção Editando o Editor), v.5, p. 34 e 38.

³²⁰ Idem, p. 33.

³²¹ Informações obtidas pela Polícia Política em setembro de 1967 utilizadas na resposta ao pedido de busca 706 de 1968 do Ministério da Justiça. Fundo Polícia Política: APERJ.

(2), Otavio Ianni (2), Barbosa Lima Sobrinho (3), Claudia de Araújo Lima (2), Franklin de Oliveira (3) e Nelson Werneck Sodré (4).

Para citar alguns autores da Civilização que tiveram livros censurados pelo regime militar, mas não apreendidos pela polícia, podemos citar: Dias Gomes, Antonio Callado, novamente Carlos Heitor Cony, Millor Fernandes e Flavio Rangel.

Nesse ano, Ênio era também diretor-presidente da Paz e Terra. Em informação quando do lançamento da revista de mesmo nome, em 1966, a polícia constatou que a recém lançada revista Paz e Terra, publicação da ECB

...é simplesmente mais um veículo de doutrinação marxista, bastando uma análise sumária dos títulos e respectivos textos, para confirmar tal assertiva. Reúne religiosos 'progressistas' de várias Igrejas e intelectuais de esquerda. É mais um foco de subversão.³²² (...) entre os colaboradores, Ênio Silveira, Cleo Marcondes Silveira, Lourival Mazzini Neto, Antonio da Silva Melo, Helio Ribeiro Silva, Álvaro Vieira Pinto, Carlos Nelson Coutinho, Mario Pedrosa, Astrogildo Pereira, Ana Arruda, Fernando Pessoa Pereira, Carlos Heitor Cony e Joaquim Inácio Cardoso.³²³

Uma das formas do editor explicitar suas idéias e divulgar seus livros era através das orelhas de livros³²⁴. O volume 36 da coleção Retratos do Brasil, cujo título publicado *Brasil-guerra quente na América Latina*, de autoria de João Candido Maia Neto, foi apreendido pelo DOPS em 1969. Em documento do DOPS consta o seguinte comentário da polícia sobre o texto da orelha do livro escrita por Ênio Silveira:

(...) a 'orelha' do livro, esta de autoria de Ênio Silveira, que vale por uma apologia e um endosso aos conceitos da obra mencionada. Num estilo ferino e perverso, Ênio da Silveira refere-se às altas autoridades do regime e sibilamente aos chefes das Forças Armadas, acusando-os de estarem a serviço de "interesses antinacionais e da espoliação do Brasil". O texto que figura na face externa da capa final, diz bem o quanto a Editora Civilização Brasileira S.A., tinha pleno conhecimento do conteúdo subversivo do livro e, sem exagero, deve ser tido como um ato de co-responsabilidade intelectual e, portanto, na divulgação desses conceitos altamente injuriosos às Forças Armadas, aos Governantes do país e, sobretudo, claramente insurrecionais.³²⁵

³²² Informação n. 968 de 05 de agosto de 1966 do SNI (Serviço Nacional de Informação). Fundo Polícia Política: APERJ.

³²³ Informações obtidas pela Polícia Política em setembro de 1967 utilizadas na resposta ao pedido de busca 706 de 1968 do Ministério da Justiça. Fundo Polícia Política: APERJ.

³²⁴ A lista das orelhas de livros escritas por Ênio Silveira estão reunidas no livro FELIX, Moacyr. *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998. No entanto, esta "orelha" não consta em sua lista, localizamo-la nos documentos do DOPS.

³²⁵ Documento assinado por Deuterônimo Rocha dos Santos, chefe da Seção de Buscas Especiais.

Diante de tais julgamentos da polícia mais uma vez se confirma a violenta arbitrariedade junto a editora e seu editor. Em 1972 Ênio Silveira foi absolvido pelo Conselho de Justiça do Exército de condenação por essa publicação.

Ainda que a editora tenha prioritariamente publicado ao longo do regime militar autores e textos críticos, de esquerda etc seu catálogo ainda assim era diversificado. Podemos afirmar, que foi nessa fase que Ênio Silveira imprimiu, exacerbadamente, ao catálogo da editora, sua militância dentro da empresa, numa atuação pela “arte pura”, se quisermos uma referência à idéia de Bourdieu, já citada no capítulo um, com a qual podemos identificar um dos aspectos da dupla função, aquela que se origina da sua motivação pessoal e ideológica e não do mercado, “a arte comercial”. Foi neste momento que a linha editorial, por muitos reconhecida até hoje, consolidou a imagem do editor-militante.

É nesse momento que o catálogo da editora ganha outra característica, diferenciando-se da proposta editorial da época de Octalles. Ênio Silveira afirmou a respeito:

O nosso catálogo era bastante eclético, mas de um modo geral ele se situava numa linha ideológica bem marcada, sobretudo com os estudos brasileiros, que eram sempre transformadores da realidade, num sentido que a classe dominante e seus porta-vozes não queriam que fossem. Ou seja, se você perguntar se a Civilização Brasileira ajudou a encaminhar um projeto, uma utopia socialista no Brasil? Respondo que sim, sem sombra de dúvidas. E isso eles achavam mais perigoso que qualquer plataforma política ou, na fase final, pós-64, mais perigoso que um assalto a banco³²⁶.

Foi desse modo que durante os anos 60 houve o auge das publicações de oposição e o auge dos autores nacionais no catálogo da ECB. Segundo um dos observadores da editora

As publicações da Civilização Brasileira traziam os sinais dos tempos que, nos partidos comunistas, continuavam a germinar sob os efeitos do XX Congresso do PCUS e, especialmente, da Primavera de Praga que, de fato, impedia a esterilização do campo da esquerda comunista e marxista³²⁷.

A soma de lançamentos e reedições do ano de 1964 foi de 140 livros, uma média até alta se considerarmos que em toda a década de 60 foram publicados 1060 livros pela editora. O que podemos deduzir do catálogo foi que um dos grandes destaques da linha editorial da

³²⁶ FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). *Ênio Silveira*. São Paulo: Edusp, 1992, (Coleção Editando o Editor, v. 3), p. 3.

³²⁷ SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Junior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p. 264.

Civilização Brasileira foi ser responsável pelo lançamento de importantes autores nacionais e tradução de autores estrangeiros na linha do pensamento marxista.

Entre autores nacionais que tiveram repercussão na época, pela literatura e/ou ação política junto à Editora podemos afirmar que Carlos Heitor Cony figura como um autor estreado por Ênio Silveira e a partir daí sempre presente no catálogo da editora. A título de exemplo de sua ação política, Carlos Heitor Cony foi junto com Marcio Moreira Alves os jornalistas que primeiro lançaram, no jornal *Correio da Manhã*, onde trabalhavam, críticas à ditadura, no mesmo 01/04/64³²⁸.

A respeito ainda do aumento de autores nacionais publicados no catálogo da editora verificamos uma queda do número de autores estrangeiros, no entanto vale destacar que Hemingway foi o autor estrangeiro, junto Marx, que nunca saiu do catálogo da editora.

Ênio Silveira marcou a década de 60 da intelectualidade e da política brasileira também com traduções das obras de Antonio Gramsci, Lukács e Lucien Goldman, como criou a coleção *Perspectivas do Homem e Retratos do Brasil*. Segundo Raimundo Santos, “a empresa de trazer Gramsci para o Brasil naqueles anos espelha o clima de procura de ampliação do marxismo do empreendimento de Ênio Silveira”³²⁹. Além deles o próprio Marx teve sua primeira edição completa, *O Capital*, em português, antes de 64, traduzida por Reginaldo Santana.

Segundo Carlos Nelson Coutinho, as escolhas do editor por esses autores foi muito orientada por Leandro Konder. O próprio Carlos Nelson Coutinho foi publicado pela *Civilização*, por indicação de Leandro Konder a Ênio Silveira³³⁰. Assim, ele começou a publicar artigos na *Revista Civilização Brasileira* (1964-1968) e depois se empenhou na tradução de Gramsci no Brasil.

Os primeiros anos a partir do golpe de 64 foram marcados por um debate intenso sobre o papel da esquerda com questões sobre a crise do socialismo, da própria natureza do marxismo e temas da oposição ao regime. E nas publicações da editora perpassavam esses temas. Na *Revista Civilização Brasileira*, já mencionada, principalmente, foi proposto um marxismo diversificado, conectado às questões do momento ao mesmo tempo em que promovia o debate das

³²⁸ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, Censura e Propaganda. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil Republicano, v. 4).

³²⁹ SANTOS, op. cit., p. 268.

³³⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. Um filósofo democrático. In: *Jornada Leandro Konder*. Palestra proferida em Marília, 1998. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=68>. Acesso em: 05/01/2009.

“controvérsias em torno da crise do socialismo e da própria natureza do marxismo, que eram trazidas à superfície de arejamento, principalmente pelas editora e revista de Ênio Silveira, entre 1965/68, pelas quais também passavam os temas da oposição ao regime de 64”³³¹

Coincidia então com um momento particular para o PCB e para o marxismo no Brasil (já que até então o marxismo vinha pelo PCB) conforme Coutinho,

O fato é que na esteira do XX Congresso e da conseqüente renovação do PCB, teve lugar entre nós uma abertura do marxismo, uma quebra do monopólio quase exclusivo dos manuais soviéticos de ‘marxismo-leninismo’. É muito importante registrar que Leandro foi um dos campeões desta abertura. Foi sobretudo graças a ele que se tomou conhecimento no Brasil de autores como Georg Lukács, Antonio Gramsci, Lucien Goldman e tantos outros, que ele diligentemente sugeria a Ênio Silveira e Moacyr Felix para publicação pela editora Civilização Brasileira e, mais tarde, também pela Revista Civilização Brasileira³³².

Como recentemente foram lançados os Cadernos do Cárcere em nova organização, alguns intelectuais teceram comentários acerca do significado das primeiras traduções de Gramsci no Brasil inauguradas pela editora Civilização Brasileira, resgatamos algumas delas. O reconhecimento do papel do editor nesse empreendimento é sempre lembrado. Ivete Simionatto comenta sobre a primeira tradução de Gramsci elaborada por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mario Gazzaneo:

A decisiva coragem de Ênio Silveira proporcionou entre 1966 e 1968, a publicação, pela editora Civilização Brasileira, de parte dos títulos da edição temática togliattiana paralisada pela radicalização do regime militar.(...) A reedição dos volumes desse projeto editorial só irá ocorrer na segunda metade da década de 70, (...). Nesse contexto os textos de Gramsci contribuíram de forma decisiva na análise do quadro sóciopolítico que se delineava com a crise da ditadura militar, a tensão entre a ordem estabelecida e a luta pela democracia, a reinserção dos movimentos da sociedade civil na arena política, bem como a introdução de uma inovadora concepção de socialismo junto aos segmentos de esquerda. Assim, se na década de 60, período de sua primeira tradução, as idéias de Gramsci não tiveram grande repercussão no Brasil, entre os anos de 70 e 80, quando a crise do regime autoritário e do modelo econômico-social por ele imposto começa a explicitar-se abertamente, sua obra passa a receber um tratamento mais coerente e sistemático, tanto no âmbito acadêmico quanto na esfera da política³³³.

³³¹ SANTOS, op. cit., p. 263.

³³² COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit.

³³³ SIMIONATTO, Ivete. *Os cadernos de um revolucionário*. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=96&page=visualizar>>. Acesso em 05/01/2009.

No entanto, temos apresentado o quanto a Editora enfrentou obstáculos impostos pela ditadura por suas publicações de oposição. A atuação militante de Ênio Silveira era posta à prova pela polícia. Segundo o Coronel de Exército Luiz Helvécio da Silveira Leite, a editora foi a mais visada pelos militares e, para ele, "teve seus castigos devidos"³³⁴. O que o coronel chamou de *castigos devidos*, foram como temos apresentado: atentados a livraria, destruição e apreensão de livros e de originais em processo de impressão, além de diversas acusações que levaram o editor à prisão por sete vezes. Uma das prisões sofridas pelo editor foi notificada em matérias publicadas em dois jornais de grande circulação, O Globo e Correio da Manhã, em 1965. O motivo apresentado foi "suspeita de cumplicidade" no desaparecimento do governador de Pernambuco, Miguel Arraes. O episódio da prisão do editor foi anunciado, pelo jornal O Globo em 27/05/65, com uma manchete na parte interna do primeiro caderno que dizia: "Ênio Silveira Preso Como Colaborador da Fuga de Miguel Arraes". Já o jornal Correio da Manhã em 30/05/65 noticiou o abaixo-assinado de "Intelectuais e Artistas pela Liberdade" do editor.

Todavia, a *Civilização Brasileira* conseguiu manter em circulação um dos poucos periódicos que resistiu às proibições constantes até 1968³³⁵, a Revista Civilização Brasileira.

As publicações que empreendeu eram bastante diversificadas. Buscava contribuir para a divulgação do pensamento humanista independente e de diferentes matizes ideológicos. Publicou, assim, principalmente livros de História, Ciência Política, Sociologia, Literatura, Filosofia, traduções de livros socialistas e de literatura estrangeira, Revistas, Ensaios, Coleções, Folhetos - como o já mencionado *Cadernos do Povo Brasileiro* com colaboração de Francisco Julião, Nelson Werneck Sodré e outros e também lançou a revista *Paz e Terra*³³⁶ com análises da conjuntura brasileira. Foi explorando, justamente, essas temáticas que a editora cresceu e foi se consolidando no mercado editorial, influenciando o debate de idéias da intelectualidade brasileira.

Após o golpe, apesar do afastamento formal do editor das funções de direção da empresa, passada para Lourival Mazzini Neto - que assumiu o funcionamento interno da editora assim como manteve a *Civilização Brasileira* representada no SNEL - Ênio Silveira

³³⁴ CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995, p. 14.

³³⁵ Segundo Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil* além da RCB, também os semanários *Brasil Semanal-SP* e *Folha da Semana-RJ* mantiveram suas publicações em circulação e sem proibições pelas autoridades. Exceto a RCB nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 436). Em 1968, as três são fechadas pelo AI-5.

³³⁶ Paz e Terra, revista secretariada por Moacyr Felix, publicada entre 1966 e 1968.

continuou trabalhando como o editor que imprimia um projeto político-cultural em sua linha editorial, trabalhando para sua realização militante, desde a opiniões sobre as capas dos livros até o contato direto com os autores. Esse é uma característica bastante relevante da época porque atualmente a função do editor foi profissionalizada de tal forma que ele é um funcionário com técnicas adequadas ao tipo de mercado internacionalizado que se apresenta, como mencionamos no capítulo dois. Adiantamos a esse respeito que a década de 80 foi marco da última geração de editores com aquelas características.

Diante de um imenso leque de possibilidades de publicações a serem destacadas do conjunto do empreendimento do editor em sua grande atuação na construção da linha editorial da Civilização Brasileira, selecionamos a Revista Civilização Brasileira para uma análise mais particular pelo sucesso de seus artigos na época já afirmado por intelectuais neste capítulo. Dessa forma, estamos retomando uma análise iniciada em trabalho anterior, quando estudamos essa publicação³³⁷. Analisaremos, então, a análise da produção da RCB tendo em vista seu grande sucesso editorial entre todas as publicações da editora³³⁸.

3.3.1. A Revista Civilização Brasileira

A Revista Civilização Brasileira (RCB), de publicação bimestral, reuniu 22 números e 3 cadernos especiais no período de sua existência, de 1965 a 1968, totalizando de 20 revistas, uma vez que alguns números foram publicados em um único volume. Mais tarde, em 1978, retorna com outro nome, *Encontros com a Civilização Brasileira*, e permanece até 1982.

Nas 20 revistas publicadas foram agrupados 531 artigos, subdivididos até 1966 em 19 temas. Após essa data, os títulos permaneceram diversificados em seus assuntos, abrangendo os mesmos temas, porém, não eram explicitados no índice. Seu formato e conteúdo eram similares às revistas acadêmicas, apresentando-se como um livro, embora não fosse elaborada em ambiente universitário e não publicasse necessariamente resultados de pesquisa.

Os artigos³³⁹ tinham em média 15 páginas e eram procedentes de várias partes do país, escritos por diversos autores e selecionados por Moacyr Félix, principalmente³⁴⁰. Nelson

³³⁷ XAVIER, Andréa Lemos. *Civilização Brasileira - revista e editora: uma trajetória como veículo de contra-hegemonia*. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

³³⁸ O mesmo ocorreu com a Coleção Primeiros Passos que destacamos também para análise mais detalhada por ter sido uma publicação de grande sucesso da Brasiliense, mas como foi publicada no início dos anos 80 sua análise será realizada capítulo 5.

³³⁹ Segundo Moacyr Felix em entrevista a autora no dia 05/01/2000.

Werneck Sodré, Manuel Cavalcanti Proença também se reuniam para a editoração da revista, que sempre, em última instância, passava pela aprovação de Ênio Silveira. Alguns artigos não publicados na época foram utilizados quando a revista reapareceu em 1978 com o título *Encontros com a Civilização Brasileira*. Outros nunca foram publicados, permanecendo em posse de Moacyr Felix³⁴¹.

O Conselho Editorial foi integralmente apresentado apenas em 1965, e durante todo esse ano seu diretor era Ênio Silveira e o secretário Roland Corbisier. Composto por 16 membros, o Conselho de Redação integrava: Alex Viany (membro do PCB), Álvaro Lins, Antônio Houaiss (filólogo), Cid Silveira, Dias Gomes (escritor), Edison Carneiro (sociólogo, membro do PCB), Ferreira Gullar (poeta), Haiti Moussatché, M. Cavalcanti Proença, Moacyr Felix, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Lins e Barros (músico), Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni (sociólogo), Paulo Francis (jornalista) e Oswaldo Gusmão (economista).

No segundo ano da RCB, em 1966 aparecem apenas seus diretores: M. Cavalcanti Proença e Moacyr Felix sendo que, no último bimestre, com a morte de Proença a direção foi alterada. O diretor passaria a ser Moacyr Felix e o secretário Dias Gomes, ficando assim até o último número da RCB. Segundo Felix isso se deve ao fato do Conselho ter sido reduzido aos três integrantes acima, devido à ausência constante dos demais membros do Conselho nas reuniões³⁴².

Os autores mais publicados foram, além dos membros do Conselho de Redação, Otto Maria Carpeaux e em seguida Octavio Ianni. Isso não quer dizer que foi dada menor importância aos outros. Muito pelo contrário, intelectuais como Leandro Konder, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Antonio Callado, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Nelson Coutinho, Carlos Heitor Cony, Celso Furtado, Fernando de Azevedo, Luciano Martins, Mario da Silva Brito, Olga Werneck, Osny Duarte Pereira, Roberto Schwarz, como muitos outros tiveram papel determinante no debate de oposição às condições sócio-políticas impostas pelo novo regime, no pós-64; inclusive autores internacionais como Lucien Goldman e Roger Garaudy.

A RCB foi criada, dentro da perspectiva de Ênio Silveira, como um espaço composto fundamentalmente de proposições antiimperialistas e de luta por um socialismo aberto³⁴³. Podemos dizer que esta proposição teve reflexos na prática editorial. A questão de um

³⁴⁰ Ibidem.

³⁴¹ Ibidem.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ Ibidem.

"socialismo aberto" pode ser constatada pela publicação em editorial de uma edição especial da revista sobre a invasão da Tchecoslováquia pela URSS, ocorrida em agosto de 1968:

*A invasão da Tchecoslováquia mostrou que Stalin não morreu. (...) É preciso estendê-la [a invasão] conseqüentemente ao sistema dos burocratas, que gerou e alimentou a deformação stalinista. Este sistema não foi ainda destruído; ao contrário, ele existe e é o utilizado pelos sobreviventes cúmplices do finado Marechal de Ferro para dirigir a vida social, política e cultural dos países socialistas.*³⁴⁴

A prática antiimperialista também pode ser constatada no artigo "A política norte-americana e o impasse do café solúvel" publicado na RCB, p.87 vol.18, de 1968, de autoria de William G. Tyler, então professor da Fundação Getúlio Vargas. Neste artigo o autor analisa as pressões do governo norte-americano para que o governo brasileiro criasse uma sobretaxa às exportações da nascente indústria de café solúvel brasileira. Com isso, os interesses desse setor nos EUA ficariam protegidos. O autor menciona que:

*Há muitas vantagens nesta estratégia adotada pelos Estados Unidos. Em primeiro lugar, atinge o propósito de proteger o produtor americano no mercado dos EUA. Em segundo, também protege os interesses de exportação dos produtores norte-americanos de café solúvel nos mercados mundiais - algo que uma tarifa não poderia fazer. Em terceiro, evita o ônus da condenação e da crítica internacionais, que resultariam de medidas protecionistas mais óbvias. Obscurecendo a questão, os EUA esperam evitar as acusações de protecionismo e de estar prejudicando os interesses dos países menos desenvolvidos.*³⁴⁵

A RCB apresentou-se, conforme seu idealizador Ênio Silveira, como um espaço para que intelectuais aprofundassem seus estudos e divulgassem análises detalhadas da complexa realidade brasileira. Os intelectuais estariam com a tarefa de propagadores para a divulgação

³⁴⁴ SILVEIRA, Ênio. A Crise no Mundo Socialista. *Revista da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, caderno especial n. 3, set. 1968, p. 13.

³⁴⁵ Uma passagem interessante deste artigo é "A despeito da lógica aparentemente irrefutável do caso brasileiro para os brasileiros ("Afinal, se o Brasil não pode exportar café solúvel, o que vai exportar? Aviões a jato?"). É curioso perceber a perspectiva de industrialização que havia em 1968 e a industrialização de fato ocorrida. Mesmo que parcial, a industrialização brasileira foi bem sucedida justamente na fabricação de aviões a jato, tanto que, quase vinte anos depois, em 1999, uma empresa nacional que fabrica este tipo de avião foi a empresa que maior valor exportou.

do debate de idéias pautado no princípio básico de "defesa da liberdade em sentido amplo"³⁴⁶. Assim como acreditava que a RCB devia estar inserida no processo da revolução brasileira acima de "limitações partidárias ou de interpretações individualistas"; também defendia uma oposição à estrutura sócio-econômica do Brasil da época, além de se contrapor abertamente às restrições de cunho político.

A RCB apresentou seus artigos em seções definidas tematicamente. Pode-se observar que no decorrer de sua existência e de forma crescente, diversos artigos não apresentam autoria, assim como as seções deixam de existir de forma sistematizada. Em 1967 a Lei de Imprensa é instituída quando também entra em vigor a nova Constituição. Por aquela lei:

Mesmo que um jornalista tenha provas irrefutáveis de qualquer crime cometido por figuras do governo não poderá divulgar nada sobre o assunto, pois não se admite a prova da verdade quando se trata do Presidente da República, Ministros de Estado, presidentes do Senado e da Câmara, chefes de Estado ou governo estrangeiros e seus representantes diplomáticos, criando assim, artificialmente, uma casta acima de qualquer suspeita. Ainda por esta lei, o Ministro da Justiça pode determinar, a qualquer momento, a apreensão, independentemente de mandado judicial, de qualquer jornal ou revista que contenham propaganda de guerra, promovam incitamento à subversão da ordem política e social ou ofendam a moral pública e os bons costumes (artigos 61,62 e 63).³⁴⁷

As apreensões de livros e as censuras feitas aos intelectuais que "subvertiam a ordem" e "ameaçavam" o desenvolvimento do país, para o regime, foram decisivas para que os elaboradores da revista não expusessem os nomes e alterassem um pouco a linha dos artigos publicados, como exemplificaremos em breve. A apresentação da capa também é alterada utilizando policromatismo com intuito de atrair mais atenção do público.

A velocidade dos acontecimentos e a censura sistemática aos editores da RCB impediam que a revista contemplasse os "fatos quentes" noticiados pela grande imprensa questionando-os a partir de sua própria perspectiva. Entretanto inúmeras vezes as notas de direção foram utilizadas como recurso para atualizarem tais informações. Assim as mudanças estruturais e administrativas do periódico, como a retirada dos nomes dos membros do Conselho de Redação, foram estratégias para que o veículo permanecesse com linha coerente com a proposta original. Algumas vezes para adequar-se às regras do jogo autoritário, em

³⁴⁶ SILVEIRA, Ênio. Princípios e Propósitos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, n.º 1, 1965, p. 3.

³⁴⁷ MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968--1978)*. São Paulo: Global, 1980, p. 33.

outros momentos para rever a atuação da esquerda no Governo João Goulart. Ou ainda, segundo Ênio Silveira

*o que houve foi que a revista teve que enfrentar, ao longo de sua existência, não pequenos perigos. Então lançamos mão de uma máxima de Bertold Brecht: 'Há pelo menos cinco maneiras de se dizer a verdade'. Ou seja, a revista foi se adaptando em termos de linguagem para conseguir escapar à repressão. Primeiro, nós nos orgulhamos de jamais termos submetido um só texto à censura. Nunca foi apreendida. Vários outros livros da editora foram, mas a Revista não*³⁴⁸.

Como constatação da afirmação de Ênio pode-se analisar comparativamente o volume 9/10 do ano de 1966 e o volume 18 de 1968 da RCB. No primeiro destes há pelo menos 3 artigos ("A Revolução Brasileira de Caio Prado Júnior", de César Malta; "Uma filosofia centrada sobre o homem", de Jan Gorski; "A importância dos diálogos de Salzburg e da Baviera entre cristãos e marxistas", de Arthur José Poerner)³⁴⁹ que proclamam a vitória futura do socialismo sobre o capitalismo. No segundo momento isto não acontece: há a publicação de análises mas sem as características proclamadoras anteriores³⁵⁰.

Mesmo que em poucas páginas um artigo (com média de aproximadamente 14 páginas) não tivesse condições de aprofundar muito um tema, as matérias da RCB tinham o papel de suscitar-lo mostrando como e porque estava em pauta. O debate emergia para os leitores da revista através das questões sociais colocadas criticamente. Para o regime era dessa maneira que a publicação o ameaçava - ideologicamente. A repressão da polícia política será realizada com base nessa perspectiva de um pretenso "perigo" disseminado pelos escritores. Há uma declaração do coronel Gerson de Pina, uma das vezes que Ênio foi preso, sobre tal "ameaça": "uma editora é uma arma perigosíssima, que você arma silenciosa e

³⁴⁸ Ênio Silveira em entrevista concedida a Luiz Renato Vieira em 22/05/1992. VIEIRA, op. cit.

³⁴⁹ No artigo de César Malta: "O Sr. Caio Prado Júnior considera que a meta do povo e de todo sistema capitalista é o socialismo. Realmente o socialismo virá e ninguém, nem mesmo, e especialmente, a Igreja Católica, não mais alimenta qualquer dúvida a respeito."

No artigo de Arthur José Poerner: "Não dando a Igreja mostra de padecer, no seu todo, de alguns dos efeitos enumerados, por que iria ela, uma vez admitida a hipótese da inexorabilidade da marcha do mundo para o socialismo, arcar com o ônus de desgaste político de uma posição contrária a uma tendência mundialmente reconhecida?"

No artigo de Jan Gorski: " 'O socialismo é superior ao capitalismo não porque ele esteja livre de toda a alienação, mas porque ele proporciona condições melhores para a eliminação consciente dela.' "

³⁵⁰ Um exemplo de um artigo apenas analítico do segundo vol é "Geografia e estrutura da Indústria Contemporânea" de Ignácio Rangel. Segundo o autor, "Em 1967 - menos de um quartel de século depois do fim do conflito - a produção industrial do mundo seria mais de 5 vezes maior que a de 38; mais ainda que a produção industrial do atual mundo socialista, que havia experimentado as maiores destruições, seria mais de 10 vezes maior".

constantemente. Por isso é que você (diga-se Ênio) foi preso. Você (Ênio) é mais perigoso que um sujeito que está assaltando um banco".³⁵¹

Além das ameaças ao editor, a editora sofreu também dificuldades econômicas. A partir de 1964 houve restrição ao crédito bancário que era importante para editora, uma vez que ela não contava com capital de giro suficiente para as importações de papel. A solução encontrada para este problema foi a venda antecipada de edições com desconto, o que acabou por reduzir o lucro e conseqüentemente a capacidade de investimento.

Entretanto as tentativas de resistência do grupo da RCB ocorreram. Mesmo diante das constantes pressões do autoritarismo, da usurpação pelo poder estatal das liberdades políticas, a presença política e cultural da esquerda não foi liquidada no momento pré AI-5. Mas vale lembrar, conforme Roberto Schwarz, que em 64 fora possível a direita preservar a produção cultural, pois para ela bastava ter liquidado o contato da esquerda com a massa operária e camponesa. No entanto, esta produção cultural de esquerda estava vinculada aos grupos diretamente ligados à produção ideológica, estudantes, artistas, jornalistas, sociólogos, etc. Foi um tipo de produção para consumo próprio (da classe), pois as publicações para o grande público dependiam das veiculações dos grandes meios de comunicação. Nas palavras do autor, haviam sido "cortadas naquela ocasião as pontes entre o movimento cultural e as massas, ...[mas] não [se] impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista, que embora em área restrita floresceu extraordinariamente"³⁵². Nesse ínterim, que durou até 1968, uma nova massa surgira capaz de se organizar, os estudantes; pois a intelectualidade de esquerda havia respaldado o movimento no interior da *pequena burguesia*, com seus estudos, críticas, publicações, etc., para a construção de uma "geração anti-capitalista". A Revista Civilização Brasileira teria um papel empreendedor, de luta, defendendo e difundindo, neste debate, o antiimperialismo e o socialismo.

Há registros no DOPS de 1967 sobre o IPM de Ênio Silveira. No Jornal do Brasil de 21/12/1967 a matéria de título: *Marinha examina IPM que chama subversivos a Alceu, Álvaro Lins, Cony e Ênio afirma que:*

A 2ª Auditoria da Marinha recebeu, ontem, os autos do IPM que apurou atividades subversivas nos meios intelectuais do País, figurando como principais indiciados os escritores Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Álvaro Lins e Carlos Heitor Cony e o editor Ênio Silveira.

³⁵¹ Depoimento do editor em FERREIRA, op. cit., p. 94.

³⁵² SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 63.

Ontem, mesmo o Juiz-Auditor Fernando Nogueira deu vista dos autos ao promotor João Vieira do Nascimento para que se manifeste sobre a matéria, que se compõe de um único volume. Foi encarregado do IPM o inspetor da Polícia Federal, Joaquim Cândido da Costa Sena, e autorizado pelo Delegado-Adjunto do DFP de São Paulo, Sr. Mário Dias.

OUTROS INDICIADOS (...)

O editor Ênio Silveira, segundo o relatório do encarregado do IPM, “editou o livro Invasão da América Latina, de Jonh Gerassi (best-seller nos Estados Unidos), de cuja apresentação cuidou, sendo na ocasião criticadas as Forças Armadas do País. O livro, segundo as informações, representa um ataque frontal contra a Revolução de 1964, pois além de condenar as idéias anticomunistas do movimento, elogia os líderes pelegos comunistas (Brizola e outros), também extremado-se no seu texto na parte correspondente ao Brasil, em verdadeiro libelo acusatório de tudo que se fez no País contra o comunismo.”³⁵³

Em maio de 68 Ênio é considerado pela Polícia Política como “aliado do PCB”. Um ano depois sua editora, a ECB, teve centenas de obras apreendidas, como já analisamos.

A RCB existiu entre 1965-1968, como já vimos, divulgava propostas e artigos produzidos sob o impacto dos acontecimentos, mantendo-se numa linha de oposição política em relação à Ditadura, contando com uma tiragem de até 40.000 exemplares³⁵⁴. A RCB foi proibida de circular em 1968, com o AI 5, e a partir daí, como vimos, a Editora sofreu processos sucessivos.

Alguns artigos não publicados na época foram utilizados, a partir de 1978, quando a revista voltou a ser publicada mantendo a mesma perspectiva crítica, sob o título *Encontros com a Civilização Brasileira*. A mudança de nome da Revista, segundo seu editor Ênio Silveira, era uma referência aos encontros que ocorriam para a escolha dos artigos a serem publicados na época da RCB, principalmente, porque a partir deles foram organizados debates culturais para estender a discussão das temáticas abordadas. Como exemplo, a realização de simpósios sobre Literatura, Censura, Política e Arte, Música Popular Brasileira, Teatro, etc, no Rio de Janeiro³⁵⁵. Isso permitiu que esses intelectuais progressistas tivessem um espaço de debate nesses encontros. Embora com a abertura, segundo Ênio, as pessoas aos poucos foram deixando de comparecer a tais encontros, sendo que a revista teve seu fim em 1982. Desta forma, a revista *Encontros* não só os representava como incentivava esse ambiente cultural.

³⁵³ FUNDO Policia Política: DOPS/RJ. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, de 21 dez. de 1967.

³⁵⁴ A publicação de cem mil exemplares dos *Cadernos* e dos quarenta mil da RCB devia-se também as várias técnicas de editoração e de marketing utilizadas pela editora, com base no aprendizado de Ênio nos EUA, durante os anos de 1946 e 1948. Podem ser apresentadas como exemplos destas técnicas de marketing e editoração usadas na RCB, como a colocação de principais assuntos na capa da revista com títulos que instigam a leitura do artigo. Outra técnica é a veiculação de anúncios na RCB de outras publicações da editora apresentadas na contracapa e em algumas páginas do interior da revista.

³⁵⁵ FERREIRA, Jerusa Pires (Org.), op. cit. p. 88-89.

Apesar da publicação da *Encontros* ainda reunir, no novo quadro político de fins dos anos 70, intelectuais debatedores das questões políticas e culturais do país, essa revista foi uma das últimas iniciativas coletivas da editora *Civilização Brasileira* sob administração de Ênio Silveira. Além de perder alguns autores, em princípios dos anos 80, - como Nelson Werneck Sodré para as Edições Graal e Dalton Trevisan para a editora Record - a editora não teve mais capital para continuar funcionando como antes, o que se acentuou gradativamente durante a década de 80, como vimos na abordagem de sua trajetória.

Essa análise da Revista *Civilização Brasileira* é mais um esforço de qualificar o papel político e cultural de oposição e resistência do editor Ênio Silveira expresso em uma de suas publicações. Ainda nesta tentativa buscar-se-á, apresentar como a RCB foi analisada por outros autores. Não se perderá de vista o fato de que seu papel pode ser identificado no quadro da "hegemonia cultural da esquerda", defendida por Schwarz como ação de um setor progressista daquele momento político. Pela exposição feita até este momento sabe-se que o grupo não apresentava idéias e posições políticas homogêneas, como também não defendia as orientações de um partido, especificamente o Partido Comunista Brasileiro do qual muitos articulistas eram membros³⁵⁶. Pode-se indicar que era um grupo de resistência, de oposição a ditadura civil-militar, representante dos movimentos populares ou dos interesses sociais mais amplos, conforme pode ser observado na sua abordagem temática, como, reforma agrária, eleições, luta contra o imperialismo, etc.

Alguns estudos já se debruçaram sobre o papel da Revista, como mencionamos no início do capítulo. Em continuidade ao estudo sobre o papel da Revista *Civilização Brasileira* e de sua editora apresentamos algumas das análises já realizadas, em diferentes momentos, por Carlos Guilherme Mota, Daniel Pécaut, Luiz Renato Vieira, Isabel Alencar e Rene Marc.

Carlos Guilherme Mota, em 1977, busca compreender a ideologia da cultura brasileira e a definição de consciência nacional fazendo um panorama da intelectualidade brasileira de 1933 a 1974. Sugere a análise do *pensamento progressista* na produção cultural brasileira, no qual a *esquerda intelectual* precisava, a seu ver, se auto-avaliar durante a ditadura militar.

Dando ênfase ao percurso da Revista *Civilização Brasileira*, no capítulo intitulado *A Época de Revisões Radicais e Aberturas Teóricas (1965-1969)* de seu livro *A Ideologia da Cultura Brasileira*, o autor divide a produção da RCB em dois momentos. O primeiro, de 1965 a 1966, vinculado ao passado populista, caracterizado segundo o autor pelo "debate

³⁵⁶ Alguns nomes: Astrojildo Pereira, Leandro Konder, Dias Gomes, Carlos Nelson Coutinho, Ferreira Goulart, Dias Gomes, Alex Viany, Caio Prado Júnior, Osny Duarte Pereira, Fernando Peixoto, Edison Carneiro e Geir Campos.

antiimperialista, pela aliança entre burguesia nacional, setores progressistas e trabalhadores e pela discussão dos grandes temas nacionais". O segundo momento, de 1967 a 1968, contemplaria uma discussão sobre estratégias políticas, admitindo uma crescente influência da perspectiva sociológica dada pelos intelectuais paulistas.³⁵⁷

Carlos Guilherme Mota ao propor a análise de alguns dos "dilemas do pensamento progressista" entre 1965 e 1969 direciona seu estudo para um quadro das concepções que problematizam a cultura brasileira. Dentre as cinco³⁵⁸ abordagens sugeridas há uma sobre a *Revista Civilização Brasileira* na qual esta é entendida como a expressão de uma certa radicalização. O autor pondera a radicalidade do papel da revista devido à presença do Estado autoritário que marcou a restrição do debate mais aberto da revista. E acrescenta que o destaque dado a RCB deve-se a "uma das publicações 'cultas' de maior difusão na história da imprensa periódica".

Para o autor a primeira fase da RCB (1965-66) tinha um "tom irônico e panfletário", já que os autores estavam ainda no "clima emocional pós-64, não tendo assim condições e nem instrumental teórico para diagnosticar as mudanças estruturais" em curso pelos militares. Havia para Carlos G. Mota um "esquematismo" da produção intelectual na elaboração dos textos "dentro dos marcos da defesa dos interesses nacionais, contra a dependência econômica e política externa e pela defesa das liberdades civis", o que teria comprometido, a seu ver, o papel das esquerdas em 1964. A partir de 1967 a RCB teria mudado de perspectiva já apresentando artigos de análise científica e sociológica e um debate político e cultural com "rumos mais concretos", ou ainda, um crescente debate sobre a "estratégia política mais adequada aos processos emergentes, como a questão da luta armada e da via política".

Para justificar suas hipóteses o autor utiliza alguns artigos e analisa a presença de determinados autores como indicadores de mudança de linha da RCB. Neste caso, Carlos Guilherme Mota entende que em 1967 teria mudado a orientação da RCB pela presença de autores paulistas como Marialice Forachi, Leôncio Martins Rodrigues, Otavio Ianni, Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, que representariam, a seu ver,

*uma nova frente de intelectuais que, um pouco
diversamente da orientação de Ênio Silveira, Manoel*

³⁵⁷ Essa possível mudança foi questionada pelo artigo de Moacyr Félix no jornal *Pasquim* de 1977 (Ideologia da Cultura Brasileira. *Pasquim*, ano 9, n° 435, Rio de Janeiro, p. 5, 28/10 a 4/11/1977) em que defende não ser possível fazer a tal divisão na produção da RCB.

³⁵⁸ "Ferreira Gullar: vanguarda e subdesenvolvimento, Dante Moreira Leite e a superação das ideologias: diálogo com um intérprete, Vanguarda e conformismo, segundo Roberto Schwarz e Antonio Candido: da literatura e da consciência nacional. Análise de uma proposta para uma história da cultura no Brasil". MOTTA, op. cit., p. 204.

Cavalcanti Proença, Nelson Werneck Sodré e outros, não teve uma ligação tão profunda com o populismo, surgindo assim, em condições de analisar mais eficazmente o presente .

Entretanto, Moacyr Felix, importante elaborador da revista, rejeita essa interpretação de Carlos Guilherme Mota em artigo publicado no jornal *Pasquim*³⁵⁹. Justifica que não era possível fazer essa divisão na revista porque "o eixo coordenador, organizador e definidor da revista (...) foi quase que o mesmo até seu último n.º 22" Moacyr Felix insiste sobre a dissolução do Conselho de Redação:

*[dissolvemos o conselho] exatamente para que a revista ficasse mais dinâmica e, sobretudo, tivesse mais maleabilidade para o aproveitamento de textos e sugestões as mais diversas". E conclui que fica "um pouco destorcido falar em mudanças de rumos, já que em números anteriores pode-se perceber a semente ou a intenção, a continuidade, do que se faria aproveitável em números posteriores.*³⁶⁰

A RCB sofreu alterações de abordagem ou de seus temas, ao longo de sua existência, até mesmo para manter-se em circulação. Na mesma linha da crítica de Moacyr Felix a Carlos Guilherme Mota em relação a uma possível mudança na RCB por causa da presença de determinados autores, Felix argumenta que Marialice Alves Forachi escreveu dois artigos, Leôncio Martins Rodrigues apenas um, Otavio Ianni apresenta o maior número entre eles, com sete artigos, Florestan Fernandes tem três, Fernando Henrique Cardoso, apenas um e Francisco Weffort dois. No total, escreveram 16 artigos entre 1966 e 1968. Se for considerado que a RCB apresentou um total de 413 artigos, neste mesmo período, fica inviável pensar em uma mudança significativa na revista sob esse ponto de vista. E, mesmo que seus artigos tivessem uma repercussão predominante, a própria dinâmica diversificada da revista mostra que os acontecimentos, a conjuntura política é que estavam no centro da discussão da RCB, o seu enfoque continuou sendo a ampliação do debate com artigos, de base nacionalista e de idéias socialistas, vindos de toda parte do país e do exterior. No entanto a análise da repercussão do conteúdo da RCB exigiria um outro trabalho.

³⁵⁹ FELIX, Moacyr. Ideologia da Cultura Brasileira. *Pasquim*, ano 9, n.º 435, Rio de Janeiro, p. 5, 28/10 a 4/11/1977.

³⁶⁰ FELIX, op. cit., p. 7.

Nesse sentido Daniel Pécaut defende, em "O intervalo de 1964-68. Bloqueios estruturais e hegemonia da esquerda intelectual" no capítulo *Os intelectuais e a política no Brasil*, que a Revista Civilização Brasileira apresentou paulistas e cariocas com diferentes abordagens teóricas. Com o objetivo de abordar o debate intelectual nacionalista. O autor observa que a revista teria espaço para a discussão devido à diversificação de seus artigos, apresentados tanto por autores que seguiram para o exílio quanto por aqueles que ficaram no país.

Pécaut identifica, a partir dos integrantes efetivos do Conselho de Redação da Revista a permanência, pelo menos nos momentos iniciais, da linha teórica do campo nacionalista e das campanhas nacionalistas. Esta identificação é reforçada pelo autor através da presença de seus colaboradores como Roland Corbisier, chamando atenção para seu passado isebiano (membro do ISEB), e membros do PCB, como Assis Tavares. Apesar dessas presenças, Pécaut reconhece que a revista queria "oferecer uma tribuna a todas as tendências de esquerda..." e que em 1966 ela abriu amplo espaço para os sociólogos paulistas que nunca aderiram ao nacional-populismo, mas que não marcariam um corte na RCB, como afirmou Carlos Guilherme Mota.

Para Pécaut a revista apresentou um importante papel de proporcionar um espaço aberto para diferentes setores da esquerda intelectual, reconhecendo-a como "uma das expressões políticas do pólo carioca". Como também de ser um espaço de "denúncia do terrorismo cultural" que os intelectuais perseguidos pela ditadura sofreram.

Acompanhando sua análise sobre as esquerdas, o autor define o grupo da Revista Civilização Brasileira como uma "esquerda possibilista" diferente daquela que se contrapunha ao regime militar pela força, através da luta armada. A RCB, para o autor, pode ser entendida como uma tentativa de autonomia dos intelectuais frente à "derrota" da esquerda diante da nova conjuntura política e aos impedimentos à liberdade de expressão.

Segundo Daniel Pécaut, a fase pós-64 parece representar a culminância de um processo intelectual, questionando se a "hegemonia cultural" mantida pela esquerda, em pleno período de um regime de força, revelaria a continuidade de uma cultura política anterior a 1964³⁶¹. Constata que nos anos de 1964-69 há uma grande efervescência cultural, que tem como um de seus pilares ideológicos uma espécie de "nacionalismo revisitado", ou seja, uma nova leitura, mais "aberta", em relação ao discurso intelectual da geração de 1954-64 (representada pelo ISEB). O autor considera que, para a geração pós-golpe de 1964, não trataria mais de "forjar"

³⁶¹ Pécaut se baseia na noção de hegemonia cultural, de Roberto Schwarz, que defende uma "relativa hegemonia cultural" da esquerda na década de 60, apesar da ditadura da direita no país. SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 62.

uma nação (como, segundo ele, teria sido a proposição político-cultural das gerações anteriores de intelectuais brasileiros³⁶²). Para aqueles intelectuais, a nação já estava constituída, e chegava a ser uma garantia da unidade nacional. Portanto, o período entre 1964 e 1968 representou marcante expansão de uma postura de "hegemonia cultural" por parte de um amplo setor, que valorizou o cinema, a música, o teatro, a literatura, a crítica e as artes plásticas.

Se houve uma "hegemonia cultural" de esquerda, como defendeu Pécaut, apresentada por uma classe média engajada politicamente e revolucionária, por outro lado suas idéias não repercutiram significativamente para outros setores sociais "subalternos" da sociedade (na hierarquia capitalista). Esta questão está baseada na concepção do papel do intelectual naquele momento e dependeria da função social do intelectual em relação aos setores que ainda não têm representação política, ou não tem meios de fazer-se atuante politicamente. Para prosseguir nesta análise deve-se confrontar o papel dos intelectuais e do Estado autoritário, dando ênfase à RCB.

Luiz Renato Vieira, em seu livro já mencionado no capítulo um, *Consagrados e Malditos - Os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*, ao discutir a idéia da legitimação no interior do campo intelectual, baseia-se no conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu³⁶³. Para este, cada campo tem uma lógica interna, com sua própria estrutura e sua própria lei, desenvolvendo inclusive uma linguagem própria. Segundo Vieira o grupo da revista:

se articula em torno de certas concepções em uma conjuntura política dada apesar das divergências ideológicas particulares. Acima das divergências e disputas intelectuais [há] o acordo em torno de regras fundamentais que regem o funcionamento daquele espaço de relações sociais(...).

A análise do autor está pautada pelo conflito vigente no novo quadro político, após o Golpe de Estado, que ameaça a legitimação de sua posição política. Para o autor, ao mesmo tempo em que o campo intelectual vislumbrou a possibilidade de retornar à sua posição na

³⁶² LUCA, Tânia Regina de. *A Revista Do Brasil - Um Diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Edusp, 1999. O trabalho de Tânia de Luca apresenta um exemplo dessa posição da intelectualidade brasileira como construtora da idéia de nação na década de 20, quando o grupo em torno da Revista do Brasil constrói uma consciência nacional dada exclusivamente aos paulistas os atributos da nacionalidade.

³⁶³ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

esfera política, deparou-se com a constatação do prolongamento da ditadura. Em suas palavras:

...as alterações ocorridas no campo político, nesse caso, geram um aprofundamento nos padrões de legitimidade do campo intelectual. É evidente que essa autonomia é relativa e que depende diretamente do interesse político do Estado em permitir um certo nível de oposição intelectual.

A intelectualidade "progressista" da época tomou a posição de contestação ao poder militar afirmando sua condição de intelectual crítico e nacionalista. Opondo-se assim ao "pólo negativo na escala de legitimação intelectual", que são os identificados com o poder estabelecido, os vitoriosos antinacionalistas do golpe. Ainda assim concordamos com a afirmativa de Vieira sobre as limitações impostas pelo Estado onde "o campo intelectual (...) está subordinado ao campo político, que impõe limites, critérios e condições para o seu funcionamento".

O autor chama atenção para o fato do grupo não ser uniforme e principalmente por suas idéias não terem repercutido em todos os setores de esquerda. A Revista da Civilização Brasileira reuniu pessoas com diferentes concepções e filiações político-partidárias e uma diversidade de percepções sobre a realidade brasileira. O autor mostra através da análise de artigos da RCB e da análise da trajetória do editor essa diversidade e busca entender as possibilidades de atuação do editor levando em conta as relações sociais que delineiam o seu campo intelectual. Em suas palavras, a RCB apresentava:

setores dispostos a questionar profundamente as estratégias políticas fundadas num certo entendimento sobre as massas no Brasil (e a suposta conveniência de uma ampla política de alianças com setores burgueses nacionais) e intelectuais ainda vinculados à perspectiva nacional-desenvolvimentista, que procuram identificar os benefícios do desenvolvimento 'acima dos interesses de classe'

Para Vieira, a editora, como já mencionamos, teria um papel de patrocinadora de importantes publicações, produtora de uma revista de grande influência, centro de articulação de muitos intelectuais cariocas e impulsionadora de um significativo e diversificado movimento político-cultural.

A RCB é entendida, assim, por todos os seus estudiosos, como um espaço aberto para o debate político, econômico, cultural e filosófico num momento de contestação do grupo que está no poder.

Além do trabalho de Vieira existem ainda quatro dissertações que abordam especificamente a Editora Civilização Brasileira e/ou a Revista Civilização Brasileira. São elas, *Revista Civilização Brasileira (1965-1968) - Projeto Cultural em Revista*, de Isabel Cristina Alencar de Azevedo (Mestrado-Letras-UFRJ, 1999); *A Cidadania em Revista: intelectualidade, política e a questão racial na RCB*, de Rene Marc da Costa Silva, (Mestrado-História-UNB, 1993); *Revolução, nacionalismo e democracia na RCB*, de Paulo Rubens Christofaro (Mestrado-História-PUC/SP, 1996) e *A época de ouro dos intelectuais vermelhos - uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira*, de Luiz Eduardo Pereira da Motta (Mestrado-Sociologia-UFRJ, 1994).

A dissertação de Isabel Azevedo, defendida em agosto de 1999, teve como objetivo analisar a Seção de Cultura da RCB (literatura, música, cinema, teatro, arte), buscando também sistematizar sua estrutura física. A autora direcionou a primeira parte do estudo para a análise da formação da RCB. Apresentou a criação da revista como um "novo espaço para o debate político e cultural em que o aglutinador dos intelectuais de esquerda não era apenas a luta pelo retorno da democracia, mas uma real intenção de que este debate se realizasse".

Para a autora, a revista influenciou na formação do pensamento de esquerda no Brasil e deu ao seu público o "primeiro contato com as idéias de intelectuais marxistas, na época, desconhecidos no Brasil". E acrescenta que a RCB foi também um lugar de "revisão dos caminhos de uma identidade nacional pensada sobre bases nacionalistas".

Na realidade a propagação das idéias de novos autores marxistas não se restringiu à revista, sendo uma intenção da própria editora, que pode ser exemplificada pelas publicações de vários livros, tais como: *Os Marxistas e a Arte* de Leandro Konder, *Marxismo do Século XX* de Roger Garaudy, *Marxismo e Teoria da Literatura* de Georg Lukacs, entre outros.

As seções de Literatura e Problemas Culturais e Filosóficos da RCB, coordenadas por Nelson Werneck Sodré, foram analisadas detidamente por Isabel Azevedo. Considerou a divulgação dos textos literários que valorizavam principalmente os autores nacionais no campo da crítica, da prosa e da poesia e que apresentavam diversas opiniões reafirmando, portanto, o projeto da RCB como fundado em "bases nacionalistas, de defesa de valores democráticos e engajados nas transformações sociais". A autora ressalta os textos filosóficos por constituírem este projeto da revista, na sua opinião, a referida seção representa o

"principal canal de veiculação do projeto de ideologização traçado na arquitetura da linha editorial da Revista".

Isabel Azevedo entende o propósito dos artigos das Seções analisadas como reveladores de um "projeto de construção da identidade nacional" ratificando, a seu ver, os anseios das forças progressistas anteriores ao golpe. O fato da autora identificar um setor da RCB com a construção de identidades nacionais compromete sua própria análise inicial, que vê na linha da revista uma perspectiva de revisão do nacionalismo, fugindo da tentativa de criação de uma nação. A nosso ver a RCB não se identificava com um projeto de construção de identidades nacionais, mas com o debate das políticas empreendidas pelo governo brasileiro. Isabel Azevedo, dessa forma, também se opõe à análise de Pécaut, que atribuiu aos intelectuais desse momento outra discussão sobre o *nacional*, já não preocupados em consolidar uma idéia de nação, mas de reconhecer a inviabilidade de entenderem a si próprios como construtores de identidades nacionais, ou seja, estariam mais identificados como questionadores das vias nacionais de desenvolvimento da sociedade.

No que diz respeito ao crescimento nacional, a tese de Rene Marc apresentou uma tentativa de análise do discurso da intelectualidade de esquerda da RCB vistas a identificar a abrangência dos seus projetos para a sociedade brasileira. Com este objetivo, analisou como foi tratada a questão racial brasileira na RCB partindo de uma "perspectiva cidadã que fosse capaz de contemplar os anseios de liberdade da população negra oprimida". Para tanto, optou pela análise dos artigos sobre política nacional. Antes, porém, apresenta o contexto político de 1946 a 1964, chamando a atenção para o período que antecede ao golpe. Entende que o pensamento político da esquerda brasileira naquele momento estava atrelado à ideologia burguesa do nacional-desenvolvimentismo.

O autor entende os intelectuais da RCB como aqueles ainda "agarrados a velhas concepções" anteriores ao golpe. E ainda, que o pensamento social brasileiro estará no momento pós-64 articulado e organizado no interior da ideologia nacional desenvolvimentista, fundadas no ISEB - entendido como o referencial orientador e possibilitador dos projetos de alternativas políticas na década de 60. Segundo o autor o grupo da RCB não escaparia dessa característica.

É interessante notar que Rene não foi o único que aprofundou uma análise do nacional-desenvolvimentismo para fundamentar seu argumento da permanência do pensamento isebiano na intelectualidade brasileira daquele momento. Mas, em nossa opinião, o autor desconsidera a diversidade da expressão intelectual, que entendemos é valorizada na editora Civilização Brasileira. Rene chega até a caracterizar a RCB como expressão de um

pensamento coeso, constituindo uma verdadeira "unidade" presente nos artigos da RCB. Leandro Konder, a respeito da diversidade expressa na RCB, nos diz o seguinte:

*Havia [na Editora Civilização Brasileira] um certo ecletismo controlado, porque na verdade ele [Ênio Silveira] estava orquestrando o encontro de exigências diferentes, de proveniências diferentes, marcas diferentes, de esquerda diferentes, desde o Partidão até pessoas que eram críticas em relação ao Partidão, em outras posições, outras propostas.*³⁶⁴

Konder contesta, assim, a idéia de um pensamento uniforme.

A esta concepção recolocamos nosso entendimento sobre o espaço da RCB constituído por setores múltiplos de oposição que lutavam contra a ditadura militar. Nesse caso as análises de Vieira e Isabel Azevedo se aproximam a nossa análise sobre o papel da RCB. O primeiro procurando compreender as redes de relações sociais em torno da editora pôde identificar a ação política coletiva na RCB e os limites de sua organização. A segunda através da sistematização da revista mostrou o objetivo concreto da revista de insistir no debate pela democracia. Embora a análise de Pécaut também considere a revista heterogênea sua perspectiva de análise sobre o nacionalismo paulista e carioca tendeu a marcar o papel da RCB como o debate de um setor carioca de esquerda. A nosso ver, o papel da RCB se dava na tentativa de organização de uma frente de oposição ao golpe, de caráter plural, integrando nacionalistas e socialistas.

A repercussão da RCB restringiu-se a determinado público. Como o próprio Moacyr Felix afirmou, em entrevista no Pasquim de 1977³⁶⁵, a revista foi uma publicação "de cunho acadêmico mas fora da Universidade". Ou seja, um grande público não teve nas mãos a RCB mas esteve na pauta do debate traçado pela revista. A RCB custava três vezes mais que os Cadernos do Povo³⁶⁶ e era vendida em livrarias, bancas de jornal e através de reembolso postal, apresentava um estilo, um formato e tipos de artigos específicos e direcionados para uma parcela da sociedade. Se por um lado esse público limitou-se a uma parcela mais específica da sociedade brasileira, por outro, foi nessa mesma condição de classe, que agrupou empresários, classes médias, partidos, universitários, secundaristas, que ampliou a

³⁶⁴ Leandro Konder em entrevista concedida a Luiz Renato Vieira . VIEIRA, op. cit., p. 124.

³⁶⁵ FELIX, op. cit., p. 7.

³⁶⁶ A série foi proibida de circular pela repressão, conforme capítulo 2, seu formato e apresentação de temas sociais eram menos aprofundados e visava suscitar o debate para um público mais amplo.

frente de oposição ao regime autoritário. Nesse caso vale lembrar que alguns acontecimentos como a "Marcha dos Cem Mil", em 1968, foi representada principalmente por esses grupos.

Desta maneira, não podemos desconsiderar que a criação e as escolhas editoriais da RCB estiveram ligadas a dar continuidade a um trabalho que promovesse a reflexão e o debate, mesmo que não estivesse direcionada para um público mais amplo, como fora para os Cadernos do Povo Brasileiro. Mas, justamente, ao tentar continuar a série *Cadernos*, tentava-se dar continuidade, dentro das possibilidades ainda encontradas, a um projeto político que crescentemente sofreu restrições.

A atuação da oposição ao regime, no período estudado, tinha como tese central a luta contra o imperialismo. No momento político atual, em que a globalização é entendida dentro do quadro das exigências políticas econômicas, constrói-se mais uma vez a idéia da inevitabilidade, pelas vias econômicas, de estarmos inseridos no processo de modernização e desenvolvimento na ordem do capital. Restando como possibilidade de oposição às decisões políticas do governo brasileiro, tentativas isoladas e específicas de reinvidicações. Como por exemplo, as lutas pela reforma agrária.

Os regimes autoritários foram longamente justificados por "salvarem" ou "preservarem" a ordem capitalista, ainda assim como "remédios amargos", "métodos desagradáveis" que teriam, na visão liberal, sido inevitáveis. Com base em Quartim³⁶⁷, podemos constatar que a democracia "como forma política do progresso social e do interesse coletivo" ficou limitada ao entendimento burguês da liberdade econômica que "constitui, para a ordem dominante, a mais sólida garantia das liberdades políticas e dos direitos cidadãos". Entretanto, a RCB como projeto editorial propunha justamente criticar as condições de desenvolvimento do capitalismo brasileiro sob a ditadura civil-militar.

3.4. O desenrolar da crise política e financeira: décadas de 1970 e 1980.

“Como sabemos é através do livro que se faz a bolchevisação dos espíritos, criando-se assim, o material humano – os militantes e ativistas – para as ações de terror e subversão”³⁶⁸. s/autoria

³⁶⁷ MORAES, João Quartim. Liberalismo e fascismo, convergências. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.º 8, p. 30, 1999.

³⁶⁸ Documento do DOPS sem assinatura de 02 de março de 1970. Fundo Polícia Política: APERJ.

Em sua maioria, as pesquisas que se debruçaram sobre a história da Editora Civilização Brasileira até o presente momento associaram imediatamente a ação desta editora a importante atuação de seu editor na oposição política à ditadura. Em *O Livro no Brasil*, Laurence Halewell, afirmou que “Ênio Silveira manteve-se fiel a uma política editorial que pôs à prova os limites de tolerância de todos os governos desde Castelo Branco até Geisel”³⁶⁹. Luiz Renato Vieira considerou a ECB como “um dos mais importantes pólos de atividade intelectual no Rio de Janeiro nas décadas de 50 e 60”, reunindo um “grupo de intelectuais que teve como referência institucional a Editora Civilização Brasileira (RJ) ao longo das décadas de 60 e 70”³⁷⁰. Fernando Paixão afirmou que a Civilização Brasileira destacou-se por “criar coleções ligadas aos temas do momento dos anos 60, como ideologia, consciência nacional, realidade”³⁷¹.

No entanto, além de retomar todo período da trajetória da ECB e destacar sua importante atuação na oposição política à ditadura, com suas publicações e militância política, como fizemos no último item, nosso objetivo foi também o de verificar as condições da continuidade do projeto político-editorial da ECB após 1979 para analisar como seu editor atuou no processo de abertura democrática, ainda do ponto de vista empresarial e político como editor militante. Para chegar nesse momento precisamos ainda destacar alguns fatos desse processo de crise da editora nos anos 70.

A partir dos anos 70, nesse segundo momento da direção de Ênio Silveira e terceiro da história da editora, além de várias mudanças em sua vida pessoal - devido o falecimento de sua esposa, Cleo Marcondes Ferreira, em 1970 – ocorreram também diversas alterações no cenário político e econômico da época que levaram a ECB ao enfrentamento de uma grave crise interna, ao mesmo tempo em que ela tentava prosseguir com seu projeto editorial Veremos em seguida como isso ocorreu.

No ano de 1970 cristalizou-se a crise financeira da editora em seu segundo pedido de concordata. Nesse mesmo ano pediu novamente concordata, preventiva, afirmando que:

era o procedimento mais leal que poderia assumir com os autores, gráficos, papeleiros e demais credores (...). A essa situação chegou dada uma série de circunstâncias adversas, (...): a invasão e destruição da antiga sede da companhia, na rua 7 de setembro n.97, ocorridas em janeiro de 1971, acarretando vultosos danos, fixados em laudo judicial, num valor superior a CR\$2.500.000,00; a perda de seu tradicional ponto de venda, que a privou de uma receita bruta anual de CR\$2.000.000,00, que foi alcançada

³⁶⁹ HALLEWELL, op. cit., p. 535.

³⁷⁰ VIEIRA, op. cit., p. 15.

³⁷¹ PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998, p. 109.

no exercício de 1970; a esses danos e prejuízos, acrescidos dia a dia; somaram-se ainda despesas com m.d.o ociosa e obrigações financeiras de grande monta

Além disso, prosseguia a perseguição política no país, sendo Ênio Silveira absolvido em 1972 do inquérito sobre o livro “Guerra Quente na América Latina”, considerado de teor subversivo, como já mencionamos, e havendo mais um atentado à livraria. Levando em consideração perseguições desse mesmo teor, podemos citar ainda a censura, em 1970, ao livro *Quarup*, de Antonio Callado³⁷², publicado em 1967. Na observação da polícia encontra-se: “pessoa que leu, classificou-o de altamente subversivo, equivalente a um manual de guerrilhas”³⁷³. A conclusão da investigação resume a preocupação da polícia com o papel do livro: “Como sabemos, é através do livro que se faz a bolchevisação dos espíritos, criando-se assim, o material humano – os militantes e ativistas – para as ações de terror e subversão”³⁷⁴.

Mesmo sob tais pressões Ênio Silveira continuava a editar e reeditar. Ainda em 1970, vários autores responderam ao editor à proposta encaminhada para a reedição do livro *Os Dez Mandamentos*, que continha textos de vários autores.³⁷⁵ Através da análise de algumas das correspondências trocadas entre o editor e seus autores, podemos perceber que, além de existir uma relação muito próxima entre eles, muitas delas são reveladoras das posições políticas de seus autores. Entre elas citamos a carta-resposta de Jorge Amado, um dos autores do livro, para Ênio Silveira em defesa explícita à posição política do editor naqueles anos.

*Caro Ênio,
recebi sua carta de 5 de junho.
Estou de acordo com os termos de sua proposta para reedição de Os Dez Mandamentos.
Há poucos dias – mais exatamente no dia 3 – lhe escrevi carta enviada para seu endereço do Parque Guinle, não sei se chegou às suas mãos. Nela reafirmava minha solidariedade a você ante os processos de que é vítima, e autorizava a utilização de meu nome em qualquer documento de solidariedade à sua atividade de editor e homem público. Como não sei se a carta foi recebida, mais uma vez aqui lhe asseguro a solidariedade que você bem merece. Um abraço do velho amigo*

*Jorge Amado*³⁷⁶

³⁷² Antonio Callado teve seus direitos políticos suspensos em abril de 1969.

³⁷³ Documento do DOPS sem assinatura de 02 de março de 1970. Fundo Polícia Política: APERJ.

³⁷⁴ Documento do DOPS sem assinatura de 02 de março de 1970. Fundo Polícia Política: APERJ.

³⁷⁵ Esta obra, como citamos no item anterior, foi publicada pela primeira vez em 1965 com apoio do INL através do sistema de co-edição.

³⁷⁶ Carta assinada por Jorge Amado para Ênio Silveira, datada de 12 de junho de 1970. Acervo Editora Civilização Brasileira.

Podemos observar que a relação autor-editor ultrapassava o âmbito profissional, mas se estendia a esfera pessoal e política, como está retratado acima com o conhecido autor comunista Jorge Amado. Outros exemplos deste mesmo tipo de solidariedade ao editor revela-se nas seguintes frases:³⁷⁷

“Aproveito o ensejo para expressar, apesar de tudo, minha admiração ao homem Ênio Silveira, como perseguido e como perseverante” (Moacir C. Lopes).

“Queira receber os melhores agradecimentos, daquele que a seu modo e intensidade, também é um perseguido muito persistente, o” (João Antonio)

“Outrossim, saúde e fraternidade (como li num ofício). Ou Atos, Portos & Aramis” (Guilherme Figueiredo)

Entre aqueles que não se solidarizaram verbalmente nas cartas, o que não quer dizer que não se solidarizassem de fato, encontram-se os escritores Orígenes Lessa e Carlos Heitor Cony. Este último chegou a afirmar no meio da carta que: “das últimas vezes que estivemos juntos não pude tratar de alguns problemas, pois você vivia – e vive ainda – um período bastante tenso.”³⁷⁸. Dois anos depois, surgem novas cartas-respostas ao editor sobre outra reedição do livro, mas, desta vez, para ser lançado como publicação do Círculo do Livro. Há quatro cartas-respostas: de Marques Rebelo, Orígenes Lessa, Jorge Amado e João Antonio Ferreira Filho sobre a reedição. Nelas não há mais nenhuma menção pessoal ao editor. Consta apenas em uma das cartas, a título de curiosidade, que a tiragem inicial prevista nessa edição do Círculo ou Clube do Livro é de dez mil exemplares³⁷⁹.

Para obtermos uma compreensão mais significativa do significado deste número inicial de tiragens no relançamento de *Os dez mandamentos* em relação ao conjunto das publicações da editora naquela fase de dificuldades econômicas, podemos utilizar alguns dados fornecidos por ela para uma pesquisa acadêmica, localizado no acervo da editora.³⁸⁰

Segundo esses dados, em meados dos anos 70 a editora publicava preponderantemente “livros de ficção”, “livros ecléticos” e “outros” na área de Ciências Sociais. Esses tipos de livros foram assinalados pela editora numa lista que continha além deles: livro técnico ou

³⁷⁷ Esses fragmentos foram retirados das cartas dos autores do livro *Os dez Mandamentos*, nas quais concordavam com a sua reedição nas condições oferecidas por Ênio Silveira. Não sabemos as condições exatas desta publicação, pois não localizamos a carta do Ênio para os autores, mas apenas suas repostas. No entanto, uma delas menciona que a proposta consistia em uma co-edição da Civilização com o Clube do Livro ou iria sair pelo Clube do Livro.

³⁷⁸ Carta de Carlos Heitor Cony para Ênio Silveira, de 11 de junho de 1970.

³⁷⁹ Comentário em carta de João Candido Ferreira Filho, de 25/09/1972.

³⁸⁰ Questionário formulado por Francisco Gabriel Heidemann encaminhado para a editora em 12/05/1976 como pesquisa de sua dissertação de mestrado sobre o “capital circulante das s. a. editoras”. Documento do acervo da ECB localizado em arquivo do Grupo Editorial Record.

livro texto; livro didático; best-seller e livro confessional. A tiragem média informada foi de 3500 exemplares – sendo esta uma das estratégias do editor para manter suas publicações ainda no mercado -, e por ano publicava-se em média 100 títulos, sendo que 45% deles eram traduzidos de outros idiomas. Fica evidente que a tiragem de dez mil exemplares para um único título estava muito acima da tiragem média da editora. Ainda sobre esses aspectos do mercado que explicitam as formas da “arte comercial” de Ênio Silveira, intrínseca a sua função, o questionário nos informa que a editora dependia de empréstimos no sistema financeiro; recorria ao desconto de duplicatas; era uma empresa exclusivamente do ramo editorial; não tinha capital estrangeiro; era administrada por proprietário; funcionava em prédio próprio; não possuía gráfica; tinha sistema próprio para comercializar seus livros; filiais para comercializá-los; utilizava banca de jornal, mas o principal canal de distribuição ou comercialização era a rede de livrarias; a venda de seus livros era financiada, vendia à crédito com prazo médio de 90 a 100 dias; não vendiam diretamente ao consumidor.

A esse quadro da empresa acrescenta-se que a distribuição geográfica de seus livros, segundo o número de exemplares, era feita majoritariamente na região sudeste: 50% no Rio de Janeiro; 20% em São Paulo; 8% em Minas Gerais e Espírito Santo juntos; 7% no Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); 5% no Norte (Pará, Amazonas e Acre); 5% Nordeste (da Bahia ao Maranhão) e 5% também no Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso e Goiás)³⁸¹.

Há ainda um outro questionário do mesmo estudo que avalia os anos anteriores, 1974 e 1975. Nesse questionário aparecem alguns valores da empresa interessantes para uma visão mais apropriada dos recursos por ela empregados. O faturamento da editora foi de “Cr\$ 6.260.928,07 em 1974 e Cr\$13.484.674,37 em 1975”, assim como a empresa despendeu com direitos autorais “nacionais Cr\$418.385,07 e estrangeiros Cr\$272.949, 12 em 1974 e em 1975 “Cr\$864.936,25 com nacionais e Cr\$165.277,78 com estrangeiros”³⁸². Apesar desses dados poderem indicar a possibilidade de fazer muitas avaliações se fossem comparados aos de outras editoras, apenas ratificamos que o valor maior gasto com pagamentos a autores nacionais, confirmando a predominância de autores nacionais na editora.

Posteriormente, mas no mesmo ano, a editora sofreu um atentado à bomba. O acontecimento teve grande repercussão na época, fazendo com que recebesse apoio e solidariedade de diferentes setores. Por exemplo, em matéria de jornal assinada por Dalmo de Abreu Dallari,

³⁸¹ Dados do mesmo questionário para o ano de 1974.

³⁸² Questionário sobre a produção editorial de 1974 e 1975.

O presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Dalmo de Abreu Dallari, enviou uma carta de solidariedade a Ênio Silveira, em virtude do atentado terrorista contra a Editora Civilização Brasileira, no Rio. Esse é o texto da carta:

“Tomando conhecimento do atentado sofrido por essa editora, a Comissão Pontifícia Justiça e Paz não poderia deixar de fazer sentir a V.Sa a nossa natural solidariedade a quantos suportam a carga das injustiças como aquelas de que essa entidade, autodenominada AAB, vem distribuindo impunemente, sem que se tenha ciência de qualquer ato investigatório útil por parte do Poder Público. Queremos também fazer sentir a nossa simpatia às ilustres pessoas mencionadas como futuras vítimas, acreditando que as autoridades competentes, diante do aviso dado, as cerquem da segurança que lhes é devida.”³⁸³

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também publicou uma nota que saiu no jornal O Globo considerando-o um “ato de violência contra a cultura (...) e expressa total repúdio à forma terrorista de se combater idéias, cerceando a livre manifestação do pensamento falado e escrito”³⁸⁴.

Em 1975 a ECB publicou um livro que teve grande aparição na imprensa na época. O título de uma das matérias a respeito era: “Um livro contra o Brasil (Salomão Jorge)”, como segue abaixo:

A editora “Civilização Brasileira” acaba de publicar o livro “Solano Lopez O Napoleão do Prata”, da autoria de Manlio Cangogni e Ivan Boris. O editor Ênio Silveira nos informa que são dois historiadores italianos os autores da “obra que considera interessantíssima e é o resultado de longas e minuciosas pesquisas”.

Mas o que não se compreende é que uma conhecida editora brasileira após mandar traduzir por um sr. Juan Agullo Conejos “Il Napoleone de Plata”, impresso em 1970 em Milão por Rizzoli Editore, difundisse esse conjunto de baboseiras sem nenhum valor histórico, e que não passa de um acinte, de uma afronta, de uma injúria a grandes nomes do nosso Exército e da nossa Marinha, que se impuseram pelos serviços prestados à Pátria, ao respeito, à gratidão e ao culto de todos os brasileiros.

(...)

O livro editado por Ênio Silveira recolhe todas as infâmias contra o Brasil

(...)

As acusações ao nosso soldado, contidas no cartapacio editado por Silveira, além de ridículas, carecem de qualquer prova, reduzindo-se a uma reles complicação de espantosos e contumélias.

³⁸³ ARQUIDIOCESE paulista solidariza-se com Ênio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10/12/1976. Documento da polícia despachado em 13.12.76. Fundo Policia Política: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

³⁸⁴ Matéria do jornal O Globo de 8 de dez de 1976. Fundo Policia Política: APERJ.

(...)

Para os autores do livro difundido por Ênio Silveira, “Tamandaré se achava mais a vontade nos salões do Rio e de Buenos Aires que sobre a coberta de um navio”. (pág. 149).

(...)

Sente-se que os autores de “Solano Lopez O Napoleão do Prata”, tentam desmerecer, apoucar, deslustrar as nossas vitórias na guerra do Paraguai como o próprio mérito dos heróis do nosso Exército e da nossa Marinha, transformados pelos dois historiadores de fancaria em condutores relapsos, indecisos, medrosos, hesitantes. Eis como é descrito Francisco Manuel Barroso da Silva, o Barão do Amazonas, o herói de Riachuelo, o homem que usou pela primeira vez, ao derrotar a esquadra paraguaia, com seus decisivos golpes de ariete, o processo que seria depois utilizado, em 22 de junho de 1866, na batalha de Lissa no Adriático³⁸⁵

Esse é apenas mais um exemplo das acusações da polícia sobre o editor, mas as investigações continuavam para além de seus livros. Em 1975 foi verificado pela polícia política que a ECB tinha relações comerciais com a Cia. Brasileira de Promoções, Comércio e Serviços Borges & Damasceno³⁸⁶, e que essa empresa criou uma maneira de tentar minimizar os problemas financeiros da ECB da seguinte forma:

... foi apurado que a Diretoria com o objetivo de superar a crise-econômica, através de contra-reembolsos nas Caixas Postais, endereçava aos interessados e pretendentes, as mencionadas propostas para aquisições do citado livro apesar de ser conhecedora das aberrações ali contidas. Com a implantação das ‘promoções-brindes’, conseguiram retirar do estoque todos os exemplares em questão, esgotando-se todas as edições de ‘QUARUP’.³⁸⁷

A Borges e Damasceno era uma das empresas que distribuía os livros da Civilização. Qualquer contato com o editor tornava-se foco de investigação da polícia.

Ao longo de todos os percalços da editora, podemos verificar que o editor foi persistente em sua militância. Em fins dos anos 70, apesar da crise financeira, a ECB não só voltou a publicar autores e títulos de esquerda, como também investiu na revista *Encontros*, uma vez que o próprio editor Ênio

(...) já era aceito pelas autoridades o suficiente para ser incluído numa delegação de três pessoas que iria propor ao ministro da Educação, Eduardo

³⁸⁵ SEÇÃO livre. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30/11/1975.

³⁸⁶ Localizamos no acervo da Civilização Brasileira muitos documentos da Borges & Damasceno referentes ao trâmite da distribuição e venda de livros.

³⁸⁷ Informações do DGIE Policia Política a pedido do Ministério do Exército 1975. APERJ

Portela, futuras medidas do governo em apoio à indústria e ao comércio do livro; os outros eram Sérgio Lacerda, da Nova Fronteira, e Jorge Zahar³⁸⁸.

Se entendemos que o funcionamento do campo editorial tem uma dinâmica própria e nela pesam o econômico, mas também o político e cultural, no caso da ECB o que contribuiu para a mudança de posição da editora no mercado e por outro lado o reconhecimento cultural do editor no campo, não foram apenas suas publicações orientadas por uma linha editorial de esquerda, mas o conjunto de ações de oposição que o editor construiu ao longo de sua trajetória. Podemos afirmar que Ênio Silveira não só era produto da cultura política de resistência ao regime, mas contribuiu para sua formação. Os desdobramentos que vem a ocorrer em fins de 70 e nas décadas seguintes estarão ligados às posições dos intelectuais nos quadros das universidades e dos partidos políticos.

A respeito desse novo período para a editora, segundo Hallewell, a produção da editora Civilização Brasileira, “... nos últimos anos do governo Figueiredo, ainda impressionava: cerca de duzentos títulos por ano, 60% dos quais novos, 30% de ficção nacional, 20% de ficção estrangeira contemporânea e 30% de obras brasileiras de ciências sociais”.³⁸⁹ Nessa época a editora também tinha um programa de co-edições com a Universidade do Ceará e era distribuidora de três editoras portuguesas (CLB, Antídoto e Sociocultural).

De acordo com a pesquisa realizada até o momento, sabemos que do ponto de vista empresarial a editora enfrentou imensas dificuldades financeiras resultando, inclusive, na venda de suas ações e, do ponto de vista político-cultural, esteve diante de uma nova conjuntura mais favorável às publicações “de esquerda” e à reorganização política dos partidos e da sociedade civil. Muitas editoras faliram nos anos da abertura. A perseguição política e os conseqüentes entraves creditícios foram determinantes para dificultar ou impossibilitar de vez a recuperação financeira das pequenas ou médias empresas. Esse não foi um caso particular da Civilização Brasileira, mas também das editoras de oposição criadas entre as décadas de 70 e 80, como mostrou Flamarion Maués; análise mencionada no capítulo um.

Nessa fase do funcionamento da editora nos anos finais do regime militar buscamos analisar os desdobramentos da nova conjuntura política da abertura para a manutenção de sua

³⁸⁸ HALLEWELL, op. cit., p. 597.

³⁸⁹ HALLEWELL, op. cit., p. 598.

linha editorial e de sua empresa, bem como seu papel naquele processo político.³⁹⁰

Assim, a crise da editora pode ser entendida num processo que iniciou na ditadura militar e percorreu toda década de 80 e 90 do século XX. É importante observar ainda que este processo coincide com uma nova composição do campo intelectual e político. Se na função de editor Ênio Silveira se caracterizou ao longo de sua trajetória como um intelectual progressista inserido em movimentos da esquerda intelectual e política, como sua atuação político-cultural se constituiu a partir da Anistia? No próximo capítulo analisamos esta sua participação.

Apesar de 1979 ser o ano da Anistia, o quadro ainda é de muitas incertezas quanto à direção do processo político. Para aprofundar nossa análise sobre essa cultura política e sua expressão na nova conjuntura da abertura analisaremos uma de suas publicações da época, a *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* considerando, portanto, o conjunto da análise realizada até o momento sobre a Editora.

Nos anos 80 houve uma diminuição significativa dos autores estrangeiros e aumento dos autores nacionais no catálogo da Editora. Dos 78 títulos publicados em 1982, 37 (quase metade) eram lançamentos de primeira edição. Diante das dificuldades, em 1985, Ênio Silveira fez um acordo com Manoel Bullosa, banqueiro português, proprietário das editoras Difel e Bertrand, que “mantinha boas relações com a esquerda portuguesa”³⁹¹ para que a editora conseguisse se manter financeiramente, frente à possível falência. Nesse ano consta que a *Civilização Brasileira* vendeu, em fevereiro de 1985, na praça do Rio de Janeiro, 46.303.189 livros e a Difel 32.871.419, e, em dezembro, a *Civilização Brasileira* teria vendido 54.220.675 e a Difel 83.763.100³⁹². Se retomarmos os valores de faturamento apresentados acima para os anos de 1974 e 1975 notamos que há enorme discrepância entre seus valores. Em dez anos a Editora já não estava entre as 10 editoras no ranking da produção editorial. Como parte desse processo, nos anos 90, o catálogo da editora apresentará um maior número de autores nacionais assim como foram publicadas muitas co-edições.

Em maio de 1996 há a mudança de razão social da ECB, que já havia sido incorporada pela editora Bertrand Brasil S. A. Em função dessa união, a empresa passou a denominar-se

³⁹⁰ Em fins dos anos 70, antes mesmo de iniciar a enxurrada de títulos políticos, datada pelo fim da censura, a ECB lançou a revista *Encontros com a Civilização Brasileira* dando continuidade a *Revista Civilização Brasileira*. Essa proposta editorial será analisada no próximo capítulo quando trataremos com maior ênfase o editor como organizador da cultura neste período.

³⁹¹ Luiz Celso, atual diretor financeiro da Editora Record, ex-funcionário da Editora *Civilização Brasileira* na época da BCD. Entrevista em 05/07/07.

³⁹² Fichário Informe de Rendimentos, 1985.

BCD União de editoras S.A.³⁹³. No entanto, a Record comprou a BCD em 1996 e os nomes de Bertrand e ECB se desvincularam e se tornaram dois selos da Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.

Antes de morrer, com 70 anos, em 10/01/1996, no Rio de Janeiro, Ênio Silveira escrevia um livro de memórias e trabalhava no relançamento da Revista Civilização Brasileira. Moacyr Felix encarregou-se do livro³⁹⁴ e o projeto da Revista não se concretizou. Apesar de todos os percalços da trajetória da Editora, Ênio Silveira afirmava com orgulho que ao longo de sua “atividade de editor já publiquei(cou) mais de quatro mil títulos”.³⁹⁵

³⁹³ Decisão referendada na Assembléia Geral de 26/04/1996. Documento sobre a editora Civilização Brasileira. Arquivo do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, no Rio de Janeiro.

³⁹⁴ FELIX, Moacyr (Org.). *Ênio Silveira: arquiteto das liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

³⁹⁵ Ênio Silveira em entrevista publicada Rio Artes, nº 13, 1994. In: FELIX, op. cit., p. 48.

CAPÍTULO 4 – A TRAJETÓRIA DA EDITORA BRASILIENSE (1943-1985)

Com os mesmos objetivos do capítulo anterior, resgatamos a trajetória da editora Brasiliense, desde sua fundação, para analisar a construção do seu projeto editorial tendo em vista as ações de seus editores. Diferentemente do histórico da Civilização Brasileira, no qual pudemos centralizar a abordagem nas ações de um editor, no caso da editora Brasiliense devemos acompanhar o empreendimento inicial de intelectuais pecebistas no momento em que a editora foi criada. Nesse sentido, será importante destacarmos os papéis de Caio Prado Júnior e, finalmente, de seu filho Caio Graco Prado, que imprimiu mudanças significativas no interior da empresa.

Para empreender tal análise, identificamos na trajetória da Editora Brasiliense - criada em 1943 como desdobramento do projeto de publicar livros do Partido Comunista do Brasil (PCB) - três fases que configuram seu projeto, como apresentamos a seguir.

4.1. A fundação da editora e a vinculação de seus fundadores com o PCB

O início da editora está ligado às tentativas da publicação da revista *Hoje - o mundo em letra de forma* marcando a fundação da editora *Brasiliense* em 1943. Ao divulgar temas sobre a realidade brasileira com críticas à ditadura do Estado Novo (1937-1945) a revista concretizava, naquele ano, o objetivo de Caio Prado Júnior, Monteiro Lobato e Artur Neves de distribuir clandestinamente um material produzido pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)³⁹⁶. A maioria dos textos era apresentada por autores brasileiros, em boa parte pelos fundadores da revista.

³⁹⁶ Segundo Ênio Silveira, “o Lobato era, entre outras coisas fascinantes acusado de comunista; ele não era propriamente comunista, mas simpatizava com o partido (...) não era membro do partido, mas era muito amigo de comunistas e sempre esteve ao lado do partido nos momentos mais difíceis”. Ênio Silveira apud PAIXÃO, Fernando. *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999, p. 53,

Do ambiente intelectual da elite paulista surgiam os nomes de prestígio vinculados à fundação da editora, fato este que garantiu o impulso necessário para a continuidade da empresa. Segundo Pedro Paulo Moreira:

*(...) por ter surgido já com o prestígio de pessoas há muito presentes no meio editorial, como Monteiro Lobato e Artur Neves, a Brasiliense contou com uma valiosa ajuda tanto no que se refere à produção e à impressão de livros, como no concernente à sua distribuição*³⁹⁷.

O Partido Comunista do Brasil em quase todo tempo de sua existência permaneceu na clandestinidade. Desde julho de 1922, ano de sua criação, já fora considerado ilegal pelo governo Artur Bernardes, sendo essa situação alterada apenas entre janeiro e agosto de 1927. Desse momento até 1945, o PCB não teve reconhecimento legal para sua participação política, o que não o impediu de atuar. A própria iniciativa de alguns de seus membros de publicar textos para divulgar suas idéias na revista *Hoje - o Mundo em Letra de Forma* garantia sua oposição à política ditatorial do Estado Novo. No entanto, os organizadores da revista não tinham a intenção de ficar só com essa publicação e avançavam em sua iniciativa disponibilizando recursos pessoais e familiares para o empreendimento maior de criar uma editora com objetivo de “dar voz aos cromatismos e às dissonâncias do pensamento brasileiro, criando um espaço em que os escritores pudessem expressar as suas idéias livremente”³⁹⁸.

As "dissonâncias do pensamento brasileiro" eram, na então editora Brasiliense, compostas por temas que tratavam das questões da história recente do país e, em particular, referiam-se "à política rural, às leis trabalhistas, à reforma agrária, à política alimentar"³⁹⁹. A importância do tratamento dessas temáticas relacionava-se aos desdobramentos da forma de desenvolvimento econômico existente no Brasil desde os anos 30. Era o momento em que passara a vigorar a legislação trabalhista e o salário mínimo fora fixado, o que dera ao Estado o papel de regulamentador da relação capital/trabalho e ainda de "formador do preço da força de trabalho".⁴⁰⁰

Diante desta conjuntura política, as publicações tratavam recorrentemente de defender os interesses da classe trabalhadora contestando as questões trabalhistas e agrárias, pois havia um deslocamento paulatino das atividades econômicas do setor cafeeiro para o setor industrial

³⁹⁷ Depoimento de Pedro Paulo Moreira. IUMATTI, Paulo Teixeira. *50 anos de Brasiliense (1943-1993)*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. XVII.

³⁹⁷ Ibidem, p. 1.

³⁹⁸ Ibidem, p. 1.

³⁹⁹ Ibidem, p. 2.

⁴⁰⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente-1964-1992*. São Paulo: Ática, 1996, p. 8.

nesse período. Entre 1945 e 47, tempos de redemocratização no governo Dutra, o PCB saiu da ilegalidade e a editora lançou a revista *Fundamentos*, onde se expressaram as mudanças de orientação de seus autores em relação ao partido, pois as "discordâncias com relação à política do PCB tomavam um caráter cada vez mais explícito"⁴⁰¹.

Nesses anos iniciais, entre os 19 autores brasileiros publicados, a editora não apresentou nenhuma publicação de grande destaque para o mercado de livros. No entanto, sua livraria, de mesmo nome, tornou-se, em São Paulo, um importante lugar de encontro para a crescente formação de um público atraído pela presença de Monteiro Lobato⁴⁰². Foi apenas a partir da década seguinte que algumas publicações se tornaram responsáveis pelo sucesso editorial da *Brasiliense*. Mais do que publicar textos do PCB, a Editora foi se comprometendo com a diversificação de idéias entre a própria esquerda, debatidas por intelectuais que discordavam do modelo político vigente. Dentre outras coleções que tinham esse perfil, a título de exemplo, a editora publicou, em 1945, a coleção Problemas Brasileiros sob a coordenação de Caio Prado Junior, cuja proposta era a

*apresentação e a discussão de projetos e pesquisas interdisciplinares visando à solução de problemas atuais relativos às condições de vida da população (...), à política alimentar, às leis trabalhistas, à reforma agrária, às diretrizes para uma política rural e à política externa.*⁴⁰³

Na década de sua fundação, além de Monteiro Lobato e Sr^a Leandro Dupré, os principais autores foram: Nelson Palma Travassos, Sergio Milliet, Paulo Prado e Thomaz Oscar Marcondes de Souza, intelectuais de formação tradicional e críticos do Estado Novo. A respeito do conjunto dos autores e dos temas da *Brasiliense* nos anos 40 concluiu Iumatti:

*a Brasiliense adensara uma parcela da intelectualidade de esquerda e liberal nos tempos da rua D. José de Barros, um dos palcos da luta de diversos intelectuais e militantes pelo estabelecimento de alicerces políticos democráticos nos quais os grupos oprimidos tivessem uma efetiva participação, em meio à esfera geral da 'opinião pública' (...) preocupada em trazer à tona (...) o debate acerca da democracia, das condições de vida dos moradores das periferias citadinas e da imensa maioria de habitantes do campo, congregava em torno de sua proposta, mesmo que apenas em parte, muitos intelectuais de diverso matiz ideológico. Os autores dos livros dessa coleção (...) destacavam-se por serem quase todos, aparentemente, de esquerda.*⁴⁰⁴

⁴⁰¹ IUMATTI, op. cit., p. 2.

⁴⁰² PAIXÃO, op. cit., p. 129.

⁴⁰³ IUMATTI, op. cit., p. XXIX.

⁴⁰⁴ IUMATTI, op. cit., p. XXXIX.

Para finalizar, é importante ressaltar que o vínculo com o PCB ocorreu apenas devido à primeira iniciativa de Caio Prado Junior e Artur Neves, militantes do partido. No caso específico de Caio Prado, ele foi eleito deputado estadual em 1947 pelo PCB. Entretanto, não podemos afirmar que a Brasiliense tenha sido uma editora vinculada estreitamente aos interesses do partido comunista e, em nenhum momento de sua história, apresentou-se de forma sectária quanto às escolhas das obras.

4.2. A editora de Caio Prado Junior: para além do PCB, a intelectualidade paulista até 1964.

Nos anos 50, a editora publicou as *Obras Completas* de Lima Barreto⁴⁰⁵, autor marginalizado até aquele momento, cuja obra era definida pelos críticos da época como expressão de literatura vulgar e simples. No entanto, concordamos com Carlos Nelson Coutinho quando diz que Lima Barreto foi

*...o primeiro grande intelectual brasileiro a se beneficiar diretamente (da)... maior explicitação das contradições sociais, (da)... primeira, ainda que incipiente, tentativa de organizar a partir de baixo a vida política e cultural brasileira.*⁴⁰⁶

Foi justamente por seu caráter realista e militante, criticando as injustiças na sociedade brasileira, que o escritor pode ser identificado à linha editorial proposta pela *Brasiliense*. Acreditamos, assim, que a posição da Editora no campo editorial foi se legitimando pelo caráter de suas publicações ser dirigido a um público crescentemente acadêmico e preocupado com a formação crítica. Mas, apesar da editora ocupar, já na década de 50, uma posição importante no campo editorial, em especial junto a um determinado setor de intelectuais na sociedade brasileira - posição esta conquistada também por seu editor Caio Prado Junior⁴⁰⁷ - ela não liderava as vendas no conjunto desse mercado⁴⁰⁸.

Ainda nos anos 50 a editora publicou a Revista Brasiliense (1955 - 1964), que pode ser destacada como uma importante publicação pela contribuição ao debate nacionalista da época.

⁴⁰⁵ Lima Barreto (1881-1922) publicou em vida o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, sua obra mais conhecida, na qual critica, segundo Carlos Nelson Coutinho, o "(...) modelo de desenvolvimento 'prussiano', pelo 'alto', que o florianismo e o militarismo (tema central do romance) encarnavam tão bem".

⁴⁰⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 27.

⁴⁰⁷ Caio Prado Junior (1907-1990), de família tradicional paulista, foi casado com Herminia Ferreira Cerquinho, com quem teve 3 filhos: Roberto Nioac Prado, Yolanda Cerquinho Prado e Caio Graco Prado.

⁴⁰⁸ Paulo Teixeira Iumatti afirmou que a Brasiliense vendeu grandes quantidades de livros para o MEC e o INL, mas não apresentou nenhum exemplo dessas vendas e por enquanto não obtivemos mais dados.

Lançada no período em que o projeto estatal de desenvolvimento econômico passava por significativas mudanças - devido à participação do capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento nacional - a Revista Brasiliense reforçava uma posição de contestação à política-econômica do governo de Juscelino Kubistcheck (JK). Ademais, devemos lembrar que foi essa Revista que garantiu a retomada das vendas da editora após uma significativa crise⁴⁰⁹ econômica e política em fins dos anos 40. A Revista Brasiliense, então criada por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, contou ainda com o apoio de outros intelectuais como Heitor Ferreira Lima, João Cruz Costa, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet, que juntos consolidaram:

*...um núcleo sem filiação política ou partidária, em torno do qual vários escritores, médicos e especialistas das mais diversas áreas (...) [pretendiam] ajudar na formação de uma consciência interessada na reorganização de nossa sociedade, levando em conta suas diversidades regionais, de modo a elevar o padrão de vida da grande maioria da população, condição sem a qual seria impossível a formação de uma nacionalidade brasileira.*⁴¹⁰

A importância da Revista Brasiliense pode ser constatada pela presença em seus artigos de uma reflexão de oposição às adequações da economia brasileira ao capital internacional e, portanto, refletia também as posições nacionalistas de alguns setores da esquerda brasileira⁴¹¹. Com base na análise de Paula Beiguelman⁴¹², podemos afirmar que o nacionalismo presente nos artigos da Revista Brasiliense defendia claramente a prioridade do capital nacional, bem como o maior controle do governo sobre as empresas estrangeiras que eram prejudiciais ao interesse nacional.

Apesar da defesa do modelo de desenvolvimento econômico apresentado na Revista - onde a editora representava um setor de esquerda da sociedade brasileira - não foi esse

⁴⁰⁹ Essa crise política ocorreu com a cassação do mandato de deputado estadual e a subsequente prisão de Caio Prado Júnior, em 1948, acrescida, ainda, da morte de Monteiro Lobato (sócio-fundador da Editora) e das grandes facilidades de importação do livro estrangeiro, dificultando as vendas do produto nacional.

⁴¹⁰ BEIGUELMAN, Paula. A Revista *Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Unesp e *Brasiliense*, 1989, p. 474.

⁴¹¹ Segundo Luiz Renato Vieira, o debate dentro da esquerda brasileira, nesse período, estava "inserido no conjunto do discurso e da política populista" e só será revisto em meados da década seguinte. VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos - Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 39.

⁴¹² BEIGUELMAN, op. cit. In: D'INCAO, op. cit., p. 474.

modelo que se sustentou a partir do governo JK, quando, ao contrário, a presença de multinacionais e do capital estrangeiro aumentou no país.

Por sua vez, o mercado editorial foi contemplado nesse período com apoio do governo sobre a indústria gráfica. Ao fazer "concessão de licenças de importação para o setor gráfico"⁴¹³, para que pudesse haver substituição dos equipamentos obsoletos - que tanto aumentavam o custo da produção como tornavam as editoras brasileiras muitas vezes "dependentes de impressores no exterior"⁴¹⁴ - o governo assegurou a esse setor um crescimento de 143,3% entre 1950 e 1960. Além disso, o governo também isentou o setor livreiro e a indústria de papel de vários impostos, reduziu as tarifas postais para livros e, apesar de não tocar nas medidas protecionistas sobre o papel estrangeiro, forneceu subsídios ao papel brasileiro para que fosse competitivo com o importado. Mesmo com a melhoria das condições materiais de produção do livro, não houve grandes mudanças em relação ao número de editoras, sendo, porém, nesse período que a editora Brasiliense expandiu sua empresa para outras regiões, inaugurando filiais em Recife e Porto Alegre.

Em 1960 a Brasiliense lançou a coleção *Jovens do Mundo Todo*, que publicava romances históricos e editava também livros dos autores da Revista Brasiliense. Com o golpe militar de 1964, a Editora continuou defendendo um perfil nacionalista e acompanhando as mudanças do pensamento político de esquerda que fazia uma "autocrítica e revisão das teses da esquerda"⁴¹⁵, acirrando a discussão na Revista Brasiliense.

A partir da ditadura militar, Caio Prado Júnior teve seus vínculos institucionais debilitados devido a sua posição política de esquerda. Desde 1964, ele se afastou gradativamente da Brasiliense, e seu filho, Caio Graco da Silva Prado, passou a ocupar diversos postos-chave na Editora. Caio Graco, porém, também acabou sendo atingido pela censura do regime e, "em 1964, ficou preso por dez dias no DOPS por publicar na editora a coleção *A História Nova do Brasil*", dirigida pelo historiador e general reformado Nelson Werneck Sodré".⁴¹⁶ Nesse mesmo ano o governo militar determinou "a invasão da gráfica Urupês e a destruição da composição dos exemplares de março/abril da Revista Brasiliense."⁴¹⁷ A ação estatal sobre as publicações de esquerda mostrava a crescente força da censura, da repressão e da coação.

⁴¹³ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 2005, p. 442-443.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 445.

⁴¹⁵ VIEIRA, op. cit., p. 39.

⁴¹⁶ EDITOR revolucionou mercado nos anos 80". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/06/1992, p. 6.

⁴¹⁷ IUMATTI, op. cit., p. 6.

A Revista Brasiliense pode ser considerada a mais importante obra da última gestão de Caio Prado. Para Moisés Vinhas, entre os militantes comunistas que desempenharam relevante papel no plano cultural no pré e pós-golpe de 64, deve-se destacar Ênio Silveira e Caio Prado Junior justamente por suas iniciativas de publicar respectivamente, as Revistas Civilização Brasileira e Brasiliense. Conforme mencionamos no capítulo 4, ao avaliarmos sua visão sobre o papel do editor Ênio Silveira à frente da Revista CB, o autor defende que, no plano cultural,

Em São Paulo, já antes de 1964, papel positivo na luta ideológica havia sido desempenhado pelo historiador e economista marxista Caio Prado Junior e pela Editora e Revista Brasiliense, que aglutinava intelectuais de valor, como Elias Chaves Neto, Samuel Pessoa e outros. Após 1964 tornara-se um centro de resistência ao autoritarismo. É bem verdade que nem sempre a sua existência e atuação foram bem entendidas, não só pelas conhecidas divergências de ordem teórica entre o historiador e a orientação predominante no PCB, como pelo fato de a Brasiliense ser de fato uma revista de frente, agrupando comunistas e não comunistas (nacionalistas), faceta esta que certamente não agradava aos mais sectários.⁴¹⁸

O golpe militar de 1964 interrompeu, assim, os "...tempos de euforia desenvolvimentista, de acelerada politização da sociedade, de amplos debates sobre a eficácia revolucionária da arte, de explosão de reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais."⁴¹⁹ E, rapidamente, traduziu-se em uma série de medidas de censura restringindo a liberdade de expressão. Alguns órgãos e leis foram criados com esse fim, como os atos institucionais desde 1964 e a Lei de Imprensa⁴²⁰ em 1967, cerceando publicações⁴²¹, autores e intelectuais até a generalização do controle sobre todas as formas de publicação, a partir do Ato Institucional n.º 5. Vejamos como a editora sobreviveu no novo quadro político.

4.3. A editora de Caio Graco Prado: 1965-1985

⁴¹⁸ VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 238-239.

⁴¹⁹ MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 24.

⁴²⁰ A Lei de Imprensa proibia a divulgação de matérias que acusassem qualquer pessoa do governo e dava ao Ministro da Justiça total poder para julgar e apreender jornais e revistas que o fizessem.

⁴²¹ Verificamos no acervo do DOPS/Rio de Janeiro duas publicações apreendidas pela polícia política. As duas eram do mesmo autor: CASTRO, Josué de. *Homens e Carangueijos*. SP: Brasiliense, 1967, 177 pgs; e CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. SP: Brasiliense, 1965, 169 pgs.

O período da ditadura militar arruinou financeiramente algumas editoras e a editora Brasiliense passou por esse processo de forma singular na década de 60; pois, ao mesmo tempo em que perdeu textos e autores, também apresentou um certo crescimento econômico. Segundo Iumatti,

Em 1967, durante o governo Castelo Branco a editora obteve um “lucro superior em 26% em relação ao ano precedente” e publicou a coleção América Latina - Realidade e Romance com sucesso (...). Mesmo assim até 1968 algumas publicações de autores críticos ao regime foram mantidas, como por exemplo, “a coleção Teatro Universal , criada em 1965 e dirigida por Sábato Magaldi. Trazendo ao público traduções dos grandes clássicos de dramaturgia, a coleção incluía também autores brasileiros como Jorge Andrade, Nelson Rodrigues e Gianfrancesco Guarnieri.”⁴²²

No entanto, essa situação não duraria após 1968, quando foi instaurado o Ato Institucional n.5: que permitia a polícia invadir as gráficas, editoras e livrarias destruindo textos e livros, o que fez com que muitos editores passassem a controlar suas publicações fazendo previamente uma censura nos textos.

Os anos 70 seguirão com essa mesma característica. Em 1974, juntamente com o aumento dos preços do papel decorrente da crise do Petróleo de 1973, a Editora passou por sucessivos problemas no mercado editorial e pediu concordata. Acrescenta-se a isso o ônus resultante de uma linha de crédito muito grande que havia feito para o projeto de venda de publicações de porta em porta⁴²³. Segundo Hallewell, "apesar das vendas aumentarem, as margens de lucro foram sendo cada vez mais comprimidas"⁴²⁴, nesse período, para as editoras.

O crescimento econômico brasileiro no chamado segundo "milagre econômico" apresentou uma taxa anual de 9% a 11%, mas não garantiu sucesso para alguns setores da indústria editorial. Houve também restrição ao crédito bancário, importante fonte de apoio financeiro para a Editora, uma vez que ela não contava com capital de giro suficiente para as importações de papel.

Entretanto, as editoras não sofreram com mesmo grau de intensidade as conseqüências da crise econômica do país em meados dos anos 70. Ao contrário da editora Brasiliense, por exemplo, a editora Abril teve um grande sucesso editorial com a publicação da coleção de filosofia, Os Pensadores, a partir de 1974, garantindo um sucesso de vendas durante o regime

⁴²² IUMATTI, op. cit., p. 6-8.

⁴²³ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

⁴²⁴ HALLEWELL, op. cit., p. 498.

militar. No começo dos anos 80, a Abril daria prosseguimento às vendas de fascículos em bancas de jornal, mas com outra coleção, Os Economistas, que viria a ser um grande sucesso quando lançada em 1982. As condições da editora Abril no campo editorial eram mais promissoras que as da Brasiliense, mostrando que as conquistas e possibilidades de criação nesse campo ligavam-se a um poder de escolha desigual de lançamentos de livros entre as editoras e que não se explicavam apenas a partir de um aspecto, seja meramente econômico ou político, mas de um conjunto de poderes significativos que interagem naquele momento histórico. Reconhecendo o lançamento de Os Pensadores em plena ditadura militar ou de Os Economistas na abertura democrática e, ainda, considerando as dificuldades de editoras de esquerda, pode-se admitir que as "regularidades específicas [do campo é] que o definem..."⁴²⁵. Isso quer dizer que no campo editorial agem diferentes forças. O fato da editora Abril não ter sofrido restrições em seu desempenho empresarial no regime militar, pode estar associada ao fato da mesma não ter se comprometido em publicar majoritariamente uma linha contestatória ao regime. Afinal, as publicações que o fizeram sofreram censura direta, como ocorreu com a revista Veja desde o ano de seu lançamento em 1968 até 1976. Já, no período da abertura, quando essa editora publicou Os Economistas, seus editores se adequavam também às novas demandas do mercado que voltava a diversificar os temas dos livros.

Podemos citar ainda que, se a editora Abril se manteve em boa posição no mercado editorial durante o regime militar, publicando com sucesso de vendas autores clássicos da Filosofia (na coleção Os Pensadores), isso não ocorreu só porque ela tinha as melhores condições econômicas e materiais para fazê-lo – como facilidades de crédito ou vendas em bancas de jornal, principalmente com as revistas que lhes garantia posição no mercado -, mas também porque durante o regime militar, como foi apontado acima, sua posição era prioritariamente econômica, ao fazer uma leitura precisa das exigências atuais do mercado. Assim, a publicação dos autores clássicos da Economia (Marx inclusive), foi possível devido às suas condições materiais, e estava em acordo direto com uma demanda maior de mercado para esse tipo de leitura e informação; sendo algumas delas de difícil acesso devido à própria censura.

As formas de aquisição de capital simbólico de cada editora no "campo" caracterizam as condições de sua produção. Segundo Bourdieu, isso acontece no espaço mais particular do

⁴²⁵ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998, p.59-75. A noção de "campo editorial" elaborada por Bourdieu é referida a um espaço social relativamente autônomo. Isso quer dizer que na lógica interna do próprio campo estão também traduzidas todas as forças externas (econômica e política, principalmente) nas quais as estratégias editoriais se realizam. Para ele, não há autonomia dos lugares de decisão, mas há sim a produção de uma seleção regrada pela complexidade da lógica do campo. É este a única "autonomia" a que pode ser apreendida ao buscar-se os determinantes das estratégias editoriais.

funcionamento das editoras, o que ele denominou de *microcosmo editorial*. Este seria o lugar em que o "habitus"⁴²⁶ do editor (e de seus assessores da produção do livro, de seu grupo ou de seus agentes) se constrói e tornam explícitas suas estratégias.

Voltando a editora Brasiliense, em fins dos anos 70, Luiz Schwarcz, recém formado em administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, começou a atuar na Editora como estagiário, passando a encarregado e depois diretor editorial, quando Caio Graco Prado presidia a empresa. Sua contribuição foi bastante significativa, pois ele incentivou a produção de coleções e teve como mérito o "pontapé" inicial para investir mais nesse tipo de empreendimento junto às idéias de Caio Graco em princípios dos anos 80. Até esse momento, a editora Brasiliense não havia se destacado no mercado editorial com grandes tiragens, mas garantira, principalmente, a publicação de textos de autores do círculo intelectual paulista. Segundo Luiz Schwarcz, a editora publicava para um público particular, o próprio meio intelectual paulista.⁴²⁷ A mudança ocorreu justamente com a publicação da coleção Primeiros Passos, quando Caio Graco Prado passou a perceber o interesse do público jovem e a exigir de seus autores um texto menos acadêmico.

Podemos destacar então que o carro-chefe dos seus lucros nesse período esteve relacionado à publicação da Coleção Primeiros Passos (CPP), criada por Caio Graco Prado – presidente desta editora desde 1975. Com essa coleção, o maior sucesso de vendas que ela já havia experimentado, a editora passou a ter uma nova posição no mercado editorial, se restabelecendo econômica e culturalmente após os duros anos de regime militar. A Brasiliense começava então uma nova fase, diferente daquela em que seus livros foram proibidos e queimados por caracterizarem uma ameaça ao regime militar, e quando seu proprietário foi feito preso político. A criação da Coleção Primeiros Passos vem de encontro a essa nova necessidade de leituras antes censuradas, porém, surgiu como uma proposta diferencial, mais pedagógica, propondo em cada volume, o conhecimento inicial de um dado tema.

Roger Karman e Caio Graco apresentaram alguns pontos que afetavam a indústria livreira na época e mostraram suas tentativas mais particulares de superar tais dificuldades para além do apoio estatal. Graco não chegou a se manifestar abertamente nos Boletins do SNEL, aparecendo apenas quando houve transcrição de textos seus do *Leia Livros* e da revista *Administração e Serviços*, mas pode-se concluir, com base no que foi apresentado, que ele

⁴²⁶ *Habitus* para Bourdieu é a interiorização de práticas repetitivas que define as possibilidades de ação dos agentes sociais. Esta ação depende, então, do que o agente tem interiorizado em sua margem de liberdade no campo. Liberdade que varia conforme o peso da estrutura social na ação. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 60-61.

⁴²⁷ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

procurou criar estratégias para além daquelas discussões que ocorriam nos textos dos Boletins. Provavelmente tentou ser "mais independente" pelas próprias dificuldades que sua empresa já havia enfrentado com relação às medidas governamentais sobre a área do livro. Graco não apresentou uma proposta direta em seus textos transcritos nos Boletins, fazendo comentários gerais a respeito da crise, como:

*Temos a consciência de que uma inflação ao nível da que suportamos terá necessariamente um reflexo crescente no preço dos livros que dificilmente poderemos pensar em continuar repassando a uma classe média cada vez mais achatada. (...) Dentro da crise geral, da qual seremos todos atores e vítimas, principalmente vítimas, teremos que enfrentar e equacionar, o mais rapidamente possível, a crise particular de nosso mundo, o mundo dos livros. (...) A questão que se põe não é da sobrevivência do livro. Trata-se, isso sim, de encararmos de frente uma realidade desagradável, complexa e difícil onde as posições muitas vezes foram tomadas há muito tempo e necessitam uma nova adequação perante uma nova realidade. Trata-se de nos tornarmos, em nossa crise particular, mais atores do que vítimas; mantendo a iniciativa durante uma tempestade que parece inevitável. Evitaremos assim que se percam muitos valores, iniciativas e esforços.*⁴²⁸

A editora Brasiliense também uniu seus interesses mais mercadológicos com outra editora privada, a editora Abril, realizando um projeto de co-edição com grande sucesso de vendas. Essa co-edição, concretizada nos anos 80, foi uma nova iniciativa da Brasiliense dentro desse quadro empresarial. Ao aliar-se comercialmente a uma outra editora, a Brasiliense obteve uma posição de maior destaque ampliando suas estratégias de consolidação no mercado editorial.

Em particular, a produção da Brasiliense mantinha, nessa época, uma média de 550 títulos quando o total de títulos produzidos pelo Estado de São Paulo foi de 5.875. Apesar de corresponder a aproximadamente 10% do total do Estado, pois a área de livro didático garantia 60% desse total do Estado, Caio Graco transformou a *Brasiliense* na segunda maior editora do país, nesta década. Segundo documento⁴²⁹ interno da editora isso ocorreu "graças às suas idéias luminosas e ousadas" e a publicação da "Coleção Primeiros Passos (...), a Encanto Radical, Tudo é História e as Cantadas Literárias (que abriga o best-seller Feliz Ano Velho, de Marcelo Paiva)"⁴³⁰. Nesse documento está explicitada a iniciativa individual de Caio Graco, qualificando-o como um "homem de grandes atuações". Esse personalismo dado

⁴²⁸ PRADO, Caio Graco. A crise editorial na crise geral. *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, n. 44, 1979, p.2.

⁴²⁹ Documento da editora *Brasiliense*: Ficha com dados do editor Caio Graco da Silva Prado, sem data.

⁴³⁰ *Ibidem*.

ao editor reflete a tradição da Editora sempre ligada a conquistas de "grandes homens", como seu pai, Caio Prado, ou como o sócio inicial daquele, Monteiro Lobato, evidenciando, portanto, uma forma de autolegitimação valorizada no interior da própria editora.

Para melhor visualizar aquelas conquistas materiais da Brasiliense, pode-se observar ainda que seu editor restabeleceu a Editora economicamente com um tipo de publicação que se contrapunha à tendência da produção editorial da época. Rosendo Rodriguez, estatístico do *Setor de Estudos* do SNEL, afirmou que em 1979:

*97,1% do total de exemplares foi produzido no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, responsável pelo consumo de 52% dessa mesma produção. O primeiro lugar em número de títulos pertence ao Rio de Janeiro, com 52,2% do total, principalmente devido à concentração, (...), das empresas produtoras de 'Literatura' e 'Literatura Infanto-Juvenil'. São Paulo responde pelo maior número de exemplares, 64,4%, devido à sua maior produção de "Livros Didáticos" e "Fascículos".*⁴³¹

Como podemos verificar nas tabelas abaixo, diferentemente dessa tendência favorável das editoras terem sucessos garantidos com livros didáticos, a editora Brasiliense obteve maior projeção no mercado editorial da época com um tipo de publicação que tinha o menor percentual de vendas (ver tabelas a seguir) que eram as chamadas Coleções, em especial com a Coleção Primeiros Passos, e nos anos subseqüentes lançou outras coleções, tais como: Cantadas Literárias, Tudo é História, Circo de Letras e Encanto Radical.

Tabela 14 - Tipos de livros editados – 1979 (distribuição percentual sobre exemplares)⁴³²

TIPO FÍSICO	PERCENTAGEM
1.1 – Avulso	58,70
1.2 – Coleção	7,42
1.3 – Livro de Bolso	11,40
1.4 – Fascículo	22,48
TOTAL	100,00

⁴³¹ ROSENDO J. D. Rodriguez. Produção editorial brasileira. *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1981, p. 2.

⁴³² ROSENDO, op cit..

NOTA: 100% corresponde a 249.002.895 exemplares.

Tabela 15 - Tipos de livros editados – 1980 (distribuição percentual sobre exemplares)⁴³³

Tipo Físico	Porcentagem
1.1 – Avulso	60,21
1.2 – Coleção	4,65
1.3 – Livro de Bolso	10,15
1.4 – Fascículo	24,99
TOTAL	100,00

NOTA: 100% corresponde a 242.912.611 exemplares

Nesse momento também circulava uma publicação mensal chamada Leia Livros, importante por fazer análises da situação do mercado editorial e debates conjunturais e sobre livros recém publicados. O Leia Livros foi idealizado por Caio Graco Prado e Cláudio Abramo, em 1977, mas publicado apenas em 1978 pela Brasiliense. Era uma publicação mensal, ou ainda, segundo Fernando Paixão,

*...um book review (...) em formato tablóide, funcionou inicialmente como um registro do que se publicava no país. Críticas, pequenas notas e relações de obras lançadas ocupavam praticamente todo o jornal. Com o tempo transformou-se em jornal de resenhas e veículo para a discussão de idéias. Editado inicialmente por Caio Túlio Costa, sucedido por Caio Fernando Abreu, Pedro Maia Soares e Lúcia Nagib, e contando por muitos anos com a importante colaboração de Alberto Dines, o Leia chegou a ter 3600 assinantes e uma tiragem de 12 mil exemplares. No mesmo ano de 1984, o jornal foi vendido à editora Joruês, [passando ao título de Novo Leia] que manteve sua publicação até 1991.*⁴³⁴

A editora lançou também nessa mesma década “a literatura 'beat' norte-americana de Jack Kerouac e Charles Bukowski e investiu também no policial 'noir' com romances de Dashiell Hammett e Raymond Chandler.”⁴³⁵ Seu catálogo apresentava diversas categorias de livros: literatura geral, literatura infanto-juvenil, administração, antropologia, comunicações e

⁴³³ Ibidem.

⁴³⁴ PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo; Ática, 1998, p. 175.

⁴³⁵ EDITOR revolucionou mercado nos anos 80. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/06/1992.

artes, ciência e tecnologia, economia, educação, filosofia, história, política, psicologia e sociologia.⁴³⁶

Apesar da Brasiliense já possuir um "capital simbólico", construído por Caio Prado Júnior como importante intelectual, foi com seu filho, Caio Graco, que a editora obteve o maior sucesso de vendas desde sua criação. Ela chegou, em 1985, não só como a segunda maior editora do país, como já foi mencionado, mas também como a maior em número de vendas em São Paulo com três milhões de exemplares vendidos.⁴³⁷ Nesse período, a Brasiliense publicava anualmente 550 títulos (entre lançamentos e reedições), com uma tiragem anual de 2.300.000 exemplares, quando o Brasil produzia anualmente cerca de 13 mil títulos e mais de 240 milhões de exemplares⁴³⁸. Para uma editora de esquerda, sob uma ditadura militar, pode ser analisado como um número expressivo de produção. Ainda mais se for considerada também a produção num país desenvolvido como a França, por exemplo, aonde o número de exemplares chegava a 400 milhões por ano e com a metade dessa produção destinada ao mercado externo.⁴³⁹

Em 1986, Luiz Schwarcz saíra da editora para fundar sua própria casa editorial, a Companhia das Letras. Apesar desse ponto não ser aprofundado aqui é importante considerar que para qualquer editora de médio ou grande porte a entrada no mercado de mais uma editora do mesmo nível causa um impacto devido à concorrência.

Caio Graco continuava apostando em meios inovadores para o funcionamento do mundo do livro, pois pretendia abrir 100 livrarias num sistema de franquias, atendendo às novas demandas do mercado, que, segundo o diretor comercial da livraria e da editora Brasiliense, Clayton Guerato, funcionaria da seguinte maneira:

*primeiro, o pequeno livreiro não precisará do know-how para comprar os livros, o que é a coisa mais difícil do ramo, pois compraremos para ele; segundo, não terá de ficar esperando o vendedor da grande livraria que passa raramente à sua porta, pois entregaremos a ele o livro na mesma velocidade em que exporemos em nossas lojas; terceiro, não terá de se preocupar com o encalhe, pois, sempre que determinado livro não vender o esperado, temos como fazê-lo girar pelas lojas; quarto, sua oferta será diversificada como a de um grande livreiro.*⁴⁴⁰

⁴³⁶ PRADO, Caio Graco da Silva. *Curriculum Vitae*. Documento: Arquivos da editora Brasiliense, 25/02/1986.

⁴³⁷ Documento da editora *Brasiliense*: Ficha com dados do editor Caio Graco da Silva Prado.s/data, fl.2.

⁴³⁸ *Ibidem*, fl. 1.

⁴³⁹ Dados extraídos do *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1982.

⁴⁴⁰ Clayton César Guerato em entrevista a José Nêumane Pinto. (PINTO, José Nêumane. *Brasiliense abrirá 100 livrarias em 86*. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 17/05/1986, p. 17).

A idéia era buscar o leitor não tradicional. Nas palavras do editor: “nós vamos trombar o leitor, levando a livraria para a porta de sua casa.”⁴⁴¹ Nessas estratégias incluíam-se também as vendas de porta em porta, mas, principalmente, o editor buscou abrir livrarias em diferentes bairros, expandindo-se do centro de São Paulo para ampliar as vendas. A fórmula adotada era simples: aumentar as vendas com descontos. Segundo José Nêumane Pinto,

*A Brasiliense tem o maior ponto de vendas de livros do país: mensalmente, são vendidos 40 mil livros em sua loja, da rua Barão de Itapetininga, no centro de São Paulo. Por causa desse volume, a empresa conseguiu dos editores descontos de 37,5% sobre o preço da capa. Se alguém resolver abrir uma pequena livraria, não conseguirá mais do que 25 % de desconto, porque seu volume de vendas será pequeno. Por causa dessa baixa margem de lucro, o pequeno livreiro não pode errar quando pede o número de exemplares de um livro. Se ele subestimar a capacidade comercial do livro, perderá a chance de vendê-lo como deveria. Se superestimar, pedindo mais livros, terá prejuízo.*⁴⁴²

A última iniciativa, estritamente editorial, ainda não apresentada da *Brasiliense*, foi em relação ao sistema de pagamentos dos direitos autorais. Em 1981, o pagamento que era feito semestralmente aos autores, passava a ser trimestral. Esse tipo de iniciativa já havia ocorrido em 1978, quando esta mesma editora alterara a forma de pagamento dos direitos autorais realizado anualmente para o pagamento semestral, o que acabou predominando no mercado.

No entanto, em meados da década de 80, as coleções que a editora inaugurou no mercado, “com exceção da Primeiros Passos, ou haviam encolhido, tirando títulos de circulação, ou simplesmente tinham sido retiradas do mercado”⁴⁴³. Nessa época, segundo Rollemberg, Caio Graco ainda tentou duas estratégias empresariais arriscadas, com “investimentos altos e retorno financeiro incerto: abrir franquias de suas livrarias e criar a Casa do Livro, uma espécie de grande revendedor e distribuidor de seus títulos e dos de outras editoras. Uma espécie de *megastores*, antes que essas viessem a existir”⁴⁴⁴. O editor, no entanto, não conseguiu concretizar nenhum desses objetivos devido às dificuldades

⁴⁴¹ Ibidem, p. 18.

⁴⁴² PINTO, José Nêumane. *Brasiliense abrirá 100 livrarias em 86*. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 17/05/1986, p. 17.

⁴⁴³ ROLLEMBERG, Marcello. *Um circo de letras: a editora Brasiliense e as transformações sociais, culturais e políticas do Brasil nos anos 80*. São Paulo, 2005. Dissertação (mestrado), Escola de Comunicação e Artes da USP, São Paulo, 2005, p. 101.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 102.

econômicas. Caio Graco morreu em 1992, quando a editora mudara significativamente de posição no mercado editorial.

Contudo, as iniciativas do editor da *Brasiliense* não se esgotaram em busca de sua legitimação no mercado editorial, mas também se caracterizaram pelas tomadas de posição na esfera mais ampla da política, como será destacado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 – O PAPEL DO EDITOR E A CULTURA POLÍTICA PÓS-79

5.1. O papel do editor como organizador da cultura

(...)um indivíduo com papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas e de seus interesses. A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja raison d'être é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete.⁴⁴⁵

Este capítulo é iniciado com algumas considerações sobre os estudos a respeito do papel do intelectual, a partir de 1979, para o entendimento desse momento de inflexão no universo intelectual brasileiro, onde as ações dos editores se inserem.

Essa inflexão corresponde à ascensão do movimento dos trabalhadores, operário e sindical, fundamentalmente, que vinha se organizando no “chão da fábrica” ao longo do regime militar e que em fins da década de setenta garantiu aos interesses da classe trabalhadora espaços de representação política, alterando a direção do processo de abertura democrática que ocorria de “cima para baixo”, quando surgiam ainda diversos movimentos sociais que incrementavam a luta pelo fim da ditadura.

⁴⁴⁵ SAID, Edward. *Representações do Intelectual*: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.25 e 26.

Fato marcante desde 1978 foram as inúmeras greves que ganhavam organicidade nacional por meio da formação de dois blocos de sustentação de caráter intersindical, “sindicato autêntico” e “unidade sindical”. O primeiro formado por sindicalistas metalúrgicos do ABC, “novo sindicalismo”⁴⁴⁶ e com futura adesão do PT em 1980 formavam o chamado bloco “combativo” e, o segundo, era constituído de lideranças tradicionais do movimento sindical, considerado um setor conservador denominado de “pelego” e de militantes da esquerda “tradicional” como PCB, PC do B, MR-8. Apesar das posições oscilantes de seus integrantes desde 1978, ainda com intuito de formar apenas uma central dos trabalhadores brasileiros, nos debates travados entre os dois blocos, consolidou-se institucionalmente no início da década de 80 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT⁴⁴⁷), substituindo respectivamente as denominações dos blocos “combativo” e “pelego”.

Outro fato relevante é a formação do PT, que ocorreu no desdobramento desse processo dos movimentos de trabalhadores e de ampliação dos espaços de participação política do conjunto da sociedade brasileira. Entre os diversos setores que articularam a fundação do partido encontravam-se “sindicalistas, membros da igreja católica (CEB’s, pastorais, etc), organizações de esquerda (trotskistas), intelectuais e alguns parlamentares oriundos do MDB”⁴⁴⁸. Mesmo com essa diversidade de setores que integrou sua formação, a “construção de um partido dos trabalhadores significava a quebra da hegemonia burguesa, que se exercia sobre todas as forças oposicionistas através do MDB”⁴⁴⁹.

Apesar de nossa pesquisa não estar centrada na história de luta dos trabalhadores brasileiros, mas nas atuações de empresários da cultura dentro e fora de suas empresas,

⁴⁴⁶ O “novo sindicalismo” reivindicado pelos autênticos era aquele de ruptura com a estrutura sindical e do vínculo com o Estado, bem expresso nas palavras de Lula à época: “...É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista”(Lula: entrevistas e discursos, p. 45. Citado por MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 79.

⁴⁴⁷ Segundo Marco Aurélio Santana, em 1983 criou-se a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, seguindo em muito a orientação do PCB, ainda com objetivo de não criar uma central sindical, por isso “coordenação”, para evitar a divisão do movimento. Mas em 1986 diante da previsão de não realização da unidade devido às divergências entre as centrais e o avanço da CUT, fundam uma sua central sindical, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Em 1988 passa a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e, desde 1991, Força Sindical. SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. p. 293. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil Republicano, v. 4).

⁴⁴⁸ ALMEIDA, Gelson Rozentino de Almeida. *A história de uma década quase perdida: 1979-1989*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000, p. 158.

⁴⁴⁹ GURGEL, Cláudio. *Estrelas e Borboletas: PT - Origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989, p. 68.

resgatamos, em breves linhas, a relevância dessas lutas tendo em vista a centralidade do processo de abertura democrática, e sobre o qual procuramos analisar as posições políticas de determinados editores, que encarnaram em seus papéis empresariais uma participação política de adesão aos setores da esquerda intelectual brasileira nos caminhos pela redemocratização pós-79.

Para essa discussão privilegamos as ações de Ênio Silveira e Caio Graco no contexto pós-79 com relação as suas ações editoriais e na militância política do período. A proposta de indicar o editor como organizador da cultura resgata o papel do editor numa perspectiva político-cultural mais ampla, capaz de ultrapassar sua função estrita da escolha da obra a se tornar pública, e mesmo não a dispensando, o editor passa a ser identificado como aquele que incentiva e promove o debate intelectual e político, também por meio de outras ações político-culturais, que expressam o quadro mais amplo de sua inserção cultural e social em certo momento histórico.

A atuação da intelectualidade brasileira durante o regime militar já foi objeto de estudo de diversas pesquisas, devido as suas diferentes formas de resistência, principalmente no período imediatamente após o golpe de 64, quando sua participação foi significativa. Temáticas sobre o papel do cinema, do teatro, da música, da literatura, da imprensa escrita, da televisão e da universidade foram amplamente estudadas e suas reflexões se estenderam para a década de 70, contextualizando a forte opressão do regime sobre a intelectualidade em oposição. No quadro político da década de 70, muitos intelectuais se reuniram em busca de criar formas de intervenção política, ainda que num cenário limitado pelo regime, reforçando a necessidade de manter a elaboração crítica da conjuntura como uma das estratégias de oposição.

No decorrer desse processo, ocorreram mudanças no pensamento e nas ações “revolucionárias” que, abaladas com o golpe, passaram por reformulações e/ou reestruturações práticas. É nesse momento de autocrítica e reformulação da cultura política de esquerda⁴⁵⁰ que diversos setores da intelectualidade que nela se expressavam orientaram-se para uma frente de oposição. Um desses setores se constituiu por editoras, criadas ou não naquele momento, que por suas orientações políticas e dificuldades econômicas foram

⁴⁵⁰ A discussão girou em torno da “eficácia” da cultura política antes 64, de base nacional-popular. Marcos Napolitano afirmou sobre a defesa do nacional-popular nos anos 60: “... expressão que designava, ao mesmo tempo, uma cultura política e uma política cultural das esquerdas, cujo sentido poderia ser traduzido na busca da expressão simbólica da nacionalidade, que não deveria ser reduzida ao regional folclorizado (que representava uma parte da nação), nem com os padrões universais da cultura humanista – como na cultura das elites burguesas, por exemplo.”. NAPOLITANO, Marcos, *Cultura Brasileira: utopia e massificação* (1950-1980). 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 37.

fechadas ou forçadas a se reestruturarem com fim de manter suas empresas como espaços de resistência, como temos analisado nesta pesquisa os casos das Editoras Civilização Brasileira e Brasiliense.

A atuação da intelectualidade brasileira em oposição ao regime militar, nas décadas de 60 e 70, foi bastante representativa do engajamento político no Brasil amplamente difundido como cultura da resistência - por vezes essa cultura foi até considerada como único espaço possível de manifestação de oposição durante o regime militar⁴⁵¹. Diferentes definições foram, ainda, expressões dessa participação: “hegemonia cultural da esquerda” por Roberto Schwarz; “partido intelectual” por Daniel Pécaut e também defendido por Milton Lahuerta; “modelo de engajamento intelectual” por Marcos Napolitano; “estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária” por Marcelo Ridenti.

Mostraremos em linhas gerais as abordagens desses e de outros autores, que analisaram o papel de intelectuais militantes da esquerda brasileira durante o regime militar, com o fim de verificar quais foram os fatores determinantes, em suas visões, para a mudança de papel (ou para os caminhos políticos) dessa intelectualidade caracterizando a cultura política da esquerda (intelectual) no pós-79.

Marcos Napolitano e Marcelo Ridenti defenderam a idéia de esgotamento da atuação engajada dos setores da esquerda intelectual na medida em que avançava o processo de abertura democrática.

Marcos Napolitano delimitou a maior participação intelectual de músicos na resistência entre 1964 e fins da década de 1970. Em sua análise sobre a produção cultural do período, defendeu que havia um “movimento” de artistas, a destacar o tropicalismo nos anos 1967/68 e a MPB em meados da década de 1970.

Para o autor, portanto, a última geração de músicos cuja produção transcorria fora da indústria fonográfica foi identificada na virada da década de 1970 para 1980. Depois disso alguns músicos podem ser considerados intelectuais, mas não mais como representantes de um movimento. O autor afirma que isso ocorreu também em outros setores da cultura, em suas palavras:

O movimento independente acabou se diluindo, sem deixar maiores rastros, a não ser o trabalho individual, muitas vezes como arranjadores e produtores dos músicos que o integraram. Mesmo na poesia e em outras

⁴⁵¹ Visão defendida Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000).

*artes, como o teatro, o movimento independente perdeu vigor e capacidade de intervenção na cena cultural, a partir de meados dos anos 80.*⁴⁵²

Marcos Napolitano reconhece que a mudança do papel do intelectual gerou (e a nosso ver também ocorreu por) outro tipo de mobilização nas novas condições da abertura. Segundo ele,

*No campo da cultura, sobretudo entre os artistas e intelectuais de esquerda, renovava-se o ímpeto de participação política mais intensa, passando de uma fase de resistência para uma fase mais crítica e agressiva, na medida em que as massas voltavam ao primeiro plano da vida nacional e, com isso, mudando completamente a correlação de forças entre a sociedade civil democrática e o Estado, dominado por um regime autoritário e coercitivo. Com a revogação oficial do AI-5, em 1 de janeiro de 1979, e o conseqüente fim da censura prévia, abriu-se uma nova era para a cultura brasileira.*⁴⁵³

Como frisou o autor, esse novo momento em que as “massas” ocuparam a posição de protagonistas redimensionou a participação da intelectualidade de esquerda. A discussão central entre os intelectuais girou em torno de sua participação nesse processo sob as novas condições, apoiando ou não, vinculados organicamente ou não às instituições democráticas de base popular.

Sobre essas novas condições da participação intelectual reafirmou Marcelo Ridenti,

*Ao menos desde o final da década de 1970 (em 1979 entrou em vigor a lei da anistia aos condenados políticos pela ditadura; em 1980 ressurgiria o pluripartidarismo, dentre outras medidas que mudavam a cena política brasileira), ia ficando cada vez mais evidente a necessidade de renovar os parâmetros da esquerda, em busca da revalorização da democracia, da individualidade, das liberdades civis, dos movimentos populares espontâneos, da cidadania, da resistência cotidiana à opressão, das lutas das minorias, entre outras.*⁴⁵⁴

Para Marcelo Ridenti, como também para Marcos Napolitano, o caráter transformador da atuação da intelectualidade teria sido mais evidente do imediato pós-64 até a década de 1970 e defendem ainda que na medida em que avançou o processo de abertura democrática o

⁴⁵² NAPOLITANO, op. cit., p. 128.

⁴⁵³ NAPOLITANO, op. cit., p. 121.

⁴⁵⁴ RIDENTI, Marcelo. Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil Republicano, v. 4), p. 157.

engajamento dessa intelectualidade foi se esgotando. No entanto, reconhecem a necessidade de mudança vivida no interior da esquerda pelas novas condições históricas.

Marcelo Ridenti afirmou que o cinema e o teatro tiveram seus produtos culturais construídos revolucionariamente apenas até o AI-5, já na década de 1970 não havia mais a estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária. Essa “estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária”, segundo ele, esteve presente nos intelectuais (artistas da música e do cinema) desde fins dos anos 50 e se manteve até início dos anos 1970. Com base no conceito de *estrutura de sentimento* de Raymond Williams conclui que as bases históricas existentes naquele período e que fundamentavam esses intelectuais *românticos-revolucionários* foram dissolvidas nos anos após o AI-5.

Esse novo momento é registrado ainda pelo autor no governo Geisel (1975-79) quando, segundo ele, “o regime buscava incorporar à ordem artistas de oposição”⁴⁵⁵ eliminando seu papel transformador. As agências culturais criadas na década de 70 representariam a nova situação em que instituições públicas foram criadas com fins de regularizar e incentivar projetos culturais, inclusive, daqueles intelectuais revolucionários.

Entretanto, Ridenti defende que mesmo no bojo da “modernização conservadora promovida pelo Estado” a estrutura de sentimento, apesar de perder seu caráter revolucionário “conserva aspectos de defesa da brasilidade que marcarão a indústria cultural brasileira”⁴⁵⁶. O autor faz referência a uma nova ordem em que se enquadram artistas de esquerda. Temas que tratam da “questão nacional, da identidade do cinema, da cultura e do homem brasileiro” antes recorrentes, a partir das mudanças políticas, irão tomando outro caminho ao se afastarem da “proximidade imaginativa da revolução social”⁴⁵⁷.

Nessa nova ordem defendida por Marcelo Ridenti,

Ganhavam projeção, nos anos 1980, correntes de esquerda – quer se autodesignassem marxistas, quer não – que buscavam contato com a realidade imediata das vidas cotidianas, com as lutas dos movimentos sociais por direitos de cidadania, contra a visão doutrinária fechada de certas vertentes do marxismo.

Mas há o outro lado da moeda. Às vezes a (auto) crítica do engajamento dos anos 1960 não foi senão a máscara para o triunfo da concepção (neo)liberal do indivíduo, da sociedade e da política. No lugar do intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, agravadas nas condições de subdesenvolvimento, passava a

⁴⁵⁵ RIDENTI, Marcelo. Artistas e política no Brasil pós-1960: itinerários da brasilidade. In: BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 247.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 248.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 250.

*predominar o intelectual profissional competente e competitivo no mercado das idéias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual.*⁴⁵⁸

É, portanto, na relação entre intelectuais e movimentos sociais e de trabalhadores (sindicais ou não) que se fundamentou o novo papel da intelectualidade. O pano de fundo desse quadro é a nova dinâmica da sociedade civil, cujo desdobramento a partir de 1979 se verificará ainda nas adesões partidárias. Alguns autores retomaram justamente essa relação assinalando o vínculo da pesquisa acadêmica à política, ou ainda, da profissionalização das ciências sociais com a politização intelectual⁴⁵⁹.

Que houve movimentos de oposição ao regime pelos diversos setores da intelectualidade é fato já debatido sobre aquele contexto histórico. O momento de volta da democracia é elucidativo para o entendimento do papel do intelectual de esquerda no Brasil quando o pretexto de suas ações se afasta da necessidade de combater um regime de exceção e precisa enfrentar do ponto de vista teórico, empírico e político a participação da classe trabalhadora no processo em curso. É no processo de redemocratização que a esquerda se redistribuirá explicitando mais ainda sua pluralidade de apoio ou na criação das instituições democráticas. Outra questão que se impõe diz respeito a relação dos caminhos dessa intelectualidade no pós-79 quando a cultura política de esquerda estava sendo construída também a partir de duas grandes perspectivas político-partidárias quando do pluripartidarismo - em última instância, de um lado o apoio ao PMDB e de outro a formação do PT e do PDT.

Um dos setores dessa intelectualidade que pode ser tomado como exemplo foi protagonizado por aqueles intelectuais desvinculados (pela repressão) dos quadros das universidades, que fundaram centros de pesquisa, tais como: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), etc. As Ciências Sociais passavam a ocupar um lugar diferencial, também devido aos incentivos governamentais para instituições de ensino e pesquisa acadêmica, mesmo que aparentemente contraditórios ao regime. Os trabalhos de Bernardo Sorj e Milton Lahuerta tomaram esses

⁴⁵⁸ RIDENTI, p. 158-159.

⁴⁵⁹ Para Daniel Pécaut “a profissionalização não implicava de forma alguma a abstenção política; ao contrário, oferecia um argumento nesse combate”. Segundo Marcos Perruso em análise dos argumentos de Lahuerta e Pécaut, para ambos “os intelectuais lutavam ao mesmo tempo pela democracia e por condições adequadas a produção científica. Essa institucionalidade acadêmica dominante teria estimulado o surgimento de abordagens sociológicas privilegiadoras da análise das diversas instituições da sociedade civil”. PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros nos 1970-80. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 26.

centros de pesquisa como objetos de estudo e explicitaram a dinâmica do papel da intelectualidade desses centros acadêmicos naquele processo.

Em os *Intelectuais e resistência democrática* (2001) Milton Lahuerta afirma:

A ambigüidade conceitual presente na discussão sobre a sociedade civil traduziu-se muitas vezes na apologia sem critério dos movimentos sociais e na subestimação da complexidade da política e da sociedade real com a qual se estava lidando. Portanto, no processo em que se torna comum a utilização do conceito de sociedade civil, oscila-se entre uma posição estritamente liberal – que se recusa a enfrentar o problema da construção de uma nova hegemonia e limita-se a constatar o caráter democrático inato à emergência da pluralidade dos interesses - e um basismo de novo tipo que, reivindicando um vínculo com a verdadeira teoria gramsciana, cai numa posição semelhante à dos liberais ao fazer a apologia indiscriminada dos movimentos sociais e ao desconsiderar a política institucional.

Tais interpretações discrepantes, contudo, não teriam maiores conseqüências político-práticas durante os anos 70. Afinal, nessa hora tratava-se de somar todas as forças para combater, isolar e derrotar o regime militar, também visto como a personificação extremada de todas as taras do Estado burocrático-autoritário. No entanto, as divergências de avaliação teriam um forte papel na cisão do movimento democrático ao longo dos anos 80.

Milton Lahuerta defende que a intelectualidade que lutava pelo retorno da democracia teve um forte aliado institucional com a fundação do CEBRAP, em São Paulo, dando a esta instituição, inclusive, um papel diretivo na cultura política do período. Como uma instituição de referência para o pensamento de oposição, para as ciências sociais, para a esquerda e para o movimento democrático, o CEBRAP⁴⁶⁰ trouxe novos temas e questões em contraposição a cultura política dos anos 60. Em suas palavras:

Na medida em que se aprofunda o processo de transição, tais diferenças de angulação no modo de conceber o processo em curso - ainda que haja em comum a perspectiva de que a conquista da democracia pressupõe um maior protagonismo da sociedade civil - acabam gerando posicionamentos políticos e intelectuais distintos dentro do partido da intelligentsia. As diferentes concepções sobre o Estado, sobre as possibilidades antevistas nos movimentos sociais, sobre a questão das alianças fundamentavam estratégias de ação diferenciadas entre esses intelectuais(...). Tais diferenças de concepções não têm impacto político imediato e só se tornam realmente explícitas com o processo de reestruturação partidária de 1979. Até esse momento, ao menos aparentemente, a intelectualidade revela-se

⁴⁶⁰ O CEBRAP foi também objeto estudo nos trabalhos de Daniel Pécaut (PÈCAULT, op. cit.) e Bernardo Sorj (SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo – da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001) .

*bastante unida e, objetivamente, acaba canalizando para o MDB o melhor de seu ímpeto participativo*⁴⁶¹.

A união da intelectualidade em torno da idéia de que a “conquista da democracia pressupõe um maior protagonismo da sociedade civil” estava na base de suas diferentes atuações. O CEBRAP, centro universitário com grande repercussão entre a juventude universitária produzia reflexões sobre a conjuntura política brasileira explicitando “um conceito de democracia centrado na idéia de fortalecimento da sociedade civil”⁴⁶². Seus intelectuais acabaram fundando uma espécie de estereótipo do intelectual brasileiro que o associou diretamente aquele que atuou na resistência ao regime, segundo Lahuerta, isso foi garantido por essa referência conceitual.

Esse foi um momento, então, de grande debate sobre a sociedade civil brasileira. O próprio Lahuerta e ainda Virginia Fontes em seus artigos sobre o tema, defenderam que a ampliação da sociedade civil não garantiu por si só uma democracia mais representativa para as classes subalternas. Pelo contrário, defende Virginia Fontes que apesar de haver maior participação das classes subalternas ela ficou subordinada a uma maior intervenção da participação empresarial nesse processo, portanto uma análise do papel dos intelectuais “num período de intensas transformações econômicas e sociais, a ênfase recai sobre a capacidade que tiveram – ou não – de atentar para as formas de organização das classes dominantes e do Estado”⁴⁶³. Ambos consideraram que concomitantemente ao debate conceitual houve o aumento da participação da sociedade civil no Brasil que se solidificou a partir da nova conjuntura da virada da década de 1970 para 1980, com desdobramentos significativos para a intelectualidade. Nesse sentido, essas reflexões se contrapõem em certa medida à visão de Carlos Nelson Coutinho, que atribuiu ao aumento de participação de setores da sociedade civil a pluralidade necessária para uma democracia.

A questão da autonomia da sociedade civil teve mais espaço nos debates intelectuais do que a questão do papel do Estado. Em *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980* (2006) Virginia Fontes defendeu que

⁴⁶¹ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*. Campinas, v.8, n.14-15, 2001, p. 53-96.

⁴⁶² LAHUERTA, op. cit.

⁴⁶³ FONTES, Virgínia. Sociedade Civil no Brasil contemporâneo em debate. In: Neves, Lucia M.W.; Pronko, M.A.; Santos, M.A.C.. (Org.). *Debates e sínteses do Seminário Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo* - Caderno de Debates 1. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - FIOCRUZ, 2007, p. 95-114.

Com forte penetração acadêmica e universitária, uma parcela da produção sociológica, sobretudo aquela dedicada aos “novos movimentos sociais” passou a criticar as abordagens calcadas em conceitos como classes sociais, considerando-os como não lastreadas na experiência imediata dos envolvidos ou como não suficientemente empíricas. Decerto, encontravam nos meios populares – sobre os quais mais duramente se abateu a repressão e para os quais haviam sido restringidos os processos de formação – a “comprovação empírica” de suas teses, uma vez que a interdição à reflexão sobre classes sociais – derivada da censura imposta pela ditadura – certamente produzira efeitos. Porém, nessa aproximação entre pesquisadores e movimentos sociais (resultante do contato militante ou da profissionalização das pesquisas) consolidavam – equivocadamente – uma concepção da “recusa” do Estado, desconsiderando-o como momento necessário⁴⁶⁴.

Assim como Ridenti e Napolitano, a autora também reconhece a aproximação entre intelectuais e movimentos sociais, porém, acrescenta um aspecto fundamental para a compreensão dessa relação, a “recusa do Estado” que

dificultava a conexão entre as diferentes lutas populares; os setores populares deviam enfrentar a repressão (política e cotidiana), percebiam e criticavam a seletividade social dos serviços públicos, ainda agudizada sob a ditadura, iguados genericamente a Estado. Eram duplamente instados, de forma paradoxal, a permanecerem no terreno de suas reivindicações mais imediatas: pela repressão, de um lado, e por esses novos acadêmicos, fascinados com o popular. Alguns autores saudaram esse procedimento como se traduzisse, enfim, a “chegada ao pensamento democrático” no Brasil. Para estes, o aprendizado – ainda que forçado – de “estratégias de racionalidade limitada” levava finalmente os intelectuais brasileiros a abandonar expectativas revolucionárias (“irracional” ou “utópicas”) e a conviver com o mundo restrito da política institucional como horizonte insuperável.⁴⁶⁵

Essa crítica final refere-se diretamente a abordagem de Daniel Pécaut, que para a autora defende as “estratégias de racionalidade limitada” como sinônimo de democracia. Esse autor entende positivamente esse novo momento em que os intelectuais teriam superado o viés nacionalista precedente. O rompimento com a cultura política nacional-popular foi abordado por Daniel Pécaut em seu trabalho a respeito dos intelectuais brasileiros ao longo do regime militar⁴⁶⁶.

Em linhas gerais defendeu que os intelectuais foram atores políticos que entre 1964-1969 romperam com a cultura política nacional-popular, formada anteriormente (desde os

⁴⁶⁴ FONTES, op. cit.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ PÉCAUT, op. cit.

anos 30 até anos 60), momento que, segundo ele, começa a existir uma redistribuição de papéis no interior da esquerda intelectual, ou ainda, é quando se acentuam as mudanças na hierarquização dos intelectuais. Sobre o auge da repressão o autor afirma que “os intelectuais têm as mãos livres para se constituir em uma espécie de partido, sem contornos precisos e sem aparelho, mas incumbido da defesa das liberdades democráticas tanto quanto possível”.⁴⁶⁷

A coesão dos intelectuais para Pécaut “é muito mais o resultado da adesão a uma racionalidade limitada, em condições em que o adversário impõe suas decisões e os aliados só se unem na rejeição ao autoritarismo.(...) O grau de adesão à política do possível é o que diferencia a partir daí as posições intelectuais”⁴⁶⁸.

Virgínia Fontes criticou justamente essa visão que, segundo ela, parece desqualificar o debate intelectual reduzindo-o a apenas uma estratégia política dentro das condições impostas pelo regime, pois a institucionalidade teria sido o maior avanço possível. Entretanto é ainda assim que a expressão “partido intelectual” tem sentido para o autor apenas na primeira fase da abertura, pois

*em seguida a intervenção política dos intelectuais manifesta-se cada vez mais na inserção de cada um nos partidos políticos entre os quais se redistribui a oposição: o MDB (rebatizado como PMDB...), depois o PT e, em menor proporção, as demais formações partidárias surgidas após 1982. Essa redistribuição não implica, pelo menos até essa última data, uma atenuação da influência dos intelectuais. O papel que alguns deles tiveram na atualização do programa do MDB em 1974, a contribuição que outros dão mais tarde à criação do PT e o espaço que ocupam nas listas de candidatos às eleições demonstram bem a importância de sua presença política. Essa redistribuição marca, porém, uma mudança. Antes disso jamais os intelectuais haviam manifestado, em tamanha proporção, o seu engajamento político por meio da adesão a partidos políticos. A consequência que daí decorre se revela mais claramente a partir de 1980: as divisões do meio intelectual em função das preferências partidárias, o que, sem dúvida, nada mais é do que um sinal da mudança na condição dos intelectuais e nas suas atitudes com respeito à esfera política.*⁴⁶⁹

A citação acima reforça a visão de Daniel Pécaut com maior peso para as adesões partidárias dos intelectuais.

Em outra perspectiva de análise – mas ainda a respeito do engajamento intelectual - Carlos Nelson Coutinho destacou a importância do papel de resistência da grande maioria dos (diversos) intelectuais na oposição ao regime no plano da cultura não só no início, mas ao

⁴⁶⁷ PÉCAUT, op. cit., p. 256.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 304 e 305.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 260.

longo do regime quando, segundo ele, “... os próprios monopólios da cultura – penso particularmente na televisão e na grande imprensa escrita – começam a abrir mais espaços às exigências da sociedade civil, a dar passagem relativa ao pluralismo que nela tem lugar”⁴⁷⁰.

Em suas palavras:

*o regime, modernizando o país, promovendo um intenso desenvolvimento das forças produtivas, ainda que a serviço das multinacionais, ainda que conservando traços essenciais do atraso no campo, o regime deu impulso aos fatores objetivos que levam a uma diferenciação social e, como tal, à construção de uma autêntica sociedade civil entre nós. A intensa sede de organização que, nos últimos anos, atravessou o país, envolvendo operários, mulheres, jovens, setores médios, intelectuais, até mesmo setores das classes dominantes, atesta a presença já efetiva dessa sociedade civil*⁴⁷¹.

Para o autor, os obstáculos para a democratização da cultura teriam contribuído para a existência dos monopólios na área da cultura. Mas apesar dessa realidade, ao mesmo tempo em que os espaços culturais permitidos foram majoritariamente reduzidos à grande imprensa e televisão, a indústria cultural também criava brechas, como foi o caso de setores culturais. A respeito deles Carlos Nelson Coutinho afirma onde “pequenas e médias empresas podem operar, garantindo assim uma maior variedade de orientações,...; é o caso da indústria editorial, da chamada imprensa alternativa, da montagem teatral, etc”⁴⁷².

Carlos Nelson Coutinho em sua análise sobre a formação histórica da sociedade civil brasileira afirmou que o regime ditatorial pós-64 buscou eliminar o “embrião de sociedade civil autônoma que se vinha esboçando” com o “...fechamento dos principais institutos democráticos de organização cultural da época, os CPCs e o ISEB, bem como a dissolução do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)”⁴⁷³. O autor retoma uma idéia da tese do PCB elaborada em 1958, na qual afirma-se que “malgrado os retrocessos, a democratização da vida brasileira – que se apóia no desenvolvimento da sociedade civil gerada objetivamente pela modernização capitalista – parece ser uma tendência permanente e, a longo prazo, irreversível”⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 33.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 34.

⁴⁷² Ibidem, p.34.

⁴⁷³ Ibidem, p. 32.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 35.

Os intelectuais como produtores de cultura nesse período buscam a conquista de uma sociedade democrática,

de um sistema de organizações culturais aberto e pluralista, apoiado numa sociedade civil autônoma e dinâmica, torna-se a base para o florescimento de uma cultura nacional-popular entre nós; mas a elaboração e difusão de tal cultura, contribuindo para a hegemonia dos trabalhadores (do braço e da mente) na vida nacional, é por seu turno um momento ineliminável na conquista, consolidação e aprofundamento da democracia, de uma democracia de massas que seja parte integrante da luta e da construção de uma sociedade socialista em nosso país⁴⁷⁵.

Por sua vez, Virginia Fontes também reconheceu a ampliação das associações, mas chamou atenção para certa positividade que parece deixar em segundo plano o fato dessas associações terem sido formadas em larga escala pelos setores empresariais. Segundo a autora,

A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria formas associativas – aparelhos privados de hegemonia - em grande parte ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses diretamente corporativos que se organizavam como forma de ingressar na sociedade política.⁴⁷⁶

Virgínia Fontes ressalta esse aspecto segundo a abordagem de René Dreifuss que a partir do conceito de sociedade civil proposto por Gramsci analisou os processos políticos brasileiros, sobre o qual afirma que

... a repressão seletiva havia favorecido a expansão de entidades de aglutinação de interesses e de convencimento social de cunho empresarial, ao mesmo tempo em que havia dramaticamente constrangido e jugulado as iniciativas organizativas de cunho popular. Em outros termos, Dreifuss mostra o crescimento da sociedade civil no Brasil – como forma de organizar o convencimento social – ainda que esta fosse majoritariamente composta de setores das classes dominantes e não hesitasse na utilização aberta da coerção de classe.

René Dreifuss alertara para a complexidade da constituição da sociedade civil brasileira durante o regime militar. Ele também admitiu seu crescimento e expansão, mas

⁴⁷⁵ CNC p. 36.

⁴⁷⁶ PÉCAUT, op. cit.

investigou e identificou pesos diferentes entre a organização empresarial e a popular e, portanto, colaborou para uma visão mais concreta dos princípios democráticos da organicidade da sociedade civil brasileira daquele período.

A partir dessas discussões em torno das formas militantes de intelectuais brasileiros, no contexto pós-79, analisaremos as ações dos editores Ênio Silveira e Caio Graco Prado, nos próximos itens.

5.2. A Editora Civilização Brasileira e a cultura política pós-79

Já apresentamos no capítulo quatro como a última fase de direção e propriedade de Ênio Silveira se caracterizou pela reestruturação da empresa ainda defendendo a mesma linha editorial. No entanto, o ano de 1980 foi o último em que a editora se manteve entre as dez primeiras empresas do ramo no lançamento de títulos. De acordo com a pesquisa do periódico *Leia Livros*⁴⁷⁷:

Em relação a 1980, saíram das dez primeiras colocações as editoras: Atlas, 8º, com 175 títulos; Civilização Brasileira, 9º, com 139 títulos; José Olympio, 10º, com 95 títulos. A partir do 10º colocada em 1981 a seqüência é a seguinte: 11º José Olympio com 113 títulos; 12º Global com 112 títulos; 13º Nobel com 110 títulos; 14º Revista dos tribunais com 109 títulos; 15º UNB com 101; 16º Fco Alves com 91; 17º Salesiana com 87; 18º EPU com 84; 19º LR com 83; e 20º empatadas também Civilização Brasileira e Atlas com 82 títulos.

Como já verificamos, o que garantiu a esta editora seu reconhecimento no mercado editorial e nos meios intelectuais não foi uma permanente posição nos primeiros lugares no ranking da produção editorial brasileira - embora tenha sido relevante na publicação de ficção nacional e estrangeira - mas de fato foram: a intervenção na política editorial do seu editor Ênio Silveira, como vimos no capítulo 2; a repercussão de suas publicações para o debate intelectual e acadêmico durante a ditadura, como apresentamos no capítulo 3, e também as ações mobilizadoras para a consolidação da abertura democrática, como veremos neste capítulo. As características aqui levantadas nos remetem a uma análise mais particular da cultura política pós-79 a partir da atuação editorial, identificando o que a editora Civilização

⁴⁷⁷ Ver Apêndice 8.

Brasileira publicou de destaque nesse novo momento político e de que forma seu editor foi agente formador dessa cultura política ao mesmo tempo em que suas ações eram produto dela.

5.2.1. A volta de um projeto editorial e o pecebismo de Ênio Silveira: a Coleção *Encontros com a Civilização Brasileira*⁴⁷⁸

O principal objetivo deste ponto é analisar mais detidamente a proposta editorial da coleção *Encontros com a Civilização Brasileira* que foi uma das últimas publicações periódicas de relativo sucesso da Editora Civilização Brasileira na abertura democrática. A nosso ver, a análise dos editoriais dessa publicação permite identificar a perspectiva crítica deste projeto editorial, assim como o debate político incentivado pela editora, na última gestão de Ênio Silveira como proprietário.

A coleção *Encontros* apresentava artigos de conteúdo político e foi publicada entre 1978 e 1982, com total de 29 volumes, dirigida por todo tempo de sua existência por Ênio Silveira e Moacyr Felix. Não havia uma divisão temática, como sua antecessora a Revista *Civilização Brasileira*, por vezes um assunto ou uma obra era evidenciado em vários artigos. Era composta em seu conjunto por artigos originais e resenhas críticas de obras recém-lançadas, assim como de livros estrangeiros ou nacionais já consagrados. A partir do mapeamento em planilha de todos os autores e títulos de artigos e resenhas publicados em seus 29 volumes, identificamos que foram escritos 684 artigos (incluindo as resenhas) entre 1978 e 1982.

Como já vimos, apesar da Editora *Civilização Brasileira* não ser a editora do Partido Comunista Brasileiro ela também publicou artigos de autores que eram membros ou simpatizantes do partido nessa época. Moacyr Félix, poeta, membro do Partido, também organizador da coleção *Encontros com a Civilização Brasileira*, foi o autor que mais publicou artigos e resenhas, com um total de 18 artigos. Ao longo dos anos de publicação dessa

⁴⁷⁸ Todos os exemplares da coleção foram disponibilizados para empréstimo pela biblioteca da PUC/RJ. Também no livro organizado por Moacyr Félix (FELIX, Moacyr (Org.). *Ênio Silveira: arquiteto das liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998) encontram-se reproduzidos dez dos treze editoriais assinados por Ênio Silveira.

Coleção, entre 1978 e 1982, os autores, com algumas exceções, não se repetiram com muita frequência.

Os resultados mostram que os autores que mais escreveram foram: o editor Ênio Silveira que escreveu treze artigos; João da Penha que escreveu dez textos entre artigos e resenhas; Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré que escreveram o mesmo número de textos, nove, entre artigos e resenhas. Diversos autores escreveram seis artigos, Leandro Konder escreveu quatro, três resenhas e um artigo; Darcy Ribeiro escreveu quatro; Frei Beto, cinco e o autor do artigo de maior sucesso da Revista intitulado *A democracia como valor universal*, Carlos Nelson Coutinho, escreveu dois artigos e uma resenha.

A repetição de autores ocorria geralmente entre autores de resenha. Autores como Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, não foram os que mais escreveram, embora tenham publicado artigos de grande sucesso na época. Considerando o significado dos artigos para aquele momento político junto ao projeto político cultural da editora, o grande sucesso do artigo de Carlos Nelson Coutinho⁴⁷⁹ foi um dos marcos da discussão promovida nos artigos da revista.

Os textos do editor retratavam os assuntos políticos próprios do processo político brasileiro da abertura democrática. Em todos os editoriais, Ênio Silveira partia de uma análise mais geral para enfrentar um ponto da situação atual do país. O editor da ECB sempre fazia uma sugestão e expunha sua visão sobre a conjuntura. Ênio Silveira escreveu com frequência os editoriais entre julho de 1978 e julho de 1980, depois redigidos apenas por Moacyr Felix. Do total dos 29 editoriais da Coleção: 13 foram escritos por Ênio Silveira, 14 escritos e dois organizados por Moacyr Felix⁴⁸⁰.

No editorial de abertura do lançamento da *Encontros com a Civilização Brasileira* ela foi definida como uma coleção de livros com previsão de lançamento mensal, constituindo-se de “artigos, ensaios e notas de crítica, assinados por colaboradores nacionais e estrangeiros que, pelo seu não-sectarismo, contribuirão para a abertura de horizontes, os atos de pensar e repensar o mundo em que o homem luta”⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1979, v. 9.

⁴⁸⁰ Em 1978 a coleção teve 6 volumes lançados (n.1 ao n.6). Deles, 3 editoriais assinados por Ênio Silveira e 3 por Moacyr Felix. Em 1979 a coleção teve 12 volumes lançados, do n.7 ao n.18. Deles, 6 editoriais assinados por Ênio Silveira e 6 por Moacyr Félix. Em 1980 a coleção teve 9 volumes lançados, do n.19 ao n.27. Deles, 4 editoriais são assinados por Ênio Silveira, 3 escritos por Moacyr Felix e dois organizados por este último. Em 1981 a coleção teve 1 volume lançado, o n. 28. com editorial assinado por Moacyr Félix. Em 1982 a coleção teve 01 volume lançado n.29, nesse volume o editorial não foi assinado.

⁴⁸¹ SILVEIRA, Ênio. Por quê e para quê. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.1, 1978, p. 7.

A expectativa do editor em relação ao lançamento estava diretamente ligado ao sucesso da Revista Civilização Brasileira nos anos 60, já apresentada no capítulo três. Segundo ele,

...Encontros com a Civilização Brasileira, uma coleção de livros aberta a todas aquelas tendências que a evolução do pensamento social e científico vem configurando como a atual e plurificada face do humanismo contemporâneo. (...). Em linhas gerais, como se pode ver, a coleção Encontros ... mantém – e amplia – a linha de conduta intelectual que, de 1964 a 1968, cercou de tanto apreço a Revista Civilização Brasileira⁴⁸².

O segundo editorial⁴⁸³ marcava o início de uma proposta de publicação claramente comprometida com o processo político em curso, em que seu editor explicita sua visão sobre aquela conjuntura. Aqueles objetivos da coleção ECB defendidos no primeiro volume começam aqui a se realizarem. Ênio Silveira escreveu sobre a candidatura de João Batista Figueiredo à presidência. Sua crítica se dirigiu diretamente à expectativa da eleição indireta para presidência da república.

O texto de Moacyr Felix⁴⁸⁴ tem um perfil distinto dos editoriais anteriores. Do ponto de vista particular de um poeta, dá ao leitor, por meio de outro caminho, a possibilidade de reconhecer em seu texto também o caráter político que Ênio Silveira imprimiu nos primeiros números da Coleção. O editor-chefe da Coleção defendeu ao longo desse texto a idéia de que a poesia não deveria ser necessariamente engajada. Apresentou seus argumentos combatendo uma visão que limitava o papel do artista ao conteúdo estritamente político. Em suas palavras:

Em épocas como esta, em que estão ameaçados e atingidos os valores mais urgentemente ligados à existência, a poesia como instrumento de luta social se exacerba e se emerge, e a isso deve ser estimulada, para o primeiro plano. Em épocas assim, é natural que a função da poesia se desloque prioritariamente para outras razões de ser que não somente aquelas que lhe deram origem. Exigir de um artista ou de um poeta, no entanto, que o seu poema ou a sua música apareçam exclusivamente engajados na temática assim dita social, isso é uma besteira, um erro, uma deformação dos próprios fins a que esta exigência, em última análise, se diz atrelada. Toda obra de arte é engajada, quando é verdadeiramente uma obra de arte; e isso porque ela é participante do impulso básico do ser humano para a liberdade, ou seja, para a beleza da vida. O que se pode, em épocas de crise, é indagar ao poeta ou ao artista, mas enquanto cidadãos, por uma solidária definição de caráter político. Caso contrário não vamos mais nem entender o quanto de humano persiste, vibra, e se movimenta, intelectual e emocionalmente, nas cantigas de roda, ou nas canções folclóricas de amor e de infância e de solidão e de trabalho, que estão

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ Editorial, n.2, ago/1978, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *Fazer História ou Não, Eis a Opção*

⁴⁸⁴ Editorial, n.3, set/1978, Moacyr Felix (editor-chefe) – *Raciocinar é uma coisa, Pensar é outra*

*presentes na história de todos os povos. As existências e as lutas do homem se situam em vários planos da luta de classes, planos que não podem ser desligados, que se interpenetram uns nos outros e se fundem na formação de um tempo histórico global, que é o do seu passado, o do seu presente e, importantíssimo, o do seu futuro, o do seu devenir.*⁴⁸⁵

O editorial seguinte de Moacyr Felix é uma transcrição pouco alterada de um texto escrito pelo próprio autor em 1961 na Suécia e publicado no Brasil em 1965, onde ele procurou mostrar na condição de editor-chefe “como (se dá) o fazer político do intelectual através da ação cultural que lhe é própria.”⁴⁸⁶

No último editorial do ano de 1978, Ênio Silveira discorreu sobre o resultado das últimas eleições favorável para o MDB, em tom de protesto às tentativas do governo de apagar essa “vitória”, pois

*o MDB por tudo o que seja, ou apesar daquilo que não seja, venceu esmagadoramente em quase todos os grandes centros urbanos, em todos os locais onde a máquina repressiva e coercitiva do Governo, posta sem disfarce a serviço da ARENA, não conseguiu agora, como ocorreu em outros períodos eleitorais transcorridos sob a ditadura, decidir a parada com tranqüilidade*⁴⁸⁷

Defendia que a diferença de cinco milhões de votos era bastante significativa para passar sem uma reflexão. Para o editor essa vitória representava uma “vantagem tática obtida com a conquista de importante cabeça de ponte democrática”⁴⁸⁸. Concordava com a posição cautelosa de Ulysses Guimarães sobre tal vitória que “não se deve, nos quartéis oposicionistas, iniciar a arrancada da reorganização partidária antes que condições objetivas a ensejem, ou até determinem”⁴⁸⁹. Ênio afirmou que naquele momento as

*facções diversas de oposição ao governo, dentro e fora do MDB, intensificaram seus preparativos para reorganizar em termos partidários a vida política nacional, como se a liberdade, gloriosa e refulgente, já tivesse efetivamente aberto suas asas sobre nós...*⁴⁹⁰

Ao contrário da afirmação do editorial anterior, onde Ênio Silveira exaltou o resultado das eleições, contra a tentativa de obscurecimento da vitória do MDB pelo governo, em

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 8 e 9.

⁴⁸⁶ Editorial, n.4, out/1978, Moacyr Felix (editor-chefe) – *Dezoito Parêmsias do Verão Contraditório*, p. 7.

⁴⁸⁷ Editorial, n.6, dez/1978, Ênio Silveira (diretor-responsável) – Apresentação: *Quem Tapa o Sol com a Peneira?*, p. 7.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 8.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 8.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 8.

editorial seguinte, de número 6, Ênio Silveira criticou o entusiasmo dos setores progressistas com os resultados das eleições para o Congresso, lembrando-os da permanência não declarada da ditadura, tendo em vista que seus representantes viam naquele resultado, somado a volta do pluripartidarismo, um caminho aberto para as oposições em geral, como na criação de um outro partido de oposição.

Além disso, o editor explicitou sua visão sobre a situação do novo presidente eleito quanto à necessidade de se construir algum tipo de diálogo com a democracia. Apontou os riscos que João Baptista Figueiredo corria no processo “se (sua vitória) não for dedicada ao povo e por ele aclamada com espontâneo entusiasmo”⁴⁹¹. O editor reivindicou que fosse promovido um “desenvolvimento que não seja milagroso e beneficie apenas a um pequeno grupo de privilegiados e às empresas multinacionais a que cada um deles, com maior ou menor recato, presta vassalagem, mas a todos nós, que somos seu legítimo destino”⁴⁹².

As palavras do editor reivindicam, assim, uma democracia para “todos nós”, que viria mesmo de “cima para baixo” sob a direção do novo presidente, no mesmo projeto de governo originado do processo de abertura política desde meados de 1970. Assinala por fim que o

*O General João Batista Figueiredo, se não quiser tapar o sol com a peneira deve ter bem presente que nada de efetivo conseguirá realizar, em termos de governo, se mantiver enquadrado na rígida e estéril estrutura de poder que um grupo integrado por elementos minoritários das Forças Armadas e do empresariado, tem imposto tanto à Nação como a seus dirigentes.*⁴⁹³

O grupo minoritário do empresariado mencionado por Ênio diz respeito ao empresariado vinculado ao capital multinacional e associado que já nos apresentou Dreifuss como os co-agenciadores da ditadura militar, cuja participação foi progressiva na direção política econômica ao longo do regime, mesmo diante das rearticulações em seu interior. Ênio Silveira reclama uma ampliação dos grupos no poder a partir de 1979 que venham a representar os interesses da “nação” e de seus “dirigentes”. Em sua recusa a um esquema que a seu ver deveria ser rompido, o editor encerra as últimas linhas fazendo menção direta ao presidente defendendo a restauração do estado de direito e a implantação da democracia.

Em momento de grande mobilização da classe trabalhadora, Ênio Silveira, ao omitir de seu discurso as greves que explodiam naqueles anos iniciais da publicação e defender como missão do presidente o retorno do Estado democrático, traduzia a “luta democrática”

⁴⁹¹ Ibidem, p. 9.

⁴⁹² Ibidem, p. 9.

⁴⁹³ Ibidem, p. 10.

reivindicada pelo PCB: a defesa da Anistia, das eleições e da Constituinte reforçando a “unidade da oposição”.

A concepção de que as reivindicações das massas estariam representadas na direção política e não na base do processo expressa o pecebismo, o qual até este momento de sua trajetória como editor, se mantinha assumidamente por Ênio Silveira separado de suas publicações. A coleção *Encontros* é a única de seus lançamentos em que o editor explicita sua filiação ao PCB, expressando as orientações políticas do partido para o período. Entretanto, os artigos publicados são diversificados, mantendo a abertura crítica que defendia.

No editorial seguinte, mais uma vez o texto do editor trata da situação política daquele momento, sua proposta é uma avaliação dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, procura responder às acusações que os setores progressistas ou de oposição ao golpe de 64 ainda recebem.

Fez um paralelo com os arautos da mentira nazista que culparam os judeus de tudo, assim como o faziam os porta vozes do regime militar ainda no poder, que insistiram que a “culpa de nossos infortúnios deve ser atribuída aos comunistas, segundo as lições recebidas de seus mestres norte-americanos, do Pentágono.”⁴⁹⁴ O final do texto em tom enérgico recusava essa postura.

No primeiro editorial de 1979, Ênio Silveira retomou as acusações lançadas sobre comunistas. O editor faz uma referência ao perfil dos autores da Coleção, os quais teriam o compromisso de se manifestarem contra tais acusações para colaborar ao convencimento da “Nação”. Segundo ele,

*Aos setores progressistas de nossa vida política, ao meio universitário – docente e discente, à intelectualidade brasileira – que estes ENCONTROS basicamente procuram congregar – cabe a tarefa de manter bem presente esse conceito na consciência popular, para que a Nação possa repudiar com o maior vigor toda e qualquer nova tentativa de utilização do fantasma do “comunismo” pelas forças reacionárias e antinacionais*⁴⁹⁵

No mesmo editorial anuncia a posição “cautelosa” dos comunistas na abertura:

Por mais anti-‘comunista’ que seja, o General João Baptista Figueiredo está amplamente documentado (não foi à-toa, presume-se, que ele teve tantos anos em suas mãos o controle de complexa máquina de informações) sobre o fato de que os elementos conseqüentes da esquerda, sendo seus

⁴⁹⁴ Editorial, n.7, Jan/1979, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *Os Aautos da Mentira*. p. 10.

⁴⁹⁵ Editorial, n. 9, Mar/1979, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *O Conveniente Fantasma do Comunismo*. p. 9-10.

*adversários natos, não tem o menor interesse em desafiá-lo com provocações idiotas, nem em levar o País ao caos*⁴⁹⁶.

Explicitamente é a visão do PCB que se expressava nas palavras do editor, nota-se uma referência negativa dos outros setores da esquerda quando proclama os comunistas como “os elementos conseqüentes da esquerda”.

Ênio Silveira defende, ainda, no mesmo editorial que se o presidente “se dispuser a um diálogo franco, limpo e construtivo com o povo brasileiro.(...) ele, o povo e as Forças Armadas, no que tem de melhor, poderão juntos enfrentar e esmagar os semeadores de tempestades.” O tom conciliador do editor revela a visão do PCB sobre os rumos da democracia naquele período.

O editorial de n.12 comemorava um ano da Coleção que se propôs a ser um “veículo de estudos objetivos e não sectários”⁴⁹⁷. Concordamos que essa orientação na escolha dos artigos e autores publicados era seguida. O editor mantém essa sua posição assumida desde o primeiro número da Coleção quanto ao seu engajamento com o processo político em curso no país. Segundo ele,

*A progressiva abertura institucional que se vem observando em nosso País nos últimos doze meses é resultante, repetimos uma vez mais, de movimento de opinião pública mais amplo e conseqüente a cada instante. (...) Encontros com a Civilização Brasileira (...) não é e jamais será um veículo impositivo, programático e sectário.*⁴⁹⁸

Ao final do texto Ênio Silveira convidou todos os leitores a participar do debate na Coleção enviando suas “...contribuições intelectuais, (ajudando) a promover a participação de número sempre maior de brasileiros nesses debates fundamentais para nosso futuro imediato, estaremos todos juntos num mutirão de cultura e de progresso democrático.”⁴⁹⁹

Em 1979, Ênio Silveira fez uma análise breve e consistente sobre um dos graves desdobramentos das disparidades sociais do capitalismo contemporâneo, a violência. Segundo o editor,

quando corpo e dignidade são violados tão ostensivamente como no Brasil de hoje, onde o desenvolvimento nacional, seguindo modelo neo-capitalista

⁴⁹⁶ Ibidem.

⁴⁹⁷ Editorial, n. 12, Jun/1979, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *Um Ano de Encontros*.

⁴⁹⁸ Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, p. 7.

⁴⁹⁹ Idem, n. 12.

*de multi ou trans-nacionalização de nossa economia, só faz agravar e aprofundar os desníveis de distribuição de riqueza, do produto social do trabalho, é óbvio, como acertadamente vaticina o Dr. Donnici, que só teremos pela frente uma escalada de violência em todos os níveis, do individual ao coletivo.*⁵⁰⁰

O texto é um apelo à direção política do governo e à oposição para se dedicarem a “tarefas mais sérias, conseqüentes e imediatas...”⁵⁰¹, por exemplo, a “convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleitos os seus membros...”⁵⁰². Não fica claro quais seriam as tarefas menos sérias em que se empenhavam governo e oposição, nem de que oposição tratava.

Em 1980 Ênio Silveira escreveu sobre o “jogo político” pautado nos blocos capitalistas e socialistas, com seus respectivos líderes, EUA e União Soviética, que a seu ver teriam desdobramentos para o século XXI. O autor mais uma vez analisa um aspecto da política que estava sendo encaminhada no país. Segundo o autor,

*É cada vez mais necessário que nos esforcemos, no Brasil, para acabar com a anacrônica mentalidade de que fora do bloco americano não há salvação, ou de que no alinhamento anti-soviético precisem situar-se as premissas básicas de nossa política externa.*⁵⁰³

A partir dessa análise o autor chega a fazer um elogio ao governo federal pela atitude de “recusar o ‘convite’ norte americano para boicotar as Olimpíadas em Moscou e para suspender a venda de cereais à URSS”. Em seguida apela pela independência de nossos interesses vitais e pela necessidade de se repudiar a nova fase da Guerra Fria que se empenha em ir contra a URSS.

Finalizou o texto explicitando a luta que deve interessar ao país, seja no plano internacional ou interno, deveria ser a da distensão, pois “sem uma retaguarda sólida, seremos sempre manipuláveis ao capricho de interesses muitas vezes antagônicos aos nossos”⁵⁰⁴. Mais uma vez explicita sua campanha em prol da formação da Assembléia Nacional Constituinte. Em suas palavras:

Nossa luta, pois, é aqui e agora. As forças antiditatoriais e antiimperialistas devem unir-se e procurar de todas as maneiras o caminho

⁵⁰⁰ Editorial, n.15, Set/1979, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *Violência Gera Violência*, p. 9.

⁵⁰¹ Editorial, n.17, Nov/1979, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *Diálogo de Surdos*.

⁵⁰² Ibidem, p.10.

⁵⁰³ Editorial, n.20, Fev/1980, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *Desordem e Possível Progresso*, p. 9.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 10.

*que possa conduzir nosso povo à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita, pois esse é o único meio de provermos Nação de um governo realmente funcional e representativo dos interesses da maioria*⁵⁰⁵

Ênio Silveira apostava na luta pela democracia defendendo o retorno das instituições democráticas que garantiriam “os interesses da maioria”.

No editorial de maio de 1980 o editor fez uma análise mais geral da perspectiva do desenvolvimento brasileiro. Iniciou seu artigo discorrendo sobre o governo norte-americano dos anos 20 e depois comparou os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro àquele modelo norte-americano, considerando-o uma imitação piorada. Segundo ele,

*O Brasil vem tentando ao longo dos últimos quinze anos a reprodução desse milagre americano em algumas exteriorizações materiais, está na realidade copiando também, ampliando-as, suas falhas mais gritantes. (...) Aos índices crescentes de produtividade industrial (para exportação!) contrapõem-se os dados de acentuada diminuição de consumo per capita desses produtos, bem como de mau desempenho em todos os demais parâmetros de real progresso nacional da qualidade de vida.*⁵⁰⁶

A última página deste editorial é toda sobre o Brasil pós-64, onde o editor criticou a permanência de uma estrutura que se mantinha afastada dos interesses nacionais. Segundo o autor,

*Os generais-presidentes que nos têm pretendido impor severa ordem unida parecem acreditar piamente que o potencial de riqueza, não importa que inicialmente controlado por alguns poucos ou manipulado a partir do exterior, acabará se transformando em realidade socialmente justa e adequada às aspirações do povo brasileiro. (...) Como resultado de sua falta de espírito renovador, em termos de estrutura, estamos vendo a cristalização de um sistema patentemente contrário às aspirações nacionais. Parece evidente que tal processo não poderá continuar por muito tempo. Para alterá-lo a serviço do povo, torna-se indispensável a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e democraticamente eleita, que busque no leito do mais amplo consenso a saída para o terrível impasse em que nos encontramos. No rumo contrário, isto é, na tentativa de se manter a todo o custo o malfadado modelo que nos leva ao desenvolvimento dependente, corremos o risco de ver a violência de uma ditadura sem máscara.*⁵⁰⁷

⁵⁰⁵ Ibidem, p. 10.

⁵⁰⁶ Editorial, n.23, Mai/1980, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *Ordem, Progresso & Dependência*, p. 9.

⁵⁰⁷ Ibidem, editorial 23. p. 10.

As aspirações nacionais precisavam exclusivamente da garantia da formação da Assembléia Nacional Constituinte (ANC). Evidentemente, a formação da ANC era uma reivindicação comum de todos aqueles que se opuseram ao regime, mas considerada por Ênio como um objetivo a fincar a conquista democrática.

Ênio Silveira voltou a marcar a posição do presidente Figueiredo entre “seu propósito de criar condições para o diálogo entre todos os membros da família brasileira e o fechado *esprit de corps* militar e revolucionário”⁵⁰⁸ e criticou a omissão de seu governo sobre os atentados terroristas recentes. O editor afirmou,

o Presidente Figueiredo, cuja sincera irritação diante dos crimes recentes não pomos em dúvida, terá que abandonar hipérboles (“Nem mil bombas deterão a abertura”) e exteriorizações patéticas (“...eu peço a esses facínoras que desviem as suas mãos criminosas sobre a minha pessoa, mas que deixem de matar inocentes”) para assumir – como chefe supremo de um país que deseja paz e segurança democrática – o pleno e direto comando das operações, não descansando enquanto não tiver revelado ao povo a verdadeira identidade dos mandantes e executores de tão desprezíveis atos contra a dignidade do ser humano. Se não o fizer, cairá no limbo ou será “medicizado”(…).⁵⁰⁹

Esse editorial de protesto foi escrito à luz de críticas à extrema direita, os culpados dos atentados terroristas que ocorriam na época. Ênio Silveira manteve uma postura de certa confiança no governo sem deixar, no entanto, de reconhecer suas grandes falhas. Por exemplo, em relação ao presidente Figueiredo, naquele momento afirmou:

...o antiesquerdismo que sempre lhe marca palavras e gestos e torna opaca sua visão do processo político em marcha (pois é óbvio que a esquerda responsável quer tudo menos desestabilizar o Presidente, que tem cumprido, ao melhor de sua capacidade, as promessas que fez quando era ‘candidato’)...⁵¹⁰

Novamente o tom conciliador do editor está registrado em suas observações, porém, bastante incisivo sobre as outras esquerdas subentendidas como “irresponsáveis”. O editor desqualificava ao longo de seus textos, por exemplo, a formação do PT.

Em texto de duas páginas, o volume especial é apresentado com artigos sobre as condições de vida da mulher com assinatura genérica: ECB. Se nosso objetivo era localizar o teor crítico desse projeto editorial, este número também é um bom exemplo. Os artigos foram

⁵⁰⁸ Editorial, n.25, Jul/1980, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *O Som e a Fúria...Significando Muito*.

⁵⁰⁹ Editorial, n.25, Jul/1980, Ênio Silveira (diretor-responsável) – *O Som e a Fúria...Significando Muito*. p. 8.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 9.

organizados por Ênio Silveira e Zuleika Alambert (membro do PCB) e segundo ele, tais artigos “...devem ser lidos como contribuição adicional para aprofundar, em termos de Brasil, ... as condições de vida da mulher...”⁵¹¹. E para o editor isso significa debater

*...as causas que determinaram o lugar subalterno que até agora ainda ocupa na escalação de valores do trabalho e dos relacionamentos políticos e culturais, notadamente nas sociedades capitalistas; suas lutas em busca de não mais serem o objeto e sim o sujeito de opções individuais e coletivas de destino; o seu engajamento atual nos atos de ‘fazer história’ ou reivindicar novas formas de organização e novos modelos de desenvolvimento para o Estado e para a sociedade; o seu bom combate, em suma, em busca de emancipação que possa representar, senão decisivo, passo qualitativo nas conquistas com que o ser humano tenta libertar-se das alienações que o distanciam dele próprio e, portanto, da sua mais própria e inteira humanidade.*⁵¹²

Para que o leitor tenha uma idéia geral da Coleção, apesar de não termos realizado uma análise dos poemas de Moacyr Felix, selecionamos mais um entre os que escreveu para mostrar a particularidade de seus editoriais, diferentemente dos textos do editor Ênio Silveira.

O editorial-poema de Moacyr Felix se divide em 7 partes: *o caminho, o poeta, o poema, sei, eu vi, é preciso e por que não?* Em todos eles há um tom de frustração. O primeiro *o caminho* termina com menção a morte e a liberdade:

*“...do orvalho a predizer que o movediço dia vale
a liberdade, a que serviu de asa antes da queda
no colo da morte sem luas brancas e vermelhas”*⁵¹³

O segundo, *O Poeta*, trata de um poeta perdido que não conseguiu satisfazer sua existência, porque a realidade lhe escapa as mãos.

*O poeta foi sempre um perdedor
com a tola ambição de achar-se um dia
sem a necessidade de fazer poemas
sobre a existência que lhe escapulia*⁵¹⁴

O terceiro *O Poema* o autor faz referência a uma realidade não vivida que o poema e capaz de criar, como ele escreveu:

*Ou se vive por inteiro
ou pela metade a gente*

⁵¹¹ Editorial, n.26, não descreve o mês/1980, ECB – *Mulher*.

⁵¹² ECB, n.26, 1980, p. 8.

⁵¹³ Editorial, n.27, não descreve o mês/1980, Moacyr Félix (editor-chefe) – *Poemas*.

⁵¹⁴ *Ibidem*.

*escreve a vida
que não viveu.
E o papel em branco então serve
como serve ao prisioneiro
a parede branca do cárcere.
O que não foi é o ser que é
No poema, esse ato mágico
de uma chama que inexistente
tanto mais quanto ela queima
no ar de uma cela vazia
o homem que é posto em pé
sobre os mortos do seu dia⁵¹⁵.*

Sei, a quarta parte do poema, fala da consciência da frustração:

*Sei que me desespero
porque espero uma história inteira
da liberdade em todos⁵¹⁶.*

Eu vi, a quinta parte do poema, o autor faz uma crítica à visão do “povo” sobre seu papel e sobre o papel assumido pela intelligentsia. Segundo Moacyr Felix:

*Eu vi o povo dançando na Mangueira
Com pernas ágeis como ventanias acesas
Na alegria de viver.
Eu vi a intelligentsia televisionar-se
Numa postura estudada como a dos anunciantes
Da vida nos rótulos de remédio.*

*De um lado a ingenuidade da força
Que ainda não se sabe força.
De outro lado a má consciência
Agachada atrás do salário alto.⁵¹⁷*

É preciso, sexta parte do poema, fala da necessidade da radicalidade. Na última parte mostra o compromisso político com o movimento em curso e a importância de se manter consciente de seus resultados. Sua última frase: “Por que não jantar, agora, a nossa própria sepultura?”⁵¹⁸

Em 1981, talvez o autor já estivesse vislumbrando o fim da Coleção. O editorial-poema é subdividido em 21 partes⁵¹⁹. Em 1982, não há texto de editorial, e é o único volume do ano e

⁵¹⁵ Ibidem.

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ p. 9. ECB, vol 27, 1980.

⁵¹⁸ Ibidem, p.10.

⁵¹⁹ Editorial, n.28, não explicita o mês, 1981, Moacyr Félix (editor-chefe) – *Penúltimos Poemas. O grande som; No meio de tudo isso; Ouvindo; O Preço; Por que não concluir?; Aprendi; Havia; O erotismo; Pelo menos; Amor e Morte; Mulher Nua; Hoje meu pai; Despalavra de ordem; Fragmentos de um inventário; Amor,*

último da Coleção. Ao final do volume está apresentada uma lista de todos os colaboradores e de suas funções.

Os temas principais apontados pelo editor Ênio Silveira nos editoriais podem ser agrupados em: expectativas sobre o governo Figueiredo; modelo econômico e Assembléia Nacional Constituinte. Sobre todas as questões concretas, ele se baseava na perspectiva democrática elaborada pelo partidão, em defesa da institucionalidade, embora os artigos da Coleção suscitassem o debate sobre os movimentos sociais, assim como alguns textos de Moacyr Felix, como apresentamos.

5.2.2. Ênio Silveira no processo de democratização

O contexto do processo final da abertura democrática a partir de 1979 foi marcado pelos movimentos: em prol das eleições diretas, pela Anistia, movimentos sociais urbanos, “novo sindicalismo”, o pluripartidarismo, mas também pelo debate intelectual sobre a sociedade civil e o papel da classe trabalhadora na luta democrática, como já apontamos. Ênio Silveira não só permanecia como um militante e filiado ao PCB como atuou na formação de algumas organizações que reivindicavam um caminho democrático. Nossa proposta neste item, é permitir uma visão concreta das ações do editor Ênio Silveira a partir da análise das fontes que revelam sua integração aos movimentos políticos nos anos da abertura democrática.

Diante da escassez de documentos a respeito do editor no PCB e sabendo que a polícia política se ocupou predominantemente das pessoas envolvidas com o comunismo no Brasil, pesquisamos nos arquivos dessa polícia todas as investigações a respeito do editor Ênio Silveira. Para nossa discussão da fase final de sua atuação como editor-militante, coincidente com o processo de abertura política, além de analisar seus artigos na coleção *Encontros com a Civilização Brasileira*, selecionamos o material apreendido pelo DOPS/RJ para identificar esta sua participação política.

Do conjunto dos documentos pesquisados destacamos: uma “apostila” produzida pela polícia política sobre os cursos universitários freqüentados por brasileiros em países

invenção de vida; A glória e o hoje; Eu e meu poema; Silêncio um, o do universo; Silêncio dois, o da cidade; Porque.

comunistas e socialistas; e, grande volume de reportagens e descrições da polícia sobre a criação do Centro Brasil Democrático.

O conjunto do material organizado na “apostila” pela polícia recebeu o título de “Cursos na Cortina de Ferro”. O material apresenta a descrição de: integrantes e objetivos dos chamados Institutos Culturais Brasil-URSS; universidades e cursos estrangeiros freqüentados por brasileiros e o posicionamento desses na vida profissional no Brasil. O texto explicita o objetivo da polícia nesta investigação decorrente do crescente número de brasileiros egressos de cursos universitários realizados em países comunistas e socialistas, particularmente URSS. Do ponto de vista da polícia

(...)tais cursos primam em transmitir, aos alunos, uma doutrinação da filosofia marxista-leninista, afastando-os dos ensinamentos e respeito aos valores da civilização ocidental, tornando-os, destarte, em instrumento ativo do Movimento Comunista Internacional (MCI)⁵²⁰.

Mas a preocupação principal da polícia era com a participação do PCB que, segundo eles, “(...) vinha procurando formar seus quadros no exterior, a fim de se suprir de mão de obra altamente qualificada para as tarefas a que se propõe.”⁵²¹ Entendiam que o PCB junto com o Movimento Comunista Internacional divulgava o marxismo-leninismo-ortodoxo cumprindo o papel de ampliar a “infiltração marxista” no Brasil. Em suas palavras:

Assim, dentro da estratégia da tomada de poder pela linha pacífica, aos egressos dos cursos no estrangeiro é atribuído o destacado papel de infiltração nos mais diferentes setores de atividades, com o fim de miná-los, progressivamente.⁵²²

Outra inquietação, identificada na avaliação da polícia, era com o fato de tais cursos serem reconhecidos pelas instituições públicas de ensino, pois “...graças ao reconhecimento de seus diplomas pelas autoridades universitárias brasileiras vão ganhando mais adeptos o maior número de interessados, com prejuízos óbvios para a Segurança Nacional”.⁵²³

Tais “prejuízos” estariam ligados à concepção do marxismo-leninismo ortodoxo que na época orientava o PCB. Os policiais queixavam-se da suposta ampla divulgação que os

⁵²⁰ DGIE 228-A, 1977, fls. 490-491. DOPS/RJ-APERJ/RJ.

⁵²¹ Ibidem, fls. 490-491.

⁵²² Ibidem.

⁵²³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DGIE 228 – A. Introdução, fls. 490-491.

professores aptos fariam desta ideologia e em tom acusatório condenavam a estratégia do PCB da “infiltração”.

Entre os “infiltrados” encontrava-se Ênio Silveira. Em busca do pecebismo do editor-militante nos arquivos do DOPS encontramos sob o olhar da polícia política o editor “infiltrado”. Ênio Silveira consta como um dos 16 membros do Conselho Consultivo do Instituto Cultural Brasil-URSS⁵²⁴, que apoiava tais viagens de estudo aos brasileiros cujos cursos eram revalidados pelas universidades brasileiras. Muitos dos que viajaram eram universitários, professores. Mas antes do tom de acusação da polícia sobre o sistema de ensino pelo reconhecimento dos cursos, o texto informa que chega a ocorrer “...demora intencional (...) e que chega causar algumas apreensões aos interessados”⁵²⁵, no entanto, concluem, que tal atraso “...não constitui um fator preponderante para desestimular as viagens para os cursos na Cortina”⁵²⁶.

A investigação da polícia não se limitava a identificar o vínculo de pessoas ao comunismo, mas a definir também caminhos para coibir tais ações, ainda na conjuntura política da abertura. As sugestões referiam-se diretamente aos órgãos da administração pública direta e indireta, companhias estatais e paraestatais, estabelecimentos da área universitária, com o seguinte teor repressor:

(...)é pacífico que se (...) tivessem proibida a faculdade de contratar os egressos dos cursos em países comunistas, o mercado de trabalho se reduziria consideravelmente e a infiltração marxista teria dificultada suas possibilidades de livre acesso. A adoção das medidas acauteladoras acima enunciadas, se não vão obstar totalmente os objetivos do PCB, criarão, por outro lado, dificuldades sensíveis à sua atuação e desestimularão, em contra-partida, os estudantes que se dirigem à URSS e satélites movidos seja pelo espírito de aventura, seja por um enfoque marxista da realidade política brasileira.⁵²⁷

De todo modo, a perseguição ao editor Ênio Silveira ultrapassava a publicação de seus livros marxistas e incidia sobre todas as ações político-culturais que realizava.

⁵²⁴ O Dir-presidente: Oscar Niemeyer; Vice-presidente: Aloísio Neiva Filho; Secr. geral: Custodio Gomes Sobrinho; Tesoureiro: s/ref; Secretaria: Sandra Jonas e Silva e Tatiana Mariz; Corpo docente: Tatiana Mariz e Paulo Azevedo Bezerra; Conselho Consultivo: Alcedo de Moraes Coutinho e Alex Vianny (Almiro Viviani Fialho), Alfredo de Moraes Coutinho, Alice Siqueira, Armando Lacerda (Armando Edmundo Paiva Lacerda), Calau Deveza, Dias Gomes (Alfredo Dias Gomes), **Ênio Silveira**, Enzmann Jacioba Pitombo Cavalcante, Frederico Trota, Gerson Rodrigues do Lago, Honório Peçanha, José de Lima Siqueira, Mauro Lins e Silva, Otto Maria Carpeaux (Otto Maria Karpfen), Washington Lovello (nota a lápis: vide Washington Loyello). Fls. 484-485: n.2 letra d do sumário - diretoria e corpo docente (jan. 1977).

⁵²⁵ APERJ - Polícia Política - folha 447, conclusão. p. 44-45.

⁵²⁶ Ibidem.

⁵²⁷ Ibidem.

A respeito ainda dos integrantes do Instituto Brasil-URSS a lista elaborada pela polícia mostra que entre professores e diretores incluíam-se Oscar Niemeyer e Ênio Silveira, responsáveis também pela fundação do Centro Brasil Democrático, analisado a seguir.

O Centro Brasil Democrático (CEBRADE) é bastante conhecido pelo grande número de adesões de artistas e intelectuais ao seu programa⁵²⁸ e por algumas de suas famosas ações culturais, tais como o show do Riocentro, no qual houve o episódio de explosão de uma bomba, pelos militares, em 1981⁵²⁹. O Centro teve como fundadores: Oscar Niemeyer⁵³⁰, Sergio Buarque de Holanda, Antonio Houaiss e Ênio Silveira.

Segundo matéria do jornal O Globo de 30/07/78 selecionada pela polícia, o CEBRADE, criado no dia anterior, sob a presidência de Oscar Niemeyer, era definido como “uma instituição sem finalidade político-partidária que congregará personalidades de vários estados interessadas em discutir os problemas do país”.⁵³¹ Em seu “Projeto de Programa de Trabalho” para aquele ano estava enunciado como objetivos principais “a defesa dos direitos humanos, (...) assim como a discussão e a difusão de idéias e projetos de institucionalização democrática da vida pública brasileira”⁵³². Para melhor verificarmos como tais objetivos foram realizados, nos baseamos nos documentos da polícia política quando das investigações a respeito do funcionamento do CEBRADE, ainda com intuito de caracterizar os espaços de atuação do editor e qualificar seu papel militante.

De início, a polícia mostrou a relação entre os que apoiaram o Manifesto de Fundação do CEBRADE com aqueles que atuaram no extinto Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais⁵³³ (CGTI), evidenciando a continuidade da ação de intelectuais comunistas. Entre eles estavam arquitetos, jornalistas, escritores, editores, teatrólogo como: Oscar Niemeyer, Ênio Silveira, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Scliar, Dias Gomes, Flavio Rangel, Franklin de

⁵²⁸ A primeira lista de adesões ao Centro Brasil Democrático contém os seguintes nomes: Alceu Callado (numa clara confusão entre os escritores Alceu Amoroso Lima e Antonio Callado), Antonio Candido, Barbosa Lima Sobrinho, Caio Prado Junior, Carlos Scliar, Chico Buarque de Holanda, Cláudio Abramo, Dalmo Dallari, Dias Gomes, Flavio Rangel, Fernando Santana, Francisco Pinto, Hélio Bicudo, Hélio Silva, Franklin de Oliveira, João Antonio, João Saldanha, Joaquim Pedro de Andrade, José Honório Rodrigues, Juca de Oliveira, Mário Lago, Mário Magalhães da Silveira, Mário Pedrosa, Maurício Roberto, Nelson Werneck Sodré, Nise da Silveira, Odilon Batista, Osny Duarte Pereira, Oswaldo Loureiro, Paulo Vanzolini, Plínio Marcos, Pompeu de Souza, Raul Riff, Rômulo de Almeida, Ruth Scobar, Terezinha Zerbini, Tiago de Melo e Zelito Viana. DOPS- DGIE 299, 1980, fl. 57.

⁵²⁹ O episódio da bomba foi a motivação para mais esta investigação, bem detalhada, das funções, membros e atividades do CEBRADE, no período de 1978 até o ano do ocorrido, 1981.

⁵³⁰ Em 1992, Oscar Niemeyer envia carta para ex-integrantes do CEBRADE com a finalidade de retomar as atividades do órgão. Documento do acervo de Maria Rita Jobim Silveira, carta de 28 jan. 1992.

⁵³¹ DGIE 299, 1980, fl. 57.

⁵³² DGIE 273, 1978, fl. 10 D.

⁵³³ O CGTI foi um “órgão de frente comunista, ligado ao CGT, que abrigou em seus quadros escritores, jornalistas, cientistas, artistas e professores para atuação nos meios intelectuais, inclusive nas escolas de nível médio e superior”. DOPS/RJ - DGIE 299, 1981, fl. 2.

Oliveira, João Antônio, Joaquim Pedro de Andrade, Nelson Werneck Sodré e Osny Duarte Pereira.

Esses intelectuais deram representatividade ao CEBRADE cujo projeto de democratização visava cumprir um “papel sério e destacado na vida brasileira”⁵³⁴ e iniciar as “mudanças profundas na organização institucional e social no país”⁵³⁵.

A documentação policial considerava que o CEBRADE tinha os mesmos princípios do PCB quando se tratava de “classe operária”. Esta conclusão se baseia “na cartilha do PCB”⁵³⁶ que apresentou como tarefa principal do Partido “educar a classe operária, organizá-la e dirigi-la em suas lutas de cada dia, preparando-a e conduzindo-a para a revolução socialista”⁵³⁷. Explicitam idéias do livro *O que fazer* de Lênin, apresentado como argumento principal para tal objetivo. No resumo da polícia sobre o livro consta que

*o nível de consciência da classe operária faz com que ela chegue espontaneamente, apenas à luta por uma política sindical, economista, a fim de lograr objetivos imediatos; todavia, para que esta classe operária possa manifestar todo o seu potencial político, torna-se necessários que os intelectuais, oriundos de outras classes sociais, inspirem e eduquem a classe operária na consciência de sua missão política, como vanguarda a força motriz da revolução. Isto porque os operários não tem tempo nem capacidade de elaborar uma teoria política em bases científicas. Esta tarefa caberia aos intelectuais, que se encarregariam da educação, organização, agitação e propaganda*⁵³⁸.

Ao contrário da interpretação da polícia, as atividades do CEBRADE vinculadas aos sindicatos de trabalhadores (trabalhadores agrícolas, metalúrgicos, indústria petroquímica, indústria de couro e peles, bancários, petróleo, energia elétrica, médicos e jornalistas) denotam a concepção de seu projeto quanto ao papel da sociedade civil no processo, porém, numa perspectiva mais pluralista.

Os intelectuais dirigentes⁵³⁹ do CEBRADE criavam atividades conjuntas com outros movimentos políticos e sociais, como ocorreu também com o Comitê Brasileiro pela Anistia. Foram organizados encontros nos quais se definiam as ações a empreender.

⁵³⁴ DGIE, 1981, fl. 2.

⁵³⁵ Palavras do Manifesto de Fundação do CEBRADE, citado em DGIE 299, 1981, fl. 2.

⁵³⁶ Cartilha redigida por um dos intelectuais aderentes ao manifesto do CEBRADE, Renato Guimarães Cupertino. DGIE 299, fl. 2.

⁵³⁷ Trecho do Manifesto do CEBRADE citado pela polícia. DGIE, 299, fl. 2.

⁵³⁸ DGIE 299, 1981, fl. 3.

⁵³⁹ O CEBRADE era formado por 5 Conselhos: Diretor; Consultivo; Fiscal; de Defesa dos Direitos Humanos; de Credenciais. Ênio Silveira era vice-presidente junto com Sergio Buarque de Holanda do Conselho Diretor, Oscar Niemeyer era o presidente; Antonio Houaiss, secretário geral; Mauro Lins e Silva, tesoureiro; Audálio Dantas, Darcy Ribeiro, Dias Gomes, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto e João Saldanha, como diretores. DGIE, 299, 1981, fl. 375.

O principal aspecto deste movimento pode ser exemplificado pela valorização das organizações de base. Como resultado do Encontro Nacional pela Democracia, ainda em 1978, época de sua fundação, tinha como princípio que as organizações de base

“são os instrumentos que se contrapõem à tentativa de elitizar a vida política e o processo decisório; são o traço de ligação entre partidos e povo, entre político e povo, entre as partes do povo; é nelas que devem inspirar-se os quadros políticos; ficou bem clara a profunda necessidade de uma mobilização democrática constante, sempre vinculada às organizações e associações de base; concentrar os esforços num programa mínimo: anistia (hoje já alcançada) e Constituinte”⁵⁴⁰.

A organização de shows de música popular brasileira no Riocentro tinha um caráter beneficente. A renda do show de 1979 com campanha pela Anistia, por exemplo, destinava-se ao Encontro Nacional de Líderes Sindicais que ocorreu no mesmo ano. Desse Encontro foi elaborada a Carta do Gragoatá, por ter ocorrido neste bairro em Niterói, na qual estavam expostas as principais conclusões dos Líderes Sindicais presentes⁵⁴¹. Foram elas:

“é essencial para os trabalhadores a plena e integral restauração das liberdades democráticas: de imprensa, de expressão, livre associação e organização partidária”; consideram indispensável a liberdade e a autonomia sindicais, o direito de greve e a estabilidade no emprego, convertidos em princípios constitucionais que venham a ser aprovados em Assembléia Nacional Constituinte; exortam os assalariados das diversas categorias para que, através da sindicalização e da organização nos locais de trabalho, fortaleçam os sindicatos que, no processo de luta pela conquista da autonomia e liberdade sindicais, deverão ser coordenados por uma Central Única dos Trabalhadores; defendem a livre organização partidária; incentivam a participação do Sindicato em todas as ações de massa.”⁵⁴².

A Anistia destacada como meta para o CEBRADE foi tema de outros eventos promovidos por seus dirigentes, tais como: Ato na sede da ABI, em 1979, quando “jovens angariavam fundos em prol da Frente Sandinista de Libertação” da Nicarágua; manifestações públicas na Cinelândia pela Anistia (mas também pelas liberdades sindicais e contra cassação do MDB); delegações para promover a volta dos exilados.

Em 1980, o CEBRADE elaborou um relatório de auto-avaliação de suas funções desde sua criação, no qual os intelectuais concluíram:

⁵⁴⁰ DGIE 299, 1981, fl. 3.

⁵⁴¹ Lista, anexo, DGIE 299

⁵⁴² DGIE 299 1981, fls. 4 e 5.

*a existência do Cebrade foi um fator positivo no avanço registrado pelas correntes democráticas; no Encontro Nacional pela Democracia foi indubitável a melhor definição de uma estratégia comum das forças de oposição que ali se conseguiu; o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais proporcionou uma forte demonstração de unidade e solidariedade proletária no esforço nacional de conquista das liberdades democráticas e deu ensejo a uma definição mais qualificada das reivindicações do movimento operário na luta pelo regime democrático; a realização do show 1 de maio foi também importante, como forma de arrecadação de fundos e como forma de expressão unitária da solidariedade dos artistas para com as aspirações do povo trabalhador; poderá firmar-se numa vigorosa tradição brasileira; as seções estaduais (em Brasília, MG, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco) desenvolveram atividade intensa e profícua...*⁵⁴³

Em 1980, há referência sobre a intenção do CEBRADE de tornar o show um ato tradicional, este assunto foi grifado pela polícia. Um ano depois ocorreu a explosão da bomba. Na época, segundo texto da polícia, os “agentes do DOI/1 Exército foram vítimas de um atentado terrorista”⁵⁴⁴. Em 1980, também houve show em 1º de maio com renda prevista para CONCLAT, que a polícia chama equivocadamente de Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras.

Entre outras atividades promovidas pelo CEBRADE ainda podemos citar: palestras realizadas na Academia Brasileira de Imprensa e Universidade Santa Úrsula dentro de um “ciclo de debates” organizado junto com UEE-RJ. Nessa palestra houve participação de Luis Carlos Prestes e Marcelo Cerqueira sendo mencionados pela polícia como “notórios comunistas de sempre”; implantação da Unidade Interdisciplinar do CEBRADE (UNIBRADE), que funcionava como um “instrumento de trabalho com a juventude” sobre o qual o próprio CEBRADE reivindicava “as evidentes carências do ensino regular torna ansiosa por fontes alternativas mais aptas de formação cultural”⁵⁴⁵. Por meio da UNIBRADE se realizou, no Teatro Clara Nunes, o curso *Brasil Hoje – conseqüências, limitações e perspectivas do processo de abertura*. O CEBRADE patrocinou com o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), do qual Ênio também participava “o movimento pela libertação de Flavia Schilling, que teve como fato mais marcante a manifestação em frente ao consulado do Uruguai”⁵⁴⁶. A polícia conclui que o CEBRADE

(...)no seu trabalho de massa, buscando alcançar todos aqueles objetivos inicialmente expressos e ainda não atingidos, os quais são constantemente mencionados através de manifestações públicas e dos órgãos de comunicação

⁵⁴³ DGIE 299 1981, fl. 6.

⁵⁴⁴ DGIE 299, 1981, fl.1.

⁵⁴⁵ DGIE 299, fl. 6.

⁵⁴⁶ DGIE, fl. 6.

social, sendo, os mais sensíveis e tenazmente perseguidos, a extinção de órgãos de informação e segurança, a revogação da lei de SN e a convocação de uma Assembléia Nac Const, com o que estará aberto o caminho para a legalização do Partido Comunista”⁵⁴⁷.

Em maio de 1979 o Comitê Central do PCB expôs a visão do partido sobre a não divisão da oposição e sobre a formação do PT, como segue:

Compreendemos a atitude das lideranças sindicais que se manifestam pela criação de um partido dos trabalhadores. Trata-se de um sintoma do nível político já alcançado pelo movimento sindical, de uma manifestação da justa compreensão já existente de que a luta apenas econômica não basta para resolver os problemas dos trabalhadores. Entretanto, queremos fazer ainda uma ressalva, sobre a qual é nosso dever não silenciar: a criação do projetado partido dos trabalhadores não deve envolver os sindicatos como tais; eles devem permanecer organizações classistas unitárias de todos os trabalhadores e, por isso mesmo, apartidárias. Pensamos que na origem da idéia de criar esse partido há um desencanto com o quadro partidário existente. Isso coloca a necessidade de uma maior sensibilidade do MDB aos problemas sociais. A luta pela democracia não pode ser desligada da luta pelo atendimento das reivindicações mais sentidas e urgentes dos trabalhadores e das massas populares.⁵⁴⁸

O debate sobre a divisão da oposição era o debate a respeito das propostas e formas de ação de duas direções, uma do “novo sindicalismo” e a outra em torno do MDB, ambas visando à construção dos caminhos democráticos. Observamos que, Ênio Silveira ao fundar o CEBRADE se aproximou da direção que se organizava em torno do “novo sindicalismo”, mas também defendeu a direção em torno do MDB, mais próxima do PCB.

O que foi apresentado no item anterior sobre a posição do editor Ênio Silveira na conjuntura política a partir dos textos dos editoriais, se confirmou aqui por meio de outras fontes permitindo qualificar o seu papel militante. As ações do editor-militante se firmaram ao final do regime na formação de uma frente de oposição contra a ditadura e na perspectiva democrática almejada pelo PCB no pós-79, formalizada em seu apoio ao PMDB. Veremos a seguir como se deu para o caso da editora Brasiliense.

⁵⁴⁷ DGIE 299, 1981, fl. 8.

⁵⁴⁸ PCB: vinte anos de política, 1958-1979 (documentos). São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1980, (A Questão Social no Brasil, v. 7), p. 325.

5.3. A Editora Brasiliense e a cultura política pós-79

Dentre as publicações identificadas da editora Brasiliense, ao longo do período da abertura democrática, selecionamos para análise mais detalhada e aprofundada o projeto de edição do periódico *Leia Livros* e da coleção *Primeiros Passos* porque representaram sucessos editoriais naquele momento para a editora, apesar de seus distintos propósitos, como veremos abaixo.

5.3.1. Diferentes caminhos de dois projetos editoriais inovadores: o jornal *Leia Livros* e a *Coleção Primeiros Passos*

O *Leia Livros*⁵⁴⁹ foi lançado em 1978 sob a direção de Caio Graco Prado e Cláudio Abramo. Apesar do grande sucesso na época como publicação mensal e uma inovadora proposta de debates sobre livros recém publicados, sua última edição data de 1984. Nosso objetivo neste item é analisar a proposta editorial dessa publicação por seu destaque no conjunto das publicações da Brasiliense nesse período juntamente com a coleção *Primeiros Passos*, analisada em seguida.

Selecionamos os editoriais do *Leia Livros* assinados por Caio Graco Prado, diretor do jornal, para prosseguir na análise comparativa dos projetos editoriais por meio da ação de seus editores.

Cada número do jornal tinha em média 20 páginas com a seguinte divisão: *Editorial*, *Bilhete*, *Artigos*, *Resenhas*, *Gerai*s. As seções, *Editorial* e *Bilhete*, sempre compunham a primeira página, juntamente com o sumário. Cláudio Abramo encerrou suas atividades no jornal em maio de 1981, quando acabou a seção *Bilhete* de sua autoria. Foram consultados os 69 editoriais assinados por Caio Graco Prado e os 34 artigos de Cláudio Abramo, entre 1978 e 1984, porém, privilegiamos os textos do editor pelo interesse principal de analisar suas ações.

O primeiro número foi aberto pelo editorial de Caio Graco, intitulado *A parcialidade consciente*. Nele, o editor defendeu que o jornal pretendia ser “o reflexo da parcialidade consciente de todos nós”⁵⁵⁰ referindo-se genericamente às posições políticas que julgava imparciais, sem especificá-las. A seção de Cláudio Abramo, *Bilhete*, que sempre figurava ao

⁵⁴⁹ Existem exemplares do periódico em diferentes instituições de pesquisa. Apesar das primeiras leituras terem sido realizadas na Biblioteca Nacional, prossegui com elas na Faculdade de Letras da UFRJ, onde tive oportunidade de fotografar digitalmente todos os editoriais do *Leia Livros*, disponibilizando em CD este material de pesquisa.

⁵⁵⁰ Ano I, N.0, 15/04 a 14/05, 1978: Editorial, Caio Graco Prado, *A Parcialidade Consciente*.

lado do editorial de Caio Graco, mas sem título de matéria, foi publicada desde o primeiro volume. Contendo em geral comentários de livros e as vezes da conjuntura política, o jornalista inaugurou esta seção destacando a função do jornal, que não estreava a proposta de fundar um periódico sobre livros - intenção que não foi exclusividade deles, tendo em vista os jornais de grande circulação já apresentarem cadernos a respeito, além de outras publicações isoladas - mas pela particularidade do *Leia Livros* em criar um espaço de debate de cultura no próprio jornal.

Ainda no texto de apresentação do *Leia Livros*⁵⁵¹ o argumento principal do editor Caio Graco Prado foi de que não existe progresso sem cultura. O editor criticou a falta de incentivo ao livro, acrescentando que se todos os municípios tivessem bibliotecas públicas, os editores venderiam muito para o governo e o preço dos livros seria mais baixo para a população. Ele criticou o fato do preço do livro restringir seu acesso a uma “elite”. Segundo Graco, “estabeleceu-se aparentemente um círculo vicioso entre edições caras por pequenas e um público que não lê porque não dispõe de recursos para tanto e por isso não se cria em nossa terra o hábito da leitura”⁵⁵².

Já desde o primeiro editorial apresentam-se questões genéricas relativas à política brasileira e ao mercado de livros. Estes serão os assuntos prioritários nos editoriais de Caio Graco. Ordenamos a apresentação do conteúdo dos editoriais a partir dos temas mais frequentes ao longo dos seis anos de existência do periódico: aspectos gerais da conjuntura política e econômica; mercado de livros e avaliações sobre a edição do *Leia Livros*.

Conjuntura política e econômica

Em seu segundo editorial Caio Graco fez uma crítica à ditadura e suas imposições, afirmando que apesar do autoritarismo o sistema “envelheceu e caducou por falta de diálogo”, sendo a democracia a única solução. Partindo dessa crítica, ele tece uma comparação com a situação dos editores e livreiros e seus órgãos representativos, sobre os quais afirma: “Congregados nos mesmos órgãos representativos que por muitos anos traduziram efetivamente os interesses comuns, assistimos nos últimos tempos o gradual enfraquecimento dos livreiros de todo país, reduzidos hoje a menos de quinhentos”⁵⁵³. Por fim, ele anuncia a fundação, em São Paulo, de um órgão novo em defesa do livro, a Associação Nacional de Livrarias.

⁵⁵¹ Ano I, N.0, 15/04 a 14/05, 1978: Editorial, Caio Graco Prado, *A Parcialidade Consciente*.

⁵⁵² Ano I, N. 1, 15/05 a 14/06, 1978: Editorial, Caio Graco Prado, *O Circulo viciado*.

⁵⁵³ Ano I, N.2, 15/06 a 14/07, 1978: Editorial, Caio Graco Prado, *Qualquer Semelhança...*

Em editorial de princípios de 1979, Caio Graco até citou aspectos gerais da conjuntura econômica, especificamente quanto aos reflexos da crise no mercado editorial. Mencionou nesse sentido a “antiguidade do governo”, “falência do modelo”, inflação, “achatamento da classe média”, e de como tudo isso trazia as dificuldades enfrentadas por livrarias e editoras. O editor traduz as conseqüências da crise econômica para os empresários do livro, principalmente aqueles que dependem de crédito para financiar seu negócio, segundo ele, “...dentro da crise geral, da qual seremos todos atores e vítimas, principalmente vítimas, teremos que enfrentar e equacionar, o mais rapidamente possível, a crise particular do nosso mundo, o mundo dos livros”⁵⁵⁴. Realmente, no quadro geral do desenvolvimento econômico, a área do livro não era central, o que dificultava ainda a saída de sua crise quanto comparada às medidas dirigidas aos setores fundamentais, ratifica-se tal posição de “vítima”.

Pela primeira vez o editor fez também críticas à conjuntura política em particular sobre a permanência da censura. Destacou um acontecimento “ridículo” recente que foi a censura aos livros de Henry Miller que estavam sendo proibidos no Brasil, calculados então 30 anos após serem liberados nos EUA. O editor criticou com desprezo, tanto o caráter político da censura que a seu ver “garante os privilégios e esconde os abusos”⁵⁵⁵, quanto pelo discurso calcado no argumento da “moral e os bons costumes”.

Diferentemente de Caio Graco Prado que expôs uma questão da conjuntura associada à área do livro, extraímos esta seção de Cláudio Abramo porque o jornalista fez comentários sobre fatos relevantes da própria conjuntura para além da área do livro. Em sua abordagem jornalística Abramo declarou solidariedade a Lula - naquele momento deposto por intervenção federal da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - quando da tentativa do governo de obrigar os metalúrgicos a voltarem ao trabalho durante movimento grevista. Citou Lula ainda como colaborador do *Leia Livros*, tendo, inclusive, escrito uma resenha sobre um livro de um operário francês. No decorrer do texto Abramo criticou a sociedade conformista para a qual “discordar e mostrar opinião contrária” parecia custar muito caro. Segundo ele, isto seria herança da colonização portuguesa, legado daquilo que o Ocidente tem de pior. E concluiu o artigo esperançoso pelo dia em que “atiraremos na lata de lixo da história esse lusitanismo, pai da hipocrisia e da retórica”⁵⁵⁶. Essa proximidade com um representante de destaque da luta democrática daquele momento, neste caso do presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, setor mobilizador da participação dos trabalhadores

⁵⁵⁴ Ano I, N.10, 15/02 a 14/03, 1979:Editorial, Caio Graco Prado, *A crise editorial na crise geral*.

⁵⁵⁵ Ano II, N.12, 15/04 a 14/05, 1979:Editorial, Caio Graco Prado, *Batata Quente*.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, n. 12. Seção Bilhete, Cláudio Abramo

nos movimentos grevistas, assim como suas críticas ao “conformismo lusitano”, demonstram a abertura do jornal para o movimento sindical e sua contrariedade aos que receiam o novo. Ou seja, uma abertura aos movimentos políticos e sociais de participação da classe trabalhadora e sua organização partidária.

Incluimos este artigo de Abramo para evidenciar que foi o primeiro editorial do *Leia Livros* que continha matérias sobre o contexto político, em que pese a conhecida posição de seus criadores quanto aos caminhos democráticos de então. Caio Graco, no volume seguinte, voltou a retomar o tema da censura e a partir daí a tratar, por exemplo, das greves, até então não mencionadas por ele.

O teor dos comentários do editor sobre o decreto da censura prévia dos livros, em 1970, se dirigia aos editores das mais diversas opiniões políticas, com intuito de lutarem por uma causa comum. Sua exposição destacava que as salas da CBL não eram suficientes para tantos “editores indignados” e afirmou: “Houvesse um Lula entre nós e teríamos inovado na questão de greves do mundo”⁵⁵⁷. Para Graco entre os “editores indignados” faltava ação política. Continuou criticando o absurdo da censura e fez um protesto para que ela acabasse de uma vez por todas para que se pudesse publicar, encenar, cantar ou filmar tudo que quisessem.

Um ano depois⁵⁵⁸, Caio Graco voltou a fazer referência à conjuntura política ao defender a importância do espaço da SBPC, dirigindo-se à 32ª reunião da SBPC que ocorreria no Rio de Janeiro, cujo tema era Educação com menção a *histórica* 29ª reunião da SBPC em 1977. Como em ano anterior, a reunião realizada em Brasília incomodou o governo, por conta das contestações declaradas à ditadura, naquele ano uma manobra tentou inviabilizar a realização da reunião. Com a submissão do governo do Ceará, que declarou a impropriedade do evento se realizar no *campus* de Fortaleza quando faltava menos de um mês para a data marcada, os “protestos da classe científica/intelectual” foram decisivos para outra universidade, a PUC de São Paulo, decidir “acolher a classe”. Para o editor, a Assembleia Geral da SBPC foi memorável com a decisão oficial pelo NÃO ao governo e SIM pela liberdade de pensar e agir.

Caio Graco Prado reforça com esta sua visão o apoio ao restabelecimento democrático nos espaços políticos acadêmicos. Não só em 1980, mas também na SBPC do ano seguinte, Caio Graco Prado se manifestou sobre a 33ª reunião anual da SBPC, ocorrida em Salvador.

⁵⁵⁷ Ano II, N.13, 15/05 a 14/06, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *A Censura não é mais aquela*.

⁵⁵⁸ Ano III, N.25, 15/06 a 14/07, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *A Educação em pauta*.

Segundo ele houve um racha onde de um lado estavam os “puristas”⁵⁵⁹ que defendiam uma reunião voltada apenas para discussão científica, acadêmica, especialmente voltada para as ciências exatas; e de outro lado os que defendiam a “politização das reuniões”, com espaço para debates com a platéia de jovens universitários, e mais voltadas para as ciências humanas. O editor tece uma comparação com a 28ª reunião, de 1976, que, apesar de ter acontecido em Brasília, foi um “espaço de grande manifestação” de insatisfação com a ditadura, marcando a “popularização” e “politização” da SBPC. Naquele ano, o aspecto político da reunião (sempre associado às ciências humanas) teria culminado paradoxalmente com o repúdio dos físicos contra a política nuclear do governo brasileiro.

Em outra edição do *Leia Livros*, prestou-se homenagem a Mário Pedrosa e nela Cláudio Abramo considerou este escritor o mais eminente dos brasileiros. Além da amizade de 40 anos, Cláudio Abramo ressaltou pontos da vida de Mário Pedrosa, que foi várias vezes para o exílio, publicou livros, editou jornais, trabalhou como jornalista, etc.. Mas, para Abramo, seu trabalho mais importante era na área política, tendo, inclusive, se envolvido no Partido dos Trabalhadores⁵⁶⁰. Os elogios ao autor culminaram no fato de Pedrosa rejeitar fazer parte da “oligarquia intelectual brasileira”, tanto da “oficial” quanto “do movimento comunista”. As críticas de Abramo a setores da intelectualidade brasileira por meio dos elogios ao escritor evidenciam seu apoio ao PT e a militância junto aos intelectuais que fundaram este partido.

Nos editoriais do *Leia Livros*, Caio Graco não faz nenhuma menção tão clara nesse sentido, em geral criticava o recrudescimento da repressão quando da censura a livros, evidenciada em ações de apreensão de livros e alteração do Conselho Superior de Censura. Caio comenta um debate do qual ele participou com outros editores, cujo tema foi “A crise do livro” e o critica por terem sido nele discutidos os mesmos problemas de 30 anos atrás (sendo a única novidade, a ameaça da cópia “xerox”). Diz que a crise no setor sempre existiu, que é fruto, principalmente, da “desunião da classe”⁵⁶¹ e relembra alguns períodos de grande crise, como 1974/75, quando ao “sufoco” da censura se somou à grave crise financeira, que causou o fechamento de editoras e livrarias importantes. Conclui que a situação em 1980 é grave, mas nem por isso sem solução e destaca algumas editoras que tiveram aumento nos lançamentos e conquistaram novos leitores: Record, Nova Fronteira, Melhoramentos e Brasiliense “com sua série de livros introdutórios em formato de bolso e baixo preço” (provavelmente se refere à

⁵⁵⁹ Ano IV, N.38, 15/08 a 14/09, 1981: Editorial, Caio Graco Prado, *Para onde irá a SBPC?*

⁵⁶⁰ Ano III, N.25, 15/06 a 14/07, 1980, Seção Bilhete, Cláudio Abramo.

⁵⁶¹ Ano III, N.33, 15/03 a 14/04, 1981: Editorial, Caio Graco Prado, *Qual crise?*

Coleção Primeiro Passos). Em uma nota à parte, Caio repudia o processo que vinham sofrendo os jornalistas Boris Casoy e Walter Fontoura e contra violência de que são vítimas através da Lei de Segurança Nacional.

Em artigo de 1982, o editor relatou o episódio das senhoras de Santana que fizeram um abaixo assinado cobrando rigor na censura em nome da moral e bons costumes, criticando-as pela “contradição que representa sua atitude ativa de repulsa à violência irradiada e sua atitude passiva ao aceitar a violência produzida por uma sociedade desigual e miserável (...)”⁵⁶². Crítica semelhante faz aos intelectuais que “ao não colocar seus protestos, questionando, em primeiro lugar, a existência em si mesma de qualquer censura, estarão simplesmente discutindo, com as referidas senhoras, apenas o grau de castração aceitável e conveniente”. Portanto, reitera a oposição à censura em prol da união para se lutar contra ela.

Em 1984, último ano do *Leia Livros*, Caio Graco criticou a falta de manifestação dos órgãos de classe – CBL, SNEL, ANL – no apoio à campanha das *Diretas Já*, o que fazia parecer que as mesmas apoiavam o estado de coisas vigente. Confirmava seu apoio às *Diretas Já* e falava da importância da participação dos empresários da área cultural na vida política⁵⁶³.

Nos próximos pontos tratados pelo editor não encontraremos tais propósitos, o que poderá ser ainda verificado na análise da coleção *Primeiros Passos* e no próximo item sobre as ações políticas do editor.

O segundo assunto que identificamos nos editoriais de Caio Graco diz respeito a alguns pontos do mercado de livros, predominantemente sobre feiras e livrarias.

Feiras

Em relação às feiras de livros seus comentários abordavam as Bienais e a Feira de Frankfurt. O elevado número de visitantes na Bienal de 1978, em torno de 200.000 informados pela CBL, representava para Caio Graco que “existe já entre nós uma indústria editorial brasileira que, se não atingiu ainda, está às vésperas da maioria”⁵⁶⁴. Para o editor esta foi a maior iniciativa em prol do livro que ele já assistira a nível nacional.

⁵⁶² Ano V, N.49, 15/08 a 14/09, 1982: Editorial, Caio Graco Prado, *Recrudescendo*.

⁵⁶³ Ano VI, N.65, 15/02 a 14/03, 1984: Editorial, Caio Graco Prado, *Editorial*.

⁵⁶⁴ Ano I, N.5, 15/09 a 14/10, 1978: Editorial, Caio Graco Prado, *Bienal – comentários*.

Em 1980, o editorial⁵⁶⁵ criticava a Bienal do Livro por esta ser concebida como uma festa e não tratar de assuntos importantes, como a crise do setor editorial no Brasil. Diz que neste número, foram entrevistados figuras importantes do setor (editores e livreiros) e pede ao leitor que medite sobre a distância dos problemas levantados por eles e a programação festiva da Bienal.

Em editorial seguinte, o editor prossegue nas críticas a Bienal, especialmente pela falta de definição dos objetivos pretendidos. Comenta que a VI Bienal, de 1980, foi bastante divulgada na imprensa, o que significa que o “livro virou notícia”⁵⁶⁶ e teve um público impressionante, tendo mesmo quem propusesse uma “Bienal todos os anos”. Segundo ele, a Bienal tornou-se uma “feira popular”, as vendas foram elevadas e as livrarias não sofreram queda nas vendas, apesar da bienal. Conclui, então, que o que falta são mais livrarias para expor melhor o mercado editorial brasileiro. No entanto, para ele, o aumento no número de livrarias só seria possível se elas se tornassem um bom negócio, o que só aconteceria quando as editoras deixassem de vender diretamente (“cerca de 70% do movimento editorial não passa pelas livrarias”).

Ao contrário do editorial de quatro anos antes, Caio faz duras críticas⁵⁶⁷ à CBL pela organização (especialmente espacial) da Bienal do Livro de 1982, chegando a dizer que a CBL mente no número de visitantes da feira, para isso desligando as roletas de entrada que contariam os frequentadores.

Essa não foi a primeira vez que a CBL recebeu críticas em editorial. Em 1979 Graco cobrou da CBL o fato do *Leia Livros* não receber o prêmio Jabuti dedicado à imprensa. Um dos Jabutis se destinava ao órgão da imprensa destacado na divulgação de livros e Caio argumenta que o *Leia* é o único jornal regular inteiramente destinado aos livros e, por isso, merecedor incontestável do prêmio. E “esculhamba”⁵⁶⁸ a CBL (entidade patrocinadora do Jabuti), comissão designadora e seus diretores, chamando-os de “míopes”⁵⁶⁹.

Para Caio Graco Prado, em quatro anos as feiras se transformaram em eventos de grandes proporções, o mesmo teria ocorrido com a Feira de Frankfurt.

No primeiro editorial de 1979, Caio Graco critica os “negociantes” que só vêem o livro como produto que lhes dá lucro, fazendo menção, portanto, à Feira de Frankfurt como a maior feira para esse tipo de negócio. Mas como estava sugerido no próprio título *Frankfurt:*

⁵⁶⁵ Ano III, N.27, 15/08 a 14/09, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Tendes em mãos um documento histórico*.

⁵⁶⁶ Ano III, N.28, 15/09 a 14/10, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Que festa!*

⁵⁶⁷ Ano V, N.47, 15/06 a 14/07, 1982: Editorial, Caio Graco Prado, *Assim também não*.

⁵⁶⁸ Ano II, N.19, 15/11 a 14/12, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *De jabutis, tartarugas e uvas verdes*.

⁵⁶⁹ Ano II, N.19, 15/11 a 14/12, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *De jabutis, tartarugas e uvas verdes*.

nem tudo está perdido o editor considerava que em algumas seções “interessantes” da feira, os livros, ainda que expostos para negócio, estavam “individualizados, cada um com sua mensagem e intenção do editor”⁵⁷⁰. Em tais críticas a sociedade de consumo e ao lugar dado ao livro nesta sociedade, o editor defendia a importância do livro para o desenvolvimento da cultura.

Com essas vagas referências à função do livro, Caio Graco mantinha seu discurso nos editoriais sempre reverenciando a cultura do livro e associando esta sua visão à importância da criação do próprio *Leia Livros*. Ao criticar a feira como um espaço de negócios, predominantemente, ele sustenta uma sua imagem de editor com uma função “mais pura”.

Comentava a Feira de Frankfurt e comparava a de 1980 com a Feira de 1978. Ele resume esquematicamente a diferença entre os anos dessa forma:

*Frankfurt 1978: economia mundial em expansão, confiança no futuro. Euforia (sempre discreta) no pavilhão dos grandes e movimento intenso nos demais; Frankfurt 1980: perspectivas econômicas sombrias, recessão à vista. Retração dos grandes investidores e excepcional florescimento dos pequenos e médios editores e livreiros*⁵⁷¹.

Conclui que, apesar de aparentemente contraditório, o “mundo cultural alternativo” sobrevive melhor em tempos de crise, ao contrário dos grandes editores que visam o lucro. O editor parece se referir à situação fora do Brasil, tampouco exemplifica algum caso para esclarecer do que se trata.

Caio comenta a Feira Internacional de Livros de Frankfurt de 1983. Fala da grandiosidade da feira em relação ao tamanho e quantidade de livros e da importância da feira para editores, livreiros e leitores. Conclui que, se por um lado,

*ainda vigoram o imobilismo que caracterizou os últimos 3 anos e a conseqüente tentativa de manter vivas velhas formas de edições apenas aparentemente modificadas para o mesmo público conhecido, com custos e riscos tentadoramente menores; de outro lado, a busca do novo, do público de nosso tempo faz-se fortemente presente entre as pequenas editoras ...*⁵⁷²

⁵⁷⁰ Ano I, N.8, 15/12 a 14/01, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *Frankfurt: nem tudo está perdido*.

⁵⁷¹ Ano III, N.30, 15/11 a 14/12, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Cultura Alternativa*.

⁵⁷² Ano VI, N.63, 15/11 a 14/12, 1983: Editorial, Caio Graco Prado, *Feira Internacional de Livros de Frankfurt*.

Não explicita qual é o imobilismo ou o público do nosso tempo para que suas opiniões ficassem mais claras. Sugere um prognóstico otimista para 1984, mas também não explicita o motivo para tal.

A respeito das livrarias, Caio admite estar triste diante do encerramento de uma das mais antigas e tradicionais livrarias de São Paulo: a Livraria Pioneira, de seu amigo Enio Guazelli. A partir disso, comenta a notícia de que o Ministro da Educação Eduardo Portela se declara disposto a fazer algo pelo mercado editorial brasileiro e a ouvir os interessados antes de qualquer decisão. Comenta as possíveis medidas do MEC, como a possibilidade da criação da Embralivros. Dizendo não ser contra nenhuma das propostas para resolver o problema da comercialização do livro, se mostra um pouco reticente sobre medidas a longo de prazo e de alto custo que, segundo ele, podem ser inúteis. Para Caio, é preciso antes se questionar o porque de, no Brasil, livraria é um mau negócio (“porque existem apenas 400 livrarias em todo país? Porque se fecha, por prejuízos acumulados, uma livraria como a Pioneira?”⁵⁷³) e a partir desse questionamento tomar medidas e decisões.

Caio diz que a minoria da população que consome livros, mostra que em 1979 a produção editorial foi 50% maior que o ano anterior e que esse crescimento tem que ser repassado não para o público já leitor, mas para aqueles que não fazem ainda parte dessa minoria leitora. A proposta de aumentar o público leitor quer dizer também ampliar o número de consumidores de livros, isto sugere, entre outras coisas, investimentos em publicidade. Além disso, para o editor é preciso também chegar ao público não atingido pela divulgação habitual de livros. Cita o caso do livro *Negras Raízes*, publicado pela Record e que ficou entre os mais vendidos por semanas e que, ao ser lançado em forma condensada em um filme apresentado na TV, tornou-se um *best-seller*. Assim, ele argumenta que a televisão, considerada um mal, pode ser um bom caminho para formação de novos leitores e sugere que apareça um letreiro durante os programas, filmes, novelas, etc. dizendo que “sobre esse e outro qualquer assunto, você encontrará diversos livros, visite seu livreiro”⁵⁷⁴.

Na visão de Graco o balanço do ano anterior (1979) mostra que foi um ano “conturbado”⁵⁷⁵, pois a crise editores-livreiros atingiu o ponto crítico pelo enfraquecimento da rede de distribuição. Mas avisa que, por outro lado, uma reação se inicia e pode dar frutos, especialmente com a associação da “parte mais lúcida dos editores com o Ministro da Educação”. Ressalta algumas contradições do mercado editorial, como por exemplo, o fato de

⁵⁷³ Ano II, N.15, 15/07 a 14/08, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *A Livraria Pioneira e a Embralivros*.

⁵⁷⁴ Ano II, N.16, 15/08 a 14/09, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *A Televisão e o Livro*.

⁵⁷⁵ Ano II, N.20, 15/12 a 14/02, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Feliz Ano Novo*.

1979 ter sido um ano de fechamento de tradicionais livrarias, mas ao mesmo tempo de aumento do mercado de livros, não somente em tamanho, mas também em qualidade e importância. Comenta rapidamente sobre o futuro dos anos 80 depois desse quadro “conturbado” e defende que ele depende da ação da própria “classe”.

A organização dos empresários é condição para a realização de tais objetivos. Nesse sentido o editor propõe a organização de um encontro de editores e livreiros. Mas, afirma que essa proposta não encontra apoio na CBL e critica mais uma vez a CBL e sua nova diretoria de exercerem suas funções com autoritarismo⁵⁷⁶. Um dos exemplos que destacou foi a homenagem ao integralista Plínio Salgado como nome de uma das ruas da Bienal do Livro de 80. Voltou a defender a necessidade de reativar a Associação Nacional de Livrarias e sugeriu a formação de outras associações, tais como a fusão entre União Brasileira de Escritores e Academia Brasileira de Letras.

Comenta a “polêmica” eleição para presidência da CBL e comenta a decadência da entidade que, segundo ele, preocupa a classe. Afirma que a reeleição de Mário Fittipaldi foi manobra e tece críticas mil ao próprio (o considera anti-democrático⁵⁷⁷).

Uma das preocupações do editor era com o aumento dos custos de produção de livros de 1980 para 1981 e as dificuldades que os editores terão em amortizar seus investimentos. Fez referência também ao problema das cópias dos livros sem o pagamento dos devidos direitos autorais e como todos esses problemas vem prejudicando a classe dos editores⁵⁷⁸.

Partindo de uma citação de Monteiro Lobato de 1918, Caio comenta a questão da falta de livrarias no Brasil (apesar da melhoria daqueles tempos, quando só havia 30 em todo país). Fala da desunião da classe de livreiros – que julga imatura⁵⁷⁹ – como um dos motivos do problema. Fala da “coleção de bolsos” da Brasiliense (*Primeiros Passos*) que atingiu quase dois milhões de exemplares e que, segundo ele, indica a maior mudança de perfil dos leitores brasileiros nos últimos 30 anos. E critica os livreiros pelo pouco espaço que os livros de bolso ocupam nas prateleiras, o que impede o público de conhecê-los e, portanto, comprá-los ainda mais.

Comenta que um dos debates recorrentes nos já existentes encontros de editores e livreiros é a preocupação com a concorrência que a televisão fazia à leitura e à frequência às livrarias. Critica a televisão pela falta de apoio e estímulo à leitura e acusa as emissoras de não se preocupar com a cultura. Alega que existiram tentativas para que houvesse estímulo,

⁵⁷⁶ Ano V, N.50, 15/09 a 14/10, 1982: Editorial, Caio Graco Prado, *É isso aí*.

⁵⁷⁷ Ano VI, N.57, 15/05 a 14/06, 1983: Editorial, Caio Graco Prado, *Eleições na Câmara Brasileira do Livro*.

⁵⁷⁸ Ano III, N.32, 15/02 a 14/03, 1981: Editorial, Caio Graco Prado, *Feliz Ano Novo?*

⁵⁷⁹ Ano V, N.51, 15/10 a 14/11, 1982: Editorial, Caio Graco Prado, *É isso aí n.2*.

mas em vão, já que tudo na TV é pago⁵⁸⁰. No entanto, confessa ter ficado surpreso e feliz quando em uma novela da Globo (*Louco Amor*) o livro apareceu, mesmo que em segundo plano.

Afirmou que, apesar da crise, o mercado editorial vem melhorando, o que confirmava sua teoria de que “crise é bom pra cultura”⁵⁸¹ frisando a paradoxal falta de recursos. Expôs dados, números, porcentagens e estatísticas para justificar o problema da falta de dinheiro.

Havia ainda para o editor, uma falta de diálogo entre governo e sociedade. No que tange à questão dos livros, a crítica é em relação aos livros didáticos e material escolar em geral, que impressos por uma editora “não mencionada” por ele, produzem um total de 4 milhões de exemplares. Acrescentou às suas preocupações, mesmo de forma breve, sobre o problema de falta de verba para as universidades argumentando que isso ocorria porque “cultura é inconveniente” pois incentiva a discussão e a crítica⁵⁸².

A própria publicação do *Leia Livros* passou por dificuldades de ordem financeira, reivindicadas nos editoriais porque muitas editoras não divulgavam o jornal, assim como não encaminhavam os dados sobre suas publicações para que o jornal pudesse elaborar o panorama do mercado editorial, uma das poucas fontes, na época, sobre títulos publicados. A respeito dessa e de outras questões sobre a edição do *Leia Livros*, Caio Graco escreveu nos editoriais, como segue.

Sobre a edição do *Leia Livros*

Um dos objetivos do *Leia Livros* era oferecer uma leitura menos acadêmica. Uma das estratégias pode ser exemplificada através das duas novidades lançadas no próprio jornal: uma nova seção dedicada aos discos e fitas⁵⁸³. Sua intenção era fazer com que os leitores da nova seção “escorregue(assem)” o olhar de vez em quando para a seção dos livros induzindo os “escutadores” a se tornarem também leitores. Graco ressaltou que apesar de se valorizar as duas atividades culturais com fins estratégicos continuava a defender a leitura acima de tudo.

Em um ano de *Leia Livros* Cláudio Abramo analisou as perspectivas iniciais da publicação e em que elas se tornaram de fato. Segundo o jornalista a idéia foi fazer um jornal escrito por membros da *intelligentsia* nacional, sobre livros nacionais. Mas desistiram tão logo perceberem certa “tendência acadêmica” que se manifestava propositalmente com um

⁵⁸⁰ Ano VI, N.60, 15/08 a 14/09, 1983: Editorial, Caio Graco Prado, *Livros na TV*.

⁵⁸¹ Ano VI, N.58, 15/06 a 14/07, 1983: Editorial, Caio Graco Prado, *Como vai o mercado?*

⁵⁸² Ano III, N.23, 15/04 a 14/05, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Eles lá e nós cá*.

⁵⁸³ Ano I, N.3, 15/07 a 14/08, 1978: Editorial, Caio Graco Prado, *Livros e Discos*.

“vocabulário complicado” em seus textos para dizer “coisas simples”⁵⁸⁴. E por isso, segundo ele, apesar dos artigos de sociologia, política e atualidades terem ganhado primazia no *Leia*, os maiores colaboradores do Jornal eram jornalistas, já que estes “escrevem com maior clareza”⁵⁸⁵.

Neste mesmo número comemorativo Caio Graco se limitou a agradecer todo apoio e listou diversos nomes de colaboradores que variavam entre Fernando Henrique Cardoso, Lula, Leandro Konder até o chefe de cozinha José Hugo Celidônio⁵⁸⁶

Caio mostrou que existiam dificuldades financeiras que estavam ameaçando a manutenção do jornal, por isso o lucro das vendas do periódico era que permitia ao jornal uma “existência independente, que lhe permite uma expansão como informativo de outras áreas da cultura e dê sua medida de sucesso, pois nascemos, vivemos e morremos sob o signo do cifrão...”⁵⁸⁷. No entanto, admitia que para muitas pessoas, incluindo ele próprio, falar em dinheiro era algo difícil, especialmente quando se tratava da venda de material cultural. Como quem rebatia uma crítica, Caio alegou que pagava aos colaboradores um valor simbólico, não por desmerecimento destes, que são “intelectuais de alto gabarito”, mas pelo fato do *Leia* não ter atingido ainda sua “maioridade financeira”, apesar do sucesso crescente.

Ainda em defesa do *Leia Livros*, Cláudio Abramo também se manifestou e escreveu de Londres e noticiou que a *London Review of Books*, que era vendida junto com a *New York Review of Books*, passou a ser publicada em separado. Comentou detalhes sobre a revista, como tiragem, tamanho, seções, etc. e desejou-lhe felicidades. O jornalista afirma que, ao contrário do que ocorre no Brasil, as editoras inglesas e americanas sentem necessidade de anunciar seus livros nas respectivas revistas destinadas a eles. No Brasil, segundo Cláudio, as editoras querem publicidade de graça e crítica essa prática⁵⁸⁸. Comentava ainda as especulações negativas acerca do destino da universidade pública no Brasil nos anos 80 para continuar a especulação sobre os anos 80, especialmente no que se refere ao mercado editorial. Comenta que a década parece promissora para o *Leia Livros*, já que, entre outras conquistas, o Ministério das Relações Exteriores encomendou cem assinaturas para os departamentos culturais das embaixadas. Diz que essas boas novidades ocorrem à despeito das editoras que não colaboram: “se fossemos depender da maioria dos editores já teríamos

⁵⁸⁴ Ano I, N.11, 15/03 a 14/04, 1979, Seção Bilhete, Cláudio Abramo.

⁵⁸⁵ Ibidem.

⁵⁸⁶ Ano I, N.11, 15/03 a 14/04, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *O Primeiro Aniversário*.

⁵⁸⁷ Ano II, N.14, 15/06 a 14/07, 1979: Editorial, Caio Graco Prado, *Dúvida*.

⁵⁸⁸ Bilhete, Cláudio Abramo.

encerrado as atividades, porque sequer os livros para registro têm sido enviados por muitos deles”⁵⁸⁹.

Ainda sobre as dificuldades em obter dados das editoras, Caio Graco reclamou⁵⁹⁰ dos editores que não enviavam as suas publicações, dificultando o trabalho de registrar todos os livros editados. Ele acusa esses editores de não compreender a importância do *Leia Livros*. Respondendo as queixas da Sociedade Brasileira de Tradutores, Caio alega que a falta de informação dos editores ao *Leia Livros* justifica possíveis erros de opinião e omissões cometidas (como a omissão dos nomes de tradutores em algumas publicações). No entanto, diz que gostaria de mais debates com as partes interessadas, mesmo que em forma de reclamações.

Caio afirmou ter ficado muito “contente e feliz” pelo *Leia Livros* ter, finalmente, ganhado o Prêmio Jabuti (*Jabuti Hors-Concours*) e agradeceu “sinceramente” a CBL⁵⁹¹. Este foi o único momento de elogios a CBL.

Em editorial de 1981 Caio Graco escreveu um depoimento bastante particular a respeito de sua função de escrever os editoriais do *Leia Livros*. Relembrando seu período de escola, o editor confessou certa dificuldade em escrever todo mês o editorial do *Leia*. Em sua auto-avaliação, concluiu ser repetitivo e admitiu a vontade de não mais escrever sobre editoras, livrarias e problemas do livro. Depois comentou a repercussão negativa do editorial anterior e se defendeu alegando que não negou a crise, que certamente existia. Mas que uma solução seria a conquista de novo público⁵⁹².

Caio justificou o aumento de preço do *Leia Livros* alegando a crise inflacionária geral e se mostrou surpreso com a queda nas vendas. Seu argumento principal era de que o problema não era o preço do livro mas o fato da “leitura por prazer”⁵⁹³ não fazer parte dos hábitos da maior parte dos brasileiros. Por fim, anunciou a diminuição de algumas seções do *Leia Livros* como medida de contenção de despesas.

Caio Túlio Costa, um dos colaboradores, que por se despedir do *Leia Livros* em 1981 assinou o editorial também fez comentários sobre as dificuldades iniciais e os desafios que ainda existiam, como o déficit mensal de quase 300 mil cruzeiros e a falta de colaboração dos editores que não investem na publicação. Para ele, o *Leia Livros* era uma publicação que não

⁵⁸⁹ Ano II, N.21, 15/02 a 14/03, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Pra começo de conversa*.

⁵⁹⁰ Ano III, N.26, 15/07 a 14/08, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Queixas e reclamações*.

⁵⁹¹ Ano III, N.29, 15/10 a 14/11, 1980: Editorial, Caio Graco Prado, *Ufa!*

⁵⁹² Ano IV, N.35, 15/05 a 14/06, 1981: Editorial, Caio Graco Prado, *Meu general do mês*.

⁵⁹³ Ano IV, N.37, 15/07 a 14/08, 1981: Editorial, Caio Graco Prado, *Arrumando a casa*.

podia ser acusada de “servir a panelas” ou de ser “órgão de poucos”, sendo, ao contrário, “a publicação mais ecumênica do Brasil”⁵⁹⁴.

Apesar dos problemas financeiros do *Leia Livros*, a Brasiliense nessa época ocupava uma posição de destaque. O próprio editor constatou que, apesar da crise, houve uma redução “apenas cautelosa”⁵⁹⁵ no total de lançamentos de livros, o que não afetou as cinco maiores editoras, cuja produção aumentou. Foram os casos da Brasiliense, Record, Vozes, McGraw-Hill e Saraiva.

Para avaliar a repercussão do jornal, nesse mesmo ano foi realizada pesquisa com leitores que demonstrou, segundo o editor, aumento da importância do *Leia Livros* por influenciar seus leitores na escolha de livros. A pesquisa também demonstrou o aumento da faixa etária dos leitores (apenas 2% até 20 anos de idade), o que o fez pensar na possibilidade de um “Leinha” para melhor atingir esse público.

Para o editor os bons resultados da tentativa do *Leia* de ser uma publicação “descontraída”, que atingisse o grande público com linguagem acessível, foi atingido. Ressaltou a idéia do *Leia*, de não apostar na “sisudez que caracteriza, tradicionalmente, comentários literários”⁵⁹⁶. Neste editorial comunicou que, pela primeira vez, o *Leia* teria uma editora mulher – Lúcia Nagib – a quem tece vários elogios.

Em 1984, o editorial⁵⁹⁷ de encerramento e despedida do *Leia Livros* foi apresentado em tom melancólico. Caio relembra que o projeto do *Leia Livros* era um sonho coletivo e que, apesar de algumas conquistas, não superou as dificuldades financeiras e a falta de apoio de editoras (especialmente as grandes) que reconheciam a publicação como “Jornal do Caio” ou o “Jornal da Brasiliense”, por isso, concorrente comercial ou de vaidade. Agradece aos que estiveram ao seu lado e se coloca à disposição dos que quiserem fazer renascer esse sonho.

Para concluir, reconhecemos que os editoriais do *Leia Livros* tinham um conteúdo próprio do seu formato de publicação, diferentemente da *Encontros com a Civilização Brasileira*. Os debates do *Leia Livros* são, no entanto, propostos nas resenhas dos livros publicadas no interior do jornal e assinadas por diversos autores, nunca por seu editor. No entanto, observamos que um de seus idealizadores, Cláudio Abramo, usava o espaço de sua seção para questões políticas e com frequência comentários de livros, em contrapartida Caio Graco Prado tratava de assuntos propriamente editoriais com raros posicionamentos políticos relativos a sua defesa democrática. Na análise a seguir a respeito da *Coleção Primeiros*

⁵⁹⁴ Ano IV, N.40, 15/10 a 14/11, 1981: Editorial, Caio Túlio Costa, *Permanece o desafio*.

⁵⁹⁵ Ano IV, N.41, 15/11 a 14/12, 1981: Editorial, Caio Graco Prado, *Algumas mudanças*.

⁵⁹⁶ Ano VI, N.59, 15/07 a 14/08, 1983: Editorial, Caio Graco Prado, *Resultados animadores*.

⁵⁹⁷ Ano VII, N.69, 15/06 a 14/07, 1984: Editorial, Caio Graco Prado, *Um projeto solitário*.

Passos, procuramos ainda identificar em outro projeto editorial da Brasiliense os aspectos políticos do papel do editor Caio Graco.

Um dos espaços políticos significativos para o editor, como vimos, em meados da década de 70 eram os simpósios da então Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que vinham apresentando mudanças com relação ao seu posicionamento político.

As reuniões da SBPC tinham o objetivo de reunir anualmente jovens cientistas, oriundos das escolas técnicas e das universidades, para exporem suas pesquisas. Apesar de ser um encontro científico nacional a participação dos estados brasileiros era bastante desigual e a região sudeste predominava em número de pesquisas apresentadas.

Desde a implantação do regime militar em 1964, os simpósios haviam se calado em relação à ditadura, mas, a partir de 1976, passaram a defender progressivamente o processo de distensão política ainda que houvesse oscilações nessa posição. Por exemplo, após um retrocesso temporário em 1977, quando se recusou na SBPC o endosso da "*promessa de convocação de uma assembléia constituinte*"⁵⁹⁸, tais simpósios encaminhavam medidas favoráveis ao processo de abertura política reunindo um número cada vez maior de estudantes e profissionais das diversas áreas de pesquisa insatisfeitos com o regime. Dessa forma os simpósios tornaram-se também encontros de discussão política mais ampla. Em especial, a partir de 1979, as áreas de Ciências Humanas e Sociais passaram a ter uma participação mais significativa nos Simpósios. E a essa maior participação correspondeu o incremento das atividades de editoras cujas linhas de publicação contemplavam tais áreas de conhecimento garantindo a venda de seus livros.

A editora Brasiliense estava entre elas e esteve presente no Encontro da SBPC de 1979, realizado em Fortaleza, com seu estande de livros da área de Ciências Humanas e Sociais. Segundo Luiz Schwarcz, nessa época, as SBPC's eram mais importantes para a Brasiliense do que a Feira de Frankfurt⁵⁹⁹ pois representavam "uma ligação do movimento intelectual com a linha de publicação, com a abertura, com o público novo que estava surgindo"⁶⁰⁰. Diante, então, da grande movimentação política de pesquisadores, professores e estudantes o editor Caio Graco "estava percebendo as mudanças e atento ao movimento estudantil"⁶⁰¹. Ele notou

⁵⁹⁸ PÉCAUT, op. cit., p. 276.

⁵⁹⁹ A Feira de Frankfurt era o evento de caráter internacional mais importante para o mundo do livro.

⁶⁰⁰ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

⁶⁰¹ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

que "ante a curiosidade brutal da juventude e o discurso..., embora simplificado, havia um buraco imenso, e era preciso preenchê-lo..."⁶⁰².

A *Coleção Primeiros Passos* (CPP) foi criada, nesse contexto, em 1979, por Caio Graco Prado⁶⁰³, com o objetivo de ampliar e divulgar para um público maior o conhecimento sobre temas específicos relacionados àquele momento de transição política. A Coleção apresentava de forma menos acadêmica, porém aprofundada, sob o título "*o que é*", temas como: capitalismo, socialismo, sindicalismo, dialética, política cultural, ideologia, nacionalidade, tortura, poder, cultura, revolução, ditadura, participação política, imperialismo, entre outros (ver todos os títulos no Apêndice 1). Buscava-se, assim, estimular o interesse de um público jovem em saber mais sobre esses assuntos para melhor refletir sobre a própria conjuntura.

Inicialmente, os títulos foram solicitados pelo editor aos autores e, posteriormente, vários autores, manifestaram-se e enviaram novas propostas ao editor. Segundo Yolanda Cerquinho Prado⁶⁰⁴, atual presidente da Brasiliense, este trabalho editorial de Caio Graco era realizado em parceria com Luis Schwarcz, na época funcionário da empresa, até sua saída em 1986 para fundar sua própria editora, a *Companhia das Letras*.

Apesar da semelhança com a coleção francesa "Que sais je?"⁶⁰⁵ o formato da coleção *Primeiros Passos* foi inspirado, segundo Luiz Schwarcz⁶⁰⁶, em uma outra coleção, espanhola, denominada *Biblioteca de la Iniciación Política*. Esta coleção fora recomendada por Carlos Knapp, um amigo de Caio Graco que, exilado na Espanha, conheceu a coleção e sugeriu à Brasiliense que comprasse os direitos de sua publicação para lançá-la no Brasil.

Tratando-se de uma coleção temática com títulos como "Que es capitalismo?", "Que es socialismo?" Caio Graco solicitou a Luiz Schwarcz que examinasse alguns volumes e fizesse um parecer sobre a publicação da coleção pela Brasiliense. Luiz Schwarcz, então, responsável pelo andamento do projeto decidiu não comprar os direitos de publicação. Sustou o pagamento, mas não abriu mão da idéia sugerida naquela coleção e propôs ao Caio Graco criar o mesmo tipo de publicação, porém, com análises baseadas na realidade brasileira, já que aquela primeira retratava, em particular, temas do contexto espanhol. Era o caso do título *que es socialismo* que versava basicamente sobre Felipe Gonzalez, membro do partido socialista espanhol.

⁶⁰² ANDREONI, Paola. Caio Graco Prado: Adoro best sellers. São Paulo: VEJA, 1986, p. 194.

⁶⁰³ Caio Graco da Silva Prado (1931-1992), editor da *Brasiliense* e filho de Caio Prado Júnior (1907-1990), proprietário da editora.

⁶⁰⁴ Yolanda Prado em entrevista à autora em outubro de 2001.

⁶⁰⁵ A coleção *Que sais je* foi uma publicação francesa iniciada nos anos 40 do século XX em formato de livro de bolso e com temas gerais.

⁶⁰⁶ Luis Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

A idéia concretizou-se, em 1979, em um projeto que começaria com a formação de um pequeno grupo, inclusive, uma coordenadora para escolher os autores e orientá-los para o objetivo da Coleção. Esta foi Vanya Sant'Anna, ex-professora de ciência política de Luiz Schwarcz, sugerida por ele mesmo. Buscaram, ademais, quatro autores para os temas iniciais. Luiz Schwarcz se candidatou a escrever *O que é capitalismo*, pois até aquele momento, quando cursava o mestrado em Ciências Sociais na USP, ainda tinha projetos de seguir uma carreira acadêmica ou "intelectual". Mas desistiu da idéia, segundo ele, por falta de tempo e Afrânio Mendes Catani assumiu a autoria do título. Caio Túlio, secretário do jornal *Leia Livros*, foi convidado e escolheu escrever sobre o tema *O que é anarquismo* e Vanya Sant'Ana sugeriu dois alunos para serem os autores de *O que é comunismo* e *O que é socialismo*. Eram eles, respectivamente, Afrânio Mendes Catani, citado acima, e Arnaldo Spindel. O último título que encerrava esta primeira seleção era *O que é sindicalismo* e foi escrito por Ricardo Antunes, professor da FGV e da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e aluno de pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em Ciência Política, que já havia publicado artigos sobre o tema.

Os critérios de escolha dos autores para escrever os livros da Coleção podem ser entendidos pela presença em seus volumes daqueles que circulavam no mesmo ambiente intelectual paulista - nas palavras de Schwarcz, " *o 12.º andar da rua Barão de Itapetininga ... (onde) as pessoas iam levar seus artigos e a gente acabava se reunindo*"⁶⁰⁷. Tanto os autores convidados no início quanto os demais - os que enviavam textos para a seleção dos editores - constituíam a rede de relações construída em torno de uma certa intelectualidade paulista, no período.

Com a produção da coleção *Primeiros Passos* a editora Brasiliense reuniu um grupo de intelectuais, como Frei Beto, Caio Prado Junior, Marilena Chauí, Dalmo Dallari, Florestan Fernandes e outros, interessados na realização de debates conjunturais sobre temas sociais⁶⁰⁸ e preocupado com a participação política, com vistas ao fim da ditadura militar brasileira.

A repercussão financeira da coleção *Primeiros Passos* teve resultados bastante significativos: proporcionou o primeiro *boom* editorial da Brasiliense e assegurou à Editora, entre os anos de 1980 e 1984, a venda de 2,5 milhões de exemplares, o que significava, na época, 25% de seu faturamento⁶⁰⁹.

⁶⁰⁷ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

⁶⁰⁸ Dentre os projetos editoriais de oposição, além da conhecida imprensa alternativa dos anos 60, criou-se em fins dos anos 1970 e início de 1980, formatos de publicações (por exemplo, as coleções publicadas pela editora Brasiliense) que marcaram a memória daquela época representando as lutas da sociedade civil.

⁶⁰⁹ PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998, p.172.

Além da linguagem simples dos textos para apresentar temas relativamente complexos, o sucesso dos livros da coleção *Primeiros Passos* deve também alguns créditos ao seu formato: pequeno, com média de 90 páginas, como as chamadas edições de bolso, com capas ilustradas e por vezes charges de conhecidos cartunistas - nomes da imprensa alternativa dos anos 70, como Paulo Caruso e Miguel Paiva - e com preços acessíveis, seu formato, assim, garantia que os livrinhos também fossem produtos de mais fácil venda.

Cada volume apresentava uma ilustração na capa de acordo com seu tema, ao final do texto havia "indicações para leitura" e uma biografia do autor permitia ao leitor conhecer quem estava escrevendo. As reedições sucessivas lançadas pela editora expressariam o interesse de muitas pessoas sobre aqueles temas naquela conjuntura, e mostrariam também que a *Primeiros Passos* havia se tornado uma referência no mercado editorial brasileiro.⁶¹⁰ Ela foi adotada em escolas e universidades e seu uso não se limitou àqueles anos, pois, ainda hoje, universitários, colegiais, professores e leigos em geral, consultam e compram a Coleção.⁶¹¹

Em 1984, ano de encerramento do *Leia Livros*, a Coleção *Primeiros Passos* passou a ser co-editada com a editora Abril. Nesse acordo a editora Abril ficava responsável pela impressão e distribuição dos 70 títulos, já publicados pela Brasiliense, e selecionados para o acordo "pagando um percentual sobre o total das vendas à Brasiliense a título de *royalty*"⁶¹². O interesse da Abril em divulgar a *Coleção* estava ligado a uma estratégia editorial para ampliar seu público leitor. O diretor da divisão de fascículos da Abril, Roberto M. Silveira chegou a declarar que "quem se acostumar a ler através da série *Primeiros Passos* estará preparado para consumir praticamente qualquer tipo de literatura"⁶¹³.

No acordo com a Brasiliense, os 70 primeiros títulos foram selecionados para co-publicação, mas não foi uma seleção que seguiu a ordem de publicação da Brasiliense. Os dois primeiros títulos lançados em uma mesma publicação foram: *O que é recessão* e *O que é participação política*, antes lançados pela Brasiliense em 1981 e 1983, respectivamente. A partir dessa união as vendas em 500 livrarias com tiragens de 3 a 5 mil exemplares da Brasiliense seriam multiplicadas. A expectativa era da Editora distribuir a *Primeiros Passos*

⁶¹⁰ A editora Zahar, por exemplo, passou a publicar a coleção *Brasil: os anos do autoritarismo: análise, balanço, perspectivas*.

⁶¹¹ Apesar de existirem vários títulos esgotados, a editora apresenta em seu catálogo diversos volumes da Coleção, que custam em torno de dez reais, mantendo o público alvo para as camadas médias da população.

⁶¹² TIRADENTES, J. A. Os passos largos da Brasiliense nas bancas. São Paulo: *Jornal Mercantil*, 19/10/1984, p. 4.

⁶¹³ *Ibidem*.

em 20 mil bancas de jornais com uma tiragem inicial de 100 mil exemplares daqueles primeiros títulos⁶¹⁴.

O formato da Coleção tinha o propósito de ser de fácil manuseio, de viabilizar uma leitura rápida e interessante e ao ser vendida em bancas de jornal permitiria atingir um público mais amplo, tanto para a venda quanto para o conhecimento dos temas propostos. Para Roberto M Silveira⁶¹⁵, diretor da divisão de fascículos da Abril, o sucesso de vendas da Coleção está relacionado ainda

à própria característica da série 'Primeiros Passos', que lida com assuntos atuais, através de linguagem adequada, embora a preços não tão acessíveis (...) e não foi por acaso que procuramos o Caio Graco para lançarmos a série em bancas.

Segundo Silveira, o máximo de vendas da Brasiliense era em média de 30 mil exemplares, sendo surpreendente, pois, que a expectativa de vendas da editora Abril, já mencionada, do primeiro título do acordo - *O que é recessão* - da coleção *Primeiros Passos* estivesse em torno de 100 mil exemplares. Isto porque, segundo ele, a curva de vendas "*tendia a se estabilizar a partir do 15.º ao 20.º dia após o lançamento de livros como esses*"⁶¹⁶, o que não ocorria no caso da Coleção *Primeiros Passos*. Em uma semana, leitores não habituados a comprar em livrarias, comprariam, nada mais nada menos do que 85 mil exemplares.

No final dos anos 70, havia um tal desgaste do regime que nem só as tradicionais bases de oposição ao regime eram favoráveis à abertura, mas também empresários de diferentes matizes, advogados e muitos intelectuais liberais defendiam a redemocratização. A volta da democracia não foi apenas e necessariamente uma bandeira da esquerda. O editor buscava sua legitimidade como empresário da cultura e foi nesse contexto de reconhecimento e de conquistas específicas na área editorial que Caio Graco se moveu, conferindo maior profissionalização ao papel do editor, com suas iniciativas, consagrando também a Editora como porta-voz das discussões mais importantes da conjuntura política brasileira.

No começo de 1980 houve uma mudança no cenário dos movimentos sociais que vinham crescendo desde 1977. Entre eles o movimento estudantil que havia se mostrado com muita força nas passeatas "pelas liberdades democráticas" dos anos 70, principalmente, por

⁶¹⁴ Ibidem. Apesar do aumento de vendas da CPP a partir da co-edição com a Abril é importante destacar que os títulos selecionados nesse acordo foram aqueles lançados pela Brasiliense entre 1980 e 1983.

⁶¹⁵ Roberto M. Silveira citado por TIRADENTES, op. cit.

⁶¹⁶ Ibidem.

conclamar todos a aderirem às manifestações de caráter mais amplo. Já na virada para a década de 80, esse movimento “aos poucos se esvazia, e seu peso e sua importância deslocam-se em direção a outros movimentos sociais”⁶¹⁷. Permanecem as ações da classe operária, principalmente, as do movimento contra a carestia, das associações de bairros e das Comunidades Eclesiais de Base, como já apontamos.

A visão do editor Caio Graco sobre o que ele chamou de “discurso esvaziado dos jovens” na SBPC, fazia parte de uma preocupação daquele primeiro período da abertura democrática. Nessa mesma perspectiva Darcy Ribeiro, Silviano Santiago e Alberto Dines pronunciaram-se, defendendo o aumento da visão crítica e a necessidade de maior participação política.

O jornalista Alberto Dines apresentou o problema sublinhando o “baixo nível dos cursos de Comunicação”⁶¹⁸. Para ele, faltava a preocupação central da área de comunicação, naquele momento, que seria a de “examinar se a imprensa brasileira (era) realmente livre, isto é, estruturalmente livre e se (era) independente”, pois, afirmava, “...não é a legislação que vai dar as características principais da imprensa”⁶¹⁹. O autor defendia a necessidade de uma “imprensa alternativa vigorosa” e de “ser desenvolvido no país o espírito da crítica à imprensa”⁶²⁰.

Dines lembrava a importância do papel da “imprensa alternativa” no Brasil durante a ditadura militar, que era justamente a de ocupar uma posição diferente das demais vozes não vinculadas aos grandes grupos. Ele observou que os grandes temas foram inicialmente levantados pela imprensa alternativa e só então incorporados nas matérias dos grandes jornais. O autor mostrava que os veículos alternativos da imprensa podiam conquistar espaços fundamentais da crítica e citava uma matéria que foi publicada primeiramente por um jornal alternativo e só depois pela grande imprensa para defender seu ponto de vista. Em suas palavras: “O caso da guerrilha do Pará quem levantou foi o Coojornal, depois Movimento entrou e, finalmente, *Isto É* e *Veja* passaram a participar”⁶²¹. Dines não estava defendendo a volta da mesma “imprensa alternativa” para o início dos anos 80, mas ressaltava a importância daquelas publicações como garantia de difusão de informações e interpretação antes que estas viessem a se tornar públicas por uma única via, isto é, monopolizadas pela grande imprensa.

⁶¹⁷ CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Senac, 2001, p. 137.

⁶¹⁸ DINES, Alberto. Um Depoimento sobre a imprensa brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v.11, 1979, p. 245.

⁶¹⁹ Ibidem.

⁶²⁰ Ibidem.

⁶²¹ Ibidem, p. 246.

Darcy Ribeiro, na mesma época, também nas páginas da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, defendia o estímulo à participação como obrigação dos intelectuais e de toda sociedade. Para Darcy Ribeiro,

*(...) estamos desafiados, sobretudo, a incitar o povo [grifo meu] a promover a transformação social, tanto urdindo utopias de nossos melhores futuros possíveis, como buscando caminhos de sua concretização. Para fazer face a essa tarefa imensa temos de convidar, tanto a poesia como a pintura, tanto a música como a ciência, a se engajarem.*⁶²²

A idéia de “incitar o povo” está aqui ligada a um entendimento de intelectual como aquele que deve estimular o conhecimento e o envolvimento na política para o maior número de pessoas. E, em particular, no caso de Caio Graco, os intelectuais seriam aqueles interessados em dar condições de maior reflexão sobre as condições sociais gerais através da “vulgarização” de seus textos acadêmicos, para que seus leitores pudessem, efetivamente, construir sua reflexão e conseqüentemente firmar sua posição na vida política do país. Essa função social do editor ao buscar dar organicidade ao processo de abertura aproxima-se do intelectual orgânico de Gramsci, que é aquele que assume o papel de “persuadir” permanentemente buscando realizar a “vontade coletiva” do grupo que representa⁶²³.

Nesse mesmo contexto de abertura democrática, o crítico e professor de literatura, Silviano Santiago, acrescentou que

*(...) O livro surge no horizonte cultural da abertura como o investimento econômico e educacional de um governo autoritário, alarmado com o despreparo da futura elite dirigente e até mesmo da mão-de-obra burocrática. Por isso, o livro tem sido encorajado a existir muito mais pelo seu potencial de “informação” do que pelo de “reflexão” (...) Agora, o difícil é ser simples, sem ser simplista, passando a informação como orientação para a reflexão, dizendo que os problemas são complexos, mas nem por isso chatos. O difícil é ser instigante. Para o óbvio, não se precisa do livro. Vive-se na santa ignorância. A simplicidade não existe num pacto com o mais fácil ou com o dicionário de lugares-comuns; é antes uma conquista da depuração do saber.*⁶²⁴

É possível associar a idéia de produzir a coleção *Primeiros Passos* justamente a essa função de ser uma leitura inicial para reflexão e participação. A iniciativa do editor Caio

⁶²² RIBEIRO, Darcy. A SBPC é a grande façanha cultural brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 26, 1980, p. 214-215.

⁶²³ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁶²⁴ SANTIAGO, Silviano. Quem tem medo da juventude? *Leia Livros*. São Paulo, n. 48, julho-agosto, 1982, p. 14.

Graco ao perceber um público novo no mercado editorial, os jovens da SBPC, e a inspiração proporcionada pela coleção espanhola, o faziam compartilhar da perspectiva de luta pela participação política associada ao conhecimento.

O sucesso de sua iniciativa editorial dependeu, ainda, da pertinência de um determinado programa editorial ao momento cultural e político e às características do público consumidor. Nesse sentido ele tinha o papel de "...conhecer a competência cultural e as categorias de percepção e apreciação do público visado"⁶²⁵. Segundo Caio Graco:

*... no Brasil existe uma ânsia cultural muito grande, milhões de pessoas estão querendo saber, aprender, participar do debate, de todos os debates. E se não participaram até agora é porque muitos acadêmicos se mantiveram na torre de marfim. Agora é preciso romper com isso. Eu acredito que a Primeiros Passos ajudou a romper isso. (...) [os acadêmicos] acharam que cultura não é uma coisa para ser divulgada para todo mundo. Onde é que já se viu ficar vulgarizando essas coisas tão complicadas que a gente discute há tantos anos, não é? É um pouco o defeito brasileiro, o elitismo cultural. Uma das minhas propostas como editor é exatamente desmistificar a cultura.*⁶²⁶

O editor julgava ter nesse momento o objetivo de estimular uma determinada leitura para os jovens, mas também para todo leitor que pretendesse conhecer certos assuntos um pouco mais. Com a exigência de que os textos da coleção *Primeiros Passos* realmente contemplassem esse conhecimento fundamental, Graco também se tornou responsável pela recuperação do papel do editor como intelectual, pois até então era "impensável estabelecer esse tipo de diálogo com o autor"⁶²⁷, o editor não interferia nos textos. Segundo Luiz Schwarcz se o texto entregue estava difícil ele pedia para ser refeito pelo autor, e alguns até se aborreceram com ele por isso.

Essa interferência do editor para adaptar os textos a um determinado formato atende também ao "modo de leitura" que ele pensava ser o da "clientela almejada."⁶²⁸ No caso da coleção *Primeiros Passos* era justamente o leitor inicial e em particular aqueles jovens, de

⁶²⁵ VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos - Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998 p. 57.

⁶²⁶ Caio Graco citado por ANDREONI, op. cit, p. 131.

⁶²⁷ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

⁶²⁸ Sobre o peso das estratégias editoriais nos textos Chartier afirma, por exemplo, que "a especificidade fundamental da *bibliothèque bleu* [coleção de livros francesa chamada de literatura popular] remete às intervenções editoriais operadas sobre os textos a fim de torná-los legíveis para as largas clientelas a que são destinados. (...) as próprias estruturas do livro são dirigidas pelo modo de leitura que os editores pensam ser o da clientela almejada." CHARTIER, Roger. *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 20.

classe média, ávidos por uma participação política maior, que estavam nas passeatas nas ruas mas também nas livrarias, nos festivais de cinema, no teatro e na universidade.

Segundo Luiz Schwarcz, Caio Graco percebeu um público novo,

*ele tinha uma ligação muito grande com esse público que mostrava a cara mesmo, um público de 17, 18 anos. Ele queria fazer um trabalho que (tivesse) um caráter mais político, mais de divulgação, mais beabá, mais introdução. Ele estava percebendo esse movimento de um público novo entrando no mercado, na indústria cultural, que misturava atuação política com vontade cultural.*⁶²⁹

Enfim, esses jovens⁶³⁰ queriam acompanhar e participar do debate sobre o processo democrático brasileiro em curso, e se distribuíram pelas lutas dos diversos setores da sociedade civil. A função do editor de aproximá-los de uma literatura de esquerda definiu a importância de seu papel nas lutas travadas em prol da ampliação da formação intelectual crítica desses jovens, no processo de transição política.

Para discutir a escolha dos temas apresentados na *Primeiros Passos* foram utilizados os seguintes dados: os títulos publicados por ano e o total das tiragens desses títulos (apresentados no Apêndice 2). A partir desses dados realizamos algumas observações.

Ao lançar os primeiros volumes: *O que é socialismo*, *O que é comunismo*, *O que é sindicalismo*, *O que é anarquismo* e *O que é capitalismo*, em 1980, a editora apresentou uma determinada perspectiva política sobre a conjuntura, ligada a um viés marxista que, entretanto, não será a linha exclusiva para a seleção dos demais títulos da Coleção ao longo desses seis anos.

Ao publicar esses títulos a editora cumpria o papel de ligar temas da conjuntura nacional com questões universais. Ou seja, tratava das discussões internas a partir do estímulo às leituras de temas mais amplos oferecendo ao leitor, indiretamente, um determinado instrumental para análise da política do período⁶³¹. Foram tratadas questões sobre a política brasileira mas não se detinham numa análise exclusiva de algum tema da História do Brasil. Por exemplo, no caso dos títulos *O que é Capitalismo*, *O que é Sindicalismo*, *O que é Socialismo*, *O que é História*, *O que é Indústria Cultural*, primeiramente são abordadas

⁶²⁹ Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

⁶³⁰ Segundo Schwarcz, "...essa geração de leitores da Coleção *Primeiros Passos* não teve a leitura dos clássicos na escola. Era um público novo, compravam agora clássicos e best sellers". Luiz Schwarcz em entrevista à autora em outubro de 2002.

⁶³¹ Diferentemente da revista *Encontros com a Civilização Brasileira* que apresentava em cada volume diferentes artigos permitindo a apresentação do debate de idéias no próprio *corpus* da revista.

questões da história desses temas na conjuntura internacional para depois tratá-los no Brasil. Desta forma a *Primeiros Passos* já apresentava uma diferença significativa em relação à coleção espanhola que a havia inspirado. Ao contrário da *Biblioteca de la Iniciación Política*, os seus textos não propunham uma análise tão específica sobre o país, mas mostrava, sim, uma determinada perspectiva política mais geral que podia ser aplicada sobre a conjuntura, até mesmo porque vários títulos eram conceituais e não tratavam da política brasileira diretamente, como liberdade, ideologia, dialética, etc.

Para prosseguir na análise dos títulos selecionamos os dez mais editados (ver Apêndice 2) com a finalidade de examinar os temas mais procurados da coleção *Primeiros Passos*, entre 1980 e 1985. Não só os temas, mas também os autores desses volumes tiveram influência sobre o sucesso da Coleção e em grau menor pode-se também considerar o formato, a apresentação de suas capas que eram bastante atrativas e suas ilustrações estava adequada à proposta do texto.

Com base na contagem das tiragens foi constatado que seis dos títulos mais vendidos no período foram aqueles publicados no primeiro ano de lançamento. As primeiras edições de *O que é Ideologia*, *O que é Capitalismo*, *O que é Socialismo*, *O que é Comunismo*, *O que é Sindicalismo* e *O que é Questão Agrária* datam de 1980. Apenas dois desses títulos foram lançados em 1981: *O que é Educação* e *O que é Dialética*. Um título foi publicado em 1982, *O que é Sociologia*; e outro em 1985, *O que é Constituinte*. Ou seja, os maiores sucessos da Coleção nesses seis anos concentraram-se nos temas escolhidos durante o seu primeiro ano de publicação, possivelmente porque seu formato foi uma grande novidade no mercado editorial para tratar daqueles assuntos daquele ano e logo depois outras editoras também utilizaram a idéia.

Nos anos seguintes a 1980 ocorreram outras variações. Até 1983 ainda se mantiveram temas bastante ligados à política, mas depois foram sendo diversificados, alterando não só o perfil da Coleção como possivelmente a sua repercussão, já que esses títulos não tratavam de questões que naquele momento despertavam tanto o interesse do público leitor alvo, por não tratarem da conjuntura política da época, e não teriam grande número de tiragens. O quadro abaixo mostra o total de tiragens em cada um desses anos:

Tabela 16 - Resumo do total de tiragens da coleção Primeiros Passos por ano (1980-1985)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total
Total	147.000	612.500	371.000	462.000	537.000	710.300	2.839.800

O maior número de tiragens anual está concentrado no ano de 1985 mas é importante considerar que esse total não dependeu apenas de novos lançamentos mas também de reedições (inclusive a partir da co-edição com a Abril desde 1984) dos títulos já publicados anteriormente, e estes eram justamente aqueles dos primeiros anos. Entretanto, vale destacar uma exceção deste ano de 1985: o sucesso do lançamento de *O que é Constituinte*, título que também colaborou para o aumento das tiragens.

A mudança dos tipos de títulos lançados esteve também relacionada às mudanças conjunturais do período, as quais acabavam interferindo na escolha do editor sobre os temas a publicar. Os temas mais vendidos, se for entendido que o aumento das tiragens corresponde ao aumento dos leitores, foram justamente aqueles do primeiro ano de lançamento da Coleção, em 1980, apesar de ter sido este o ano com menor variedade de títulos. A variedade por si só não garantia o interesse do público sobre eles, mas sim a vinculação dos temas às questões políticas vigentes.

A crescente diversidade dos títulos, pode-se dizer, certamente, marcou uma progressiva reorientação do projeto inicial da coleção *Primeiros Passos*. Se não anulou o projeto da editora, alterou-o, para não prejudicar o seu sucesso comercial. A seleção dos temas da Coleção estava vinculada principalmente ao projeto de formação intelectual e política que se construía no Brasil naqueles anos, mas também estava ao objetivo comercial da editora. Como já foi apresentado, o editor incrementava suas iniciativas promovendo debates nas ruas, "aulas" nas livrarias e lançando a cor amarela como símbolo da campanha pelas *Diretas Já* (todas ocorrem paralelamente à diversificação dos títulos), revelando que Graco mantinha seu projeto político, mas tentava adaptá-lo também às oportunidades mais comerciais do novo momento.

Ao começar os anos 80, houve uma predominância da "literatura não ficcional", em geral, ao contrário dos anos 70 em que se produziu mais uma "literatura politizada ou engajada". A coleção *Primeiros Passos* mesmo tratando de assuntos políticos nos anos 80 continuou a vender muitos livros dessa linha e a explicação para isso pode ser encontrada na universidade onde esses temas passam a fazer parte do novo currículo das Ciências Humanas e Sociais.

Os temas da Coleção passaram a ser mais diversificados a partir de 1983, e no ano

seguinte aqueles títulos mais políticos, que haviam feito grande sucesso no momento do lançamento da Coleção, já não se destacavam no conjunto da mesma.

Com base nas tabelas dos mais vendidos pode-se destacar a importância daqueles temas na época, recorrentes em obras de outros autores, estudiosos da situação do país. Já nos anos de 1984 e 1985, quando foram lançados *O que é Cometa Halley* e *O que é Trânsito*, a literatura sobre a conjuntura já se diversificara, inclusive em novas coleções.

Apesar de ainda não ter sido realizada uma discussão dos textos da coleção *Primeiros Passos* observamos que os títulos e as ilustrações das capas podem apenas indicar sua perspectiva de abordagem. A observação dos títulos permite identificar parcialmente que há duas perspectivas presentes na coleção: uma atrelada à linha mais tradicional da editora de conservar uma marca de esquerda que a diferenciava das demais concorrentes (Tabela 17) e outro, mais mercadológico, a descoberta de um filão, o formato da Coleção para tratar de temas importantes, que poderia dar certo com outros assuntos. Nesse caso, deve-se lembrar das outras coleções que a Brasiliense também lançou nos anos 80, tais como: *Tudo é História*, *Cantadas Literárias*, *Encanto Radical*, *Circo de Letras*, mantendo seu público jovem em contato com novos autores, novos temas ou mesmo com uma nova literatura, divulgando autores até então desconhecidos no Brasil.

Os títulos da CPP incitavam discussões que estavam na base da reflexão das mudanças que ocorriam na conjuntura política, admitindo o debate entre idéias marxistas, socialistas, anarquistas, ao explicitarem no próprio nome alguma idéia nesse sentido, ainda em plena ditadura, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 17 - Títulos da coleção Primeiros Passos vinculados ao pensamento crítico por ano (1980-1985) ⁶³²

1980	Socialismo, Comunismo, Sindicalismo, Anarquismo, Liberdade, Racismo, Indústria Cultural, Utopia, Ideologia, Subdesenvolvimento, Questão Agrária.
1981	Ditaduras, Dialética, Revolução, Multinacionais, Reforma Agrária, Stalinismo, Imperialismo, Cultura Popular, Método Paulo Freire, Trotskismo, Comissões de Fábrica, Comunidade Eclesial de Base.
1982	Capital, Mais-Valia, Pastoral, Capital Internacional, Propaganda Ideológica.
1983	Desobediência Civil, Questão da Moradia, Participação, Contracultura, Fome, Comunidades Alternativas.
1985	Autonomia Operária, Alienação, Marxismo, Teologia da Libertação.

⁶³² Observou-se que no ano de 1984 nenhum dos títulos lançados se aproximavam dessa perspectiva.

Até o momento a coleção *Primeiros Passos* foi compreendida em vários aspectos de sua produção como uma publicação em um projeto de esquerda. Com base no que já foi examinado neste trabalho apresentamos algumas conclusões acerca do papel dessa editora.

Um ponto a ser tratado pode estar em torno da “democratização” da leitura e do livro e, no sentido mais amplo, da cultura, que o grupo da editora Brasiliense teria reunido, por exemplo, na publicação da coleção *Primeiros Passos*. Constituído por intelectuais preocupados com a diversidade de idéias naquele processo, a editora promoveu a difusão do pensamento de esquerda, com temas até então proibidos pelo regime militar. Não apenas o editor, mas todos os autores reunidos no projeto editorial da *Primeiros Passos*, ou mesmo da editora Brasiliense, reivindicaram um projeto que também fosse capaz de legitimá-los em seu campo de atuação. No espaço editorial se organizaram como agentes em disputa, principalmente, com os diversos setores da área editorial - os sindicatos, outras editoras, indústria de papel, instituições governamentais do livro, etc - delimitando a conquista de um espaço no campo editorial mas também político.

A *Primeiros Passos* foi um projeto editorial para um público de classe média e não para operários, trabalhadores em geral, mas a venda em bancas de jornal “popularizou” mais a Coleção. É possível afirmar que sua linha, de uma esquerda diversificada, expressa a ligação com Partido dos Trabalhadores, intelectuais de diversas formações, empresariado paulista, que representavam interesses democráticos diversos: seja do editor como empresário, dos pós-graduandos se profissionalizando, dos professores divulgando suas idéias, do público se formando, etc , mas todos interligavam-se no projeto político-cultural da Brasiliense. Pode-se dizer que a editora participou de um projeto político contra hegemônico⁶³³, pois reuniu diversos setores contra o regime militar, desenvolvido pela democratização das leituras do pensamento de esquerda, numa “...paciente batalha pela conquista de espaços”⁶³⁴ na sociedade civil.

A editora reuniu uma esquerda diversificada, em luta por uma “democratização” da cultura, que se constituiu com a crescente complexificação dos setores da sociedade civil

⁶³³ Com a coleção *Primeiros Passos* a editora *Brasiliense* construiu um espaço de luta progressiva pela hegemonia, na medida em que, em termos gramscianos, a busca de hegemonia ocorre justamente na sociedade civil (*locus* de espaços de luta fora do âmbito estrito do Estado).

⁶³⁴ Carlos Nelson Coutinho em entrevista a Mauricio Santana. (SANTANA, Mauricio. Lançamento de 'Cadernos do Cárcere'. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 2001).

brasileira.⁶³⁵ A importância da publicação da coleção *Primeiros Passos* na abertura democrática foi de criar um espaço de atuação política relevante para aquele processo, tendo em vista as características do grupo que reuniu, de intelectuais, que nas palavras de Carlos N. Coutinho,

*...[passou] a se organizar, como qualquer outro grupo social, para lutar por seus interesses específicos, entre os quais não se situa apenas a melhoria das condições de trabalho: e, entre essas últimas, ocupa lugar de destaque a sua autonomia enquanto criador. A luta pelo específico articula-se aqui com a luta geral (...) De casta fechada, de corporação de notáveis, os intelectuais passam a ser uma parcela do mundo do trabalho.*⁶³⁶

Sabendo que no interior do grupo da *Primeiros Passos*, ou do grupo Brasiliense, naquele período, existiam propósitos diversos sobre os rumos da democracia brasileira, precisaremos identificar ainda as contradições da constituição do projeto realizado pela editora. Havia uma integração quanto a organização de ações de oposição ao regime, mas a análise que seguiremos fazendo sobre a editora poderá qualificar melhor esse projeto.

Um dos pontos centrais do debate na época estava pautado na visão de democracia que esse(s) projeto(s) constituíram. A Brasiliense legitimava um projeto pelas conquistas na ampliação da participação política de diferentes setores da sociedade civil que reivindicavam uma democracia de massas junto às concepções que se expressavam na formação do PT.

A coleção *Primeiros Passos* foi, então, um registro de uma importante iniciativa para incrementar as tentativas de setores da esquerda de ocupar maior posição política no processo democrático, via publicação, a partir do campo editorial, preocupada com a formação crítica e politizada. A mudança do perfil da Coleção, por causa das novas escolhas de temas, não foi uma mudança radical em sua linha editorial, pois continuou com iniciativas, em graus diferenciados, de ampliar discussões políticas conjunturais da época. Podemos afirmar que a grande mudança na linha da editora ocorreu em fins dos anos 80.

A importância da produção da *Primeiros Passos* pode ser entendida, por fim, pela publicação dos títulos da Coleção inseridos nos debates travados por um setor progressista

⁶³⁵ Segundo Carlos Nelson Coutinho, quando o modelo econômico do regime militar entra em crise há uma "reativação e reorganização da sociedade civil" e o regime, então, "não tinha (e não podia criar) movimentos de massa capazes de 'organizar' o consenso na sociedade civil, de torná-lo relativamente estável, mesmo em épocas de dificuldades e crises." COTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre idéias e formas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 35.

⁶³⁶ *Ibidem*, p. 36.

naquele momento, tendo em vista que, naquela conjuntura, a editora Brasiliense realizava uma estratégia editorial peculiar, quando a "ditadura foi obrigada a respeitar em certa medida os espaços conquistados pelas forças democráticas na sociedade civil"⁶³⁷. Ao criar esta Coleção a editora utilizava-se de meios particulares para concretizar uma estratégia de luta política pelo conhecimento, estimulando a formação crítica e politizada.

Apesar de não ser nosso propósito aprofundar uma análise desses autores, verificamos algumas de suas características. Foram identificadas, através da análise das biografias, apresentadas ao final de cada texto da própria Coleção, escritas, via de regra, pelos próprios autores. Nessas biografias buscou-se identificar: a formação acadêmica do autor; a instituição em que concluiu esta formação; a instituição de atuação profissional; e outras atividades que exerceu. E este último ponto serviu também para destacar as características daqueles autores que não possuíam vínculo acadêmico formal.

Apareceram autores sem formação acadêmica, mas especialistas nos temas tratados; pós-graduandos; professores, principalmente universitários; e escritores com atuação política reconhecida.

Na análise desses dados biográficos, do período de 1980 a 1985, observou-se que muitos autores da coleção *Primeiros Passos* tiveram sua formação acadêmica e atuação profissional realizadas, predominantemente, em instituições paulistas, com destaque, aqui, para a Universidade de São Paulo (USP), a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Dentre os 151 autores que escreveram para a Coleção, e que apresentaram nas biografias sua formação e vínculo acadêmico, aproximadamente 74% deles se enquadram nesse quadro de formação paulista. Os demais estavam vinculados a instituições de outros estados, especialmente, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Os autores dos dez títulos com maior número de tiragens foram: Marilena Chauí, Carlos Rodrigues Brandão, Afrânio Catani, Carlos benedito Martins, Arnaldo Spindel, Leandro Konder, Ricardo Antunes, José Graziano da Silva e Marília Garcia.

A relação da editora Brasiliense com os autores também esteve atrelada ao aumento das instituições culturais e de pesquisa no período. Certamente a localização da editora na cidade de São Paulo favoreceu essa predominância, devido à presença de importantes instituições de ensino e pesquisa. Instituições privadas, como o CEDEC e o IDESP, criadas no

⁶³⁷ Ibidem, p. 35.

momento da abertura democrática para realizar pesquisas sobre essa conjuntura brasileira são um exemplo. O primeiro centro, dirigido por Francisco Weffort, "interessava-se sobretudo pelos movimentos sociais e seu papel na democratização"⁶³⁸ e o segundo, dirigido por Bolívar Lamounier, "estudava sobretudo os processos políticos, culturais e científicos"⁶³⁹. Essas instituições conquistaram seu espaço de intervenção no processo político através dos importantes estudos econômicos e sociológicos da realidade brasileira que produziram. Com base nos dados biográficos dos autores da Coleção verifica-se, por exemplo, que no momento de publicação do título *O que é Ideologia*, em 1980, a autora e professora da USP Marilena Chauí era membro do CEDEC, onde ocupava o cargo de vice-presidente. Os membros dessas instituições de pesquisa, em geral, vinham de universidades públicas, aproximando uma determinada intelectualidade ligada à esfera pública e privada na campanha por mais "autonomia" no período da abertura política.

Para Marilena Chauí⁶⁴⁰, desde 1967, quando a ditadura militar interferiu na universidade - que para ela era um espaço de construção da "crítica" - tornando-a um espaço de "silêncio", a USP iniciou um profundo processo de mudanças que se consolidaria em 1984. A autora mostra as divergências entre as propostas da Associação de docentes da USP (ADUSP), de 1979-1984, e as que foram efetivamente realizadas para a organização da universidade.

De forma geral, ela conclui que havia diferenças de natureza entre os projetos marcando uma bipolaridade: a associação procurava defender a *democratização* da universidade e a administração buscava prosseguir (com as devidas alterações) o projeto de *modernização* universitária. A autora termina sua análise afirmando que: se por um lado, nos anos 80, defendia-se a "autonomia", a "representação", a "participação" e a "democratização", por outro, concretizava-se o "servilismo", o "autoritarismo", a "centralização" e a "modernização".

Alguns autores já se debruçaram sobre o tema do papel da universidade e, embora não seja o propósito deste item aprofundar esta reflexão, é importante destacar algumas opiniões do começo dos anos 80 a esse respeito para que fique mais clara a visão dos intelectuais e autores da coleção *Primeiros Passos* sobre a função da universidade e, portanto, sobre seu papel político.

⁶³⁸ PÉCAUT, op. cit., p.267.

⁶³⁹ Ibidem.

⁶⁴⁰ CHAUI, Marilena de Souza. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 135-143.

A editora Brasiliense promoveu um debate no periódico *Leia Livros* em que perguntava a determinados intelectuais "Qual a função da universidade?". Dentre aqueles que exerciam atividades na universidade, foram apresentados os seguintes depoimentos: o de Marilena Chauí (professora de filosofia da USP), Darcy Ribeiro (ex-ministro da Educação do governo João Goulart, idealizador da UNB, antropólogo e escritor), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo, presidente do Cebrap, ex-professor da USP e suplente de senador pelo PMDB de São Paulo, à época.), Perseu Abramo (sociólogo, jornalista especializado em Educação e professor de jornalismo da PUC/SP) e Rubem Ludwig (o então, Ministro da Educação e Cultura do governo Figueiredo).

Em quase todas as análises aparecia a idéia da universidade como espaço de reprodução ou de dominação. Com base nesse ponto, Marilena Chauí, por exemplo, afirmou que a função da universidade era a de "fornecer burocratas para o Estado, tecnocratas para as empresas e professores-pesquisadores para a perpetuação universitária"⁶⁴¹. Darcy Ribeiro foi mais radical afirmando que "a universidade (era) o útero em que as classes dirigentes se reproduzem"⁶⁴². Fernando H. Cardoso destacou o perigo da universidade ser "pensada como torre de marfim"⁶⁴³. E Perseu Abramo afirmou que era "da universidade que sa(iam) as elites e as formulações teóricas ou ideologizadas de manutenção do status quo, do regime político e do sistema capitalista"⁶⁴⁴.

Ao contrário do que predominou na maioria das análises acima citadas, autores como Marilena Chauí e Perseu Abramo também enfatizaram que a universidade era, simultaneamente, espaço de crítica. Marilena Chauí afirmou que "os universitários, na prática diária e no saber que tentam produzir, podem contestar a função que o Estado e a empresa deram à escola nos últimos vinte anos"⁶⁴⁵. Perseu Abramo defendeu, ainda que de forma menos explícita, o aspecto transformador da universidade, ao afirmar que "ela mostra, ..., uma face reformadora: a sua própria condição de instituição diplomadora a transforma numa arena de competição pela mobilidade social vertical ascendente, se bem que para setores extremamente restritos da sociedade"⁶⁴⁶. Entretanto, nenhum desses autores atribuiu à universidade a condição de lugar privilegiado para proporcionar mudanças significativas na

⁶⁴¹ CHAUI, Marilena. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981, p. 14.

⁶⁴² RIBEIRO, Darcy. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981, p. 14.

⁶⁴³ CARDOSO, Fernando Henrique. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981, p. 15.

⁶⁴⁴ ABRAMO, Perseu. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981, p. 15.

⁶⁴⁵ CHAUI, op. cit.

⁶⁴⁶ ABRAMO, op. cit.

sociedade. Marilena Chauí chegou até a afirmar que não acreditava em "modificações sociais e políticas de envergadura (que pudessem) nascer da universidade"⁶⁴⁷.

Enquanto isso o militar e Ministro da Educação na época, Rubem Ludwig, não fez qualquer menção às mudanças sociais vindas da universidade. Seu ponto de vista sobre o papel da universidade foi mais uma defesa da direção política conduzida pelo governo, no período, do que qualquer preocupação com a participação política dos universitários naquele processo. A proposta de Ludwig era de defender, para as universidades:

*... um envolvimento coletivo de responsabilidades já que temos todos um compromisso irrecusável com a realidade brasileira, em que se sublinha a necessidade de formação de uma consciência muito nítida das limitações da conjuntura em que vivemos.*⁶⁴⁸

Ao defender, pois, que existiam "limitações da conjuntura em que vivemos", o ministro enquadrava o papel da universidade nas condições estruturais, consideradas imutáveis, que para ele estavam dadas. É dessa forma que seu artigo para o *Leia Livros* não encaminhou a discussão proposta sobre a função da universidade. Fazia questão de silenciar a conjuntura de princípios dos anos 80, de grande mobilização dos movimentos sociais e também de aguerrida movimentação para se reestruturar o ensino e suas condições de organização, o planejamento e atuação política, após os muitos anos de limites impostos pela ditadura militar.

A universidade, no início dos anos 80, teve um papel importante não só no que se refere a questões internas, como já foi apresentado pela reflexão de Marilena Chauí sobre a USP, mas também esteve ligada a outros movimentos sociais, inclusive com a frente de oposição que auxiliou a impulsionar a formação do Partido dos Trabalhadores. No entanto, os autores relativizaram o papel excepcional das universidades como a "vanguarda" das principais mudanças que deveriam ser realizadas no país.

Compartilhando, portanto, do projeto político maior, os autores mencionados também participaram das iniciativas daquele momento. Sua aproximação com a Brasiliense ocorreu porque além deles produzirem o tipo de texto pedido pela editora - respeitando a exigência do editor de facilitar a sua linguagem para o leitor iniciante daquele assunto - foram atuantes em busca de um projeto de transformação da sociedade.

⁶⁴⁷ CHAUI, op. cit.

⁶⁴⁸ LUDWIG, Rubem. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981, p. 15.

5.3.2. Caio Graco e o processo de democratização: um empresário no PT

Neste item apresentamos o papel do editor Caio Graco a partir da análise das fontes que revelam a ação política do editor nos anos da abertura democrática, a destacar a campanha a favor das eleições diretas ao mesmo tempo em que sua adesão partidária era pela criação do PT.

Caio Graco também criou nas livrarias da Editora novos espaços de discussão, ou seja, convidou professores, principalmente, e demais intelectuais para fazer palestras no interior da livraria. Estabeleceu assim uma relação mais direta destes profissionais da Universidade com o público que freqüentava a livraria atraindo, inclusive, novos clientes. Dessa forma, a editora criava um novo espaço cultural que corresponderia a uma “segunda livraria”, porém, com um funcionamento bastante especial, pela sua nova atividade deixando de se limitar à venda de livros. Nas palavras de Caio Graco este novo espaço funcionaria como uma espécie de “universidade aberta”. Dizia ele:

*a Coleção Primeiros Passos sairá do papel impresso e se transformará, dentro da livraria, em aulas práticas para grupos de até 20 pessoas. É possível, portanto, ter Marilena Chauí, ao vivo, dissecando O que é Ideologia (seu best-seller na Coleção) ou o economista Paul Singer introduzindo os fundamentos da filosofia.*⁶⁴⁹

Além das aulas houve também debates que ocorriam em frente à livraria na rua Barão de Itapetininga no centro de São Paulo. Segundo Marilena Chauí,

*Em geral, falava o autor de um livro que estivesse sendo lançado. Ele falava durante uns 15 minutos sobre o livro e as pessoas -convidados e passantes - faziam perguntas ou emitiam opiniões. Era a idéia do Caio Graco de democratizar a cultura e de estimular a leitura de livros. Participava quem estivesse por lá: garis, sem-teto, estudantes, comerciários, professores, escritores, ambulantes.*⁶⁵⁰

Essas "aulas" e debates constituíam-se também numa nova relação ou militância do professor universitário e dos estudantes de pós-graduação que escreveram para a coleção *Primeiros Passos* proporcionando um maior contato deles com os ouvintes para maiores

⁶⁴⁹ GRACO, Caio. Novo espaço da Brasiliense. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, Seção Livro, 26/06/1984.

⁶⁵⁰ Marilena Chauí em entrevista à autora em agosto de 2003.

discussões e atuações políticas. Era também uma forma de reunir "o pessoal da editora e sobretudo os encarregados da coleção *Primeiros Passos* para ouvir as idéias que os autores pretendiam desenvolver ou tinham desenvolvido nos livros"⁶⁵¹. Essa aproximação facilitaria o momento em que "o pessoal da editora deveria ir aos meios de comunicação para falar dos livros e também os ajudava a orientar e escolher novos títulos, a partir de questões colocadas pelos títulos existentes"⁶⁵². E, acrescenta-se, pelos seus autores, então, que há o reconhecimento de uma certa autoridade dos estudantes e profissionais da universidade, principalmente da USP, para a apresentação dos temas escolhidos para a coleção *Primeiros Passos*. Isso quer dizer também que houve a identificação desses autores com o projeto da editora, pois "... o fato de que uma ou mais de uma geração de escritores tenha certos interesses intelectuais e morais e não outros, tal fato indica que uma certa orientação intelectual predomina entre os intelectuais"⁶⁵³.

Apesar de não considerarem central naquele momento, o papel transformador da universidade, ela foi o principal canal de veiculação de idéias da Editora, e, principalmente, da Coleção, já que, conforme ficou demonstrado, havia um estreito vínculo dos autores com a universidade, assim como do público leitor. Nota-se ainda, que não apenas os "setores populares" se reorganizavam politicamente, mas também os "setores de elite", como intelectuais e empresários que a Editora reuniu.

Diante das novas formações partidárias do período, o editor da Brasiliense aderiu a formação do Partido dos Trabalhadores. Apesar de não se filiar ao Partido, ele se vinculou às campanhas políticas e aos movimentos culturais que promoviam a repercussão das idéias do PT daquele momento o que o tornou um dos "empresários no PT"⁶⁵⁴. Segundo Marilena Chauí, "Caio Graco foi um dos fundadores do PT e, juntamente com Carlito Maia, foi coordenador das campanhas de Suplicy para prefeito, governador e senador. Era ativíssimo no Diretório Municipal de São Paulo"⁶⁵⁵. Esta vinculação pode ser observada, ainda, no comentário do presidente nacional do PT na época, Luís Inácio Lula da Silva, quando da morte do editor, anos mais tarde. Ele afirmou: "O Brasil perde o mais moderno de seus editores. Perdemos um importante companheiro do PT"⁶⁵⁶.

Essa relação da Editora com o Partido dos Trabalhadores pode ser melhor identificada pelo apoio às idéias de esquerda, que circulavam em torno do partido e também quando da sua

⁶⁵¹ Ibidem.

⁶⁵² Ibidem.

⁶⁵³ GRAMSCI, Antonio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 15.

⁶⁵⁴ Yolanda Prado em entrevista à autora em outubro de 2001.

⁶⁵⁵ Marilena Chauí em entrevista à autora em agosto de 2003.

⁶⁵⁶ CAIO Graco: vítima de uma paixão. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 19/06/1992.

vinculação política e cultural a ele, incentivando a sua formação, e não apenas pela identificação de seu editor numa lista de filiados do partido.

É nesse quadro que as iniciativas de Caio Graco, em seu espaço editorial, coincidem com o debate mais amplo que ocorria na sociedade brasileira em prol de um movimento democrático. Verificou-se nas iniciativas do editor o estímulo à organização política e partidária da esquerda, pois além da Editora publicar, ao longo de sua trajetória, títulos e autores importantes para o pensamento de esquerda e nesse momento ter participado da formação do PT, Caio Graco lançou a cor amarela como cor-símbolo do movimento pelas *Diretas-já*.

Em matéria na Folha de São Paulo, Caio Graco dizia que:

a idéia do uso do amarelo para simbolizar a vontade popular pelas 'diretas já', ele conta ter surgido em janeiro, quando assistia a um telejornal, que mostrava o povo das Filipinas empregando a cor amarela para mostrar que era contra o presidente Ferdinand Marcos. Na reunião do Comitê pró-diretas discutiu-se o lançamento da cor amarela e questionando se não deveria ser verde Graco afirmou: "o verde a gente usa impunemente, por acaso. O amarelo não. Chama mais atenção, é menos comum e a gente pensa antes de usá-lo. Além do mais, é a cor da sabedoria na filosofia oriental."⁶⁵⁷

O forte apoio à campanha das *Diretas Já* remete, novamente, ao peso das eleições para o processo democrático naquele momento, ou melhor, da ênfase que lhe foi dada pelos diversos setores, inclusive do editor e dos intelectuais da editora Brasiliense ao divulgarem a cor amarela como símbolo desse movimento.

O período de produção da coleção *Primeiros Passos* coincide com o chamado processo de democratização. É justamente nesse período que a sociedade brasileira, como foi apresentado, em seus diversos setores ampliou significativamente suas formas de participação política. Entende-se, então, que a Editora construiu seu envolvimento junto às lutas da esquerda incentivando os debates nas ruas e na campanha das *Diretas Já* e, por outro lado, abria a possibilidade de uma produção em escala maior, voltada para esse público.

Concluimos que a participação do editor se caracterizou como empresário simpatizante das lutas dos movimentos sociais e políticos dos trabalhadores, inclusive em prol da formação do PT, principalmente na candidatura de Eduardo Suplicy, mas seu reconhecimento se deu, sobretudo, no sucesso da Coleção *Primeiros Passos*, nas escolhas de temas, autores e percepção da demanda do público leitor. Sua participação como incentivador

⁶⁵⁷ CAIO Graco, o homem do amarelo, crê nas diretas. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 19/04/1984.

cultural na promoção de debates políticos permitiu ao editor imprimir, em sua função de publicar livros, uma perspectiva militante em prol da democratização.

CONCLUSÃO

As tensões sociais que cercam a palavra [intelectuais] são significativas e complicadas, e vão desde um velho tipo de oposição a um grupo de pessoas que usa a teoria ou mesmo o conhecimento organizado para emitir juízos sobre assuntos gerais até uma oposição diferente mas às vezes relacionada às Elites(v.), que reivindicam tipos de conhecimento não apenas especializados, como também diretivos. O argumento sobre a relação dos intelectuais com o sistema social estabelecido e, portanto, sobre sua relativa independência ou incorporação a esse sistema é de relevância crucial nesse caso.⁶⁵⁸

A análise histórica realizada nesse estudo recuperou a trajetória de duas editoras que tiveram papéis reconhecidos na oposição à ditadura civil-militar brasileira – as editoras Civilização Brasileira e Brasiliense. Procuramos resgatar o processo no qual seus editores construíram as condições necessárias para suas ações de militância política e intelectual. Apesar da ênfase no período do regime militar, entre 1964 e 1985, buscamos compreender tal processo desde a fundação das editoras para dimensionar, ainda, a participação de seus editores na constituição do sistema empresarial do livro no Brasil.

As editoras Civilização Brasileira e Brasiliense ficaram conhecidas ao longo de suas trajetórias como editoras do pensamento crítico e seus editores reivindicavam projetos culturais articulados aos setores políticos da esquerda brasileira, mesmo com dificuldades econômicas, impostas às suas empresas durante o regime militar. Ainda assim elas mantiveram sua linha editorial, principalmente, por meio de publicações periódicas de debate intelectual, assim como seus editores também se mantiveram engajados até a rearticulação política da conjuntura do pluripartidarismo. Os resultados, entretanto, foram comprometedores para suas empresas em graus diferenciados.

⁶⁵⁸ WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 237.

Ao qualificar as ações dos editores como criadores de condições políticas e culturais e de determinada visão de mundo, não só por meio da linha editorial - construída ao longo das trajetórias de suas editoras e de suas ações políticas junto a setores da esquerda brasileira - mas também por seu papel na organização empresarial de setor livreiro, acreditamos ter contribuído para uma visão mais abrangente da função contraditória do editor, sobre a qual atribuímos aos dois casos seu caráter militante, definindo-os como editores-militantes.

Isto quer dizer que a função empresarial não se limita aos espaços de funcionamento no interior da empresa, mas a atuação do editor se expande para outros espaços do campo editorial. Esta expansão é condição para a consolidação de seu projeto político-cultural. É por meio de suas possíveis intervenções ou ações de convencimento nos diversos espaços próprios do campo que são definidas, a cada momento histórico, as condições de criação e/ou reprodução de seu projeto.

As atuações desses editores-empresários-militantes foram identificadas em nossa pesquisa em três períodos distintos ao longo do século XX: dos anos 40 até o início dos anos 60; após 1964 e por último entre 1979 e 1985.

O primeiro período corresponde ao início da fundação das editoras e criação dos sindicatos patronais do livro, nos anos 40, quando os editores atuaram, diferentemente, na organização do empresariado do livro, destacando-se o desempenho do editor Ênio Silveira como um empresário atuante. Caio Prado Junior não ocupara posições de direção no Sindicato Nacional dos Editores de Livros, analisado no capítulo dois.

Podemos atribuir uma função mais intelectualizada ao papel do editor Caio Prado Junior e menos empresarial. A própria fundação da editora Brasiliense, apresentada no capítulo quatro, mostrou que a militância no PCB teve grande influência para o intelectual se tornar editor num movimento junto a outros intelectuais simpatizantes das idéias socialistas. Todavia, reconhecemos sua militância na publicação de obras relevantes, na criação da coleção Brasiliense de grande repercussão nos anos 50, porém, não podemos atribuir um papel propriamente empresarial como identificamos no editor Ênio Silveira. Este último simpatizante das idéias socialistas em toda sua história, filiou-se ao PCB nos anos 60.

Nessa fase de formação do empresariado do livro o editor Ênio Silveira teve uma atuação dirigente no Sindicato Nacional dos Editores de Livro (SNEL), o que não se identificou nos editores da Brasiliense em nenhum momento de sua trajetória. Ênio Silveira enquanto membro ativo do Sindicato deu direção aos interesses do conjunto dos empresários do livro vinculado organicamente aos interesses político-econômicos que predominavam no Brasil. No entanto, entre seus pares, no interior do próprio Sindicato há uma diversidade de

interesses, os quais não eram corroborados na íntegra pelo editor. Dessa forma, concluímos que, no espaço fora da empresa, as ações do editor no Sindicato até 64 foram estratégicas para consolidação do empresariado do livro, consolidando a nova posição do SNEL nas políticas editoriais brasileiras e, portanto, em um dos espaços do campo editorial brasileiro. O capital econômico e social que o conjunto das editoras passou a ter, pelos resultados favoráveis a sua expansão econômica devido a sua atuação na sociedade política, como analisamos no capítulo dois, marcou a nova posição do empresariado do livro junto aos outros empresários da cultura. No interior da classe dominante este empresariado representava, então, uma fração subordinada buscando sempre aumentar seus espaços de intervenção.

O segundo período corresponde ao regime militar nas décadas de 60 e 70 e foi analisado sob dois eixos. Em um foram identificadas as militâncias dos editores: de um lado a continuidade da militância do editor Ênio Silveira e de outro com a saída de Caio Prado da Editora Brasiliense uma nova forma de militância realizada por seu filho Caio Graco Prado. Caio Prado Junior foi perseguido como político, deputado estadual e não como editor. A militância dos editores no regime ditatorial não foi ditada ou dirigida diretamente por partidos ou outras entidades, mas conectada com a exigência de aprofundamento cultural. Nossos editores se mantiveram atentos à necessidade da pluralidade de leituras e da formação crítica. As duas editoras formularam um projeto de oposição no auge da ditadura, muitas vezes abrigando diversos autores, obras e reflexões marxistas, então, praticamente proibidos. O espaço editorial se convertia em espaço de atuação política de resistência à ditadura. Nesse sentido o espaço editorial se torna um dos lugares privilegiados de oposição, em seu compromisso com a formação crítica.

Em sua formulação sobre os espaços da escola, Gramsci também apontou as redações de revistas como exemplos de colegiado deliberativo que funciona ao mesmo tempo como redações e como "... círculos de cultura (...) assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica"⁶⁵⁹. A publicação sistemática de obras de teor crítico fazia com que o espaço editorial se tornasse um espaço similar. O trabalho das editoras tomado conjuntamente abria um espaço editorial no qual era visível um projeto político cultural que buscava alterar a correlação de forças. De alguma forma, sua atuação é similar a de uma publicação-partido em termos gramscianos, embora originada de iniciativas empresariais. Segundo Gramsci, o Partido

⁶⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, Capítulo 1, Caderno 12, p. 34-35.

*...tem a função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como econômico, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.*⁶⁶⁰

Ao ampliar a noção de Partido, que não é apenas o partido político formal, mas o espaço organizado pelos diversos grupos sociais, Gramsci, apesar de creditar no espaço político formal as possibilidades de mudança para uma sociedade socialista, reivindicou para setores da sociedade civil um grau de importância fundamental para aumentar os espaços de participação política que garantam uma maior interferência no processo histórico nas sociedades capitalistas.

A publicação de *A Revolução brasileira*, em 1966, de Caio Prado Junior pela Brasiliense ou a *Revista Civilização Brasileira* de Ênio Silveira e Moacyr Felix representam dois marcos das editoras em oposição. E seus editores foram, assim, "*agenciador(es) de vontades coletivas*"⁶⁶¹ representantes das aspirações de parcela da oposição à ditadura brasileira que teve reduzido seu espaço e seus meios de manifestação política.

O outro eixo foi identificado no elemento contraditório, paradoxal para a área do livro, numa situação de concorrência na qual esses empresários agora ocupam uma posição subordinada no próprio campo editorial que ajudaram a construir. Esses editores são empresários nacionais no contexto de um setor que sofreu intensas transformações, inclusive, pelo estímulo ditatorial a uma economia de escala e a concentração de capitais. Ênio Silveira, em particular, não ocupou mais uma função de direção no interior do Sindicato. Os representantes das grandes editoras, distribuidoras de livros e de editoras de livros didáticos formularam seus projetos calcados na direção econômica de reprodução dos interesses do capital multinacional e associado, como mostramos no capítulo dois. As editoras *Civilização Brasileira* e *Brasiliense*, ao contrário daquelas, sofreram conseqüências desse processo de concentração e monopolização do setor editorial. Apesar disso, mantiveram seus projetos políticos e militantes.

Ocuparam no campo editorial ao longo do regime militar um papel heterodoxo em relação aos projetos editoriais dominantes (linha editorial, publicações, autores), com estratégias de subversão (livros sobre realidade brasileira, faixas na livraria, etc), almejando a transformação da situação política vigente, fazendo sua reconhecida oposição ao regime (cometendo, inclusive, o suicídio econômico como o que foi dito por outro editor).

⁶⁶⁰ Ibidem, p. 24.

⁶⁶¹ Segundo Luiz Renato Vieira. op. cit.

O terceiro período corresponde ao fim do regime militar após 1979 e se estende até 1985, quando esses editores-militantes voltam a ter reconhecimento do seu papel numa escala maior. Este período foi o *canto do cisne* para as duas editoras. Para a Civilização Brasileira é a catástrofe financeira. Para a Brasiliense foi ao mesmo tempo momento da saída da crise econômica em que também estava, com o grande sucesso editorial da Coleção Primeiros Passos, porém, após esse auge, no final da década ela entra em decadência. Apesar disso, os dois editores persistiram acompanhando o processo de abertura, refletindo e estimulando, em seu momento editorial, o processo político em curso. Os editores ainda terão, reconhecidos, seus papéis no estímulo cultural e político e o fazem de maneira surpreendente. Ambos conservaram a importância do editor numa cultura crítica mais ampla.

Ênio Silveira atuou intensamente na criação do CEBRADE, entidade da sociedade civil de cunho popular que reuniu diversos setores, nos debates promovidos na Encontros com a Civilização Brasileira, nas reedições de Gramsci e etc. Não obstante, observa-se uma certa timidez e mesmo um certo tom conciliador, advindo provavelmente da influência do PCB, o que transparece na análise dos editoriais da coleção *Encontros*.

Caio Graco teve importância direta na definição dos temas promovidos na Coleção Primeiros Passos, promoveu debate nas ruas, campanhas pró-diretas e caracterizou-se como um editor pró-PT. Suas ações são reconhecidas em maior grau na luta democrática do final do regime ditatorial, com as publicações do pós-79 e as campanhas da época. O papel de Caio Graco no PT é, contudo, uma questão a ser aprofundada por representar a participação de um empresário da cultura na formação do Partido dos Trabalhadores.

Nesse período ocorreria nova mudança de suas posições no campo editorial brasileiro, oriundas da nova dinâmica exigida pela cultura empresarial, que deu origem ao processo atual de concentração e multinacionalização de editoras. As empresas culturais passaram por um forte processo de mudanças

Nessas empresas culturais, protagonistas das mudanças dos novos tempos, a concorrência pelo nacional não se dissipa, mas é sutil. As alianças culturais deslocam-se da política para o mercado, da crítica e das belas artes para a publicidade e o design, para concepções "mais leves" acerca das idéias de best-seller e empresa. O vínculo com as novidades do exterior concretiza-se por meio da informática e, principalmente, através de uma rede de especialistas no transporte internacional de bens editoriais (agentes literários, scouts, advogados especialistas em problemas relativos à propriedade intelectual em tempos de multimídia). A presença dos editores no mercado internacional se dá mediante a participação em feiras, com suas práticas ordenadas, reguladas, rituais domesticadores da função e posição do editor. Hoje, a moral da

*atividade transforma a paixão manifesta dos agitadores culturais em um maior controle das emoções dos editores profissionais*⁶⁶².

Essa função dirigente, intelectual, de construir o projeto contrário ao projeto da burguesia buscando condições para unificar as lutas democráticas da época, permite que o papel do editor-empresário-militante de nossa abordagem seja identificado como *intelectual orgânico* no sentido de Antônio Gramsci⁶⁶³. Para o autor, o papel social do intelectual está vinculado ao projeto político de um grupo *privado de hegemonia* que deve ligar-se a uma classe fundamental para a conservação ou para a transformação social – neste último caso, a defesa do proletariado (ligado aos interesses e aspirações das massas). O intelectual deve ter consciência da totalidade, e não apenas do ponto de vista de sua classe, embora parta dele, mas fundamentalmente deve atuar na consolidação da organicidade da classe que representa (a classe fundamental)⁶⁶⁴. Defensores de uma visão humanista, Caio Graco e Ênio Silveira atuavam, simultaneamente, como editores-empresários-militantes estimulando a reflexão e o debate críticos sobre aspectos sociais, políticos e filosóficos da realidade brasileira.

A Civilização Brasileira não subordinou seu projeto político editorial em nome da manutenção da empresa no mercado mesmo não tendo superado as crises financeiras que viveu desde o regime militar. A editora Brasiliense também não se subordinou mas se re-inseriu no mercado em fins do regime militar com a publicação da Coleção Primeiros Passos, graças a uma estratégia editorial de sucesso. Ao contrário das editoras de oposição estudadas por Flamarion Maués⁶⁶⁵, que em sua totalidade fecharam, as duas editoras de nossa pesquisa não fecharam suas portas. Continuaram existindo embora tenham perdido as características originais de sua militância.

⁶⁶² SORÁ, Gustavo. Tempo e distâncias na produção editorial de literatura. In: *Maná – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 151-181, 1997.

⁶⁶³ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁶⁶⁴ Como já vimos, Antônio Gramsci foi primeiramente publicado no Brasil pela Editora Civilização Brasileira na década de 1960.

⁶⁶⁵ SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*, 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Márcia (org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- ADORNO, Teodor. Indústria Cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- AFFONSO, Maria Eugênia. O crescimento (desordenado) do livro. *Boletim Informativo do SNEL*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1982, p. 2
- ALMEIDA, Gelson Rozentino de Almeida. *A história de uma década quase perdida: 1979-1989*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.
- AMORIM, Sônia Maria de. *Em busca de um tempo perdido: Edição de literatura traduzida pela editora Globo (1930-1950)*. São Paulo: Edusp, São Paulo: Com-Arte, Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1999.
- ANDRADE, Olimpio de Souza. *O livro brasileiro desde 1920*. Rio de Janeiro: Cátedra/MEC, 1978.
- ANDREONI, Paola. Caio Graco Prado: Adoro best sellers. São Paulo: VEJA, 1986, p. 194.
- ARQUIDIOCESE paulista solidariza-se com Ênio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10/12/1976
- AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. *Revista Civilização Brasileira (1965-1968) - Projeto Cultural em Revista*. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Letras, UFRJ, 1999.
- BEIGUELMAN, Paula. A Revista *Brasiliense* e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. In: D'INCAO, Maria Ângela (org). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Unesp e *Brasiliense*, 1989, p. 474.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BORELLI, Sílvia H. S. Ática: história editorial, mercado local e internacional de bens simbólicos. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* p. 3.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Une révolution conservatrice dans l'édition. In: BOURDIEU, P. (Org.). *Actes de la recherche en sciences sociales*. N.126/127, 1999, p. 3-28.
- BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.
- BRAGANÇA, Aníbal; SANTOS, Maria Lizete dos (Orgs). *A profissão do poeta: 13 pequenos ensaios e depoimentos em homenagem a Geir Campos & Carta aos livreiros do Brasil, poemas e outros textos inéditos de Geir Campos*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002.
- BRITO, Mario da Silva. Ênio Silveira, MSB: Poeta Apesar de tudo. In: Poemário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. In: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras Universitárias no Brasil - uma crítica para a reformulação da prática*. São Paulo: Edusp, São Paulo: Com-Arte; Curitiba: Edufpr, 2001.

- CAIO Graco, o homem do amarelo, crê nas diretas. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 19/04/1984.
- CAIO Graco: vítima de uma paixão. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 19/06/1992.
- CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- CALABRE, Lia. *O Historiador e o Rádio: Relações em Questão*. In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005, Rio de Janeiro, RJ. p.2. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0682-1.pdf>>. Acesso em 05/01/2009.
- CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Câmara Brasileira do Livro: 50 anos*, São Paulo: Prêmio, 1997.
- CAMPOS, Geir. Cartas aos livreiros do Brasil. 1960. In: BRAGANÇA, Aníbal; LIZETE, Maria. (orgs). *13 ensaios A profissão do poeta: 13 pequenos ensaios e depoimentos em homenagem a Geir Campos & Carta aos livreiros do Brasil*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Senac, 2001.
- CATÁLOGO da imprensa alternativa e episódica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Bastos Tigre, 1979.
- CATÁLOGO dos Editores Brasileiros. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro, 1994.
- CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- _____. Textos, impressão, leituras. In HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: Ensaio sobre idéias e formas*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. Um filósofo democrático. In: *Jornada Leandro Konder*. Palestra proferida em Marília, 1998. Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=68>. Acesso em: 05/01/2009
- CHRISTOFARO, Paulo Rubens. *Revolução, nacionalismo e democracia na RCB*. Dissertação (Mestrado em História). PUC/SP, 1996.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: a imprensa na França: 1775-1880*. São Paulo: Edusp, 1996.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. *An enlightened revolution?*, The New York Review of Books, XXXVIII, 17, 24 de outubro de 1991.
- DINES, Alberto. Um Depoimento sobre a imprensa brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v.11, 1979.
- DIRKX, Paul. Les obstacles à la recherche sur les stratégies éditoriales. In: BOURDIEU, P. (Org.). *Actes de la recherche en sciences sociales*. n.126, 1999.
- DREIFUSS, René. *1964 - A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- _____. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- EARP, Fábio Sá. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- EDITOR revolucionou mercado nos anos 80. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19/06/1992.
- FELIX, Moacyr (Org.). *Ênio Silveira: arquiteto das liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FELIX, Moacyr. Ideologia da Cultura Brasileira. *Pasquim*, ano 9, n° 435, Rio de Janeiro, p. 5, 28/10 a 4/11/1977.
- FERREIRA, Jerusa Pires (Org.). *Ênio Silveira*. São Paulo: Edusp, 1992, (Coleção Editando o Editor, v. 3).
- _____(Org.). *Jorge Zahar*. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2001. (Coleção Editando o Editor, v. 5).
- _____(Org.). *Livros, Editoras e Projetos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, Censura e Propaganda. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil Republicano, v. 4).
- FITIPALDI, Mario. Mensagem do Presidente (2). *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, 1981.
- FONTES, Virgínia. Sociedade Civil no Brasil contemporâneo em debate. In: Neves, Lucia M.W.; Pronko, M.A.; Santos, M.A.C.. (Org.). *Debates e sínteses do Seminário Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo - Caderno de Debates 1*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - FIOCRUZ, 2007, p. 95-114.
- FUNDO Policia Política: DOPS/RJ. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, de 21 dez. de 1967.
- GIROUX, Henry. *Escola Crítica e Política Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GOMES, Dias. *Apenas um subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GONÇALVES, Antonio e KOPROWSKI, Sido Otto. Pequena empresa no Brasil. São Paulo: Edusp/Imesp, 1995. In: SILVA, Flamarion Maués P. *Editoras de Oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005.
- GRACO, Caio. Novo espaço da Brasiliense. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, Seção Livro, 26/06/1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (volume 2).
- _____. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete - os anos do exílio*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- GURGEL, Cláudio. *Estrelas e Borboletas: PT - Origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 2005.

- INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987: 50 anos de publicações*. Brasília: INL, 1987.
- IUMATTI, Paulo Teixeira. *50 anos de Brasiliense (1943-1993)*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *Caio Prado Júnior, historiador e editor*. 2001. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*. Campinas, v.8, n.14-15, 2001, p. 53-96.
- LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? : política para a cultura, política para o livro*. São Paulo: Summus, 2004.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista Do Brasil - Um Diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LUDWIG, Rubem. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981.
- KRIEGER, Maria da Graça, et. al. Século XX, Cenário dos Dicionários Fundadores da Lexicografia Brasileira: Relações com a Identidade do Português do Brasil. In: *Alfa – Revista de Lingüística*. São Paulo, v. 50, n. 2, p. 180, 2006.
- KUPERMAN, Esther. *Da Sumoc ao Banco Central: consolidando as bases para o neoliberalismo no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968--1978)*. São Paulo: Global, 1980.
- MARIZ, Ana Sofia. *Editora Civilização Brasileira: o design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)*. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-graduação em Design, PUC, Rio de Janeiro, 2005.
- MARTINS FILHO, Plínio. *EDUSP: um projeto editorial*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita: História do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 1996.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente-1964-1992*. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção Princípios)
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995.
- MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- MORAES, Dênis de. *A Esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAES, João Quartim. Liberalismo e fascismo, convergências. *Crítica Marxista*, São Paulo, n.º 8, 1999.
- MORAES, Pedro de. *Fidalgos do café e livros do Brasil: Monteiro Lobato e a criação das editoras nacionais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ, 1995.
- MOTTA, Carlos Guilherme. Capítulo A Época de Revisões Radicais e Aberturas Teóricas (1965-1969) In: *A Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da, *A época de ouro dos intelectuais vermelhos - uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

- MUNIZ JUNIOR, José de Souza. Movimentos recentes das editoras de livros e a situação dos trabalhadores do setor. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. *Anais...*, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos, *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia Brasileira dos Rejeitados*, 1997. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Letras, Rio de Janeiro: PUC, 1997.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.
- PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- PAULA, Christiane Jalles de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. In: *A Trajetória Política de João Goulart*. Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/abertura/abertura.asp> Acesso em 15/06/2009.
- PCB: vinte anos de política, 1958-1979 (documentos)*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1980, (A Questão Social no Brasil, v. 7).
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros nos 1970-80*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PINTO, José Nêumane. *Brasiliense abrirá 100 livrarias em 86*. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 17/05/1986.
- POERNER, Arthur Jose. *Identidade Cultural num Mundo sem Fronteiras: Política federal de Cultura no Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- PRADO, Caio Graco. A crise editorial na crise geral. *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, n. 44, 1979.
- _____. Editorial. *Leia Livros*, n. 44, de 15/03 a 14/04/1982.
- REIMÃO, Sandra. *Mercado Editorial Brasileiro (1960-1990)*. São Paulo: Com-Arte/Fapesp, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. A SBPC é a grande façanha cultural brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 26, 1980.
- _____. Qual a função da universidade? *Leia Livros*. São Paulo, n. 37, 1981.
- RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro - artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil Republicano, v. 4),
- _____. Artistas e política no Brasil pós-1960: itinerários da brasilidade. In: BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 229-261.
- RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. v.6

- ROCHA, José Carlos (Org.). *Políticas Editoriais e Hábitos de Leitura*. São Paulo: Com-Arte, 1987.
- ROCHA, Georges Souto. *Problemas políticos, sócio-econômicos e ambientais de grandes projetos energo-intensivos: o caso da indústria de celulose e papel no extremo sul da Bahia*. In: I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. 2002, Indaiatuba, SP. Disponível em: <http://www.neppe.cefetba.br/problemas_politicos_socio_economicos_e_ambientais_de_grandes_projetos_energo_intensivos_o_caso_da_industria_de_papel_e_celulose_no_extremo_sul_da_bahia.pdf>. Acesso em 05/01/2009.
- ROLLEMBERG, Marcello. *Um circo de letras: a editora Brasiliense e as transformações sociais, culturais e políticas do Brasil nos anos 80*. São Paulo, 2005. Dissertação (mestrado), Escola de Comunicação e Artes da USP, São Paulo, 2005.
- ROSENDO J. D. Rodriguez. Produção editorial brasileira. *Boletim do SNEL*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1981.
- SAID, Edward. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALES, Herberto. *Aspectos da política governamental do livro no Brasil*. Brasília: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1980.
- SALGADO, Clóvis. Apresentação. In: *Revista do Livro*. Rio de Janeiro: INL, 1956. Números 1-2, junho de 1956.
- SALGADO, Gilberto Barbosa. *O Imaginário em Movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.
- SANTIAGO, Silviano. Quem tem medo da juventude? *Leia Livros*. São Paulo, n. 48, julho-agosto, 1982.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. p. 293. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (O Brasil Republicano, v. 4).
- SANTANA, Mauricio. Lançamento de 'Cadernos do Cárcere'. São Paulo: *Folha de São Paulo*, 2001.
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Junior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.
- SEÇÃO livre. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30/11/1975.
- SERRANO, Gisela de Amorim. Uma política para o livro: o INL e as relações editoriais durante o Estado Novo (1937-1945). In: II Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil, 2003, Campinas. *Anais...*, Campinas, 2003.
- SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*, 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005.
- SILVA, Rene Marc da Costa. *A Cidadania em Revista: intelectualidade, política e a questão racial na RCB*. Dissertação (Mestrado em História). UNB, 1993.
- SILVA, Suely Braga da. O INL e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, Inst. Inform. em Ciência e Tecnologia, 1992. In: OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia Brasileira dos Rejeitados*, 1997. Tese (Doutorado em Letras). Departamento de Letras, Rio de Janeiro: PUC, 1997.
- SILVEIRA, Ênio. A Crise no Mundo Socialista. *Revista da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, caderno especial n. 3, set. 1968.

- _____. Princípios e Propósitos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, n.º 1, 1965.
- _____. Por quê e para quê. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.1, 1978
- SIMIONATTO, Ivete. *Os cadernos de um revolucionário*. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=96&page=visualizar>>. Acesso em 05/01/2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SORÁ, Gustavo. Tempo e distâncias na produção editorial de literatura. In: *Maná – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 151-181, 1997.
- SORÁ, Gustavo. *Brasilianas - a casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo – da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TIRADENTES, J. A. Os passos largos da Brasiliense nas bancas. São Paulo: *Jornal Mercantil*, 19/10/1984.
- VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e Malditos - Os Intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.
- VINHAS, Moises. *O Partidão: a luta por um partido de massas*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- XAVIER, Andréa Lemos. *A produção da Coleção Primeiros Passos: um projeto político-cultural da editora Brasiliense*. Dissertação (mestrado em História Social da Cultura). Departamento de História, PUC, Rio de Janeiro, 2003.
- XAVIER, Andréa Lemos. *Civilização Brasileira - revista e editora: uma trajetória como veículo de contra-hegemonia*. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

FONTES

1. BIBLIOTECA NACIONAL

Pareceres de co-edição do INL.
Relatório de Atividades do INL (1974-1984).

2. DIVERSAS BIBLIOTECAS (Centro Cultural Banco do Brasil, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal Fluminense, Pontifícia Universidade Católica/RJ, IUPERJ)

Coleção Primeiros Passos, 1980-1985.
Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, 1978-1982.

3. BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Leia Livros, 1978-1982.

4. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADODO RIO DE JANEIRO:

Documentos sobre Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira.
Prontuário de Ênio Silveira (DOPS).

5. ARQUIVO DO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS:

Boletins do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1979 - 1985.
Estatuto e regimento interno do Conselho Técnico do SNEL, 1976.
Jornal do SNEL, 1984-1985.
Jornal Mercantil, 1984.
Revista do Livro – Anais Biblioteca Nacional.
Atas de Reunião da Diretoria do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1941-1985 (total de 312), em especial as de 25/08/1941, 16/10/1953, 01/01/1954, 23/09/1954, 29/05/1957, 04/07/1957, 16/08/1957, 17/09/1959, 15/02/1962, 20/02/1962, 31/05/1960, 07/07/1960, 11/08/1960, 20/10/1960., 13/02/1963, 02/05/1963, 22/08/1963, 17/10/1963, 14/01/1964, 02/1964, 19/08/1966, 04/10/1966, 24/11/1966, 22/12/1966, 07/02/1968, 24/04/1968, 08/05/1968, 15/05/1968, 28/12/1973, 05/1975, 10/04/1979, 05/06/1979, 28/11/1979, 20/12/1979, 21/01/1981, 18/02/1981, 16/08/82, 09/09/1981, 26/06/1984 e 26/06/1984.

6. ARQUIVO DA EDITORA BRASILIENSE:

Currículo de Caio Graco Prado, de 1986.

Carta aos autores da Brasiliense sobre pagamento de direitos autorais assinada por Caio Graco Prado, de 1987.

Ficha com informações sobre o editor Caio Graco Prado, sem data.

Folha de São Paulo, 1984, 1990 e 1992.

Jornal do Brasil, 1984.

Jornal da Tarde, 1990.

Revista Veja, 1985.

Revista Exame, 1986.

5. ARQUIVO DA EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (Acervo do Grupo Editorial Record)

Catálogo de livros da editora.

Correspondências comerciais a empresas.

Correspondências entre autores de publicações e Ênio Silveira.

Contratos de Direitos Autorais.

Resposta da editora Civilização Brasileira ao questionário formulado por Francisco Gabriel Heidemann encaminhado para a editora em 12/05/1976 como pesquisa de sua dissertação de mestrado sobre o “capital circulante das s. a. editoras”.

6. ENTREVISTAS CONCEDIDAS À AUTORA

Leandro Konder

Carlos Nelson Coutinho

Maria Rita Collor Jobim Silveira

Luiz Schwarcz

Moacyr Felix

Yolanda Prado

Marilena Chauí

Luiz Celso

APÊNDICE 1- Títulos da coleção *Primeiros Passos* (por ano e em ordem alfabética) lançados entre 1980-1985

Título	Ano
O Que é Anarquismo	1980
O Que é Arquitetura	1980
O Que é Capitalismo	1980
O Que é Cinema	1980
O Que é Comunismo	1980
O Que é Energia Nuclear	1980
O Que é História	1980
O Que é Ideologia	1980
O Que é Indústria Cultural	1980
O Que é Jornalismo	1980
O Que é Liberdade	1980
O Que é Questão Agrária	1980
O Que é Racismo	1980
O Que é Sindicalismo	1980
O Que é Socialismo	1980
O Que é Subdesenvolvimento	1980
O Que é Teatro	1980
O Que é Utopia	1980
O Que é Arte	1981
O Que é Astronomia	1981
O Que é Burocracia	1981
O Que é Comunidade Eclesial de Base	1981
O Que é Cultura Popular	1981
O Que é Dialética	1981
O Que é Educação	1981
O Que é Família	1981
O Que é Feminismo	1981
O Que é Filosofia	1981
O Que é Geografia	1981
O Que é Igreja	1981
O Que é Imperialismo	1981
O Que é Islamismo	1981
O Que é Marketing	1981
O Que é Método Paulo Freire	1981
O Que é Poder	1981
O Que é Poesia Marginal	1981
O Que é Psicologia Social	1981
O Que é Recessão	1981
O Que é Reforma Agrária	1981
O Que é Religião	1981
O Que é Revolução	1981

Título	Ano
O Que é Stalinismo	1981
O Que é Trotskismo	1981
O Que é Violência Urbana	1981
O Que são Comissões de Fábrica	1981
O Que são Direitos da Pessoa	1981
O Que são Ditaduras	1981
O Que são Empregos e Salários	1981
O Que são Intelectuais	1981
O Que são Multinacionais	1981
O Que é Capital	1982
O Que é Capital Internacional	1982
O Que é Comunicação	1982
O Que é Contabilidade	1982
O Que é Direito	1982
O Que é Direito Internacional	1982
O Que é Espiritismo	1982
O Que é Existencialismo	1982
O Que é Folclore	1982
O Que é Leitura	1982
O Que é Literatura	1982
O Que é Loucura	1982
O Que é Magia	1982
O Que é Mais-Valia	1982
O Que é Pastoral	1982
O Que é Patrimônio Histórico	1982
O Que é Poder Legislativo	1982
O Que é Poesia	1982
O Que é Política	1982
O Que é Positivismo	1982
O Que é Propaganda Ideológica	1982
O Que é Psiquiatria Alternativa	1982
O Que é Punk	1982
O Que é Questão Palestina	1982
O Que é Rock	1982
O Que é Sociologia	1982
O Que é Teoria	1982
O Que são Recursos Humanos	1982
O Que é Amor	1983
O Que é Astrologia	1983
O Que é Biblioteca	1983
O Que é Capoeira	1983
O Que é Comunicação Rural	1983
O Que é Contracultura	1983
O Que é Cultura	1983
O Que é Desobediência Civil	1983
O Que é Educação Física	1983
O Que é Fome	1983
O Que é Fotografia	1983
O Que é Homossexualidade	1983
O Que é Jazz	1983

Título	Ano
O Que é Justiça	1983
O Que é Literatura Popular	1983
O Que é Medicina Alternativa	1983
O Que é Música	1983
O Que é Papel	1983
O Que é Parlamentarismo	1983
O Que é Participação	1983
O Que é Participação Política	1983
O Que é Política Cultural	1983
O Que é Política Nuclear	1983
O Que é Psicanálise	1983
O Que é Questão da Moradia	1983
O Que é Romance Policial	1983
O Que é Semiótica	1983
O Que é Umbanda	1983
O Que é Universidade	1983
O Que é Violência	1983
O Que são Comunidades Alternativas	1983
O Que são Pessoas Deficientes	1983
O Que é Aborto	1984
O Que é Brinquedo	1984
O Que é Budismo	1984
O Que é Cibernética	1984
O Que é Conto	1984
O Que é Ecologia	1984
O Que é Erotismo	1984
O Que é Etnocentrismo	1984
O Que é Filatelia	1984
O Que é Física	1984
O Que é Geração Beat	1984
O Que é Herói	1984
O Que é Homeopatia	1984
O Que é Medicina Popular	1984
O Que é Medicina Preventiva	1984
O Que é Mercadoria	1984
O Que é Nacionalidade	1984
O Que é Neologismo	1984
O Que é Nordeste Brasileiro	1984
O Que é Parapsicologia	1984
O Que é Pornografia	1984
O Que é Psicanálise (2ª Visão)	1984
O Que é Realidade	1984
O Que é Serviço Social	1984
O Que é Suicídio	1984
O Que é Taylorismo	1984
O Que é Teatro Nô	1984
O Que é Tortura	1984
O Que é Vídeo	1984
O Que é Acupuntura	1985
O Que é Adolescência	1985

Título	Ano
O Que é Alienação	1985
O Que é Autonomia Operária	1985
O Que é Benzeção	1985
O Que é Cometa Halley	1985
O Que é Constituinte	1985
O Que é Corpo(Latria)	1985
O Que é Espiritismo (2ª visão)	1985
O Que é Ficção	1985
O Que é Habeas-Corpus	1985
O Que é História em Quadrinhos	1985
O Que é Informática	1985
O Que é Marxismo	1985
O Que é Menor	1985
O Que é Mito	1985
O Que é Morte	1985
O Que é Numismática	1985
O Que é Psicologia Comunitária	1985
O Que é Teologia da Libertação	1985
O Que é Toxicomania	1985
O Que é Trânsito	1985
O Que é Zoologia	1985

APÊNDICE 2 - Total de tiragens dos títulos da coleção *Primeiros Passos* (em ordem decrescente) entre 1980 e 1985

Título	Total
O Que é Ideologia	118000
O Que é Educação	100000
O Que é Capitalismo	83400
O Que é Sociologia	75000
O Que é Socialismo	74800
O Que é Comunismo	60300
O Que é Dialética	58000
O Que é Sindicalismo	44200
O Que é Questão Agrária	44000
O Que é Constituinte	43000
O Que é Psicologia Social	43000
O Que é Racismo	41000
O Que é Subdesenvolvimento	41000
O Que é Método Paulo Freire	40000
O Que é Filosofia	39000
O Que é Liberdade	38200
O Que é História	38000
O Que é Anarquismo	37000
O Que é Indústria Cultural	36000
O Que é Religião	36000
O Que é Cultura Popular	34000
O Que é Reforma Agrária	31000
O Que é Literatura	30000
O Que é Burocracia	29000
O Que é Marketing	29000
O Que é Poder	29000
O Que é Teatro	29000
O Que é Folclore	28000
O Que é Política	28000
O Que são Multinacionais	28000
O Que é Cinema	27000
O Que é Comunicação	27000
O Que são Direitos da Pessoa	26100
O Que é Violência Urbana	26000
O Que são Empregos e Salários	26000
O Que é Comunidade Eclesial de Base	25000
O Que é Geografia	25000
O Que é Leitura	25000
O Que é Revolução	25000
O Que é Arte	24000
O Que é Recessão	23400
O Que é Feminismo	23300
O Que é Igreja	22200
O Que é Jornalismo	21000
O Que é Utopia	21000
O Que são Ditaduras	20200
O Que é Família	19000
O Que é Fome	18000
O Que é Imperialismo	18000
O Que é Energia Nuclear	17500
O Que é Existencialismo	17000

Título	Total
O Que é Capital	16000
O Que é Direito	16000
O Que é Loucura	16000
O Que é Mais-Valia	16000
O Que é Participação Política	16000
O Que é Positivismo	16000
O Que é Trotskismo	16000
O Que são Intelectuais	16000
O Que é Cultura	15000
O Que é Ecologia	15000
O Que é Homossexualidade	15000
O Que é Nordeste Brasileiro	15000
O Que é Serviço Social	15000
O Que é Educação Física	14000
O Que é Patrimônio Histórico	14000
O Que é Propaganda Ideológica	14000
O Que é Teoria	14000
O Que é Universidade	14000
O Que são Recursos Humanos	14000
O Que é Biblioteca	13000
O Que é Música	13000
O Que é Poesia	13000
O Que é Punk	13000
O Que é Semiótica	13000
O Que é Astronomia	11000
O Que é Contracultura	11000
O Que é Participação	11000
O Que é Poder Legislativo	11000
O Que é Psicanálise	11000
O Que é Questão Palestina	11000
O Que é Rock	11000
O Que é Violência	11000
O Que é Parapsicologia	10200
O Que é Política Nuclear	10200
O Que é Alienação	10000
O Que é Arquitetura	15000
O Que é Cometa Halley	10000
O Que é Espiritismo	10000
O Que é Etnocentrismo	10000
O Que é Física	10000
O Que é Islamismo	10000
O Que é Jazz	10000
O Que é Justiça	10000
O Que é Marxismo	10000
O Que é Poesia Marginal	10000
O Que é Psicanálise (2ª Visão)	10000
O Que é Realidade	10000
O Que é Taylorismo	10000
O Que são Comissões de Fábrica	10000
O Que é Stalinismo	8500
O Que é Amor	8000
O Que é Capital Internacional	8000
O Que é Capoeira	8000
O Que é Comunicação Rural	8000
O Que é Contabilidade	8000
O Que é Desobediência Civil	8000
O Que é Direito Internacional	8000
O Que é Fotografia	8000
O Que é Literatura Popular	8000
O Que é Magia	8000
O Que é Parlamentarismo	8000
O Que é Política Cultural	8000

Título	Total
O Que é Psiquiatria Alternativa	8000
O Que é Umbanda	8000
O Que são Pessoas Deficientes	8000
O Que é Astrologia	7300
O Que é Medicina Popular	7000
O Que é Aborto	5000
O Que é Acupuntura	5000
O Que é Adolescência	5000
O Que é Autonomia Operária	5000
O Que é Benzeção	5000
O Que é Brinquedo	5000
O Que é Budismo	5000
O Que é Cibernética	5000
O Que é Conto	5000
O Que é Corpo(Latria)	5000
O Que é Erotismo	5000
O Que é Espiritismo (2ª visão)	5000
O Que é Ficção	5000
O Que é Filatelia	5000
O Que é Geração Beat	5000
O Que é Habeas-Corpus	5000
O Que é Herói	5000
O Que é História em Quadrinhos	5000
O Que é Homeopatia	5000
O Que é Informática	5000
O Que é Medicina Alternativa	5000
O Que é Medicina Preventiva	5000
O Que é Menor	5000
O Que é Mercadoria	5000
O Que é Mito	5000
O Que é Morte	5000
O Que é Nacionalidade	5000
O Que é Neologismo	5000
O Que é Numismática	5000
O Que é Papel	5000
O Que é Pastoral	5000
O Que é Pornografia	5000
O Que é Psicologia Comunitária	5000
O Que é Questão da Moradia	5000
O Que é Romance Policial	5000
O Que é Suicídio	5000
O Que é Teatro Nô	5000
O Que é Teologia da Libertação	5000
O Que é Tortura	5000
O Que é Toxicomania	5000
O Que é Trânsito	5000
O Que é Vídeo	5000
O Que é Zoologia	5000
O Que são Comunidades Alternativas	5000
Total Global	2839800

APÊNDICE 3 – Quadro de contagem dos títulos da coleção *Primeiros Passos* vinculados ao pensamento crítico

Ano	Dados	Total	
1980	Soma de Esquerda	11	61,11%
	Soma de 1ª edição	18	
1981	Soma de Esquerda	12	37,50%
	Soma de 1ª edição	32	
1982	Soma de Esquerda	5	17,86%
	Soma de 1ª edição	28	
1983	Soma de Esquerda	6	18,75%
	Soma de 1ª edição	32	
1984	Soma de Esquerda		0,00%
	Soma de 1ª edição	29	
1985	Soma de Esquerda	4	17,39%
	Soma de 1ª edição	23	
Total Soma de Esquerda		38	
Total Soma de 1ª edição		162	

Títulos da CPP vinculados ao pensamento crítico

APÊNDICE 4 – Quadro dos títulos e autores de todos os artigos da Revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982)

ANO	VOLUME	RESENHA	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR
1978	1		Por Quê e Para quê	Ênio Silveira
			Sobre o Óbvio	Darcy Ribeiro
			Humanismo e Barbárie: Terrorismo Neste Final de Século	Eric Hobsbawm
			Antropologia e Direitos Humanos	Henrique C. de Lima Vaz, S. J.
			Ação Sindical e Desenvolvimento Econômico	Barbosa Lima Sobrinho
			Impressões de Cuba: Juri no Caribe	Ignácio de Loyola Brandão
			Entrevista com Gianfrancesco Guarnieri	Fernando Peixoto
			Poemas Inéditos	Moacyr Félix
			O trabalho médico, a produção capitalista e a viabilidade do projeto de prevenção	Antônio Sérgio da Silva Arouca
			Estado de direito e segurança nacional	Bernardette Pedrosa
			O brasileiro negro, 90 anos depois	Claudio Bojunga
			Transferência de tecnologia e dependência na América Latina	J. Leite Lopes
			O Estado e a organização da cultura	Octávio Ianni
			Política a curto prazo e religião a longo prazo	Ralph Della Cava
			In Memoriam: Carpeaux e Alexandria	Sebastião Uchoa Leite
			In Memoriam: Darwin Brandão e a resistência cultural	Zuenir Ventura
			In Memoriam: Max da Costa Santos	Waldir Pires
		R	Vanguarda e subdesenvolvimento / Ferreira Gullar	Marilena Vianna
		R	Pavão Parlenda Paraíso / José Paulo Paes	Carlos Augusto Corrêa
		R	Soberania, Guerra e Paz / Luiz Alberto Bahia	Franklin de Oliveira
		R	O escravismo colonial / Jacob Gorender	Jose Oscar Beozzo, Pe.
		R	Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista / Phil Slater	Pedro Lyra
		R	Movimento estudantil e consciência social/José Augusto Guilhon Albuquerque	Gisálio Cerqueira Filho
		R	A Patética/João Ribeiro Chaves e Caixa de Cimento / Carlos Henrique Escobar	Macksen Luis
		R	As primícias / Dias Gomes	Yan Michalski
		R	O crepúsculo do capitalismo / Michael Harrington	Francisco de Oliveira

		R	Maíra / Darcy Ribeiro	Benício Medeiros
1978	2		Fazer História ou não, eis a opção	Ênio Silveira
			Teses para o terceiro mundo	Mário Pedrosa
			Os direitos de Carter e os direitos de Chomsky	Sérgio Augusto
			Modernização, Desenvolvimento nacional e desenvolvimento social	Hélio Jaguaribe
			Estado e Revolução	Umberto Cerroni
			Função política da literatura e da arte	Franklin de Oliveira
			Da prática da pastoral popular	Frei Betto
			A morte da baleia	Affonso Romano de Sant'Anna
			A reprodução da força de trabalho e os índices salariais	Zuleide Faria de Mello
			Em el reino del revés, el sol sale a medianoche	Eduardo Galeano
			A imprensa brasileira após 64	Sebastião Geraldo Breguêz
			Atualidade de Mario de Andrade	Antonio Carlos de Brito
			Hombre	Sérgio Faraco
			Conciliação e violência na história do Brasil	Gisálio Cerqueira Filho
			Lei de Segurança Nacional	Heleno Fragoso
		R	Dialética, Teoria, Práxis / Gerd A. Bonheim	João da Penha
		R	Objeto Selvagem & Poesia Completa / Mario Chamie	Flávio Moreira da Costa
		R	Os índios e a Civilização / Darcy Ribeiro	João Pacheco de Oliveira Filho
		R	Benjamin e Adorno: confrontos / Flavio René Kothe	Vilma Arêas
		R	Teatro do oprimido / Augusto Boal	Márcio Alves Sucupira
		R	Em defesa dos direitos Humanos/D.Paulo Evaristo Arns & Creio na justiça e na esperança/D.Pedro Casaldáliga	J.B. Libâneo
		R	Sociologia, Fenomenologia e análise marxista/Barry Smart & Marx e teoria social moderna/Alan Swingewood	Michel Misse
		R	A república das usinas/Gadiel Perruci	Denis de Mendonça Bernardes
		R	A historia da sexualidade-I/Michel Foucault & Esquizofrenia, o símbolo sagrado da psiquiatria/Thomas szasz	Antonio A. Serra
		R	A cozinheira e o canibal/André Glucksmann	Eduardo Francisco Alves
1978	3		Raciocinar é uma coisa, pensar é outra	Moacyr Félix
			Comunidades cristãs e política partidária	Clodóvis Boff
			O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares?	Luiz Alberto Gomes de Souza
			Entrevista com Pontes de Miranda	
			Extração de mais valia, repressão da sexualidade e catolicismo na América Latina	Otto Maduro, Ph. D
			Vanguarda Literária e Ideologia	Fábio Lucas
			Dualidades e "escravismo colonial"	Ignácio Rangel
			A tortura e a morte de presos políticos: o caso Wladimir Herzog	Heleno Fragoso

		Notas de um diário	Ferreira Gullar
		Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo?	Vanilda Paiva
		Tecnologia apropriada	José Goldemberg
		Saúde e democracia	Wilson Fadul
		Poemas	Domingos Pellegrini Jr
		Por detrás das plumas e paetês: reflexões sobre Gabriela	Maria Arminda do Nascimento Arruda
		Que fazer?	Jacques Julliard
		Protestantismo e repressão	Rubem A. Alves
		Aracelli meu amor	Antônio Houaiss
		Problemas ligados à cultura das classes pobres	Ecléa bosí
		Tudo bem, o filme de Arnaldo Jabor	Glauber Rocha
		Das obras de juventude de G. Lukács	José Paulo Netto
	R	A ideologia da segurança nacional / Pe. Joseph Comblin	Claudio Bojunga
	R	FGTS: Ideologia e repressão / Vera Lúcia Ferrante	Sebastião Geraldo Breguêz
	R	A condição de sociólogo / Florestan Fernandes	José de Ribamar C. Caldeira
	R	Babilônia! Babilônia / Carlos Heitor Cony	Domingos Pellegrini Jr
	R	Música popular e moderna, poesia brasileira / Affonso Romano de Sant'Anna	Consuelo Albergária
	R	Teatro moderno / Anatol Rosenfeld	Sebastião Uchoa Leite
	R	Uma nova história da música / Otto Maria Carpeaux	Homero de Magalhães
	R	Um homem bebe cerveja no bar do Odilon / Jeferson Ribeiro de Andrade	Domingos Gonzalez Cruz
	R	Poemas reunidos / Gilberto Mendonça Teles	Carlos Augusto Corrêa
	R	O escravismo colonial / Jacob Gorender	Beatriz Nascimento
	R	Gil Vicente e Camões / Celso Lafer	Vilma Arêas
	R	Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil / Carlos Estevam Martins	A. Veiga Fialho
1978	4	Dezoito parâmetros do verão contraditório	Moacyr Félix
		Empresas multinacionais e interesses de classe	Luiz C. Bresser Pereira
		Conflito Igreja-Estado	J. B. Libânio, S. J.
		O romance latino-americano: uma literatura que é dona de sua alma	Ronaldo Lima Lins
		Três enfoques do pensamento filosófico no Brasil: 1. Filosofia no Brasil	Roland Corbisier
		II. Consciência e realidade nacional	Henrique C. de Lima Vaz, S. J.
		III. O pensamento marxista e a exigência de sua renovação - Entrevista de Gerd A. Bonheim	João da Penha
		Origens e evolução do PTB	Luiz Alberto Moniz Bandeira
		Nove poemas de Paulo Mendes Campos: O modelo político e a estrutura econômico-social brasileira	Hélio Jaguaribe
		A bienal latino-americana: o desvirtuamento de uma iniciativa	Aracy Amaral
		A revolução burguesa no Brasil: I. A revolução burguesa no Brasil	Emilia Viotti da Costa

		II. Estrutura e História	Paulo Silveira
		III. O papel do Estado na recente fase do desenvolvimento capitalista no Brasil	Juarez Rubens Brandão Lopes
		IV. Sobre o populismo na América Latina	Bernardo Berdichewsky
		V. Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica	Florestan Fernandes
		O papel da ciência no Brasil	Pedro Wilson Leitão Filho
		Comentários "sobre o óbvio" de Darcy Ribeiro	Lauro de Oliveira Lima
		Dossier sobre o eurocomunismo	Eric Hobsbawm
	R	Antologia retirante / Pedro Casaldáliga	Carlos Rodrigues Brandão
	R	Ciência e sociedade no Brasil / Vanya M. Sant'Anna	Luiz Sérgio Henriques
	R	A canção do amor armado / Thiago de Mello	Salgado Maranhão
	R	A sociologia do Brasil urbano / Anthony Leeds e Elizabeth Leeds	Ruy Moreira
	R	João Pessoa e a revolução de 30 / Ademar Vidal	Joel Rufino dos Santos
	R	O populismo na política brasileira / Francisco Wefort	Sebastião Geraldo Breguêz
	R	Política e desenvolvimento em sociedades dependentes-ideologia do empresariado industrial argentino e brasileiro / Fernando Henrique Cardoso	Gizlene Neder
	R	Posições I - Resposta a John Lewis/Elementos de autocrítica / Louis Althusser	Dráuzio Gonzaga
	R	O neofreudismo à procura da verdade / V.I. Drobenkov	Antonio A. Serra
1978	5	As Magras Parêmas do Inverno	Moacyr Félix
		A Quem Cabe a Responsabilidade da Orientação das Pesquisas?	Luiz H. Pereira da Silva
		A Competição e a Dominação entre as Potências Capitalistas Mundiais	James Petras
		Dois Nomes da Historiografia Inglesa Contemporânea: Maurice Dobb e Eric Hobsbawm	Carlos Guilherme Mota
		Ainda é Possível Salvar a Amazônia?	Márcio Souza
		A Propósito de Rebelião e Trabalho Escravo	Manoel Maurício de Albuquerque
		Flash Sobre o Mundo de Hoje	Pedro Lyra
		Gramsci: Lênin no Ocidente?	Alexandre Adler
		Futebol e História: I. A Implantação de um Modelo Alienígena Exótico e Outras Questões Pertinentes: A Seleção Brasileira de Futebol - 1978	Jacob Klintowitz
		Futebol e História: 11. Na CBD até o Papagaio Bate Continência	Joel Rufino dos Santos
		Poemas de Aristides Klafke	Aristides Klafke
		Marx e Weber: Sobre o Conceito de Classes Sociais	Michel Misse
		Três Contos de Maria de Lourdes Coimbra	Maria de Lourdes Coimbra
		Em Busca de Horizonte: O Autor Teatral	Maria Helena Kühner
		Clarice Lispector: A Função Desalienante da sua Criação Literária	Lucia Helena

		Criminalidade e Estado de Direito	Virgílio Luiz Donnici
		Resposta A Uma Agressão Pessoal	Jacob Gorender
		Documentário: I. A ABI no Congresso Nacional sobre as Reformas Políticas	
		Documentário: II. Sobre a Emancipação Indígena: A Posição dos Antropólogos	
	R	Antologia Retirante / Pedro Casaldáliga	Alfredo Bosi
	R	América Latina Dois Pontos / Newton Carlos	Luís Gonzaga Vieira
	R	Posições – I / Louis Althusser	Eginardo Pires
	R	Os Lábios Úmidos de Marilyn Monroe / Luiz Fernando Emediato Cada Cabeça Uma Sentença / Socorro Trindad Zélica e Outros / Flávio José Cardozo Guacamayas / Aluizio Lodi	Márcio Sucupira
	R	Metáforas da Desordem - O Contexto Social da Doença Mental / J. A. Guilhon Albuquerque	Amélia Cohn
	R	As Duas Grandes Revoluções: Concepções Políticas e Ideológicas / Joaquim José Felizardo Era Inevitável a Revolução Russa? / Roy Medvedev	João da Penha
	R	O Insólito em Guimarães Rosa e Borges / Lenira Marques Covizzi	Aricy Curvello
	R	Suíte em Dor Maior / Mário da Silva Brito	Oswaldino Marques
	R	Desenvolvimento Dependente Brasileiro Industrialização, Classes Sociais e Estado / Vilma Figueiredo	Regina Lúcia M. Morei
	R	Os Socialismos Utópicos / Jean Christian Petitfils	Waldo César
1979	6	Apresentação	Ênio Silveira
		Ideologia e Estado em Althusser: Uma Resposta	Eginardo Pires
		O Enfoque Histórico do Desenvolvimento Econômico	Barbosa Lima Sobrinho
		Marxismo e Cristianismo	Leandro Konder
		Mulheres Na China: Uma Revolução Dentro da Revolução	Heloneida Studart
		Ficção & Sociologia: A Literatura Hispano-Americana	Carlos Alberto Azevedo
		Nosso Adeus a Joaquim Cardozo	Moacyr Félix
		Estado de Direito e Segurança Nacional	Alcides Munhoz Netto
		Entrevista com Dias Gomes	Ferreira Gullar
		Dois Contos	Renard Perez
		Três Crônicas	Joel Silveira
		O Sistema Burocrático: Instrumento e Obstáculo no Processo Chileno de Reforma Agrária	Jacques Chonchol
	R	A Casa do Girassol Vermelho / Murilo Rubião Não Agüento Mais Esse Regime / Luiz Puntel O Sal da Terra / Caio Porfírio Carneiro	Luís Gonzaga Vieira
	R	Introdução ao Desenvolvimento Social / Hélio Jaguaribe	José Mário Pereira Filho
	R	Terror Êxtase / José Carlos Oliveira	Márcio Sucupira
	R	O Dilema da América Latina / Darcy Ribeiro	Felipe J. Lindoso

		R	O Integralismo de Plínio Salgado, Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio / J. Chasin	Nelson Werneck Sodré
		R	O Integralismo de Plínio Salgado, Forma de Regressividade do Capitalismo Hiper-Tardio / J. Chasin	João da Penha
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: Monumento à Dignidade Humana	Ênio Silveira
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: 1. Vida Cristã e Compromisso Político em Alceu Amoroso Lima – Entrevista	Frei Betto
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: II. Tristão e os Direitos Humanos	Paulo Evaristo (Cardeal Arns)
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: III. Tristão de Athayde: A Mocidade Construída	Hélio Pellegrino
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: IV. Esboço de um Itinerário Intelectual	Antônio Houaiss
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: V. Uma Pena que Vale a Pena	Otto Lara Resende
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos:VI. Tristão de Athayde	Oscar Niemeyer
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos:VII. Presença de Alceu em Nossa História Contemporânea	Hélio Silva
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos:VIII. Depoimento	Nelson Werneck Sodré
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: IX. Alceu Amoroso Lima	Otto Maria Carpeaux
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: X. Alceu e Minas	Edgar da Mata-Machado
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: XI. Tristão, Crítico Literário	Antônio Lázaro de Almeida Prado
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: XII. Conversando Sobre “Festa”	Neusa Quirino Simões, O.D.N
			Alceu Amoroso Lima 85 Anos: XIII. Alceu Amoroso Lima: A Significação de um Pensador	Leonardo Boff, O.F.M
1979	7		Os Arautos da Mentira	Ênio Silveira
			Da Segurança Nacional ao Trilateralismo	Arturo Sist
			Evolução da Política Nuclear Brasileira	Luiz Pinguelli Rosa
			Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro	Regis de Castro Andrade
			Cultura e Política no Estado Novo (1937-1945)	Carlos Guilherme Mota
			O Conceito Marxista do Estado: Uma Introdução	José Nilo Tavares

		Poemas de Carlos Rodrigues Brandão Orfeu e Narciso, Heróis Marcuseanos Contra a Repressão	João da Penha
		Murilo Mendes: Um Bom Exemplo na História	Flora Sussekind
		Três Enfoques Sobre a Questão Agrária no Brasil: 1. Questão Agrária e Agricultura	Ignácio Rangel
		Três Enfoques Sobre a Questão Agrária no Brasil: II. Notas Sobre a Política Agrícola Brasileira	Luis Carlos Guedes Pinto
		Três Enfoques Sobre a Questão Agrária no Brasil: III. A Concentração da Posse da Terra no Brasil	Rodolfo Hoffmann
		A Lata e a Luta – Conto	Ignácio de Loyola Brandão
		Os Direitos Humanos e sua Proteção Jurisdicional	João Baptista Herkenhoff
	R	A Greve / Eduardo Maffei	Nelson Werneck Sodré
	R	A Luta Pela Terra / Octavio Ianni	João de Jesus Paes Loureiro
	R	E Agora, José? / José Cardoso Pires	Armindo Blanco
	R	Temas N ^{os} 1, 2 e 3	Luiz Sérgio Henriques
	R	Paixão e Fim de Valério Caluête / João Guilherme de Aragão	Virgílio Moretzsohn Moreira
	R	Nossos Índios, nossos Mortos / Edilson Martins	Salvador Pane Baruja
	R	A Sociologia do Poder / Roderick Martin	José Casado Silva
	R	O Dia em que Ernest Hemingway foi Crucificado / Roberto Drummond	Aricy Curvello
	R	Perspectivas Econômicas - Ensaio sobre Moeda e Crescimento / John R, Hicks	Murilo Cruz.
1979	8	Poesia e Política: Parêntesis que são Uma Só	Moacyr Félix
		Autoritarismo Político e Filosofia	Wilmar Valle Barbosa
		Cultura, Classe Social e Participação em Cidades Brasileiras	Ruben George Oliveira
		Política e Poder	Mário Tronti
		O Aquário Negro - Conto	Frei Betto
		O Marxismo de A. Sánchez Vázquez	Gilvan P. Ribeiro
		Três Faces do Populismo	Vivian Trias
		O Teatro das Nações em Caracas: A Chama Viva que o Brasil Perdeu	Yan Michalski
		Rosa Luxembourg	Mário Pedrosa
		Rafael Hernández: Cuba, Literatura dentro da Revolução e Revolução dentro da Literatura	Chali Zárate

		Crise de Democracia	Jürgen Habermas
		Fascismo e Ditaduras Militares na América Latina	Maurício Dias David
		Poesias: 1	Kuri.
		Poesias: II	Olga Savary
		Poesias: III	Myriam Fraga
		Poesias: IV	Maria Amélia Mello
		Poesias: V	Maria Magdalena Lana Gastelois
		Poesias: VI	Kátia Bento
		Poesias: VII	Regina Braga
		Anistia: Um Balanço	Roberto Ribeiro Martins
		Contra Thomas Skidmore: Silêncio no Uraricoera?	Janice Theodoro da Silva
		Teses Sobre a Música	Antônio Jardim
		Estruturalismo e História	Philomena Gebran
	R	Oscar Niemeyer / Nelson Werneck Sodré	Luiz Sérgio Henriques
	R	A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Brasileiro — 1890/1922 / Gisálio Cerqueira Filho	Francisco Alencar
	R	O Conceito de Hegemonia em Gramsci / Luciano Gruppi	José Carlos de Oliveira
	R	Sobre o Conhecimento Histórico / Henri-Iren Marrou	José Casado Silva
	R	Lili Passeata / Guido Guerra Matem o Cantor e Chamem o Garçon / Fausto Wolff	Tércio Santos
	R	Eles Não Usam Black-Tie / Gianfrancesco Guarnieri Gimba / Gianfrancesco Guarnieri	Márcio Sucupira
	R	A História da Revolução Russa / Leon Trotsky	Sílvio Manoug Kaloustian
	R	Maria Dusá / Lindolfo Rocha	Fernando Py
	R	O General Dutra e a Redemocratização de 1945 / Oswaldo Trigueiro do Vale	Joel Rufino dos Santos
	R	O Chapéu das Estações / Carlos Nejar	Carlos Augusto Corrêa
	R	Invenção a Duas Vozes / Maria José de Queiroz	Domingos Gonzalez Cruz
1979	9	O Conveniente Fantasma do Comunismo	Ênio Silveira
		Um Socialismo a Ser Inventado	Ludo Lombardo Radice

		A Democracia como Valor Universal	Carlos Nelson Coutinho
		Planejamento e Estado nas Sociedades Capitalistas	Horácio Martins de Carvalho
		Puebla e as Práticas Populares na América Latina	Luiz Alberto Gomes de Souza
		Encontro Com L. F. Stone, um Herói da Imprensa na Guerra Fria	Argemiro Ferreira
		A Internacional Socialista Vai à América Latina	Pedro Celso Uchôa Cavalcanti
		Aproximação Latino-Americana à Revolução Bolchevique	Rubén Elias
		A Ideologia da Linguagem Como Criação Literária	Cid Seixas
		DOIS CONTOS	Tércio Santos
		FOESIAS	Antônio Barreto
		Três Enfoques Sobre Ferreira Gullar: 1. Em Torno do Poema Sujo	Alcides Villaça
		Três Enfoques Sobre Ferreira Gullar: II. Um Rubi no Umbigo	Hélio Pellegrino
		Três Enfoques Sobre Ferreira Gullar: III. Ferreira Gullar: O Fogo Solidário	Santiago Kovadloff
		Direito do Trabalho no Estado de Direito	Evaristo de Moraes Filho
		Uma Nova Perspectiva da Evolução Econômica Brasileira	José Jobson de A. Arruda
		Documentário	Maria Yedda Linhares
	R	A Verdade sobre o ISEB / Nelson Werneck Sodré Uma Luz no Chão / Ferreira Gullar Passaporte sem Carimbo / Antônio Callado e UnB	Gastão de Holanda
	R	Invenção e Descaminhos / Darcy Ribeiro - Gastão de Holanda	
	R	Comte, Introdução e Seleção de Textos / Evaristo de Moraes Filho	Luiz Sérgio Henriques
	R	O Itinerário da Violência / Paes de Andrade	Roberto Ribeiro Martins
	R	A Fé na Periferia do Mundo / Leonardo Boff	Antonio Hohlfeldt
	R	A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento / Ricardo Tolipan	Arthur Tinelli
	R	O Sono Provisório / Antônio Barreto	Fritz Teixeira de Salles
	R	Direito e Estado / Cíd Silveira	Osny Duarte Pereira
	R	A Canção do Exílio Aqui / Moacyr Félix	Luís Gonzaga Vieira

		R	Por uma Geografia Nova / Milton Santos	Ruy Moreira
1979	1	1	Nem de um Lado nem de Outro: Dentro do Poder	Ênio Silveira
			Sete Enfoques sobre a Amazônia: 1. A Amazônia e a Geopolítica do Brasil	Bernardo Kucinski
			Sete Enfoques sobre a Amazônia: II. As Multinacionais na Amazônia	Joaquim Molano Campuzano
			Sete Enfoques sobre a Amazônia: III. Daniel Ludwig e a Exploração da Amazônia	Marcos Arruda
			Sete Enfoques sobre a Amazônia: IV. Pacto Amazônico: Dominação ou Integração?	Edgardo Mercado Jarrín, Gal.
			Sete Enfoques sobre a Amazônia: V. O Tratado de Cooperação Amazônica	Juan Pablo Carrasco
			Sete Enfoques sobre a Amazônia: VI. O Trabalhador Rural em Busca de Terra	Octávio Ianni
			Sete Enfoques sobre a Amazônia: VII. O Caboclo e o Brabo	João Pacheco de Oliveira Filho
			Levantamento dos Fatores Responsáveis pela Violência Policial	Paulo Rogério M. Menandro
			Poemas	Antônio Caos
			Eles – Conto	Victor Giudice
			Debate sobre a Crise Brasileira	Pedro Malan
			Revelado Manifesto Secreto aos Míopes	Manduka
			Estado e Direito	Tarso Fernando Genro
			1964: Ação da CIA no Sindicalismo Jornalístico no Brasil	J. A. Mesplê
			Um Depoimento sobre a Imprensa Brasileira – Entrevista de Alberto Dines	Sebastião Breguêz
		R	Lições sobre o Fascismo / Palmito Togliatti	L. E. de Lucas
		R	Los Inconformes / Ignacio Torres Giraldo	Gisálio Cerqueira Filho
		R	Keines / Florestan Fernandes (Coordenação)	José Guilherme Almeida dos Reis
		R	Diário de Puebla / Frei Betto	Marcos de Castro
		R	Brecht: Dos Males o Menor / Martín Esslin Estudos sobre Teatro / Bertolt Brecht	Pedro Lyra
		R	Neste Lençol / Moacyr Félix	Fritz Teixeira de Salles
1979	1	2	Um Ano de Encontros	Ênio Silveira
			Trinta e Quatro Parêmias do Homem e da Mulher	Moacyr Félix

		A Tempestade Mundial e o Degelo Brasileiro: Uma Alternativa Cívico-Militar	Jaison Barreto
		Autogestão e Estatização	Cíbilis da Rocha Vianna
		O Estado e o Homem	Zdenek Mlynar
		Autarquias Especiais: Autonomia ou Dependência para as Universidades?	Joel Regueira Teodósio
		Cinco Enfoques sobre a Situação Indígena: I. Antropologia ou a Teoria do Bombardeio de Berlim-Entrevista de Darcy Ribeiro	Edílson Martins
		Cinco Enfoques sobre a Situação Indígena: II. Terras e Territórios Indígenas no Brasil	Anthony Seeger
		Cinco Enfoques sobre a Situação Indígena: III. Direito, Ideologia e Comunidades Indígenas	Luiz Carlos Halfpap
		Cinco Enfoques sobre a Situação Indígena: IV. Habitação Indígena no Alto Xingu	Cristina da Costa e Sá
		Cinco Enfoques sobre a Situação Indígena: V. Os Índios Nos Estados Unidos	Jimmie Durham
		POEMAS	Arnaldo Xavier
		Com Certeza - Conto	Waldo César
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: I. O Compromisso do Escritor (Questões Gerais)	Luiz Fernando Emediato
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: II. Função do Intelectual: Podemos Ter Esperanças Não-Utópicas de Maior Liberdade	Reinhard Hesse
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: III. Dilema Político dos Intelectuais	Manoel Maldonado Denis
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: IV. O Conto na Revolução	Júlio Cortazar
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: V. O Debate Ideológico e a Questão Cultural	Adauto Novais
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: VI. Sobre a Neutralidade Científica	Wilson Mendonça
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: VII. Os Bobos da Corte Estão Levitando	Sérgio Augusto
		Oito Enfoques sobre o Papel da Intelectualidade: VIII. Ciência e Crise Política: A Sociologia a Caminho da Roça	José de Souza Martins
		Onde Andará o Velho Braga?	Davi Arrigucci Jr
		Índice Onomástico dos que Colaboraram no Primeiro ano de E.C.B.	

		R	A Pesquisa Científica e seus Condicionamentos Sociais / Regina L. de Moraes Morel Reflexões em Torno de uma Teoria do Discurso Político / Gisálio Cerqueira Filho O Estigma do Passivo Sexual / Michel Misse A Psiquiatria como Discurso Político / Antônio A. Serra Os Carreiristas da Indisciplina / Cristina Rauter Pereira	Nelson Werneck Sodré
		R	A Trilateral Nova Fase do Capitalismo Mundial / Hugo Assmann, Teotônio dos Santos, Noam Chomsky e outros	Marcos de Castro
		R	Ciência da História e Ideologia / Carlos Henrique Escobar	Ivan Domingues
		R	Noite Afora / Renata Pallottini	Aricy Curvello
		R	Porantim / Jesus Paes Loureiro	Fernando Mendes Vianna
		R	Cultura e Dependência - Formação de Um Intelectual Subdesenvolvido / Flávio Pinto Vieira	José Nilo Tavares
1979	1 3		Liberdade: Difícil e Exigente	Moacyr Félix
			24 de Agosto de 1954	Affonso Romano de Sant'Anna
			Bate-Papo com um Proleta no Exílio – Entrevista de Roberto Morena	Carlos Eugênio Sarmento C. da Paz
			A Questão Operária: 1. Apontamentos Sobre a Questão Operária e Sindical	Luiz Werneck Vianna
			A Questão Operária: II. A Organização Sindical Brasileira e os Direitos do Homem	Eugênio Roberto Haddock Lobo
			Hegemonia e Pluralismo: A Elaboração Teórico-Política do Marxismo Italiano	André Tosel
			A Emulação Permanente em Cuba: Os Comitês de Defesa da Revolução	Artur José Poerner
			Contos:	
			1. Deixai as Crianças	Sílvio Fiorani
			II. Certa Noite em 64	Carlos Jurandir
			O Caráter de Classe no Sistema Partidário Brasileiro	Horácio Martins de Carvalho
			Poemas	Adão Ventura
			A Educação na Encruzilhada: Por Quê e Para Quem? I. A Educação nas Classes Populares	Frei Betto
			A Educação na Encruzilhada: Por Quê e Para Quem? 11. Universidade Brasileira: Crescimento Para Que e Para Quem?	Luiz Alberto Gomes de Souza

		A Educação na Encruzilhada: Por Quê e Para Quem? 111. Vestibular: A Volta do Pêndulo	Luiz Antônio Cunha
	R	Painéis da Crise Brasileira	Nelson Werneck Sodré
	R	Greve de Massa e Crise Política / José Álvaro Moisés	Florestan Fernandes
	R	Desvio e Divergência: Uma Crítica aa Patologia Social / Gilberto Velho, org.	José Reginaldo Prandi
	R	Cinema Brasileiro: Propostas para uma História / Jean- Claude Bernadet	José Mário Ortiz Ramos
	R	A Poética do Silêncio / Modesto Carone	Cláudia Neiva de Matos
	R	Carta sobre a Anistia - A Entrevista do Pasquim - Conversação sobre 1968 / Fernando Gabeira Querida Família / Flávia Schilling Os Exilados - 5 mil Brasileiros à Espera da Anistia / Cristina Pinheiro Machado	Roberto Ribeiro Martins
	R	A Compra da Light / A. Veiga Fialho	Aluizio Alves Filho
	R	Tambor Cósmico / César Leal Nordestinados / Marcus Accioly Chão Básico & Itinerário Leste / Afonso Félix de Sonza	Fernando Py
	R	Existencialismo ou Marxismo? / Georg Lukáes	Carlos Nelson Coutinho
1979	1	Variações de um Singular Plural	Moacyr Félix
	4	Tarefas dos Intelectuais na Revolução Democrática	Florestan Fernandes
		A Nova Máscara do Imperialismo	Julio de Santa Ana
		A Questão dos Minérios em nosso País	Henrique Santillo
		O Governo Médici: Uma Análise de Conjuntura	Maria Lucia Werneck Vianna
		O Problema Energético Brasileiro	Ignácio Rangel
		Proposições sobre o Formalismo e a Literatura Comprometida	Fábio Lucas
		Do Socialismo Científico ao Socialismo Utópico	Adolfo Sánchez Vásquez
		Universidade e Política	Wilmar Valle Barbosa
		A Segunda Revolução Agrícola	Alberto Passos Guimarães
		Matemática, Ciência Empírica	Caio Prado Jr.
		Ai de Ti, Amazônia	Ana Helena Gomes
		Xô, Peru! – Conto	Júlio Cesar Monteiro Martins

			Corrida Armamentista na América do Sul	Carlos Portales
		R	Smith, Ricardo e Marx / Cláudio Napoleoni	Rui Henrique P. L. de Albuquerque
		R	Índios e Castanheiros / Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia	José Reginaldo Santos Gonçalves
		R	Cabeça de Papel / Paulo Francis	Edmundo E. Dias
		R	Regionalismo e Modernismo / Lúcia Chiappini Moraes Leite	Flora Sussekind
		R	Formação Histórica do Brasil / Nelson Wemeck Sodré	Ivan Alves Filho
		R	Dossiê Herzog / Fernando Jordão	Marcos de Castro
		R	A Defesa / Antônio Houaiss	Gastão de Holanda
1979	1 5		Violência Gera Violência	Ênio Silveira
			A Administração Carter: Mito e Realidade	Noam Chomsky
			Perspectivas do Processo de Privatização no Brasil	Beny Palatnik
			Ideologia e Política nas Ciências do Cérebro: O Biologismo a Serviço do Estado	Steven Rose
			A Antropologia Brasileira em Questão: 1. Carta Aberta a Darcy Ribeiro	Roberto da Matta
			A Antropologia Brasileira em Questão: II. Por uma Antropologia Melhor e Mais Nossa	Darcy Ribeiro
			Roberto Schwarz – Entrevista	Gildo Marçal Brandão
			Vidos	Francisco Garcia
			O Redesdobramento Industrial dos Países Desenvolvidos	Francisco Garcia
			Poemas	Antônio Carlos Osório
			Socialismo e Democracia: 1. Relatório sobre a Tchecoslováquia	Luigi Longo
			Socialismo e Democracia: II. Crise Tcheca e Teoria Política	Galvano della Volpe
			Socialismo e Democracia: III. O Caminho de Praga	Robert Havemann
			Parceria	Ricardo Daunt Neto
			Encontro no Quarto Escuro	João Gilberto Noll
			Restany Abre o Jogo e Faz Sua Proposta: O Retrocesso Integral	Jacob Klintowitz
			A Questão da Mulher: 479 Anos de Opressão	Marcelo Cordeiro
			A Descoisificação do Professor: Saídas Viáveis	Ezequiel Theodoro da Silva
			Fogo na Cultura	Glauber Rocha
			Documentário: Darcy Ribeiro Na Sorbonne	

		R	Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai / Julio José Chiavenatto	Miguel Depes Tallar
		R	Dependência Tecnológica e Desenvolvimento Nacional / Fanny Tabak, Org.	José Goldemberg
		R	Hombre / Sérgio Faraco	Aricy Curvello
		R	Riverão Sussuarana / Glauber Rocha	Antônio Carlos Miguel
		R	O Massacre de Manguinhos / Herman Lent	Mário B. Aragão
		R	Embarcado em Seco / Fernando Mendes Vianna	Fritz Teixeira de Salles
		R	Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica / Franz Víctor Rudio	Pedro Leitão
		R	Querida Família / Flávia Schilling	Antonio Hohlfeldt
		R	Histórias de um Novo Tempo / Vários Autores	Fernando Fleury
		R	História da História do Brasil / José Honório Rodrigues O Conselho de Estado, o Quinto Poder / José Honório Rodrigues	Tristão de Athayde
		R	A Psicanálise dos Contos de Fadas / Bruno Bettelheim	Maria Auxiliadora Versiani Cunha
		R	História da Sociedade Brasileira / Francisco Alencar, Lucia Carpi e Marcus Venício Ribeiro	Maria Alice Rezende de Carvalho
		R	As Empresas Estrangeiras no Brasil – 1860-1913 / Ana Célia Castro	José Ribas Vieira
1979	1 6		Estas Bandeiras não Servem: Estão Podres	Moacyr Félix
			Trilateralismo: A Receita das Multinacionais para o Regime Militar Brasileiro	Freitas Diniz
			A OPEP aa Economia Internacional: 1973-1978	Giacomo Luciani
			A Síndrome da Recessão Brasileira	Ignácio Rangel
			A Crise Ideológica e o Integralismo	Luiz Eduardo Bicca
			Tecnologia Nacional: Dilemas e Perspectivas em Face da Internacionalização	Luiz Pinguelli Rosa
			Atividade Intelectual na Universidade: 1. Academicismo e Vida Universitária	Gilberto Velho
			Atividade Intelectual na Universidade: II. Ensino e Pesquisa: Uma Associação Problemática	Luiz Antônio Cunha
			Atividade Intelectual na Universidade: III. Formação do Pesquisador: Um Processo em Questão	Marcio D'Olive Campos
			Atividade Intelectual na Universidade: IV. De Modelos e Modelagens	Carlos Vogt

		Atividade Intelectual na Universidade: V. O Campus Universitário no Brasil Arquitetura — Aspectos Ideológicos	Carlos Nelson F. dos Santos
		Dependência ou Independência na Literatura Brasileira	Fritz Teixeira de Salles
		Histórias Sem Razão	José Arthur Giannotti
		Poemas	Hamilton Farias
		A Geografia serve para Desvendar Máscaras Sociais	Ruy Moreira
		A Moça da Segunda-Feira - Conto	Dayse Mayer
		Conceitos de Cultura em Mao Tse-Tung	João Ricardo Moderno
		Da Categoria de Cultura: Do Aparelho Cultural do Estado	Carlos Henrique de Escobar
	R	E Por Que Não Eu? / Alberto Dines — Affonso Romano de Sant'Anna	
	R	Os Ratos e o Louco de Cati / Dyonélio Machado	Roberto Reis
	R	Álcool: uma Agenda para o Presente / Jaime Rotstein	Valdir Pietre
	R	Da Coluna Prestes à Queda de Arraes / Paulo Cavalcanti	Nelson Werneck Sodré
	R	O Experimento Final / Nicholas Wade — Darcy F de Almeida	
	R	A Vida Suspeita do Subversivo Raul Parelo / Frei Betto	Matsuel Martins da Silva
	R	A Ditadura do Proletariado / Kautsky A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky / Lênin	Luiz Fernando de Luccas
	R	Obra Poética / Sosígenes Costa	Carlos Augusto Corrêa
	R	Cartas de Goiás: Mensagens de um Escritor Analfabeto / Joaquim Alves dos Santos	Carlos Rodrigues Brandão
	R	A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres / Adalberto Marson	Aluizio Alves Filho
	R	Uruguai: Um Campo de Concentração / A. eiga Fialho	Osny Duarte Pereira
1979	1 7	Diálogo de Surdos	Ênio Silveira
		Por Que o Socialismo?	Albert Einstein
		Cultura e Democracia no Brasil	Carlos Nelson Coutinho
		Atualidades e Perspectivas: A Saída para a Crise	Jaison Barreto
		Valor e Atualidade da Revolução de Outubro	Paolo Bufalini
		Poesia	Geir Campos

		Perspectivas da Política Energética Brasileira Face à Crise do Capitalismo: É Possível uma Política Energética Nacional?	Adílson de Oliveira
		A Máscara e a Fenda	Alfredo Bosi
		Política e Censura	Moacir Pereira
		A Universidade e a Antropologia no Brasil, Hoje	Otávio Guilherme Velho
		Contos	Maria Amélia Mello
		Repressão e Censura no Campo da Literatura e das Artes na Década de 70	Silvano Santiago
		A Democracia como Valor Operário e Popular	Adelino Genro Filho
		Agostinho Neto Homenagem de E.C.B.: 1. "Nós Seremos Modestos, Austeros e Audaciosos..."	Lúcio Lara
		Agostinho Neto Homenagem de E.C.B.: II. Poemas-Ações	Joyce Lussu
		Agostinho Neto Homenagem de E.C.B.: III. Do Povo Buscamos a Força, Poema	Agostinho Neto
		Ética e Política: Observações Pessoais	Moacyr Félix
	R	A Segunda Guerra: Sucessão de Geisel / André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho	Mino Carta
	R	As Instituições Médicas no Brasil / Madel Therezinha Luz	Alfredo Schechtman
	R	Heróis e Vilões no Romance Brasileiro / Gilberto Freyre	Roberto Ventura
	R	E Por Que Não Eu? / Alberto Dines	Roberto da Matta
	R	O Mito da Doença Mental / Thomas S. Szasz	José Virgílio Rosas Duarte
	R	Índios e Brancos no Brasil - Encontro de Sociedades / Eduardo Galvão	Edílson Martins
	R	Loucura Nuclear / Kurt Rudolf Mirow Energia Nuclear / José Goldemberg	Valdir Pietre
	R	Coleção Cientistas Sociais - Vol. Febvre e Varnhagen	Lincoln de Abreu Pena
	R	O Jardim do Nada / Conrad Detrez	Pedro Macário
1979	1 8	No Perguntar de um Agora	Moacyr Félix
		A Economia Brasileira nos Anos Oitenta	Ignácio Rangel
		Viagem à União Soviética: Do Ábaco ao Computador	José Goldemberg
		Estado e Governo: Ditadura do Proletariado	Edmundo Moniz
		O Ministro Delfim Netto e os Dilemas da Economia Brasileira	Sérgio Besserman Vianna
		Presença de Paulo Freire – Entrevista	Liane Mühlenberg

		Teoria da Superestrutura e Sociologia das Vanguardas Artísticas	Néstor Garcia Canclini
		Posição e Responsabilidade dos Intelectuais	Nelson Werneck Sodré
		Bananas Podres	Ferreira Gullar
		Tecnologias e Necessidades Básicas	Informe final do Encontro de Oaxtepec, México
		O Medo de Viver	Suzanne Brogger
		Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: I. Cuba e a Revolução Socialista	Florestan Fernandes
		Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: II. Em (e por) Cuba	Antônio Cândido
		Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: III. Um País Latino-Africano	Fernando Morais
		Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: IV. Saúde Em Cuba: Um Ano a mais de Vida para cada Ano de Revolução	Carlos Eduardo Malhado Baldijão
		Vigésimo Aniversário da Revolução Cubana: V. Edições que se Esgotam em Horas: O Livro em Cuba	Ignácio de Loyola Brandão
	R	Memórias (2 vol.) / Gregório Bezerra	João da Penha
	R	Notícias da Terra / Antônio José de Moura Avarmas / Miguel Jorge	Carlos Rodrigues Brandão
	R	A Guerra Social de Canudos / Edmundo Moniz	Francisco Venceslau dos Santos
	R	Marcas do Zorro / Tite de Lemos	Paulo Nassar
	R	Sétima Arte: Um Culto Moderno / Ismail Xavier	Pedro Maeáropo
	R	Morto Moreno / Carlos Jurandir	Márcio Sucupira
	R	Sangue, Papéis e Lágrimas / Doc Comparato	Carlos Jurandir
	R	Introdução à Crítica do Direito do Trabalho / Tarso Genro	Márcio B. Naves
	R	A Luta pela Terra / Octávio Ianni	José de Souza Martins
	R	História Social da Criança / Philippe Ariès Crianças e Adolescentes, Ensaios Interpretativos sobre Jean Piaget / David Elkind	Jonas Neves Rezende
	R	Liberalismo Radical de Frei Caneca / João Alfredo de Sousa Montenegro	Roberto Fontes
1979	7 9	Canção de Amor à América	Manoel de Andrade
		As Condições para Dizer-se Marxista	Oskar Negt
		A Revolução no Irã: 1. Notas Sobre a Revolução Iraniana	Giorgio Vercellin

		A Revolução no Irã: II. Irã: A Terceira Insurreição ou o Início de uma Revolução?	Luiz Izrael Febrot
		Os Cursos de Pós-Graduação: I. Darcy Ribeiro fala sobre Pós-Graduação no Brasil – Entrevista	Danusia Bárbara
		Os Cursos de Pós-Graduação: II. Para Quê Pós-Graduação?	Ernst W. Hamburger
		Filosofia e Realidade Nacional	Geni A. Bornheim
		Agricultura e Capitalismo no Brasil	Paulo Roberto Beskow
		Arp Strings – Conto	Duílio Gomes
		Desenvolvimento Retardado para os Países Mais Pobres	Loris Gallico
		Poemas	Aricy Curvello
		O “Teatro do Oprimido” Invade a Europa	Fernando Peixoto
		A Ideologia Autoritária no Discurso Democrático: O Direito de Greve, a Autonomia Sindical e a Liberdade de Organização Partidária na Constituinte de 1946	João Almino
		Aspectos Jurídico-Penais da Anistia	Nilo Batista
		<i>In Memoriam</i> - Luís Werneck de Castro	
	R	À Mão Livre / Armando Freitas Filho Marcas do Zorro / Tite de Lemos	Gastão de Holanda
	R	Moderna Ficção Brasileira / Malcolm Silverman	Virgílio Moretzsohn Moreira
	R	Sade, Vida e Obra / Fernando Peixoto	Leandro Konder
	R	Introdução à Filosofia da Educação / George F. Kneller	Magda Frediani Martins
	R	Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse / Coordenação e editoria de Antônio Houaiss	Edmundo Moniz
	R	Nas Profundas do Inferno / Artur J. Poerner	Marcos de Castro
	R	Poesias Completas / Joaquim Cardozo	Antônio Carlos Miguel
	R	Sinopses da Standart Edition da Obra Psicológica de Sigmund Freud	Carlos Alberto Barreto
	R	Irmãos da Noite / Renard Perez Os Brabos / Cyro de Mattos Aqui Canoa Quebrada / Wanda Figueiredo	Aricy Curvello
1979	20	Desordem e Possível Progresso	Ênio Silveira
		A Utilização Político-Ideológica da Delinquência	J. M. de Aguiar Barros
		Sinatra no Brasil: A Doce Melodia do Imperialismo	Carlos Jurandir

		Perspectivas de Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Caso do Brasil	Fernando Henrique Cardoso
		A Internacional Socialista Corteja o Terceiro Mundo	Sérgio C. Buarque
		A Nova Postura do Educador numa Sociedade em Conflito	Moacir Gadotti
		A Crise Internacional do Capitalismo: Balanço e Perspectivas	Theotônio dos Santos
		Vida Nacional e Experimentação na Literatura Brasileira	Regina Zilberman
		Poesia	Carlos Lima
		A Situação do Conto	Luís Gonzaga Vieira
		Inútil Primavera - Conto	Luzilá Gonçalves
		Lukács e Sartre	João da Penha
		A Poesia na Década de 70	Moacyr Félix
		José Carlos Martinez Correa - Entrevista	José Arrabal
	R	Poemas / Paulo Mendes Campos	Gáudio Willer
	R	Como Aplicar o Direito / Baptista Herkenhoff	Osny Duarte Pereira
	R	História Militar do Brasil / Nelson Werneck Sodré	Mônica Pimenta Velloso
	R	O Fazendeiro Jango no Governo / Raul Ryff	Marcos de Castro
	R	A Morada da Vida / Beatriz Maria Alásia de Heredia Mudança Social no Nordeste / José Sérgio Leite Lopes e outros Os Clandestinos e os Direitos / Lygia Sigaud O Nordeste Brasileiro / Raimundo Moreira	José Ribas Vieira
	R	O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-64) / Moniz Bandeira	Michael Lowy
	R	História e Crise / Schilling	Ivan Alves Filho
	R	Nós, do Araguaia / Edilson Martins	Salvador Pane Baruja
1980	2 1	O Mito e as 29 Anotações Obscuras	Moacyr Félix
		Mulher - Direitos - Democracia	Zuleika Alambert
		O Contexto Histórico-Social de Mariátegui	José Paulo Netto
		As Contradições da Inflação Brasileira	Luiz C. Bresser Pereira
		Determinismo Biológico e Integridade Científica	Ricardo Ferreira .
		Henri Lefebvre: Uma Vida Dedicada a Pensar e a Teorizar sobre a Luta de Classes – Entrevista	Bruno Bernardi
		Segundo Nego de Roseno – Conto	Antônio Torres
		Literatura e Liberdade de Expressão	Evaldo Amaro Vieira

		A Estrutura Sindical Brasileira: Lutas, Experiências, Proposta	Hércules Correa
		Prática Pastoral e Prática Política	Frei Betto
		Psicanálise e Materialismo Histórico	Lucien Sève
	R	Lei de Segurança Nacional - Uma Experiência Antidemocrática / Heleno Cláudio Fragoso	Osny Duarte Pereira
	R	Grito Empalhado / Ricardo Daunt Neto	Domingos Gonzalez Cruz
	R	Arte em Revista, Ano 1, N.º 1 e Tropicália - Alegoria, Alegria / Celso F. Favaretto	José Mário Ortiz Ramos
	R	Idéia de Revolução no Brasil - 1789/1801 / Carlos Guilherme da Mota	Gisálio Cerqueira Filho
	R	Literatura e Ideologia: Ensaios de Sociologia da Arte / Pedro Lyra	Nelson Rodrigues Filho
	R	A Leitura Aberta / Fausto Cunha	Moacy Cyrne
	R	Rostos e Gostos da Música Popular Brasileira / Tárík de Souza e Elifas Andreato	Carlos Jurandir
	R	Marxismo e Geografia / Massimo Quaini	Ruy Moreira
	R	Marxismo e Filosofia da Linguagem / Mikhail Bakhtin (V. Voloshinov)	Carlos Vogt
	R	Adiós al Coronel / Jorge Abelardo Ramos	Cid Silveira
1980	2 2	Sartre: Um Coração nas Proas do Tempo	
		Olívio Dutra: Um Líder Sindical – Entrevista	Antonio Hohlfeldt
		Estado, Sociedade e Educação no Brasil	Vanilda Rocha
		Diálogos com Noam Chomsky	João da Penha
		Domínio - Saber e Sistema dos Partidos: A Propósito de Foucault e dos “Novos Filósofos”	Marcello Montanari
		Comunidades Eclesiais de Base e Camadas Populares	Francisco C. Rolim
		Bola Falando Grosso – Conto	Edilberto Coutinho
		Base Social e Papel Revolucionário de uma Democracia de Massa	Jean-Lois Moynet
		Poesia	João de Jesus Paes Loureiro
		Reforma Agrária: 1. A Propósito de Terra e Igreja	Otávio Guilherme Velho
		Reforma Agrária: II. O Direito Agrário e o Estado de Direito	Raymundo Laranjeira
		Reforma Agrária: III. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária	José de Souza Martins
		Reforma Agrária: IV. Caráter da Reforma Agrária Brasileira	Moisés Vinhas

		As Novelas de José Américo de Almeida	Renard Perez
		Uma Carta de Antônio Houaiss	
1980	2 3	Ordem, Progresso & Dependência	Ênio Silveira
		A Questão Energética	Carlos Lessa
		Impasse Atual e Perspectivas a Longo Prazo da Política Energética no Brasil	Adílson de Oliveira
		Violência e Criminalidade ou das Transformações Sociais de que o Brasil Carece	Henrique Santillo
		As Novas Formas de Propriedade Social: Solução Nacionalista à Crise Social Brasileira	Cíbilis da Rocha Vianna
		Entrevista Com Mario Benedetti	
		Para Deter a Calamidade ou uma Alternativa ao Projeto Oficial sobre a Floresta Amazônica	Roberto Santos
		Valor-Trabalho e Ideologia	Eginardo Pires
		A Dialética do Prazer	Enrique Gonzales Duro
		Poesia	Lara de Lemos
		Conto: I. Primeira Aula Prática de Filosofia	Zulmira Ribeiro Tavares
		Conto: II. Amanhã não é Domingo	Wanílton Cardoso Affonso
		Dominação Burguesa Versus Democracia Burguesa (Sobre o Caso Argentino)	Calos M. Villas
		O Caso Amado: Acerca do Nacional e do Popular	Roberto Ventura
		Contra Qualquer Filosofia Oficial	Jean-Paul Jovary
		A Questão Ideológica	Leonardo Cavalcanti
	R	A Mulher, a Cultura, a Sociedade / Michelle Zimbalist e Louise Lamphere (coords.)	Lívia Neves de Holanda Barbosa
	R	O Intervalo Semântico (Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa) / Carlos Vogt	Magda Frediani Martins
	R	O Capital de Marx e o Capitalismo de Hoje / Cutler, Hindess, Hirst e Hussain	Cid Silveira
	R	Dicionário Prático de Literatura / Assis Brasil	Francisco Venceslau dos Santos
	R	Poranduba / Fernando Batinga	Célia Pedrosa
	R	Os Mitos da Criação e Outros Poemas / Jorge Tufic	Marcos Federico Krüger Aleixo
	R	África Arde / Carlos Comitini	Marcos Magalhães
	R	Mundo do Crime – A Ordem pelo Averso / José Ricardo Ramalho	Ivo Lesbaupin
	R	A Classe Operária e seu Partido / (Textos Políticos do Exílio) / Hércules Corrêa	Leandro Konder

		R	Maria da Greve / Eduardo Maffei	Nelson Werneck Sodré
1980	2 4		Poetas à Margem do Tietê, Eu os Saúdo!	Moacyr Félix
			O Intelectual e os Setores Populares	Gisálio Cerqueira Filho
			Debata sobre a Questão Nacional Hoje: 1. A Atualidade da Questão Nacional no Debate pela Redemocratização do País	Adílson de Oliveira
			Debata sobre a Questão Nacional Hoje: II. Início da Discussão	
			Debata sobre a Questão Nacional Hoje: III. Sumário dos Pontos Levantados e de Algumas Idéias Surgidas no Seminário	Luiz Pinguelli Rosa
			Três Enfoques sobre o Socialismo, a Liberdade e a Democracia: 1. Democracia e Socialismo na Europa Ocidental	Lelio Basso
			Três Enfoques sobre o Socialismo, a Liberdade e a Democracia: II. O Socialismo e os Impasses Atuais do Brasil	Elias Chaves Neto
			Três Enfoques sobre o Socialismo, a Liberdade e a Democracia: III. O Trabalho Torna as Pessoas Livres?	Manuel Perez Ledesnia
			Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: I. O Controle do Crime na Sociedade Capitalista uma Filosofia Crítica da Ordem Legal	Richard Quinney
			Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: II. Raízes da Violência	Marcello Cerqueira
			Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: 111. Um Novo Personagem: O Homem Violento	Ronaldo Lima Lins
			Quatro Enfoques Sobre Violência e Criminalidade: IV, Violência e Reação	Fernando Henrique Cardoso
			Obra Poética de Bandeira Tribuzi	Carlos Cunha
		R	Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo / James Petras	José Ribas Vieira
		R	O Pensamento de Lênin / Luciano Gruppi	João da Penha
1980	2 5		O Som e a Fúria... Significando Muito	Ênio Silveira
			A 4ª Dualidade	Ignácio Rangel
			O Caso Bukharin	Moacir Werneck de Castro
			Contratos de Risco: O Fim do Monopólio Estatal do Petróleo	Adílson de Oliveira
			Entrevista com Conrad Detrez	
			Nicarágua, Nicarágua	Gilberto Galvão

			Poesias	Magda Frediani Martins
			Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos, Sociais e Políticos	Luiz Eduardo Wanderley
			O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: 1. Literatura de Paulo Francis: Irreverência e Conciliação	Sérgio Weigert
			O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: II. Paulo Francis Responde	Paulo Francis
			O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: III. Proposição e Redução do Romance Político Brasileiro da Década de 70: Cabeça De Papel, de Paulo Francis	Luiz Izrael Febrot
			O Romance Político: Duas Críticas e duas Respostas: IV. Paulo Francis Responde	Paulo Francis
			Indústria Cultural E Cultura Brasileira: Pela Utilização Do Conceito De Hegemonia Cultural	Carlos Eduardo Lins da Silva
			A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo	Edmundo Moniz
			Manuel Scorza: Mito, Novela, História	Juan E. Gonzales
			O Papel Reservado ao Intelectual e à Ciência nos Países Pobres	Darcy Ribeiro
		R	O Capital de Marx e o Capitalismo De Hoje / Antony Cutler, Barry Hindess, Paul Hirst e Athar Hussain	Aluizio Alves Filho
		R	A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo / Manuel Castells	Eginardo Pires
		R	Canto em si e outros Cantos / Reynaldo Valinho Álvares	Antonio de Pádua e Silva
		R	O Que é Sindicalismo / Ricardo C. Antunes	Márcio B. Naves
		R	Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial / Fernando Novais	Carlos Guilherme Mota
		R	A Classe Operária no Brasil, Documentos (1889 a 1930) Vol. I / Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall	Stella Bresciani
		R	O Cativo da Terra / José de Souza Martins	João Costa Filho
		R	Sob o Signo da Chuva / Marcia de Almeida	Elias Fajardo da Fonseca
		R	Na Vertigem do Dia / Ferreira Gullar	Carlos Augusto Corrêa
1980	2 6		Poemas	Moacyr Félix
			Universidade e Política	Antônio Cândido

		O Plano Cohen: O Anticomunismo Como Chave para Golpes de Estado	Hélio Silva
		Revisitando a "Questão Nacional"	Ignácio Rangel
		Proálcool: Legislação, Ecologia e Questão Social	Valdir Pietre
		Análise Marxista do Capitalismo Contemporâneo	Guido Carandini
		O Capital Transnacional e o Estado na América Latina	Herbert de Souza
		Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: 1. Em Busca das Necessidades Perdidas	Franco Basaglia
		Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: II. A Psicanálise de Hoje Morrerá nos Braços da Genética De Amanhã	Fernando Fortes
		Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: III. Psicologia Médica: A Relação Médico-Paciente	Antônio Augusto Quadra
		Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: IV. Psiquiatria e Sociedade	Luiz Salvador de Miranda Sá Jr.
		Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: V. Situação Sanitária Atual	Jorge Humberto Béria
		Seis Enfoques sobre Saúde e Desenvolvimento: VI. Classes Sociais e Meio Ambiente	Tomaz Langenbach
		Poesias	Mário de Oliveira
		Perguntas de vinte Intelectuais a Luiz Carlos Prestes	
		Democracia Formal e Democracia Socialista	Agnes Heller
		As Nanicas Cresceram	Luis Vergniaud
		Tiradentes: Sua Defesa contra um Texto Recente	Isolde Helena Brans Venturrelli
	R	Itinerário Urbano / José Luiz Jobim de Sales Fonseca e Carlos Augusto Corrêa	Domingos Gonzalez Cruz
	R	Teresina Etc. / Antônio Cândido	Afonso Romano de Sant'Anna
	R	O Afeto que se Encerra - Memórias / Paulo Francis	Marcos de Castro
	R	O Pensamento de Lênin / Luciano Gruppi	Luiz Sérgio Henriques
	R	Ditadura e Agricultura / Octávio Ianni	Antônio Marques de Carvalho Junior
	R	O Grito Submerso / Joanyr de Oliveira	Fritz Teixeira de Salles
	R	Dianice — Diamantina / Fritz Teixeira de Salles	Paulinho Assunção
	R	O Dia da Nuvem / Fausto Cunha	Carlos Alberto de Medina
	R	Rebanho de Ventos / Antônio Carlos Osório	Nelson Werneck Sodré
	R	Jogral do Frágil e do Efêmero / Mário da Silva Britto	Per Johns

		R	A Casa de Vidro / Ivan Ângelo	Gastão de Holanda
		R	Que País é Este? E Outros Poemas / Affonso Romano de Sant'Anna	Flávio R. Kothe
1980	28		Penúltimos Poemas	Moacyr Félix
			Os Riscos da Esquerda Brasileira: "Infantilismo" ou Esclerose	R. A. Amaral Vieira
			Os Oito Mitos da Fome	Frances Moore
			Que é Poupança Interna?	Ignácio Rangel
			O Consumo Estratificado da Produção Cultural	Waldemar Caldas
			O Sistema Mundial de Poder: Crise e Alternativas	Equipe do Instituto de Estudos do Terceiro Mundo (IETEM)
			O Papel Político das Classes Médias na América Latina	Antonio Cortés T.
			Os Olhos da Dor – Conto	Marcos Santarrita
			Marxistas e Cristãos: Aqui e Agora	Ricardo Abramovay
			Musiliana	José Guilherme Merquior
			Os Programas de Energia Nuclear no Mundo em Desenvolvimento: Avaliação e Impacto	Jorge A. Sabato
			Itinerário Filosófico de Roland Corbisier	João da Cunha
			Dois Textos	Fábio Lucas
			O Indígena e o Invasor	Carlos A Dias
		R	Campeões do Mundo / Dias Comes	Antônio Mercado
		R	A Solidão do Cavaleiro no Horizonte / Marcos Santarrita	Leandro Konder
		R	A Evolução das Idéias Econômicas / Phyllis Dean	Mauro Cerruti Vianna
1980	29		Canudos: O Suicídio Literário de Vargas Llosa	Edmundo Moniz
			A Polônia e o Ciclo Longo	Ignácio Rangel
			Nosotros Latino-Americanos	Darcy Ribeiro
			A Internacionalização do Capital e as "Multinacionais" na Indústria Brasileira	Maria da Conceição Tavares
			Poesias: L Otto Rene Castillo	Otto Rene Castillo
			Poesias: 11. Rumen Stoyanov	Rumen Stoyanov
			Poesias: IIL Afonso Henriques Neto	Afonso Henriques Neto
			Poesias: IV. Paulinho Assunção	Paulinho Assunção
			Poesias: V. Carlos Augusto Correa	V. Carlos Augusto Correa
			Ernst Bloch: Marxismo e liberdade	Luiz Eduardo Bicca

		Liberdades Formais e Liberdades Reais	Fábio Konder Comparato
		Uma Resposta Crítica ao Socialismo de Estado	Rudi Supek
		Crise da Democracia e a Abertura no Brasil	Miguel Arraes
		Populismo, Autoritarismo e Democracia, nas Presentes Condições Brasileiras	Hélio Jaguaribe
		O Quadro Internacional	Celso Furtado
		Semântica e Democracia	Zulmira Ribeiro Tavares
		Jean Duvignaud Responde a Sete Perguntas de Moacyr Félix	Jean Duvignaud
		Um Murro no Muro	Tristão de Athayde
		Sobre uma Dialética do Desespero	José Paulo Netto

APÊNDICE 5 - Quadro das editoras e editores do SNEL- gestão 1952-1954:

Diretoria:

José Olympio Pereira Filho
(Livraria José Olympio Editora)

Ênio Silveira (Cia Editora
Nacional)

Sabbatino Antônio Maffer (W.M.
Jackson Editora)

Cândido Guinle de Paula
Machado (Editora Agir)

Cristiano Bianchini (Cia
Melhoramentos S.P.)

Joaquim de Oliveira Antunes
(Livraria H. Antunes)

Henrique Alvares da Cunha
(Livraria Acadêmica)

Suplentes:

Murillo de Oliveira Guimarães
(Revista Forense)

Alberto Peon Gonzalez (Livraria
Freitas Bastos)

Carlos Ribeiro (Livraria São José)

Arturo Vecchi (Casa Editora
Vecchi)

Tito Vieira de Resende (Revista
Forense de Legislação de
Fazenda)

João Borsoi Júnior (Gráfico Borsoi
e Editor)

Sezismundo Lodi Batalha (Livraria
Briguiet)

Conselho Fiscal:

Rogério Pongetti (Irmãos Pongetti
Editores)

Ivo Vianna de Azevedo (Editora Paulo
de Azevedo)

Oscar Mano (Editora Minerva)

Suplentes:

Antônio do Nascimento Coltas (Centro
Redentor)

Sebastião de Oliveira Hersen
(Conquista Empresa de Publicações)

Antonio Coelho Branco Filho (Livraria
Editora Coelho Branco)

APÊNDICE 6 – Quadro de livros da Editora Civilização Brasileira apreendidos pela polícia política do Rio de Janeiro⁶⁶⁶

- AFANASIEV, V. Fundamentos da filosofia. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 401pgs.
- BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil. RJ: Civilização Brasileira, 1967. 418 pgs.
- BARRETO, Leda Julião. Nordeste – Revolução. RJ: Civilização Brasileira, 1963. 145 pgs.
- BARROSO, Gustavo. O integralismo de Norte a Sul. RJ: Civilização Brasileira, 1934. 187 pgs.
- CONDÉ, José. Santa Rita: histórias da cidade morta e os dias antigos: contos e novelas. RJ: Civilização Brasileira, 1961. 281 pgs. (Coleção Vera Cruz, Literatura Brasileira, V. 7)
- GONZALES CASANOVA, Pablo. A democracia no México. RJ: Civilização Brasileira, 1967. 298 pgs. (Coleção Nossa América. Série Ensaios, V. 6)
- COSTA, Bolívar. Quem pode fazer a revolução no Brasil? RJ: Civilização Brasileira, 1962. 91 pgs. (Cadernos do Povo Brasileiro, V. 7)
- CONY, Carlos Heitor. Informação ao crucificado. RJ: Civilização Brasileira, 1961, 101 pgs.
- CONY, Carlos Heitor Cony. Pessach: a travessia. RJ: Civilização Brasileira, 1967. 301 pgs. (Coleção Vera Cruz. Literatura Brasileira, V. 119)
- CHIARINI, Paolo. Bertold Brecht. RJ: Civilização Brasileira, 1967, 264 pgs.
- DEUTSCHER, Isaac. Ironias da História: ensaios sobre o comunismo contemporâneo. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 329 pgs. (Coleção perspectivas do homem, V. 43, Série Política)
- DEUSTCHER, Isaac. Trotski, o profeta desarmado: 1921 – 1929. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 561 pgs. (Documentos da História Contemporânea, V. 41 a)
- DEUSTCHER, Isaac. Trotski, o profeta desarmado: 1921-1929. RJ: Civilização Brasileira, 1968, 529 pgs. (Documentos da História Contemporânea, V. 41 a)
- DEUSTCHER, Isaac. Trotski, o profeta banido: 1929-40. RJ: Civilização Brasileira, 1968, 561 pgs. (Documentos da História Contemporânea, V. 41 b)
- DEUSTCHER, Isaac. A Revolução Inacabada (Rússia, 1917-67). RJ: Civilização Brasileira, 1968, 110 pgs. (Perspectivas do Homem, V. 40. Série História)
- DEUSTCHER, Isaac. A Revolução inacabada (Rússia 1917-67) RJ: Civilização Brasileira, 1968, 110 pgs. (Perspectivas do Homem, V. 40. Série História)
- DUTRA, Elói. IBAD: sigla da corrupção. RJ: Civilização Brasileira, 1963. 91 pgs.
- DUTRA, Elói. IBAD: sigla da corrupção. RJ: Civilização Brasileira, 1963, 91 pgs.
- EHREMBURG, Ilia, O degelo. RJ: Civilização Brasileira, 1959, 211 pgs. (Obras Imortais, V. 22)
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 275 pgs. (Coleção Perspectivas do Homem, V. 42. Série Política)
- FITZER, Gottfried. O que Lutero realmente disse. RJ: Civilização Brasileira, 1971. 232 pgs.
- GARAUDY, Roger. Perspectivas do Homem: assistencialismo – pensamento católico – marxismo. RJ: Civilização Brasileira, 1965.
- HOLANDA, Nestor de. Como seria o Brasil socialista? RJ: Civilização Brasileira, 1963.
- HARRINGTON, Michael. Por uma esquerda democrática. RJ: Civilização Brasileira, 1969, 286 pgs.
- IANNI, Otávio. O Colapso do Populismo no Brasil. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 236 pgs.
- IANNI, Otávio. Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil. RJ: Civilização Brasileira, 1965. 270 pgs.
- JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? RJ: Civilização Brasileira, 1962. 94 pgs.
- KOFLER, Leo; ABEN DROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz. Conversando com Lukács. RJ: Civilização Brasileira, 1969. 218 pgs.
- KONDER, Leandro. Marxismo e alienação. RJ: Civilização Brasileira, 1965, 216 pgs.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Cultura e Revolução Cultural. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 211 pgs. (Coleção Perspectivas do Homem – Série Ciência Política, V. 5)
- LOUZEIRO, José. Assim marcha a família. RJ: Civilização Brasileira, 1965. 177 pgs.

⁶⁶⁶ Acervo DOPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

MAIA NETO. Brasil: guerra-quente na América Latina. RJ: Civilização Brasileira, 1965, 232 pgs.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento). RJ: Civilização Brasileira, 1968. 520 pgs.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Desde quando somos nacionalistas? RJ: Civilização Brasileira, 1963. 126 pgs.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Marxismo e teoria da literatura. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 280 pgs.

LIMA, Cláudia de Araújo. Amor e Capitalismo: pequena história do erotismo ocidental. V. 2. RJ: Civilização Brasileira, 1962. 164 pgs.

LIMA, Cláudia de Araújo. Imperialismo e Angústia: ensaios sobre as bases de uma sócio-psiquiatria da classe média brasileira na era imperialista. RJ: Civilização Brasileira, 1960.

LUKÁCS, Georg. Ensaio sobre literatura. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 249 pgs

MENEZES, Djacir. Preparação ao método científico. RJ: Civilização Brasileira, 1938. 342 pgs.

MIGLIOLI, Jorge. Como são feitas as greves no Brasil? RJ: Civilização Brasileira, 1963, 134 pgs. (Cadernos do povo brasileiro, V. 13).

NIKITIN, P. Fundamentos de Economia Política. RJ: Civilização Brasileira, 1967. 418 pgs.

OLIVEIRA, Franklin de. Que é a Revolução Brasileira? RJ: Civilização Brasileira, 1963. 100 pgs.

OLIVEIRA, Franklin. Morte da Memória Nacional. RJ: Civilização Brasileira, 1967, 236 pgs.

OLIVEIRA, Franklin. Revolução e Contra-revolução no Brasil. RJ: Civilização Brasileira, 1962.

PEDROSA, Mário. A Opção Brasileira. RJ: Civilização Brasileira, 1966. 311 pgs.

POLÍTICA Externa Independente. RJ: Civilização Brasileira, 1966. 279 pgs. Periódico com tratamento de livro.

PEREIRA, Osny Duarte. Que é a constituição? (crítica à carta de 1946 com vistas à reforma de base). RJ: Civilização Brasileira, 1964. (Cadernos do Povo Brasileiro, V. 23)

PISCATOR, Edwin. Teatro Político. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 286 pgs. (Coleção Teatro Hoje. Série Teoria e História, V.9)

PORTER, Joyce. O espião involuntário. RJ: Civilização Brasileira, 1966. 185 pgs. (Coleção Romance Policial, V.8. Série Espionagem)

PINTO, Álvaro Vieira. Por que os ricos não fazem greve? RJ: Civilização Brasileira, 1962. 118 pgs. (Cadernos do Povo Brasileiro, V. 4)

POEMAS para a liberdade: violão de rua. V. II e V. III. RJ: Civilização Brasileira, 1962-63. (Cadernos do Povo Brasileiro)

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Paixão e Morte de Silva Jardim. RJ: Civilização Brasileira, 1967, 113 pgs.

RODRIGUES, José Honório. Vida e História. RJ: Civilização Brasileira, 1966, 278 pgs.

SODRÉ, Nelson Werneck. Fundamentos do materialismo dialético. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 206 pgs.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil? RJ: Civilização Brasileira, 1962. 60 pgs.

SODRÉ, Nelson Werneck. Fundamentos de economia marxista. RJ: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. Fundamentos da estética marxista. RJ: Civilização Brasileira, 1968. 215 pgs.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da burguesia brasileira. RJ: Civilização Brasileira, 1967. 406 pgs. (Retratos do Brasil, V. 22)

TCHUIKOV, Vasili Ivanovitch. A batalha de Stalingrado. RJ: Civilização Brasileira, 1966. 422 pgs. (Coleção Documentos da História Contemporânea, V. 19)

TEOTÔNIO JR. Quais são os inimigos do povo. RJ: Civilização Brasileira, 1962. 122 pgs. (Cadernos do povo brasileiro, V. 6)

TITO. A Iugoslávia e o mundo. RJ: Civilização Brasileira, 1963. 59 pgs.

TINHORÃO, J.R. A província e o naturalismo. RJ: Civilização Brasileira, 1966. 107 pgs. (Temas, problemas e debates, V. 2)

TOGLIATTI, Palmiro. O Caminho Italiano para o socialismo. RJ: Civilização Brasileira, 1966, 197 pgs. (Temas, problemas e debates, V.6)

APÊNDICE 7 – Quadro dos membros das editoras que compunham a diretoria e os conselhos deliberativos do SNEL, entre 1979 e 1985:

Tabela 18 – Membros Efetivos do SNEL⁶⁶⁷

1978-1981	1981-1984	1984-1987
MEMBROS EFETIVOS DA DIRETORIA		
Mario Fitipaldi (Editora das Américas)	Regina Bilac Pinto Zingoni (Cia Editora Forense)	Sérgio Carlos Abruzzini Lacerda (Editora Nova Fronteira)
Manoel Machado dos Santos	Wander Soares (editora Ática)	Alfredo Weiszflog (Cia Melhoramentos de São Paulo)
Wander Soares (Editora Ática)	Sérgio Abreu da Cruz Machado (Editora Record)	Jorge Zahar Júnior (Jorge Zahar Editores)
Roberto Bernardo Cordeiro e Silva Expedito Jorge Leite	Nilson Lopes da Silva (Editora Abril)	Paulo Adolfo Aizen (Editora Ebal)
Ricardo Feltre (Editora Moderna)	Fernando Gasparian (Editora Paz e Terra)	Ricardo Feltre (Editora Moderna)
Sérgio Abreu da Cruz Machado (Editora Record)	José Otávio d'Ávila Bertaso	Paul Joseph Christoph Júnior (Edições Graal)
	Alfredo Weiszflog (Cia Melhoramentos de São Paulo)	Wander Soares (Editora Ática)
MEMBROS EFETIVOS DOS CONSELHOS		
Ferdinando Bastos de Souza (Editora Páginas Amarelas)	Mario Fittipaldi (Editora das Américas)	Maura Ribeiro Sardinha (Edições Antares)
Propício Machado Alves (Editora LTC)	Propício Machado Alves (Editora LTC)	Álvaro Malheiros (editora Revistas dos Tribunais)
Geraldo Vilaça	Jairo Marques Neto (Cia Editora Nacional)	Nilson Lopes da Silva (Editora Abril)

⁶⁶⁷ Tabela elaborada com base na relação dos integrantes das diretorias do SNEL localizadas no site www.snel.org.br.

APÊNDICE 8 – Quadro das editoras em ordem decrescente do total de títulos lançados anualmente (1979, 1980, 1981)⁶⁶⁸

1979

- 1.VOZES-216
- 2.RECORD-203
- 3.BRASILIENSE -190
- 4.ATLAS – 173
- 5.MELHORAMENTOS-172
- 6.CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA- 168
- 7.NOVA FRONTEIRA -143
- 8.ZAHAR – 131
- 9.JOSE OLYMPIO – 125
- 10.LOYOLA- 124 – (72 de religião)
- 11.ÁTICA -121
- 12.McGraw Hill- 105
- 13.SARAIVA – 94
- 14.PAZ E TERRA- 87
- 15.NACIONAL – 85

1980

- 1.RECORD/161/394
- 2.VOZES/105/280
- 3.BRASILIENSE/76/235
- 4.MELHORAMENTOS/123/234
- 5.SARAIVA/79/218
- 6.NOVA FRONTEIRA/85/208
- 7.ÁTICA/75/177
- 8.ATLAS/33/175
- 9.CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA/78/139
- 10.JOSE OLYMPIO/46/95

1981

1. RECORD/194/502
2. BRASILIENSE/129/415
3. VOZES/138/414
4. MELHORAMENTOS/128/205
5. PAULINAS/NÃO INF/190
6. N.FRONTEIRA/84/188
7. SARAIVA/63/145
8. MCGRAW HILL/23/136
9. ZAHAR/NÃO INF/122
10. ÁTICA/35/118

⁶⁶⁸ Fonte: Leia Livros: n. 22 de 15/03 a 14/04/1980, p.23; n. 33, de 15/03 a 14/04/1981, p.21 e n.44, de 15/03 a 14/04/1982.

APÊNDICE 9 – Quadro dos livros mais vendidos anualmente (1981, 1982)⁶⁶⁹

1981: OS 10 LIVROS MAIS VENDIDOS NO ANO

NÃO – FICÇÃO

- 1.O DESAFIO MUNDIAL – JEAN JACQUES SERVAN SCHREIBER. NOVA FRONTEIRA
2. ENTRADAS E BANDEIRAS – FERNANDO GABEIRA. CODECRI
3. COMO VEJO O MUNDO – ALBERT EINSTEIN. NOVA FRONTEIRA
4. O CREPÚSCULO DO MACHO-FERNENDO GABEIRA .CODECRI
5. 1964: A CONQUISTA DO ESTADO-RENÉ ARMAND DREIFUSS. VOZES
6. BACALL FENOMENAL – LAUREN BACALL. NÓRDICA
- 7.HENFIL NA CHINA – HENFIL. CODECRI
8. O BRASIL PÓS-“MILAGRE” – CELSO FURTADO. PAZ E TERRA
- 9.ROLETA CHILENA-ALFREDO SYRKIS. RECORD
10. O QUE É IDEOLOGIA-MARILENA CHAUI. BRASILIENSE

FICÇÃO

9. PORCOS COM ASAS-MARCO RADICE/LIDIA RAVERA. BRASILIENSE

INFANTO-JUVENIS

5. MENINOS SEM PÁTRIA-LUIZ PUNTEL.BRASILIENSE
- 7.O SOFÁ ESTAMPADO – LYGIA BOJUNGA NUNES. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
9. AS EMPREGADAS – ODETTE DE BARROS MOTT. BRASILIENSE
10. (DENTRE 4 LIVROS NA MESMA POSIÇÃO TEM 01 DA BRASILIENSE)-A VINGANÇA DO TIMÃO-CARLOS MORAES. BRASILIENSE.

1982: OS LIVROS MAIS VENDIDOS

FICÇÃO:

6. SUCUPIRA, AME-A OU DEIXE-A. DIAS GOMES. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
11. FILHAS DO SEGUNDO SEXO.PAULO FRANCIS.CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

NÃO-FICÇÃO

- 1.A TERCEIRA ONDA –ALVIN TOFFLER.RECORD
2. EU, CHRISTIANE F.- KAI HERMANN/HORST RIECK.DIFEL
3. BATISMO DE SANGUE-FREI BETO. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
4. PRESTES, LUTAS E AUTOCRÍTICAS. D.DE MORAES/F.VIANA.VOZES
5. A ERA DA INCERTEZA. JOHN KENNETH GALBRAITH. PIONEIRA/UNB
6. O RELATÓRIO HITE MASCULINO. SHERE HITE.DIFEL
7. HISTÓRIA DE UMA VIDA. INGRID BERGMAN. FCO ALVES
8. DISCURSOS PARLAMENTARES. CARLOS LACERDA. NOVA FRONTEIRA
- 9.MULHER DAQUI PRA FRENTE. MARINA COLASANTI. NÓRDICA
10. PAGU, VIDA E OBRA.AUGUSTO DE CAMPOS. BRASILIENSE
- 11.1964:A CONQUISTA DO ESTADO.RENÉ A. DREIFUSS. VOZES
12. MAMÃEZINHA QUERIDA. CHRISTINA CRAWFORD. RECORD
13. TEORIA Z. WILLIAM OUCHI.EFEB
14. O BRASIL PÓS-MILAGRE.CELSO FURTADO.PAZ E TERRA
15. A CERIMONIA DO ADEUS. SIMONE DE BEAUVOIR.NOVA FRONTEIRA

⁶⁶⁹ Fonte: Leia Livros N.53, 15/12 A 14/02, 1983, P.13.

APÊNDICE 10 – Quadro de associados da Câmara Brasileira do Livro (1948)⁶⁷⁰

Tabela 19 – Editoras Associadas – Câmara Brasileira do Livro - 1948

Livraria Martins Editora	Companhia Brasil Editora
Saraiva S.A	Editora Universitária
Empresa Editora O Pensamento	Livraria José Olympio Editora
Livraria Editora Importadora Americana – LEIA	Companhia Editora Nacional
Editora Civilização Brasileira	Editora Globo
Editora do Brasil	AGIR
Livraria Allan Kardec Editora	Livraria Delinéé
Livraria Científica	Livraria do Povo
Edições e Publicações Brasil	Max Limonad
Editora Lep	Livraria Pioneira Editora
Livraria Internacional	Editora das Américas
Companhia Melhoramentos de São Paulo	Sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro
Livraria Freitas Bastos	Livraria Teixeira
W.M.Jackson Inc.	

⁶⁷⁰ CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. Câmara Brasileira do livro: 50 anos. São Paulo: Prêmio, 1997, p.23.

APÊNDICE 11 – Quadro dos editores fundadores do SNEL

Editores fundadores do SNEL (1940)⁶⁷¹

Presidente: Temistocles Marcondes Ferreira (Cia Editora Nacional)

Vice-Presidente: Paulo de Azevedo (Editora Paulo de Azevedo)

1º Secretário: José Freitas Bastos (Livraria Freitas Bastos)

2º Secretário: José Olympio (Editora Jose Olympio)

1º Tesoureiro: Rogerio Pongetti (Irmãos Pongetti Editora)

2º Tesoureiro: Ferdinand Briquet (Briquet)

Bibliotecário: João Ribeiro dos Santos (Editor J.Ribeiro dos Santos)

Conselho Fiscal: Antônio Bertrand (Bertrand Brasil), Arturo Vecchi (editora Vecchi) e Odir Silva.

Suplentes: Rodolfo Pongetti (Pongetti), Oscar Mano (editora Oscar Mano, depois editora Minerva), Getulio M. Costa (Editora Civilização Brasileira), A. Coelho Branco (Editora A. Coelho Branco), Zelio Valverde (Editora Zelio Valverde), Joaquim Flores, Napoleão Quaresma, Americo Bedeschi (Editora Américo Bedeschi), Calvino Filho (Editora Calvino Filho), Abrahão Koogan (Editora A. Koogan).

Outros Presentes: Ernesto Mandarino (Mandarino & Molinari Ltda.), Joaquim d'Oliveira Antunes (Livraria H. Antunes) e J. Vaz de Carvalho.

⁶⁷¹ Dados extraídos da ATA de fundação da entidade, datada de 18 de novembro de 1940.

APÊNDICE 12 – Quadro dos diretores do SNEL (1952-1954)⁶⁷²

Diretoria:

José Olympio Pereira Filho
(Livraria José Olympio Editora)

Ênio Silveira (Cia Editora Nacional)

Sabbatino Antônio Maffer (W.M. Jackson Editora)

Cândido Guinle de Paula Machado (Editora Agir)

Cristiano Bianchini (Cia Melhoramentos S.P.)

Joaquim de Oliveira Antunes (Livraria H. Antunes)

Henrique Alvares da Cunha (Livraria Acadêmica)

Suplentes:

Murillo de Oliveira Guimarães (Revista Forense)

Alberto Peon Gonzalez (Livraria Freitas Bastos)

Carlos Ribeiro (Livraria São José)

Arturo Vecchi (Casa Editora Vecchi)

Tito Vieira de Resende (Revista Forense de Legislação de Fazenda)

João Borsoi Júnior (Gráfico Borsoi e Editor)

Sezismundo Lodi Batalha (Livraria Briguier)

Conselho Fiscal:

Rogério Pongetti (Irmãos Pongetti Editores)

Ivo Vianna de Azevedo (Editora Paulo de Azevedo)

Oscar Mano (Editora Minerva)

Suplentes:

Antônio do Nascimento Coltas (Centro Redentor)

Sebastião de Oliveira Hersen (Conquista Empresa de Publicações)

Antonio Coelho Branco Filho (Livraria Editora Coelho Branco)

⁶⁷² Dados obtidos no site do Sindicato Nacional dos Editores de Livros www.snel.org.br